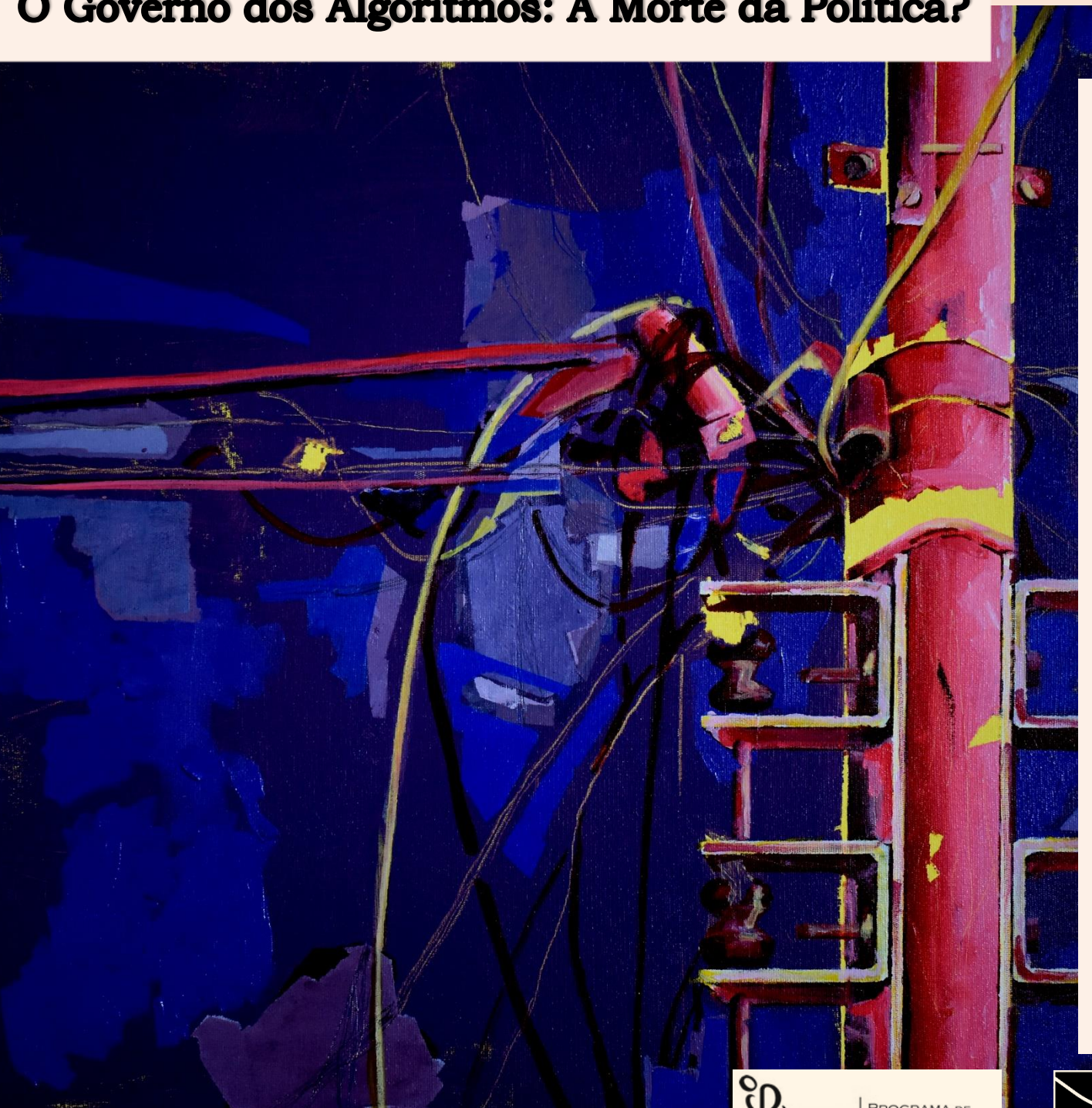


Revista de Filosofia Moderna e Contemporânea

Dossiê

O Governo dos Algoritmos: A Morte da Política?



Brasília, v. 8, n. 3, dez. 2020

Revista de
Filosofia Moderna
e Contemporânea

Equipe Editorial/Editorial Team

Editor Chefe/Editor in Chief:

Alexandre Hahn
(hahn.alexandre@gmail.com)

Editores Associados/Associated Editors:

Márcio Gimenes de Paula
Priscila Rossinetti Rufinoni
Rodrigo Freire

Editores de Seção/Section Editors:

Fabio Mascarenhas Nolasco
Giovanni Zanotti
Isabella Holanda
João Renato Amorim Feitosa
Lorrayne Colares

Editores de Texto/Text Editors:

Agnaldo Cuoco Portugal
Alex Sandro Calheiros de Moura
Cláudio Araújo Reis
Erick Calheiros de Lima
Herivelto Pereira de Souza
Marcos Aurélio Fernandes
Maria Cecília Pedreira de Almeida
Phillipe Lacour

Conselho Científico/Scientific Council:

Adriana Veríssimo Serrão (Universidade de Lisboa)
Alessandro Pinzani (UFSC)
Alvaro Luiz Montenegro Valls (UNISINOS)
César Augusto Battisti (UNIOESTE)
Daniel Omar Perez (UNICAMP)
Elisabete M. J. de Sousa (Universidade de Lisboa)

João Vergílio Gallerani Cuter (USP)
Joãosinho Beckenkamp (UFMG)
Jon Stewart (Universidade de Copenhagen)
Maria das Graças de Souza (USP)
Oswaldo Giacoia Junior (UNICAMP)
Todd Ryan (Trinity College)
Zeljko Loparic (UNICAMP)

Editores de Diagramação/Layout Editors:

Alan Renê Antezana
Gregory Wagner Carneiro

Capa/Cover:

Recorte de pintura. Obra intitulada *Suporte*, realizada por Carol Peso, em 2018 (técnica: pintura acrílica sobre tela). Uso autorizado pela autora.
Alexandre Hahn

Universidade de Brasília/University of Brasília

Reitora/Rector: Márcia Abrahão Moura
Vice-reitor/Vice Rector: Enrique Huelva

Instituto de Ciências Humanas/Institute of Human Sciences

Diretor/Director: Neuma Brilhante Rodrigues
Vice-diretor/Vice Director: Herivelto Pereira de Souza

Departamento de Filosofia/Philosophy Department

Chefe/Head: André Leclerc
Vice-chefe/Vice Head: Agnaldo Cuoco Portugal

Programa de Pós-graduação em Filosofia/Graduate Program in Philosophy

Coordenador/Coordinator: Rodrigo Freire

FICHA CATALOGRÁFICA

R454	Revista de Filosofia Moderna e Contemporânea/ Universidade de Brasília, Instituto de Ciências Humanas, Departamento de Filosofia, Programa de Pós-graduação em Filosofia / Alexandre Hahn, editor. – v. 5. n. 1 (jan./jun. 2017). – Brasília: Universidade de Brasília, 2013- . Periodicidade Quadrimestral (Semestral entre 2013 e 2018). Modo de acesso: http://periodicos.unb.br/index.php/fmc/ Descrição baseada em: v. 5, n. 1 (jan./jun. 2017). ISSN 2317-9570 (versão online). 1.Filosofia – Periódicos 2. Filosofia Moderna – História 3. Filosofia contemporânea – História I. Departamento de Filosofia II. Programa de Pós-graduação em Filosofia CDD – 109 CDU – 19
------	--

Contato / Contact

Revista de Filosofia Moderna e Contemporânea
Universidade de Brasília
Departamento de Filosofia
Programa de Pós-Graduação em Filosofia
ICC Ala Norte - Bloco B - 1º Andar (B1 624)
Telefone: (61) 3107-6677 / 6680 / 6679
Campus Universitário Darcy Ribeiro
70910-900 – Brasília – Distrito Federal – Brasil
E-mail: rfmc@unb.br

Indexação / Indexed in

CiteFactor, CLASE, Diadorim, DOAJ, DRJI, Latin-dex, Sumários, Periódicos, PhilBrasil, Phipapers, SHERPA/RoMEO

Qualis CAPES – B2

DOI: <https://doi.org/10.26512/rfmc.v8i3>

Revista de Filosofia Moderna e Contemporânea

A Revista de Filosofia Moderna e Contemporânea é uma publicação quadrimestral do Departamento de Filosofia e do Programa de Pós-graduação em Filosofia da Universidade de Brasília (UnB)

The Journal of Modern and Contemporary Philosophy is a triannual publication of the Department of Philosophy and the Graduate Program in Philosophy of the University of Brasília

Brasília, volume 8, número 3, dezembro de 2020

ISSN 2317-9570 (publicação eletrônica)

<http://periodicos.unb.br/index.php/fmc>



UnB

Pareceristas desta Edição/Reviewers of this Issue:

Andityas Matos (UFMG), André Duarte (UFPR), Caio Augusto Teixeira Souto (UEAP), Carlos Peres de Figueiredo Sobrinho (UFS), Castor Bartolomé Ruiz (Unisinos), Christian Gilioti (IFSP), Cláudio Araújo Reis (UnB), Daniel Arruda Nascimento (UFF), Daniel Nery da Cruz (UEFS), Diego Reis (UFPB), Elton Rogério Corbanezi (UFMT), Ernesto Perini Santos (UFMG), Fabiano Veliq (PUC-MG), Fábio Abreu Passos (UFPI), Gilberto Tedeia (UnB), Giovanni Zanotti (UnB), Jarlee Oliveira Silva Salviano (UFBA), Jonnefer Barbosa (PUC-SP), José Silva Xavier, Leonardo Masaro (USP), Luiz Candido (UFMG), Márcio Gimenes de Paula (UnB), Márcio Rimet Nobre (FANS), Marco Aurélio Alves (UFSJ), Maria Cecília Pedreira de Almeida (UnB), Nadia Laguardia de Lima (UFMG), Philippe Claude Thierry Lacour (UnB), Raquel Rodrigues Rocha (UFBA), Regiane Lorenzetti Collares (UFCA), Verlaine Freitas (UFMG), Vital Francisco Celestino Alves (UnB), Wellington Lima Amorim (UFMA).

Sumário / Summary

i.	Páginas Iniciais / Initial Pages	01
ii.	Editorial	07
iii.	Dossiê: O Governo dos Algoritmos: A Morte da Política?	15
	Entrevista com Antoinette Rouvroy: Governamentalidade Algorítmica e a Morte da Política <i>Antoinette Rouvroy; Maria Cecília Pedreira de Almeida, Marco Antonio Sousa Alves</i>	15
	Tornar a Revolta Impossível <i>Thomas Berns; Maria Cecília Pedreira de Almeida, Marco Antonio Sousa Alves</i>	29
	É Possível Evitar Vieses Algorítmicos? <i>Carlos Henrique Barth</i>	39
	Zero-Order Privacy Violations and Automated Decision-Making about Individuals <i>Bernardo Alonso</i>	69
	Ação Política Híbrida e a Dissolução da Cidadania <i>Edson Teles</i>	81
	Algoritmos de Mal-Estar: Ciberpandemia e Privacidade Hackeada <i>Marcelo Gonçalves Rodrigues</i>	105
	O Governo das Condutas e a Constituição da Subjetividade: Um Estudo da Sociedade de Controle de Tipo Algorítmica <i>Sergio Fernando M. Corrêa, Salomón Abasto Macías</i>	137
	Governo Algorítmico e Conexões: Novos Aspectos da Subjetividade a partir de Michel Foucault <i>Jefferson Silva, Marcius Tadeu Maciel Nahur</i>	155
	As Redes Sociais e a Psicologia das Massas: A Internet como Terreno e Veículo do Ódio e do Medo <i>Cristian Arão</i>	181

	O Ato Docente na Era da sua Reprodutibilidade Técnica: Aula, Educação e Ensino Remoto	
	<i>Denilson Soares Cordeiro</i>	207
iv.	Artigos / Articles	225
	Rousseau e as Artes: Uma Leitura do Pigmaleão	
	<i>Wilson Alves de Paiva</i>	225
	Nietzsche: Da Técnica da Memória à Técnica do Esquecimento?	
	<i>Adilson Feiler</i>	247
	Cristianismo e a Renúncia de si no Último Foucault	
	<i>Rafael Siqueira Monteiro</i>	265
iv.	Resenhas / Book Reviews	285
	“How We Became Our Data: A Genealogy of the Informational Person” de Colin Koopman	
	<i>Graziano Mazzocchini, Rodolpho Venturini</i>	285
iv.	Traduções / Translations	293
	“O Sangue Corre na Tunísia” de Simone Weil	
	<i>Jade Oliveira Chaia, Michelly Alves Teixeira, Philippe Lacour</i> . . .	293
v.	Normas para Publicação / Guidelines for Authors	297

Editorial

Você deseja excluir a sua liberdade? [Clique aqui.](#)

A Revista de Filosofia Moderna e Contemporânea tem a satisfação em apresentar o dossiê “O governo dos algoritmos: a morte da política?”, publicado neste número.

É inegável que a internet, os dispositivos móveis e as plataformas digitais provocaram uma verdadeira revolução no modo como produzimos, fazemos circular e recebemos informações. As mudanças são de tal ordem que é comum se falar em revolução, em uma nova realidade e em um modo de vida inédito no seio de uma nascente sociedade da informação. Essas transformações trazem, contudo, novos problemas e desafios, sendo preciso avaliar criticamente o mundo que se avizinha, que está longe de ser simplesmente uma utopia enfim realizada. Nesse contexto, convém refletir também sobre o futuro da política em diversas de suas dimensões, tocando em temas como a deformação da esfera pública, a crise institucional, os retrocessos sociais e o desmoronamento das democracias liberais.

O que podemos entender por um “governo dos algoritmos”? Em seu sentido mais próprio, de acordo com Michel Foucault, governar envolve dirigir a si mesmo ou a outrem de uma ma-

neira mais ou menos racional e sistemática, visando fins específicos. Trata-se de uma atividade que afeta, guia e formata nossa ação. O foco do governo reside assim em “conduzir condutas” e “ordenar a probabilidade”, ou seja, no direcionamento dos comportamentos por meio de incitação, indução, sedução ou constrangimento e proibição, de modo a tornar mais ou menos provável um determinado curso de ação. Nesse sentido, podemos dizer que uma nova estratégia de governo é colocada em funcionamento por meio de complexos algoritmos, que cada vez mais direcionam nossas condutas e influenciam decisivamente nossas práticas de consumo, nossas escolhas políticas e a formação de nossas opiniões. Esse novo governo baseia-se fundamentalmente na vigilância e extração automatizada de dados (*dataveillance*) que são processados, filtrados e correlacionados (*datamining*) de modo a permitir a elaboração algorítmica de perfis (*profiling*), capazes de antecipar comportamentos e agir sobre as ações futuras.

Em certa medida, somos cada vez mais governados por algoritmos e não por leis. O direito e os instrumentos tradicionais de poder soberano mostram-

se incapazes de regular a vida interconectada e fazer valer suas regras. Esse fenômeno traz importantes questões para a vivência democrática nas sociedades contemporâneas, para a segurança e para a proteção da privacidade e das liberdades individuais. A novo capitalismo da informação assenta-se em um modelo de negócio que pressupõe a conectividade, a transparência, a extração e a utilização maciças do fluxo de informações e dos rastros digitais dos indivíduos, que em troca de certos serviços são cada vez mais capturados por um complexo sistema baseado na vigilância, na gestão de nossos comportamentos futuros e no governo de nossas ações.

É preciso aprofundar nossa compreensão desse novo governo dos algoritmos, que se afasta em vários aspectos do governo em seu sentido tradicional, que procurava influenciar as escolhas individuais pressupondo sujeitos livres, capazes de deliberação. Com o governo dos algoritmos vemos emergir um novo regime de ação sobre o futuro. Baseando-se em perfis, ambientes são configurados e respostas reflexas são produzidas. Os indivíduos são governados na medida em que é formatado o campo de suas ações possíveis. Não é mais preciso dizer “não” ou ameaçar, basta enviar sinais capazes de provocar ou estimular determinados comportamentos. Desse modo, temos um governo mais eficiente e um poder que funciona de modo ainda mais insidioso,

ubíquo e cirúrgico.

Os editores esforçaram-se por reunir pesquisas em torno das novas tecnologias da informação e da comunicação e dos desafios que seu desenvolvimento opõe à democracia, ao direito, ao mundo do trabalho e ao pensamento filosófico enquanto atividade humanizadora. Foram bem-vindos os trabalhos que aprofundaram filosoficamente o tema, questionando como essas novas tecnologias mudam nossas vidas e trazem consigo novos problemas, que foram explorados em sua dimensão ética, política, epistemológica, social ou existencial.

Abrindo o dossiê, apresentamos a entrevista com Antoinette Rouvroy, pesquisadora do FNRS no Centro de Pesquisa em Informação, Direito e Sociedade (CRIDS), localizado na Universidade de Namur, Bélgica. Nesta entrevista, a pesquisadora afirma que certas tecnologias teriam por pretensão eliminar as incertezas sobre o futuro, interferindo e moldando comportamentos humanos. Apesar de tecer duras críticas à atual “sociedade da otimização”, na qual se destacam, ao mesmo tempo, o afã de otimização e a espantosa passividade digital, Rouvroy também declara ter esperanças em um futuro não tão distópico. Segundo ela, “a melhor forma de resistência é não se deixar fascinar pela Inteligência Artificial”. Por fim, revela que é preciso lidar com o fato de que os dados são excessivamente centralizados por grandes companhias

e fora de qualquer controle de natureza democrática. Portanto, segundo Rouvroy, é preciso repensar profundamente a situação dos dados, para que as ins-

tituições possam exercer algum papel, garantindo a transparência e a finalidade de sua utilização.

* * *

O dossiê traz ainda uma segunda tradução, de um texto publicado originalmente na França (*Rendre la révolte impossible*, Rue Descartes, 2013/1, n. 77, pp. 121-128) pelo professor de filosofia política e ética na Université Libre de Bruxelas, Thomas Berns, autor de livros como *Violence de la loi à la Renaissance* (Paris, Kimé, 2000), *Droit, souveraineté et gouvernementalité* (Paris, Léo Scheer, 2005), *Gouverner sans gouverner: une archéologie politique de la statistique* (Paris, PUF, 2009) e *La guerre des philosophes* (Paris, PUF, 2019). “Tornar a revolta impossível” é um artigo que reflete sobre um novo tipo de normatividade, que se afasta do modelo jurídico-discursivo e subverte um aspecto fundamental daquilo que entendemos tradicionalmente por norma: a possibilidade de desobediência. Berns procura discernir, nas normatividades contemporâneas, uma nova relação com a realidade, uma pretensão de governar a partir do real. Diferentemente da norma jurídica, que expressa um ato de vontade que procura governar o real, tais normatividades são concebidas como imanentes ao real, permitindo que as práticas de governo se tornem mais insidiosas, quase imperceptíveis, como vemos na “gover-

namentalidade algorítmica”.

O artigo de Carlos Henrique Barth examina um problema que atormenta aqueles que refletem mais detidamente sobre as benesses e os perigos da Inteligência Artificial. Ele investiga por que somos presas fáceis para uma multiplicidade de sistemas, e mais especificamente, se é seguro postular a neutralidade do juízo de máquinas, mesmo aquelas que desempenham atividades repetitivas. A partir de uma análise ampla da bibliografia abalizada, o autor verifica que certos modelos algorítmicos têm apresentado vieses, mais marcadamente no que diz respeito a gênero e raça, atribuindo, surpreendentemente, maior risco ou desfavorecendo mulheres e pessoas negras. Isso explicita o desafio de eliminar tais vieses, que vão muito além de meros problemas técnicos, como mostra o autor. O enfrentamento ou a mitigação dos vieses algorítmicos dependerá do estabelecimento de um conjunto de valores e do interesse público. Trata-se, uma vez mais, de revelar a inexistência de uma suposta neutralidade dos dados e, ao contrário, assumir que a sua boa gestão depende de um debate público, e que não é despropositado questionar um certo “privilégio epistêmico”, co-

mumente atribuído a certos modelos de IA.

Em “Zero-order privacy violations and automated decision-making about individuals”, Bernardo Alonso enfrenta o problema da crescente vigilância e violação da privacidade, argumentando, de maneira coerente e bem fundamentada, que o acesso automatizado de máquinas ao conteúdo de nossas interações online não deixa também de ser uma grave violação da privacidade. Tomando por base os desenvolvimentos na área da filosofia da informação realizados por Luciano Floridi e o trabalho sobre colonialismo de dados empreendido por Nick Coldry e Ulises Mejias, o autor defende um novo tipo de violação de ordem-zero, envolvida na coleta sistemática e massiva em conjunção com novas tecnologias de exploração de dados.

O capitalismo de vigilância e a tecnopolítica estão no centro da discussão empreendida por Edson Teles. Em “Ação política híbrida e a dissolução da cidadania”, o autor interroga sobre os regimes de produção de subjetividades, que qualifica como híbrido e se constitui nas bordas do político. A relevância do discurso na filosofia política contemporânea é posta em xeque, uma vez que as relações de poder se dão por mecanismos, técnicas e ações mecânicas artificiais. Utilizando-se de um rico instrumental conceitual e teórico de Arendt, Rancière, Latour, Foucault, Deleuze, e Donna Haraway Teles con-

vida o leitor a desafiar a tradição moderna da filosofia política que propõe um agir com ênfase no discursivo. A tecnologia que envolve os big data permite a diluição do indivíduo e consequentemente a diminuição das formas discursivas da ação, destacando-se uma certa “modelagem” do sujeito, empreendido pela tecnologia governamental e pelas máquinas políticas.

No artigo “Algoritmos de mal-estar: ciberpandemia e privacidade hackeada”, Marcelo Gonçalves Rodrigues analisa o impacto da vigilância, dos monitoramentos e da automação sobre a subjetividade humana, interpretando a experiência da pandemia de COVID-19 como um momento no qual se acelera a Quarta Revolução Industrial. Ressalta-se, a partir de um olhar da tradição psicanalítica, a emergência de um mal-estar diante do esvaziamento das representações psicossociais, da precariedade psíquica e da diminuição dos espaços para a reflexão sobre a crise existencial.

Em “O governo das condutas e a constituição da subjetividade: um estudo da sociedade de controle de tipo algorítmica”, Sérgio Fernando Corrêa e Salomón Abastro Macías direcionam o olhar para a emergente sociedade de controle, nos termos propostos por Deleuze, como um desdobramento da sociedade disciplinar pensada por Foucault, por meio da mediação das tecnologias de vigilância e do uso de big data. O artigo tem o mérito de esclarecer, as-

sumindo uma postura crítica, como a governamentalidade algorítmica exerce um importante papel na constituição da subjetividade, na construção da realidade social e no controle populacional.

Jeferson da Silva e Marcius Tadeu Maciel Nahur, em “Governo algorítmico e conexões: novos aspectos da

subjetividade a partir de Michel Foucault”, analisam o governo dos algoritmos como um novo regime de produção de subjetividades. Os autores destacam como o cuidado de si e o conhecimento de si, nos termos foucaultianos, como um exercício da liberdade, constituem possibilidades de resistência e de transformação de si.

* * *

Uma face incontestável do mundo contemporâneo, as redes sociais e seu mecanismo de manipulação são o tema examinado por Cristian Arão. Ele empreende uma análise pormenorizada do acontecimento emblemático da Cambridge Analytica, que capturou e utilizou os big data de forma perversa e deliberada com a finalidade de influenciar eleições. Apesar do exemplo, o artigo discute a capacidade de tais sistemas de compreender e decifrar pessoas. Diferentemente do que normalmente se pensa, a atividade humana é imprescindível e desempenha aí um papel relevante. Abordando o pensamento de Freud, Fromm e Adorno, o texto analisa as noções de inconsciente, impotência e a psicologia das massas, conceitos cuja compreensão é essencial inclusive para que a tecnologia algorítmica possa de fato “alcançar” pessoas. A proposta do autor é que a manipulação midiática e tecnológica, muitas vezes carimbada como uma “grande novidade”, nada mais é do que uma atualização de certas técnicas utilizadas há muito

tempo.

Fechando a edição, o inebriante ensaio de Denilson Soares Cordeiro enfrenta uma questão que toca diretamente todo o universo educacional não apenas brasileiro, mas mundial: a tecnologia utilizada no ensino remoto. Por conta da pandemia de Covid 19, o ensino remoto, que já exercia uma força crescente no mercado, agora se torna algo dado e inescapável. O autor aborda a catástrofe do chamado “solucionismo tecnológico”, que a um só tempo oculta o extrativismo de dados de grandes empresas de tecnologia e permite que decisões políticas agravem ainda mais a situação da já combalida educação pública.

Apesar do tema ser tão rico, polêmico e cheio de nuances, o conjunto de textos aqui reunidos são bem sucedidos em abordar como, com o governo dos algoritmos, corremos o risco de ver o campo da política esvaziado em grande medida. Tudo indica que rumamos em ritmo acelerado a uma espécie de tecnocracia digital, que fun-

ciona cada vez mais por meio de sistemas computacionais autônomicos em termos apenas de eficiência, inovação e segurança. Reaviva-se mais uma vez o sonho de resolver o problema da política por meio da ciência e da tecnologia, substituindo a deliberação pelo cálculo. No lugar do árduo e lento trabalho de construção democrática de uma vida em comum, avoluma-se o desejo pelas soluções rápidas e eficientes das novas máquinas inteligentes. Diante desse

quadro, a ação humana corre o risco de ser colonizada por processos racionalizados e autômatos. Os editores esperam que a leitura desse dossiê, que analisa o problema sob uma perspectiva eminentemente filosófica, possa contribuir para delinear novos modos de pensar esse problema, e sobretudo, recuperar a importância do político e igualmente a capacidade das gerações futuras de agir e tomarem decisões de uma maneira minimamente livre e refletida.

Maria Cecília Pedreira de Almeida (UnB) e Marco Antônio Sousa Alves (UFMG)
(Organizadores do *Dossiê*)

* * *

Além dos trabalhos que compõem o *Dossiê*, o presente número também conta com outras contribuições recebidas em fluxo contínuo.

(1) Wilson Alves de Paiva, professor da Universidade Federal de Goiás (UFG), no artigo “Rousseau e as Artes: Uma Leitura do Pigmaleão”, apresenta a tradução, acompanhada de uma discussão, da peça *Pygmalion* de Rousseau. A discussão busca destacar que o filósofo genebrino, apesar de condenar as artes como um dos elementos causadores da corrupção humana, escreveu diversas obras artísticas, entre elas óperas e peças de teatro, pois via a utilização das artes como remédio para os males

que elas causaram no coração humano.

(2) Em “Nietzsche: Da Técnica da Memória à Técnica do Esquecimento?”, Adilson Feiler, professor da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos), discute a relevância dos escritos nietzschianos para uma reflexão sobre a técnica e sua aplicação à memória. Neste sentido, visa mostrar que vigora uma aporia no projeto nietzschiano de transvaloração dos valores, já que, a despeito de questionar todos os mecanismos técnicos, como aqueles relativos aos estabelecimentos de ensino, o filósofo afirma a técnica através dos mecanismos do esquecimento.

(3) Rafael Siqueira Monteiro, profes-

sor da Secretaria de Educação do Estado do Pará (SEDUC/PA), em seu artigo "Cristianismo e a Renúncia de si no Último Foucault", propõe refletir sobre como o cristianismo produziu uma subjetividade por meio da qual o sujeito renunciou a si mesmo. Defende, nesse sentido, a hipótese de que esse modo de subjetivação cristã somente foi possível graças a duas características presentes na relação sujeito e verdade no cristianismo primitivo: a obrigatoriedade de confessar uma verdade de si e a imperfeição que caracteriza a natureza humana na antropologia cristã.

Por fim, temos ainda uma tradução e uma resenha. A tradução inédita do texto "O Sangue Corre na Tunísia" de Simone Weil foi realizada pelo Grupo de Tradução do departamento de filo-

sófia da Universidade de Brasília, composto por alunos da graduação e pós-graduação em filosofia, e coordenado pelo professor Philippe Lacour. Logo em seguida, Graziano Mazzocchini e Rodolpho Venturini, ambos doutorandos em filosofia na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), nos apresentam o livro "How We Became Our Data: A Genealogy of the Informational Person" de Colin Koopman.

Gostaríamos de aproveitar o ensejo para agradecer a todos os autores, por terem honrado a nossa *Revista* com as suas produções, bem como aos membros do corpo editorial, avaliadores, editores e leitores de provas, pela fundamental colaboração na confecção da presente edição.

Os Editores

Entrevista com Antoinette Rouvroy: Governamentalidade Algorítmica e a Morte da Política^{*}

Antoinette Rouvroy^{**}

Tradução

Maria Cecília Pedreira de Almeidaⁱ; Marco Antonio Sousa Alvesⁱⁱ

Apresentação dos tradutores

Antoinette Rouvroy é sem dúvida umas das principais referências mundiais no que se refere ao uso dos big data e de algoritmos nas sociedades modernas, tendo cunhado o termo, juntamente com Thomas Berns, de “governamentalidade algorítmica”, agora bastante estudado e difundido. Nesta entrevista, encaminhada com exclusividade à *Revista de Filosofia Moderna e Contemporânea*, a pesquisadora afirma que certas tecnologias pretenderiam eliminar as incertezas sobre o futuro, interferindo e moldando comportamentos humanos. Apesar de tecer duras críticas à atual “sociedade da otimização”, na qual se destacam ao mesmo tempo o afã de otimização e ao mesmo tempo

a espantosa passividade digital, também declara ter esperanças em um futuro não tão distópico. Segundo ela, “a melhor forma de resistência é não se deixar fascinar pela Inteligência Artificial”. Por fim, revela que é preciso lidar com o fato de que os dados são excessivamente centralizados por grandes companhias e fora de qualquer controle de natureza democrática. Portanto, segundo Rouvroy, é preciso repensar profundamente a situação dos dados, para que as instituições possam exercer algum papel, garantindo a transparência e a finalidade de sua utilização. A entrevista foi concedida originariamente ao *Green European Journal*, em inglês, em março de 2020. Aqui trazemos a versão revista e ampliada pela autora, com passagens inéditas.

^{*}Entrevista publicada em 27 de março de 2020, em inglês, no *Green European Journal*. Disponível em: <https://www.greeneuropeanjournal.eu/algorithmic-governmentality-and-the-death-of-politics/>

^{**}Doutora em Ciências Jurídicas pelo Instituto Universitário Europeu (Florença, 2006), é pesquisadora da FNRS no Centro de Pesquisa em Informação, Direito e Sociedade (CRIDS/Bélgica). Desde 2000, seu trabalho se concentra nas relações entre direito, construção e métodos de risco, ciência e tecnologia, e governamentalidade neoliberal. E-mail: antoinette.rouvroy@unamur.be.

ⁱProfessora do departamento de filosofia da Universidade de Brasília (UnB). Doutora em filosofia pela Universidade de São Paulo (USP). E-mail: cecylia.a@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3099-0060>.

ⁱⁱProfessor da faculdade de direito da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Doutor em filosofia pela UFMG. E-mail: marcofilosofia@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4885-8773>.

"A teoria revolucionária também consagrou a viva esperança utópica de que o Estado desapareceria, e que a esfera política se negaria enquanto tal na apoteose de um reino social definitivamente transparente. Nada disso se concretizou. A esfera política desapareceu, com certeza - mas, longe de fazê-lo por meio de uma autotranscendência para o reino estritamente social, a política levou o social ao esquecimento. Estamos agora na esfera transpolítica: em outras palavras, atingimos o ponto zero da política, uma etapa que implica também a sua reprodução e sua simulação infinita. Pois tudo o que não conseguiu transcender a si mesmo só pode se tornar presa de renascimentos sem fim. Portanto, a política nunca terminará de desaparecer - nem permitirá que nada mais surja em seu lugar. Uma espécie de histerese reina no político."

(Jean Baudrillard, *The Transparency of Evil. Essays on Extreme Phenomena*, Traduzido por James Benedict, Verso, 1993 [1990])

Nos últimos anos, episódios como o escândalo da Cambridge Analytica, juntamente com medidas regulatórias como a lei de dados RGPD¹ da União Européia, contribuíram para uma grande conscientização do público a respeito dos riscos potenciais sobre o *big data* e a inteligência artificial. No entanto, privacidade e proteção de dados, não-discriminação e igualdade de oportunidades são apenas a ponta do iceberg. Entrevistamos a filósofa do di-

reito Antoinette Rouvroy para discutir seu trabalho sobre a governamentalidade algorítmica e a profunda transformação que a revolução tecnológica impulsionada pelo neoliberalismo está catalisando na sociedade e na política. O que é necessário, argumenta ela, é um retorno à materialidade e o distanciamento de uma otimização sem fim - e nisto, a União Europeia deve desempenhar seu papel.

¹"General Data Protection Regulation", GDPR, sigla em inglês, referente ao Regulamento Geral de Proteção de Dados da União Europeia. N. dos T.

Para além dos equipamentos e da técnica da revolução tecnológica de hoje, uma mudança mais fundamental e central está transformando as sociedades. Entre outras coisas, você trabalha sobre a questão da governamentalidade algorítmica. O que é a governamentalidade algorítmica?

Antoinette Rouvroy: A governamentalidade algorítmica é a hipótese de um governo do mundo social que se baseia no processamento algorítmico de grandes volumes de dados [*big data*] e não em políticas, leis e normas sociais. Jacques Rancière explicou que existe, na base da política, uma *estética*, ou seja, um sistema de formas *a priori* (convencionais, institucionais) - a divisão entre o tempo e o espaço, o visível e o invisível, o discurso e o ruído - que define tanto o lugar quanto o alicerce da política como uma forma de experiência.² Por contraste, a governamentalidade algorítmica aparece como uma forma *anestésica*, fluida, ágil, perfeitamente destituída de formas *a priori* - inclusive da própria linguagem -, substituídas pelo automático (algorítmico), plástico (ágil), *emergências* hiperfluidas de padrões, pontuações, emparelhamentos, perfis,...detectados e refinados em tempo real por meio de uma detecção geométrica de distâncias e correlações entre pontos de dados [*data points*]

em um espaço puramente métrico. Metodologias *a priori* (princípios e métodos para garantir e manter a confiança nas medições) e padrões de referência dão lugar a padrões de "aprendizagem", e de algum modo uma normatividade digital circular torna-se indiscernível dos loops de feedback ou da recursividade no coração do metabolismo algorítmico. "Desta forma, corpos, ecologias e infraestruturas tornam-se o vetor de uma agência "natural", distribuída, sugerindo um modo de governança não mais visto como externo à vida, mas construído como uma forma participativa de autogoverno interna aos contornos da complexidade social e natural"³. Na prática estatística "tradicional", há sempre hipóteses (categorizações prévias) sobre o mundo, convenções de quantificação. Com os *big data*, a ideia é gerar hipóteses e critérios de classificação *a partir dos dados*. Não se trata mais de governar o que é reconhecível, de julgar, punir e controlar comportamentos passados ou presentes, mas de governar o desconhecido: a parcela incompressível de incerteza em excesso nos cálculos de probabilidade. A computação de *big data* doméstica a incerteza. O objetivo é dispensar a produção estatística de probabilidades - o que ainda exigiria interpretação e seria exposto a contestações - por meio de uma intervenção preventiva: para além de reagir

²J. Rancière, *Le partage du sensible. Esthétique et politique*, La fabrique, 2000, p.12.

³D. Chandler, "Beyond neoliberalism: resilience, the new art of governing complexity", *Resilience: International Policies, Practices and Discourses*, 2:1 (2014): 47-63.

em tempo real a sinais digitais ou alertas, o governo algorítmico gera "alertas" ou "estímulos" para obter como respostas reflexos, e não reflexividade, dúvidas, hesitações e decisões "conscientes". É um modo de governo relativamente subliminar que consiste em direcionar a atenção das pessoas para certas coisas, modificando o ambiente informativo ou físico para que os comportamentos não sejam mais obrigatórios, mas necessários.

Em *The Age of Surveillance Capitalism*, Shoshana Zuboff fala sobre "mercados dos comportamentos futuros". As experiências humanas, que se diz serem "inverificáveis", seriam traduzidas em comportamentos e sinais para que esses dados possam ser vendidos em um mercado. O objetivo é prever, mas isso também não controla o risco completamente?

Algoritmos de aprendizagem de máquinas [*machine learning*] não "veem" nada, nem "olham" para ninguém ou coisa alguma. De fato, os algoritmos não lidam com sujeitos, objetos e nem imagens: seu universo computacional é composto exclusivamente de pontos de dados, padrões, métricas..., que são ao mesmo tempo imperceptíveis e intraduzíveis para a linguagem humana.

Algoritmos "derrotam" nossas imagens, passam por nossas representações humanas, categorias, cosméticas, como se nenhuma delas sequer existisse. Eles parecem alcançar a presumível camada inalcançável de "real" pré-semiótico (desde Kant), contornando o construtivismo social e as infinitas interpretações e absolvendo-se antecipadamente de qualquer forma de crítica.⁴ Os algoritmos aparentemente nos permitem desautomatizar e contestar nossos preconceitos, mas, de fato, existem "vieses" por toda parte na realidade social "datificada" [*datafied*], nas funções algorítmicas objetivas, em métricas, em processos de aprendizagem de máquinas [*machine learning processes*], na interpretação humana de "soluções" algorítmicas, nos impactos desiguais que o mesmo "viés" algorítmico pode ter em diferentes partes da população... mas estes "vieses" se tornam "naturalizados" no metabolismo algorítmico de des-aparecimento anestético. É preciso retro-engenharia e outros esforços tecnologicamente pesados, longos e caros, para "re-criar" "discriminações" perceptíveis a partir do indiscriminado olhar computacional em um processo que consiste em desenhar a sombra de "objetos" que nunca tiveram nenhuma existência material sólida. Os "vieses" são reabsorvidos, obscurecidos nas camadas ocultas das redes neurais, instanci-

⁴Este "realismo algorítmico", e a aura de "objetividade" e "verdade" que acompanha a virada algorítmica, é, neste sentido, perfeitamente alinhada às correntes contemporâneas da filosofia ocidental, chamadas "realismo especulativo", "novo realismo" ou "ontologia orientada ao objeto", que têm como "inimigos" comuns o correlacionismo kantiano e o construtivismo social.

ados e reforçados através da performatividade dos mecanismos de feed-back loop próprios da recursividade, e, assim, são despolidizados.⁵ O uso dos algoritmos para decisões, nesse sentido, pode parecer tentador para os agentes que desejam diminuir o risco inerente à "decisão". O uso dos algoritmos para decisões também atesta uma saída da era da *crítica*, na qual a crítica era entendida como a prática ou a virtude de questionar e desafiar a construção social de categorias por meio das quais estamos predispostos a perceber, avaliar e julgar o mundo e seus habitantes. Reabsorvendo a representação no interior das camadas ocultas da computação recursiva, a governamentalidade algorítmica aparece de fato como o(s) fim(s) da "retrocritica" genealógica e arqueológica.

Além disso, permitir uma ação preventiva ou uma otimização em tempo real para dissipar os custos da incerteza para o agente ou instituição usando os algoritmos de aprendizado da máquina é também uma forma de "*despensar*" (*dé-penser*, em francês, significa, ao mesmo tempo, des-pensar, gastar ou exaurir) o futuro. Ao invés de se relacionar com o futuro por meio da imaginação, precaução, prevenção, projeção, antecipação..., a ideia é reduzir a grande variedade de futuros possíveis a um e

apenas um futuro, desprovido de incertezas: substituindo a incerteza pela necessidade. A melhor maneira para se ter certeza do futuro é, de fato, produzi-lo no presente. É exatamente isso que os algoritmos manifestam, sejam os usados no policiamento preditivo, na justiça preditiva ou na avaliação de crédito. Eles "atualizam" no presente o que só existe enquanto "possibilidade". Eles assumem o risco de morte prematura. A governamentalidade algorítmica não leva em conta causas e sinais fisiológicos - ou melhor, simplesmente os trata em igualdade com outros tipos de sinais, por exemplo, o tipo de pessoas com quem você se associa, o que você come, o fato de você ficar acordado a noite toda assistindo filmes na Netflix, o tipo de supermercado em que você compra, ou o fato de você ter recebido aconselhamento matrimonial nos últimos três meses. A partir de todos esses dados distintos, causalmente independentes, os algoritmos constroem uma pontuação de risco baseados em uma lógica puramente estatística. Qualquer coisa pode ser considerada como um "atributo" que contribui para a pontuação de risco. Uma vez detectados os sinais, a pessoa em questão será tratada como se já tivesse "contratado" o risco ou já tivesse "atualizado" o perigo, e poderá então, por exemplo, ter seu seguro de vida cancelado. Não se

⁵Ver Luciana Parisi, "Recursive Colonialism and Speculative Computation", Franklin Humanities Institute (FHI), Duke University, 18 de setembro de 2020. <https://fhi.duke.edu/events/luciana-parisi-recursive-colonialism-and-speculative-computation>

trata de agir sobre as causas, mas de agir preventivamente sobre os efeitos e de uma forma que seja benéfica para aqueles que compram ou projetam o algoritmo, seja para aumentar os lucros ou o controle. Para tomar um único exemplo: o mundo dos seguros, com seu controle de riscos, morre. O mundo do pós-seguro não precisa mais controlar os riscos porque já podemos antecipar sua atualização. A ideia de risco desaparece completamente. Portanto, não tentamos mais impor novas normas ou moldar interações entre as pessoas, mas passamos diretamente à neutralização. Isso não mata a imaginação e a vida? O critério de conveniência desta pontuação é seu caráter "decisivo", sua operacionalidade, e não a sua validade, a sua exatidão, a sua justiça, e nem a sua compatibilidade com ideais de justiça e solidariedade, com as quais uma dada sociedade, em um dado momento, "imagina" como sendo corretos ou justos, ou ao menos como aproximações desses ideais de perfectibilidade do social.

Continuamos a imaginar, mas a imaginação não é mais levada em conta, pois a ideologia técnica dos *big data* promete uma transparência total do social para si mesmo bem como a dissipação da camada de representação axiologicamente suspeita, ideologicamente tendenciosa, politicamente contestável, subjetivamente parcial.

Mas não é apenas a representação do passado e do presente que é fechada, mas também a imaginação de futuros alternativos. A otimização, diferentemente da imaginação ou da antecipação, é exatamente o oposto da política. A política considera transcender o estado atual das coisas. A governamentalidade algorítmica, por outro lado, considera a otimização da situação atual para que ela permaneça o mais favorável possível a certas partes interessadas. É uma nova forma de racionalidade, a otimização de uma multiplicidade de funções objetivas justapostas, que hoje são determinadas principalmente por interesses industriais. O neoliberalismo nos levou a um lugar onde tudo passa a ser calculável. Quais foram os interesses políticos e econômicos que nos conduziram a tal realidade? Os sistemas atuais baseiam-se nas visões de empoderamento que surgiram nos anos 60 e 70, uma espécie de recusa a qualquer heteronomia, um desejo de ser governado apenas por si mesmo, uma espécie de ódio à média e às categorias. É o fim das classes e dos grupos. Os indivíduos não querem que as burocracias - públicas ou privadas - os vejam como membros de uma ou outra classe ou grupo social, mas como seres eminentemente singulares, únicos e criativos. Os *big data* se dirigem a nós enquanto indivíduos, estando o mais distante possível de qualquer ideia do que seja a média. A própria ideia de média desaparece. Hoje,

vivemos em uma sociedade da otimização na qual todos devem se otimizar, para ser e ter tudo, o tempo todo. A personalização em escala industrial não é mais um oxímoro. Todos querem seu ambiente e seu equipamento personalizados. O autor Alain Damasio fala de um " techno-casulo", algo muito aconchegante. Todos tremem de medo com a perspectiva de vigilância em massa, mas os dois andam de mãos dadas. Este hiperindividualismo é o resultado do neoliberalismo: trata-se de julgar a todos ou avaliar as capacidades detectáveis de todos em alta definição ou resolução digital. Mas esta alta resolução digital também implica alta dissolução social: uma expropriação da imaginação política individual e coletiva. É uma obsessão com o "real": tempo real, custos reais, onde esse "real" de fato está nos excluindo como sujeitos. "Nós", ou mesmo "eu", não existimos fora das formas que nos damos. Falamos porque não há nenhum antecedente para a enunciação. "Observemos de passagem que, em francês, uma *persona*, um certo 'alguém', é também '*personne*', 'ninguém': eco da ligação original que solda o determinado ao indeterminado, o algo a alguma coisa, a presença de mil caminhos à ausência de qualquer caminho."⁶ A exclusão do sujeito (a subjetividade sendo substituída pela "objetividade" mecânica; a seletividade sendo substituída por conjuntos

desestruturados de dados infinitamente plásticos em extensão) pelo realismo algorítmico é a exclusão do "vazio" ou do "ponto cego", o "desajuste" ou a não-coincidência que cada sujeito é para si mesmo, o silenciamento de enunciados heterocrônicos, contrafactuais e ante-factuais de motivações e intenções através dos quais os seres humanos contrapõem e exibem sua invencível incompletude. Os sujeitos existem como e em "formas de vida" e em nenhum outro lugar.

Os dispositivos algorítmicos são ainda mais eficazes porque eles permeiam as "formas de vida", o que significa, segundo a definição dada por Giorgio Agamben, que " uma vida – a vida humana – em que os modos singulares, atos e processos do viver nunca são simplesmente fatos, mas sempre e primeiramente possibilidade de vida, sempre e primeiramente potência. Comportamentos e formas do viver humano nunca são prescritos por uma vocação biológica específica nem atribuídos por uma necessidade qualquer, mas, por mais ordinários, repetidos e socialmente obrigatórios, conservam sempre o caráter de uma possibilidade, isto é, colocam sempre em jogo o próprio viver [...] Isso constitui imediatamente a forma-de-vida como vida política. ». Nós somos "formas vivas": " uma vida que jamais pode ser separada da sua

⁶Clément Rosset, *Le Réel. Traité de l'idiotie*, Minuit, 1977/2004, pp.18-19

forma, uma vida na qual jamais é possível isolar alguma coisa como uma vida nua".⁷

É claro que se pode objetar que em alguns casos, esta hiperindividualização que permeia processos de subjetivação - ou "microdireções" - e vigilância pode ter aspectos positivos, domando comportamentos para o benefício da comunidade, segurança, proteção, sustentabilidade... Por exemplo, a regulação dos prêmios de seguro de carro com base no comportamento do motorista pode ser um incentivo poderoso e bem-vindo para melhorar o comportamento ao dirigir. Entretanto, regular os prêmios de seguro com base no consumo no supermercado ou outras opções e possibilidades pessoais pode ser muito mais problemático (nem todos têm meios para comprar e comer alimentos orgânicos todos os dias nem para viver em um bairro seguro e sem poluição). Mas a virada algorítmica não é a causa disso. É antes o sintoma da ideologia atualmente dominante do capitalismo neoliberal. Hoje vivemos em uma sociedade da otimização na qual todos devem se otimizar, para ser e ter tudo, o tempo todo. Não somos mais julgados por valores ou pela moral. Tudo tem o mesmo valor, por assim dizer. E a melhor forma de satisfazer os consumidores, em tempo real

e sem julgamento, é tocar diretamente em seus impulsos, e não em sua reflexão. Geralmente, levamos tempo para refletir, temos impulsos nervosos que são muito mais lentos do que os sinais digitais. A velocidade do pensamento humano, da reflexão, sofre um curto-circuito pela velocidade da tecnologia digital. Há uma elisão do sujeito.

A exclusão do sujeito é outra forma de ver a crise de representação nos sistemas políticos e econômicos atuais?

M. Horkheimer e T. Adorno, em 1944, já criticaram, à sua maneira, este "achamento" do pensamento ou sua redução ao computacional. "Pensar reduzido a um aparato matemático implica consagração do mundo como sua própria medida". A submissão de toda a realidade ao formalismo lógico, que parece ser o triunfo da racionalidade subjetiva, é alcançada por meio da dócil submissão da razão ao que é imediatamente dado. O conhecimento abandona todas as suas pretensões: compreender o que é dado como tal; não se contentar em relacionar fatos com as relações sócio-temporais abstratas que permitem compreendê-los, mas em vez disso pensar neles como o que emerge, como momentos mediatizados do conceito cuja compreensão se desenvolve

⁷G. Agamben, *Moyens sans fins. Notes sur la politique*, Paris, Payot Rivages, 2002 [1993], p.13-14. Em português, utilizou-se a edição *Meios sem fim: notas sobre a política*. Trad. Davi Pessoa Carneiro. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.

⁸M. Horkheimer, T. W. Adorno, *La dialectique de la raison*, 1944.

junto com seu significado social, histórico e humano"⁸.

No entanto, nem tudo é desolação. A possibilidade, por meio da alta resolução digital, de "dar voz" ao pré-semiótico, ao ainda não dito, ao que era desconhecido e inimaginável, nos coloca no limiar do irrepresentável e abre também novas possibilidades políticas. Agora que tudo está capturado, o sistema pode dar voz e peso ao que antes era obscurecido e reprimido sob o jugo da representação dominante (assombrado pelo colonialismo, preconceitos de gênero e opressão). Isto pode parecer muito libertador e alguns estudiosos, como Luciana Parisi, recorrem para a adoção da instrumentalidade e da agencialidade compósita humano-maquínica, numa direção emancipatória. A des-corporeidade, a emancipação de identidades corpóreas definidas, a desorganização e a libertação da vida das formas em que a linguagem opera sua "normalização" repressiva, estão entre as possibilidades oferecidas pela virada algorítmica. Mas o que falta é uma referência coletiva que Guattari e Deleuze chamaram de conjuntos coletivos de enunciação, que enredam, em um território, em uma localidade,

uma variedade de componentes semióticos (linguísticos, gestuais, prosódicos, rituais,...) tendo como origem os corpos materiais, orgânicos e seus encontros.⁹ Nesses agenciamentos, o significado emerge da coletividade e é absolutamente dependente da territorialidade e da corporeidade em sua semiótica intrincada... tudo isso escapa ao computacional, é claro. Há algo que é secretado pelo "comum", pelo "coletivo", que transcende o indivíduo otimizado por si mesmo ou por si mesma. O comum é, por assim dizer, a quarta pessoa do singular, uma singularidade impessoal do "em comum". Completamente esquecido hoje, é o irrepresentável, o não representado nos dados, o incalculável.

O incomputável - o último recalcitrante à governança algorítmica - também se encontra na organicidade, na normatividade da vida: a perspectiva epigenética da própria morfogênese.¹⁰ O termo Antropoceno nos engana porque sugere que tudo depende de nós (ainda que o conceito de Antropoceno obscureça o fato de que o mundo ocidental é de fato culpado pela maioria dos danos ecológicos e climáticos) e que não há natureza, nenhuma "vida", independente de nós mesmos, que nós, então, esta-

⁹Os filósofos franceses Félix Guattari e Gilles Deleuze desenvolveram pela primeira vez o conceito de teoria do agenciamento em seu livro de 1980, *A Thousand Plateaus*.

¹⁰O capitalismo neoliberal tende a apresentar organismos vivos como eminentemente plásticos e adaptáveis às "necessidades" sócio-econômicas que, por contraste, aparecem como tendo uma natureza fixa. (Sobre este assunto, ver A. Rouvroy, *Human Genes and Neoliberal Governance. A Foucauldian Critique*, Routledge-Cavendish, 2017). Por "plasticidade", aqui, eu prefiro me referir ao que Catherine Malabou apresentou como a recalcitrância da própria biologia, ou organicidade - através da epigênese - à domesticação biopolítica. Ver Catherine Malabou, *The Ontology of the Accident: An Essay on Destructive Plasticity*. Polity, 2012.

mos ou devemos estar no controle de tudo, assim como nas sociedades capitalistas a instituição imaginária da sociedade é uma instituição de extrativismo e exaustão. Como Luigi Pellizzoni explicou, "os fundamentos conceituais (...) estão em uma nova compreensão da qualidade ontológica do mundo biofísico. Este último é concebido como totalmente plástico, controlável, aberto a uma agência humana em constante expansão".¹¹ Isto se encaixa numa representação da vida como puro fluxo de informação recombinação - e reprogramável. No entanto, há natureza fora de nós, que não é representada nem representável na forma de dados e isto é exatamente o que é o "viver".

Vejam a atual pandemia mundial de coronavírus. A governamentalidade algorítmica não viu nada chegando, perda que estava em um sonho tecnoimune de "eficiência". Tendo se tornado imune aos excessos do possível sobre o otimizável, tendo pensado que tinha esgotado o mundo, embora tenha apenas esgotado a sua própria realidade, a governamentalidade algorítmica não quis mais saber de nada e desistiu de antecipar o impossível: a possibilidade do imprevisto. A governamentalidade algorítmica havia se tornado tão fechada no mundo digital que havia perdido o contato com o continente, com a fragi-

lidade dos organismos, com a inocência implacável e incontestável do mundo e seus pangolins, que o que tinha que acontecer aconteceu. A governamentalidade algorítmica estava rodando em suas nuvens enquanto o pequeno monstro florescia, engolfando o mundo no ponto cego do digital.

Entretanto, a governamentalidade algorítmica tem um antropocentrismo absoluto: trata-se de reivindicar que a racionalidade humana pode ter controle sobre tudo o que não é humano no mundo. Isso é desolador. Você vê alguma luz no final do túnel?

Há vislumbres de esperança em toda parte. O capitalismo que esgotou todos os recursos materiais e agora está explorando o virtual é uma super ficção, completamente desconectado da materialidade. A melhor forma de resistência ou rebeldia é provavelmente não se deixar fascinar pela inteligência artificial (IA). Os especialistas em IA desmistificam-na melhor. Eles são os melhores defensores da política: Yann LeCun, chefe da IA no Facebook, diz que uma IA nunca será mais inteligente do que um gato. Os especialistas explicam que a IA é incapaz de perceber o contexto. Devemos ouvir esses especialistas e não a narrativa de soluções

¹¹L. Pellizzoni, "Governing through disorder: neoliberal environmental governance and social theory", *Global Environmental change* 21(2011), pp. 795-803.

puramente tecnológicas por parte da indústria, que foi retomada por políticos que a utilizam para abdicar de sua responsabilidade. O viver está em toda parte; devemos nos concentrar nisto.

O que exatamente é o viver? Devemos voltar à terra, como diz Bruno Latour?

O retorno ao território, o re-habitar, traduz-se politicamente em um relativo retorno ao local. Não há nada de regressivo nisso. Trata-se de focalizar o aqui e agora, a terra sob os nossos pés, que está mais enraizada do que nós. O projeto de globalização e o capitalismo são incompatíveis com a sobrevivência. A otimização é o oposto de nos concentrarmos no que importa concretamente aqui e agora: ela nos hipnotiza e nos dispensa de olhar e estar no mundo. A IA é apenas uma fonte de informação e não será mais útil do que um martelo ou uma pá. A IA pode nos dar mapas interessantes, ajudar a identificar fatos, mas os fatos não falam por si mesmos: eles precisam ser tornados importantes, significativos, e este trabalho é exclusivamente do ser humano.

Politicamente, como podemos combater a governamentalidade algorítmica?

Hoje existe uma passividade digital espantosa. Muitas pessoas pensam que,

com a ajuda da tecnologia, votos digitais, petições e insultos mudarão as coisas, e até levarão a assembleias de cidadãos. Não quero criticar tudo isso, mas o insulto online é o que alimenta o capitalismo algorítmico. Passar tempo sendo insultado no Facebook é o que alimenta a besta. A oposição funciona quando as pessoas se reúnem para fazer algo concreto e tangível - como construir uma casa, criar uma horta, cuidar uns dos outros, ou muitas outras coisas. Um retorno aos "assuntos que importam" é também uma questão de resiliência comum. A pandemia - e sua gestão frequentemente desastrosa - é um espelho que amplifica as terríveis consequências de negar a materialidade em prol da especulação. O vírus não pode ser domado sem se atenuar as desigualdades reais de acesso à saúde e à moradia (este é apenas um exemplo). Nossa razão como seres humanos é limitada porque temos um corpo, um ponto de vista sensorial, e sem ele não podemos conhecer, compreender ou estar no mundo. Ser um corpo com outros corpos, interdependente e exposto a contágios de todo tipo. Somos porosos e estamos todos presos neste Planeta. Isso é o que nos permite e exige que planejemos um futuro que não esteja exclusivamente preocupado ou mesmo pré-determinado por lógicas exaustivas de acumulação e otimização.

Passemos para um assunto diferente, mas relacionado, isto é, o direito quando se trata de *big tech*. Você diz que o Regulamento Geral de Proteção de Dados, a lei de dados da UE introduzida em 2018, é útil, mas que chegou tarde demais e com o alvo errado. Você poderia explicar por quê?

Tenho em mente a lei de concorrência, porque quando falamos de direitos humanos, as questões digitais de proteção da privacidade e da vida privada surgem imediatamente. Mas isto diz respeito à "fortaleza" erguida em torno do indivíduo. Na verdade, a governamentalidade algorítmica não está interessada no indivíduo, mas na intensidade das relações estatísticas descobertas entre os "atributos" infra-pessoais (que poderiam até ser descritos como infra-atributos, sinais sem significado) que transpiram da existência diária, e os padrões de comportamento supra-individuais, impessoais, mas "preditivos" gerados na escala industrial a partir de *big data* (dados comprovados a partir de comportamentos de outras populações). Um "perfil" não é uma pessoa identificada ou identificável, é uma estrutura impessoal ou um padrão. Quando se diz que as pessoas "correspondem" a um perfil, isso não significa que elas tenham sido identificadas, mas que "compartilham" com o pa-

drão um número estatisticamente significativo de infra-atributos. O GDPR¹² está muito concentrado no indivíduo, mesmo que o consentimento ofereça muito pouca proteção. A questão é que hoje o poder reside menos na identificação das pessoas e mais na modelagem de seu possível comportamento coletivo, fazendo com que os "padrões" de modelagem escapem à contestação política. A Europa tem um papel a desempenhar, mas repensando fundamentalmente o status dos dados, mesmo que isso implique em fazê-lo de forma negativa. Toda a situação em torno dos dados é problemática. Hoje, a maioria dos dados é capturada, e não necessariamente produzida, por grandes empresas de tecnologia como Google, Amazon, Facebook, Apple e Microsoft. Os Estados são dependentes destes atores, seja para fins de segurança ou outros propósitos. Os Estados e outros atores da sociedade civil são induzidos a assinar contratos com eles: tome-se, por exemplo, a Agência de Segurança Nacional¹³ nos EUA no combate ao terrorismo ou a crescente dependência das redes sociais para localizar pessoas e reunir famílias após um terremoto ou outros desastres naturais. Os dados são centralizados, fora do controle democrático, por empresas em processo de aquisição de poderes muito maiores do que os Estados. Trata-se de uma ques-

¹²GDPR, sigla em inglês, referente ao Regulamento Geral de Proteção de Dados da União Europeia. (N. dos T.)

¹³NSA, em inglês, National Security Agency. (N. dos T.)

tão geopolítica importante. Que instrumentos a União Europeia dispõe? Em vez de uma narrativa em torno da ética e de forças-tarefa de inteligência artificial, a UE precisa de uma forte lei de concorrência e penalidades financeiras adequadas. A UE também deve contornar a "demagogia fiscal" dos estados membros, permitindo que os principais atores da economia digital não paguem impostos a fim de atrair investimentos. A UE também deve investir em bancos de dados europeus, know-how e inteligência artificial. Infelizmente, a UE está atrasada: não tem a mesma quantidade de dados que seus concorrentes (com exceção de certos setores centralizados, como o da saúde na França ou na Bélgica). Mas, mantenho que o futuro da competição internacional não será a IA, mas o clima e o meio ambiente, o governo dos assuntos reais. Claro que o "urbanismo resiliente", "cidades inteligentes", "ambiente inteligente" são todos apresentados como pretendendo aumentar a sensibilidade social e política e a reatividade em relação às mudanças climáticas e danos ambientais, mas também despolitizam suas causas e as diferentes formas como essas mudanças afetam diferentes populações de seres vivos, apresentando-as como puros efeitos a serem monitorados em tempo real, condenando o "público" à

ansiedade estática da pura presença da crise.¹⁴

Um caminho interessante seria dar aos dados um status completamente diferente. Hoje, ele é visto como um bem, um valor positivo para a sociedade e para a economia. Mas, de uma forma muito material e pragmática, os dados são resíduos tóxicos.¹⁵ A maior parte dos dados não tem significado em si mesma. No momento em que são coletados, eles só têm valor como uma opção, como especulação, para serem potencialmente processados, dissecados e usados posteriormente. Uma vez que os dados estejam expostos, eles permanecem assim para sempre, como a energia nuclear. Talvez devêssemos ver o ambiente digital como acelerador da entropia ecológica. A menor consulta no Google consome uma quantidade incrível de energia. A Europa tem um papel a desempenhar, mas repensando fundamentalmente a situação dos dados, mesmo que isso implique fazê-lo de um modo negativo. Deveríamos exigir a regulamentação do uso dos dados, sendo transparentes sobre sua utilidade, sua origem, seu destino e até mesmo como a coletividade poderia ou não usá-los. Para isso, precisamos reabilitar as instituições e regular a economia perigosamente extrativa - seja para o meio

¹⁴Ver Ross Exo Adams, "Becoming Infrastructural", 2017. <https://www.e-flux.com/architecture/positions/149606/becoming-infrastructural/>

¹⁵Ver por exemplo Nanna Bonde Thylstrup, "Data out of place: toxic traces and the politics of recycling", *Big data society*, setembro de 2019.

ambiente ou para os humanos - neste mundo digital, que é vendido aos cidadãos como existindo apenas em uma

"nuvem" separada de nossas realidades terrenas.

Referências

- ADAMS, Ross Exo "Becoming Infrastructural", 2017. <https://www.e-flux.com/architecture/positions/149606/becoming-infrastructural/>
- AGAMBEN, G. *Meios sem fim: notas sobre a política*. Trad. Davi Pessoa Carneiro. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.
- AGAMBEN, G. *Moyens sans fins. Notes sur la politique*, Paris, Payot Rivages, 2002 [1993].
- GUATTARI, Félix; DELEUZE, Gilles. *A Thousand Plateaus*. 1980.
- HORKHEIMER, M.; ADORNO, T. W. *La dialectique de la raison*, 1944.
- MALABOU, Catherine. The Ontology of the Accident: An Essay on Destructive Plasticity. *Polity*, 2012.
- PELLIZZONI, L. "Governing through disorder: neoliberal environmental governance and social theory ", *Global Environmental change* 21(2011).
- ROSSET, Clément. *Le Réel. Traité de l'idiotie*, Minuit, 1977/2004.
- ROUVROY, A. *Human Genes and Neoliberal Governance. A Foucauldian Critique*, Routledge-Cavendish, 2017.
- THYLSTRUP, Nanna Bonde "Data out of place: toxic traces and the politics of recycling", *Big data society*, setembro de 2019.

Recebido: 10/12/2020

Aprovado: 20/12/2020

Publicado: 31/01/2021

Tornar a Revolta Impossível

[Making Revolt Impossible]

Thomas Bernsⁱ

Tradução

Maria Cecília Pedreira de Almeidaⁱ; Marco Antonio Sousa Alvesⁱⁱ

Resumo: Neste artigo, publicado originalmente na França (*Rendre la révolte impossible*, Rue Descartes, 2013/1, n. 77, pp. 121-128), Thomas Berns reflete sobre um novo tipo de normatividade, que se afasta do modelo jurídico-discursivo e subverte um aspecto fundamental daquilo que entendemos tradicionalmente por norma: a possibilidade de desobediência. O autor procura discernir, nas normatividades contemporâneas, uma nova relação com a realidade, uma pretensão de governar a partir do real. Diferentemente da norma jurídica, que expressa um ato de vontade que procura governar o real, tais normatividades são concebidas como imanentes ao real, permitindo que as práticas de governo se tornem mais insidiosas, quase imperceptíveis, como vemos na “governamentalidade algorítmica”. A tradução deste artigo para o português procura contribuir para a difusão, no Brasil, desse importante debate sobre a política e o direito na contemporaneidade.

Palavras-chave: Normatividade. Desobediência. Governamentalidade Algorítmica.

Abstract: In this article, originally published in France (*Rendre la révolte impossible*, Rue Descartes, 2013/1, n. 77, pp. 121-128), Thomas Berns reflects on a new kind of normativity, which departs from the legal-discursive model and subverts a fundamental aspect of what we traditionally understand by norm: the possibility of disobedience. The author seeks to discern, in contemporary normativities, a new relationship with reality, a claim to govern the reality. Unlike the legal norm, which expresses an act of will that seeks to govern the reality, such normativities are conceived as immanent to the real, allowing government practices to become more insidious, almost imperceptible, as we see in “algorithmic governmentality”. The translation of this article into Portuguese seeks to contribute to the dissemination, in Brazil, of this important debate on politics and the law in contemporary times.

Keywords: Normativity. Disobedience. Algorithmic Governmentality.

*Professor de filosofia política e ética na Université Libre de Bruxelles, autor de livros como *Violence de la loi à la Renaissance* (Paris, Kimé, 2000), *Droit, souveraineté et gouvernementalité* (Paris, Léo Scheer, 2005), *Gouverner sans gouverner: une archéologie politique de la statistique* (Paris, PUF, 2009) e *La guerre des philosophes* (Paris, PUF, 2019). Desenvolve, entre outros temas, estudos sobre as novas formas de normatividade e controle estatístico, tendo desenvolvido, justamente com Antoinette Rouvroy, a noção de “governamentalidade algorítmica”. E-mail: thomas.berns@ulb.ac.be. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8928-4390>.

ⁱProfessora do departamento de filosofia da Universidade de Brasília (UnB). Doutora em filosofia pela Universidade de São Paulo (USP). E-mail: cecylia.a@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3099-0060>.

ⁱⁱProfessor da faculdade de direito da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Doutor em filosofia pela UFMG. E-mail: marcofilosofia@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4885-8773>.

À memória sempre viva de Bernard Stiegler

A norma por excelência, ou seja, a norma a partir da qual se pensa a ideia mesma de normatividade e suas principais qualidades – justiça, soberania, legitimidade, validade, eficácia –, é a norma jurídica. É a partir dela que a filosofia, assim como o cidadão, refletem sobre a ideia de norma. Suas especificidades foram colocadas em evidência por Michel Foucault, que foi justamente aquele que mais contribuiu para tornar manifesto o caráter reducionista dessa compreensão da norma e do poder em geral. Aquilo que Foucault chamava de modelo “jurídico-discursivo” do poder, do qual ele tentou incessantemente se afastar ao revelar seus modelos sucessivos – os mecanismos disciplinares e de segurança –, ainda que compreendidos cada vez mais, todos os três, como componentes nos quais o poder – continua a se exercer¹, aparece efetivamente em sua especificidade quando o consideramos em relação às suas duas figuras normativas rivais, mais positivas e iminentes. O modelo jurídico-discursivo aparece assim como construído sobre a base transcendente da regra, centrado sobre a soberania ao ponto de parecer

ter em vista apenas a sua verificação, pensado como aquilo que se detém ou se transfere e é, sobretudo, negativo, repressivo, ou seja, “bloqueia” os comportamentos.

Eu gostaria de levar em consideração aqui uma qualidade inerente à norma jurídica, tão inerente que tendemos a esquecer-la, qual seja, o fato de que ela é fundamentalmente uma norma à qual é possível obedecer ou desobedecer, até mesmo resistir. Mais exatamente, trata-se de uma norma que é pensada e construída em função da possibilidade que ela guarda de ser obedecida ou desobedecida – o que ultrapassa, me parece, a função apenas de proibir, que Foucault coloca em evidência. Essa qualidade é fundamentalmente ligada às outras características da norma jurídica. Sua discursividade só tem sentido quando concebida a partir dessa possibilidade intrínseca da lei de ser obedecida ou desobedecida. Sua construção nos âmbitos representativos dá espaço ao debate e à contradição. Sua não retroatividade, sua publicidade, a sanção que ela prevê, o direito que ela concede a um processo equitativo no qual sua discursividade

¹Mas o fato de a norma se tornar o objeto de um sopesamento, de uma concorrência entre os três modelos em questão, poderia ser interpretado como o acabamento da racionalidade própria ao mecanismo de segurança, uma vez que se trata, nesse caso, de inscrever a norma em um mercado, guiado por uma avaliação estatística de seus efeitos.

²Eu tomo livremente essa expressão emprestada de L. Fuller, *A moralidade do direito* (*The morality of Law*, Yale Univ. Press, 1969, p. 33ss.), que lista oito princípios constitutivos da “moralidade interna do direito”, a saber, a generalidade, a publicidade, a não-retroatividade, a inteligibilidade, o caráter não-contraditório, a praticabilidade, a estabilidade da norma e, por fim, o fato de que sua implementação corresponde à sua formulação.

se prolonga, etc., todos esses princípios de legalidade asseguram a “moralidade interna do direito”², encarnando a ideia da discursividade da norma, mas deixando entender também como a possibilidade da desobediência é concomitante a essa discursividade.

Essa característica quase trivial pode ser colocada em evidência ao se confrontar a norma jurídica, vista a partir desse ponto de vista, com as formas normativas mais contemporâneas. Por meio dessa confrontação, aparece também a especificidade dessas últimas e a dificuldade na qual elas colocam o filósofo que tenta diagnosticá-las fazendo uso de ferramentas que ainda dependem do registro jurídico-discursivo.

É, antes de tudo, uma nova relação com a realidade que é desenvolvida pelas normatividades contemporâneas. Essas novas normas, cuja eficácia se tornou uma questão central³, a ponto de ocupar todo o espaço, são normas que se apresentam como objetivas – pouco importando se de fato o são – e encontram nessa pretensão à objetividade a fonte de seu poder. Em outras palavras, os dispositivos normativos são construídos, são “montados” como expressões do real. Tais atos de governo devem, desde logo, ser claramente dis-

tinguidos daquilo que podemos chamar de ação política. Eles devem ser tão objetivos e técnicos quanto possível. Podemos até mesmo dizer que eles devem ser tão invisíveis quanto possível, na medida em que eles seriam portadores de sentido em si mesmos, com referência a uma responsabilidade extrínseca que todo sentido delinea (e, portanto, refletiria a desresponsabilização dos próprios indivíduos). Idealmente, essas novas atividades de governo devem consistir então, essencialmente, em desvelar, mostrar, e não em agir nem “fazer” o que quer que seja. Em suma, na maior medida possível, consiste em governar sem governar.⁴ Aquilo que é essencial e próprio a esse tipo de governo decorre então do tipo de relação com o real que se delinea: o real é pensado como algo que existe e funciona por si mesmo, que não tem nenhuma necessidade de ser instituído (vemos, aqui, um ponto de partida que encontramos desde Hume, radicalmente oposto àquele que, na grande tradição da filosofia política moderna, quis pensar o comum a partir da figura inaugural do contrato social). O real deve apenas ser dito, ser retomado, ser definido, ser tornado mais consistente. Mas isso, entenda-se bem, para

³Na medida mesmo em que a eficácia, ao menos até a emergência da análise econômica do direito, foi sempre, para o continente jurídico, uma questão secundária. Exceto se a considerarmos como algo que encontra toda a sua consistência na verificação quase solipsista da soberania: poderíamos quase dizer que, idealmente, do ponto de vista da teoria do direito, a eficácia da lei era inteiramente relativa à sua efetividade, não aos seus resultados.

⁴Ver meu livro *Governar sem governar: uma arqueologia política da estatística* (*Gouverner sans gouverner. Une archéologie politique de la statistique*, PUF, 2009). Ainda sem tradução para o português (N dos T.). Por essa expressão, eu não entendo de forma alguma que não há governo. Ao contrário, nunca se governou tanto. Mas esse poder de governar decorre de uma retenção, de uma aparente preocupação de se colar ao real.

dar lugar ao governo. A definição mais geral desse governo que se abstém de governar reside na relação que ele estabelece com o real. Trata-se de governar *a partir* do real, a partir das atividades existentes, e não mais governar *o* real, ou o concreto, entendendo que o concreto e seu governo seriam objetos de decisão. Trata-se, então, de governar como se nos contentássemos em recolher aquilo que já está aí, em recolher a atividade humana, tomada em consideração e mostrada como viva e substancial.

Vejamos, a partir de agora, três aspectos mais importantes dessa aderência ao real, própria aos dispositivos normativos contemporâneos:

- Em primeiro lugar, os dispositivos normativos contemporâneos parecem, mais frequentemente, se contentar sempre em apenas colocar em questão a definição das coisas. Nesse sentido, eles têm, cada vez mais, a forma de uma especificação técnica ou ainda de uma certificação, algo meramente sugerido, repousando sobre a conformidade em relação ao que aparece como o modelo de definição de um elemento de nossa realidade (dois exemplos evidentes: as normas ISO e o DSM). Idealmente, trata-se somente de dizer ou de reconhecer as coisas tais como elas são, não como elas

deveriam ser, a ponto de poder livrar-se de toda força obrigatória.

- Em segundo lugar, os dispositivos normativos contemporâneos interpelam, antes de tudo, aqueles sobre os quais incidem (indivíduos, empresas, centros de pesquisa...), para que se deem conta de suas próprias atividades. É, na medida do possível, por meio dessa ação de relato (*reporting*) de si mesmo que a ação normativa se realiza. Uma das principais ferramentas normativas é o relatório (*rapport*), que permite em seguida o desenvolvimento de outras práticas normativas mais específicas, como a avaliação, a classificação etc. Temos aí, ao que parece, um fundo comum à maioria dos contextos normativos contemporâneos, que é urgente questionar e que se desenvolve explorando, de uma maneira nova, o modelo da confissão ou do reconhecimento.⁵

- Em terceiro lugar, os dispositivos normativos contemporâneos inscrevem-se, majoritariamente, em uma racionalidade atuarial. Eles são geralmente nutridos, acompanhados, justificados, reforçados e corrigidos pelas técnicas estatísticas (no nível mais geral, somos sempre governados por dispositivos estatísticos). Isso é ainda mais perceptível e constante nas novas técnicas estatís-

⁵Ver os dois artigos que escrevi com G. Jeanmart, “Relatório / Confissão” (« Reporting / Confession », in *Multitudes*, n° 36, 2009) e “O relatório como resposta da empresa responsável: promessa ou confissão (a partir de Austin e Foucault)” (« Le rapport comme réponse de l’entreprise responsable : promesse ou aveu (à partir d’Austin et Foucault) », *Dissensus*, 3, 2010, pp. 117-137, <http://popups.ulg.ac.be/dissensus/document.php?id=701>).

ticas que repousam sobre práticas de coleta massiva e não seletiva de dados, que exploram grandes quantidades de dados (*big data*) por meio da mineração de dados (*datamining*), o que permite produzir normas que aparecem como a expressão mesma da realidade, uma vez que esses procedimentos parecem ter se livrado de todo apoio nas subjetividades (ver adiante). Nós, cada vez menos, devemos ou podemos consentir em ceder a informação (que deixa de ser a marca da subjetividade). Ao invés disso, nós a abandonamos. E o tratamento que é reservado à informação, para lhe conceder um valor normativo, reivindica cada vez menos a expressão de uma hipótese sobre o social. Ele se contenta em aproveitar as correlações que aparecem e que são cada vez mais suficientes para que haja uma norma.

Definir o real, incitar cada um a produzir um relato de sua realidade, fazer emergir estatisticamente normas da realidade. Essas são as três questões em jogo, evidentemente correlacionadas, colocadas pelas novas formas de normatividade. Essas questões permitem que essas normatividades sejam pensadas como imanentes ao real. E permitem, de maneira mais global, que os atos de governo apareçam como fundamentalmente habitados por um caráter inofensivo, o que garante o po-

der mesmo desses atos, assim como sua transmissão. Em outras palavras, isso confere a possibilidade de governar ainda mais, de governar *sem fim* (nos dois sentidos do termo).

Gostaria, de maneira mais específica, de colocar em evidência esse governo sem fim, detendo-me em alguns aspectos do terceiro tipo de dispositivo assinalado, a saber, aquele que organiza, de maneira estatística, as práticas de governo contemporâneas (eu entendo aqui por práticas de governo a ideia geral de uma ação estruturada sobre os comportamentos individuais e coletivos, qualquer que seja a fonte dessa ação). Isso mostra, mais particularmente, como a evolução contemporânea dessas práticas de governo estatístico induz, precisamente, um deslocamento essencial quanto às possibilidades de resistência a elas, até o ponto em que as normas assim produzidas mudam totalmente de natureza, se a pensamos em referência ao modelo da norma jurídico-discursiva.

Em conjunto com Antoinette Rouvroy, já descrevi longamente o funcionamento daquilo que nós chamamos a “governamentalidade algorítmica”, para distinguir, deste modo, as especificidades das práticas estatísticas automatizadas, atualmente desenvolvidas em todas as esferas da atividade humana (política de segurança, práti-

⁶Ver T. Berns e A. Rouvroy, “Governamentalidade algorítmica e perspectivas de emancipação: o díspar como condição de individuação pela relação?” (« Gouvernamentalité algorithmique et perspectives d’émancipation. Le disparate comme condition d’émancipation par la relation ? », *Réseaux*, 2013/1, n° 177, La Découverte, p. 163-196; tradução para o português publicada na

cas médicas, publicidade direcionada etc.).⁶ Deter-me-ei, aqui, apenas em alguns elementos que permitem ressaltar uma tentativa de evitar qualquer possibilidade de resistência por parte dos sujeitos envolvidos nessas práticas:

- Os dados, constitutivos daquilo que é cada vez mais chamado de *Big Data*, são coletados e conservados (o momento do *datawarehousing*), de preferência por padrão. Isso não significa, de maneira alguma, que eles são “roubados” dos sujeitos envolvidos. Eles são, sobretudo, abandonados: dados quaisquer, anódinos, perfeitamente heterogêneos em relação aos outros, em geral anonimizados, sem valor intrínseco e, sobretudo, sem finalidade. O uso que será feito deles não é nunca definido no momento de sua coleta. Esses dados não podem ser objeto de uma cessão, nem de um roubo (nem, portanto, da recusa que acompanha o sentimento desse último). Esse evitamento radical da esfera da intencionalidade – que demanda, por princípio, ser ligada a um questionamento acerca das finalidades –, assegura, ao mesmo tempo, a tolerância que podemos testemunhar em relação à constituição daquilo que se assemelha a uma duplicação digital da realidade, assim como a pretensão

à mais perfeita objetividade dessa duplicação, que não sofre, propriamente falando, de nenhuma forma de subjetividade!

- O tratamento automatizado dessas massas de dados não triados a priori (pelo *datamining*), tendo em vista fazer emergir correlações, comporta as mesmas qualidades de aderência objetiva à realidade, uma vez que o *datamining* parece permitir precisamente que se faça emergir saberes, por mais rudimentares que sejam, sem que hipóteses sejam previamente expressas (o típico da aprendizagem de máquina [*machine learning*] reside na produção automatizada das próprias hipóteses). Assim, novamente, é a própria marca de toda forma de subjetividade “viciando” os saberes que parece poder ser evitada. E essa elisão aparece como um garante da força dos saberes assim produzidos.

- Enfim, quanto às ações sobre os comportamentos individuais ou coletivos, tirados desses saberes estatísticos (por meio do perfilamento), elas testemunham novamente a máxima elisão dos sujeitos (apesar da aparente personalização dos serviços propostos).⁷ Isso porque são mais as propensões dos sujeitos, e cada vez menos suas ações, que

Revista Eco Pós, vol. 18, n. 2, 2015, p. 35-56, https://revistas.ufrj.br/index.php/eco_pos/article/view/2662.

⁷Os quais, aliás, poderiam, cada vez mais, abandonar toda forma de uso de categorias discriminatórias, forçosamente coletivas (as antigas “médias” da estatística de Quételet), em benefício de uma adequação perfeita aos devires singulares.

⁸M. Foucault, *Segurança, território, população: curso dado no Collège de France (1977-1978) (Sécurité, territoire, population. Cours au Collège de France, 1977-1978, Seuil / Gallimard, 2004, leçon du 18 janvier 1978, p. 8 ou 21-22; tradução para o português de Eduardo*

são atuadas por antecipação (é a ação sobre o provável ou mesmo o possível, já identificada por Foucault⁸ como sendo próprio aos mecanismos de segurança do biopoder). O que pode ser normatizado, cada vez mais, são os ambientes, excluindo toda forma de coerção direta sobre os comportamentos dos sujeitos.

Nesse quadro absolutamente exemplar da produção normativa contemporânea, a relação da norma é, como tal, invertida. A norma jurídica, como norma por excelência, era pensada como aquilo que agia essencialmente sobre os comportamentos, ou mesmo os constrangia, pressupondo, sobre essa base, sua expressão discursiva prévia (idealmente objeto de debate), deixando espaço, necessariamente, para o seu desvio – a desobediência –, que pode dar lugar ao prolongamento do valor discursivo da norma (idealmente no âmbito de um procedimento judiciário). Aqui, ao contrário, a norma é precisamente aquilo que não pode ser dito (qualquer que seja a maneira de dizer – até mesmo um algoritmo poderia, em princípio, responder à ideia de uma discursividade da norma). Isso em nome de seu caráter constantemente evolutivo (ou, então, no caso das normas mais

estruturantes, como as sequências de algoritmos que permitem o funcionamento dos motores de busca mais utilizados, pois se acredita que o segredo deles permite um comportamento tão natural quanto possível). A norma aparece, ao contrário, como aquilo que segue, da maneira mais adequada e mais evolutiva, os comportamentos, tirando daí sua potência, até o ponto no qual podemos dizer que não se trata, de modo algum, de tornar os comportamentos adequados às normas, mas sim de tornar as normas adequadas aos comportamentos: a norma se torna o objeto mesmo da norma.⁹ Sobre essa mesma base, enfim, a norma não é mais pensada como aquilo que devemos obedecer e que, portanto, podemos desobedecer. Ao invés disso, ela é pensada como aquilo que não é mais possível desobedecer. O conjunto do ambiente é organizado e reorganizado sem cessar em função das propensões de cada um. A eventual diferença de um comportamento em relação à norma dá imediatamente lugar a uma revisão dessa última.

Essa mudança na natureza mesma da norma e na relação geral que ela estabelece com o real corresponde também a uma transformação quanto à natureza do objeto da norma. De ma-

Brandão publicada em São Paulo, Martins Fontes, 2008, aula de 18 de janeiro de 1978).

⁹Desse ponto de vista, parece-me cada vez mais fundamental analisar os fenômenos de implementação das normas (nas empresas, nos centros de pesquisa, nos serviços públicos...), voltando-se para o fato de visarem tornar as normas as mais adequadas possíveis à realidade concernida. Reciprocamente, o papel daqueles que se submetem às normas parece ser garantir a sua efetividade, até o ponto em que o essencial das práticas de gestão que decorrem dessas normas consiste em lhes dar consistência, pelo desenvolvimento de uma multiplicidade de ferramentas que se aparentam a uma pura transmissão normativa.

neira espontânea, pensamos que uma norma incide sobre as substâncias, as realidades substanciais, tão individuais quanto possível (um sujeito, um objeto, um estatuto, eventualmente coletivos ou apresentados por grandes números, médias...). Como se uma ação normativa só pudesse ser relativa a um objeto considerado como substancial, localizável, que está submetido à norma (e, mais uma vez, obedece-lhe ou não). Ora, é preciso constatar que o conjunto do processo normativo se dirige cada vez mais para as relações, mais do que substâncias individuais, ao ponto até de parecer tornar essas últimas relativas às primeiras: os dados transmitidos são relações¹⁰ e somente subsistem como relações. Os saberes gerados são relações de relações. E as ações normativas que decorrem daí são ações sobre as relações (ou os ambientes) referidos às relações de relações. Não se trata, entretanto, de concluir que uma ontologia da relação teria, assim, tomado a dianteira, em nível político, sobre a tradicional ontologia da substância. Trata-se apenas que as relações, elas mesmas, desde que o dever se tornou o objeto mesmo do governo, tornaram-se os primeiros apoios e objetivos das ações normativas, evitando, desse modo, os sujei-

tos da norma (e reduzindo a nada, assim, mais uma vez, a questão da obediência ou da desobediência).

Insistamos, para concluir, sobre um último ponto. Se o quadro traçado aqui conduz facilmente demais ao impasse sobre a presença, por detrás dessa produção normativa, de interesses diversos (mercantis, securitários, políticos ou geopolíticos...), movidos por suas finalidades próprias, é porque me parece urgente insistir sobre a expansão do campo normativo, colocando em evidência o fato de que essa expansão é sempre mais conduzida pela aparente inofensividade intrínseca às normas produzidas, sua pretensão à objetividade, ou mais precisamente sua aderência ao real. Isso significa que, mais do que uma denúncia das assimetrias estruturais encobertas pelas normas (o discurso marxista), e mais do que uma preocupação em relação aos direitos dos sujeitos sobre os quais incidem as normas (a questão do consentimento esclarecido do discurso jurídico-liberal), nós temos cada vez mais necessidade de direcionar nossa atenção sobre as normas elas mesmas, na medida em que elas são integralmente postas em ação em toda forma de realidade, aderentes a ela e tirando dessa aderên-

¹⁰A palavra “relação”, entendida aqui em seu sentido mais bruto, menos habitado, pelo qual nós qualificamos o dado, serve-nos somente para atestar uma operação que liga a e b e é capaz de ignorar o que está por detrás dos termos assim ligados. Como, aliás, mostramos, toda força do governo algorítmico reside in fine em sua capacidade de “monadologizar” essa relação, ao ponto em que essa relação não mais consegue apreender o dever que seria próprio à relacionalidade (ver T. Berns e A. Rouvroy, “Governamentalidade algorítmica e perspectivas de emancipação: o dispar como condição de individuação pela relação?”, *op. cit.*, e T. Berns, « Not individuals, Relations: What Transparency is really about. A theory of algorithmic Governmentality », *Transparency, Society, Subjectivity – Critical Perspectives*, ed. Springer, 2018, p. 243-257). Ainda sem tradução para o português” (N dos T.)

cia sua potência, dotadas, em outras palavras, de uma vida própria. Essa fusão da norma e da realidade parece tornar toda resistência esquizofrênica. Ela

exige, para além de sua análise, cuidar, cultivar e, talvez, multiplicar nossas heterotopias.

Referências

- BERNS, T. « Not individuals, Relations: What Transparency is really about. A theory of algorithmic Governmentality », *Transparency, Society, Subjectivity – Critical Perspectives*, ed. Springer, 2018.
- BERNS, T. *Gouverner sans gouverner. Une archéologie politique de la statistique*, PUF, 2009.
- BERNS, T.; ROUVROY, A. « Gouvernamentalité algorithmique et perspectives d’émancipation. Le disparate comme condition d’émancipation par la relation ? », *Réseaux*, 2013/1, n° 177, La Découverte, p. 163-196; [tradução para o português publicada na Revista Eco Pós, vol. 18, n. 2, 2015, p. 35-56, https://revistas.ufrj.br/index.php/eco_pos/article/view/2662]
- BERNS, T.; JEANMART, G. « Le rapport comme réponse de l’entreprise responsable : promesse ou aveu (à partir d’Austin et Foucault) », *Dissensus*, 3, 2010, pp. 117-137, <http://popups.ulg.ac.be/dissensus/document.php?id=701>.
- BERNS, T.; JEANMART, G. « Reporting / Confession », in *Multitudes*, n° 36, 2009.
- FOUCAULT, M. *Sécurité, territoire, population. Cours au Collège de France, 1977-1978*, Seuil / Gallimard, 2004, leçon du 18 janvier 1978, p. 8 ou 21-22 [tradução para o português de Eduardo Brandão publicada em São Paulo, Martins Fontes, 2008].
- FULLER, L. *The morality of Law*, Yale Univ. Press, 1969.

Recebido: 10/12/2020

Aprovado: 20/12/2020

Publicado: 31/01/2021

É Possível Evitar Vieses Algorítmicos?*

[Is It Possible to Avoid Algorithmic Bias?]

Carlos Henrique Barth**

Resumo: Técnicas de inteligência artificial (IA) são utilizadas para modelar as atividades humanas e gerar previsões comportamentais. Estes sistemas têm apresentado vieses diversos, inclusive de raça e gênero, tipicamente tomados como problemas de engenharia. Realiza-se aqui um esforço argumentativo para mostrar que: 1) escapar dos vieses demanda um sistema que compreenda a estrutura das atividades humanas e; 2) criar um sistema que apresente tal compreensão demanda a solução de problemas fundacionais da IA, em particular, o problema de como modelar o senso comum. No caso de plataformas informacionais que usam desses modelos para intermediar interações com seus usuários, ignorar estes problemas dá margem a uma ilusão de progresso, em que uma crescente influência sobre nosso comportamento é tomada como uma crescente acurácia preditiva. Nesse cenário, argumenta-se que o problema dos vieses está associado a questões não técnicas que devem ser discutidas em espaços públicos.

Palavras-chave: Inteligência Artificial. Vieses Algorítmicos. Governamentalidade Algorítmica.

Abstract: Artificial intelligence (AI) techniques are used to model human activities and predict behavior. Such systems have shown race, gender and other kinds of bias, which are typically understood as technical problems. Here we try to show that: 1) to get rid of such biases, we need a system that can understand the structure of human activities and; 2) to create such a system, we need to solve foundational problems of AI, such as the common-sense problem. Additionally, when informational platforms uses these models to mediate interactions with their users, which is a commonplace nowadays, there is an illusion of progress, for what is an increasingly higher influence over our own behavior is took for an increasingly higher predictive accuracy. Given this, we argue that the bias problem is deeply connected to non-technical issues that must be discussed in public spaces.

Keywords: Artificial Intelligence. Algorithmic Bias. Algorithmic Governance.

*Agradeço à Rochelle Barth, Ernesto Perini, Felipe Nogueira, Eduarda Calado e Samuel Maia por comentários em versões anteriores desse material.

**Mestre em filosofia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Atualmente realiza doutorado na mesma instituição, com bolsa da CAPES. E-mail: carloshb@protonmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9327-9818>.

I

Com o advento da inteligência artificial (IA), o temor de que a humanidade possa ser dominada por suas próprias criações ganhou novo fôlego. Máquinas de inteligência superior poderiam nos subjugar facilmente, dizem alguns. Porém, já é sabido que o poder de nossos artefatos sobre nós mesmos independe de capacidades sobre-humanas. Somos igualmente vulneráveis a sistemas que não sabem o que fazem. Nesse texto buscamos elucidar, ainda que parcialmente, como isso é possível.

Nos últimos anos, consolidou-se a prática de gerar modelos computacionais das atividades humanas. Seus registros constituem gigantescos volumes de dados (*Big Data*) a partir dos quais é possível, em tese, descobrir novos fatos sobre elas e, portanto, sobre nós. Em particular, tais modelos permitem automatizar a descoberta e a aplicação de categorias. Estas podem ser tão amplas quanto “bom pagador” ou tão específicas quanto “indivíduos que compram sem ponderar muito à noite”. Para além de características individuais, claro, esse processo de categorização pode ser aplicado também a comportamentos específicos (adequado, inadequado, sus-

peito...). Uma vez identificadas, estas categorias permitem realizar previsões com um grau de acurácia presumivelmente superior ao que um ser humano seria capaz de alcançar. Qual o risco de conceder liberdade condicional a um detento? Deve um determinado candidato ser contratado? Há chances consideráveis de inadimplência, caso se conceda um empréstimo? Esse é o tipo de pergunta cuja resposta é, cada vez mais, dependente daquilo que os sistemas informacionais têm a dizer.

Não por acaso, há um crescente uso desses modelos para substituir o juízo humano, particularmente em atividades repetitivas.¹ Uma das principais vantagens da automação desses processos é, ou deveria ser, a possibilidade de realizar juízos mais neutros, ou seja, de aplicar os critérios relevantes de modo ponderado e não tendencioso. O que se vê na prática, porém, está longe de ser satisfatório. Não raro, os modelos têm apresentado vieses, atribuindo um peso inadequado a certos critérios de modo sistemático. Os exemplos mais marcantes envolvem vieses de gênero e raça. No caso do COMPAS (*Correctional offender management profiling for alternative sanctions*), ferramenta utilizada nos EUA para categorizar detentos e auxiliar na decisão sobre a concessão de li-

¹É comum argumentar que o modelo está sendo usado para “auxiliar” o juízo humano, e não para substituí-lo. Raramente esse é o caso, contudo. Se N documentos forem categorizados por um modelo como sendo uma demanda jurídica de tipo X, e se essa categorização não for validada, documento a documento, por um ser humano, o que se fez foi substituir o uso do juízo humano nas categorizações não revisadas. O problema, claro, é que a necessidade de revisar caso a caso mina o objetivo da aplicação dos modelos, que seria justamente o de evitar a necessidade de analisar cada documento, um por um.

²Sobre o COMPAS, ver Brennan e Dieterich (2017).

berdade condicional², detectou-se que ela atribui um maior risco de reincidência a pessoas negras (ANGWIN et al., 2016). Foi também detectado viés racial em sistemas de saúde (OBERMEYER et al., 2019), e viés de gênero (desfavorável à mulher) em sistemas de análise financeira (PEACHEY, 2019). Desde que esses e outros casos vieram à tona, teve início uma ampla discussão sobre se e como é possível eliminar, ou ao menos mitigar, esse efeito em modelos computacionais.

Em defesa desses sistemas, há quem argumente que vieses algorítmicos são mais facilmente tratáveis que vieses presentes em juízos humanos: é mais fácil alterar um código do que um coração.³ Talvez seja verdade, mas isso não significa que eliminar vieses algorítmicos seja fácil. O grau de dificuldade depende, em parte, da transparência com que o modelo aplica os critérios de categorização. Se for possível averiguar em função de quê um dado modelo aplica uma certa categoria a um indivíduo, objeto ou comportamento, será possível submeter essa aplicação à crítica do juízo humano. Contudo, mesmo sendo opacos quanto ao seu funcionamento, esses modelos costumam gozar da confiança das pessoas e isso significa que, muitas vezes, não há sequer motivação suficiente para que se busque averiguar a existência de vieses. Mas é possível, num cenário como esse, justi-

ficar essa confiança?

O objetivo desse texto é mostrar que uma boa resposta a essa pergunta depende de uma análise mais profunda e abrangente do que se tem feito até o momento. Para isso, adotou-se a seguinte estratégia: na seção 2, serão introduzidas algumas características gerais dos modelos computacionais, e o modo como vieses podem sedimentar-se. Na seção 3, faremos uma conexão entre problemas clássicos das pesquisas em IA e o desafio de mitigar ou eliminar vieses, concluindo preliminarmente que, embora isso seja possível, é um erro conceber essa tarefa como sendo a de buscar um juízo neutro ou desinteressado. Pelo contrário: um juízo algorítmico não enviesado é precisamente aquele que tem como pano de fundo os valores e interesses da comunidade em que o sistema atua, ou seja, nas regulações que essa comunidade estabelece. Na seção 4, já munidos de ferramental conceitual mais adequado, aprofundaremos a questão da confiança nos modelos computacionais, desenvolvendo a tese de que essa confiança injustificada é parcialmente responsável pela introdução de vieses no modo como as atividades humanas se estruturam e, conseqüentemente, em nossas tentativas de mitigá-los.

³ Isso é defendido por Mullainathan (2019).

II

Podemos tomar como ponto de partida a seguinte pergunta: como vieses se estabelecem em modelos computacionais? Uma boa resposta deve considerar a existência de, pelo menos, dois tipos de modelos computacionais: os clássicos e os neurais. Modelos clássicos são aqueles que fazem uso de estatística tradicional. São desenhados diretamente por engenheiros a partir de categorias já conhecidas e com critérios de demarcação claros. Trata-se do tipo de modelo utilizado na maioria dos *softwares* de gestão tradicionais. Neles, as categorizações são feitas por satisfação de regras explícitas que expressam condições necessárias e suficientes. Regras como “será considerado um bom pagador o candidato que não apresentar registros de inadimplência nos últimos 12 meses”. Sendo tanto a estruturação dos dados quanto a elaboração das regras uma atribuição dos engenheiros, a presença de vieses será de sua responsabilidade. Vem daí a importância da transparência característica desses modelos: estando as regras explícitas, é possível auditá-las e analisá-las a fim de detectar vieses.⁴ A limitação desse tipo de sistema, contudo, aparece já na largada: a necessidade de explicitar todas as regras utilizadas, uma a uma. Em função disso, há uma tendência em sacrifi-

car parte da acurácia e utilizar heurísticas, isto é, regras que podem falhar, mas que capturam um número aceitável dos casos desejados. É perfeitamente possível que bons pagadores tenham enfrentado dificuldades nos últimos 12 meses, e pode-se acrescentar ao sistema algumas regras que tentem reduzir o peso desse critério, caso o candidato receba boa classificação em outros, mas nem sequer se cogita abarcar todas as possíveis variações circunstanciais. Buscasse apenas atingir margens de erro aceitáveis, a depender dos objetivos com o uso do modelo.

O uso de regras hiper-refinadas para aplicar categorias, contudo, é o ponto forte dos modelos neurais. A ideia de utilizar uma arquitetura inspirada na estrutura cerebral é antiga, mas ganhou fôlego renovado na década de 1980 em função do trabalho de McClelland et al. (1987) e Rumelhart et al. (1986). Contudo, o protagonismo contemporâneo desse tipo de modelo nas pesquisas em IA veio apenas muito recentemente, já na década de 2010, numa variante que se convencionou chamar de *deep learning*. Esse protagonismo resultou em uma associação direta entre a construção de modelos neurais e a construção de sistemas inteligentes, como se um sistema pudesse ser considerado inteligente apenas em função de ter sido projetado numa arquitetura neural. Isso é,

⁴É preciso, claro, que o código fonte do sistema esteja disponível para análise, mas o ferramental conceitual necessário para tratar disso, seja na esfera privada, seja na pública, já está bem estabelecido.

no mínimo, impreciso. Apesar disso, não são poucos os produtos comerciais que utilizam variantes do selo “contém IA” (de sistemas jurídicos a escovas de dentes elétricas) graças à popularidade dessa associação. Talvez “contém modelos inspirados em redes neurais” seja menos interessante comercialmente, embora mais preciso. Esse é um ponto importante porque, em larga medida, a confiança que se deposita nesse tipo de sistema vem de sua associação com a IA.

Apesar dessa confiança, redes neurais também apresentam vieses, e como seu uso tem se intensificado nos últimos anos, é importante compreender algumas de suas particularidades, a começar pela estratégia de geração desses modelos. Enquanto modelos clássicos são desenhados diretamente pelo engenheiro, modelos neurais são gerados indiretamente por um algoritmo de treinamento.⁵ Esse algoritmo é aplicado sobre uma base de dados e busca, grosso modo, detectar correlações entre os elementos ali presentes. Se a base de dados for composta por, digamos, fotos de elefantes, o resultado poderá ser um modelo capaz de distinguir se existe ou não um elefante numa foto, ainda que essa foto não esteja entre as que foram utilizadas para treiná-lo. O que o algoritmo de treinamento faz é análogo a tentar identificar, ele mesmo, re-

gras ou critérios que podem ser utilizados para detectar a presença de um elefante. Como o processo é automatizado, a limitação que se apresentava nos modelos clássicos é mitigada: modelos neurais são capazes de condensar uma quantidade gigantesca de critérios interdependentes entre si. Ele pode perceber, por exemplo, que a presença de presas de marfim é um elemento relevante, mas não essencial, e o mesmo ocorre com o número de patas, orelhas ou algumas de suas propriedades (cor, tamanho, etc.). O mesmo tipo de procedimento pode ser utilizado para gerar modelos minuciosos da atividade humana, permitindo um juízo bastante refinado, personalizado e sensível a variações circunstanciais.

Sendo assim, modelos neurais podem apresentar vieses tanto em função do algoritmo de aprendizado, quanto em função do conteúdo presente nos dados utilizados para o treinamento. É possível, por exemplo, treinar um modelo que compile os perfis históricos de ocupantes de um determinado cargo e usá-lo para identificar perfis semelhantes em novos candidatos. Nesse cenário, ainda que o gênero não seja um critério explícito, a presença diminuta de mulheres no histórico de ocupantes daquele cargo pode fazer com que o modelo privilegie currículos masculinos. Contudo, seria apressado concluir

⁵É comum que se fale também em “algoritmo de aprendizado”, ou “aprendizado de máquina” (*machine learning*). Todos esses termos serão aqui utilizados como tendo o mesmo significado.

que a presença de vieses é sempre resultado direto de um desequilíbrio estatístico. O estudo de Rambachan e Roth (2019), por exemplo, sugere que a relação é menos direta, e que o modelo resultante poderia apresentar, inclusive, o viés inverso, a depender do modo como o treinamento se deu. Isso significa que, para detectar um viés num modelo neural, não é suficiente fazer uma análise dos dados utilizados para o treinamento. Igualmente insuficiente é verificar se o modelo apresenta os resultados esperados contra um conjunto de casos utilizados para testá-lo. Um resultado correto não garante que o “raciocínio” utilizado pelo modelo seja adequado a ponto de podermos confiar nas suas previsões em casos novos.

Uma das razões para essa dificuldade é que nem sempre existe uma referência clara contra a qual se possa mensurar a eficiência de um modelo. Caso o objetivo seja detectar elefantes ou identificar pessoas usando máscaras numa multidão, então é possível averiguar o desempenho, afinal, se o sistema confundir um esquilo com um elefante, o erro será evidente. O mesmo não acontece, contudo, quando se faz uso desse tipo de modelo para prever comportamentos futuros. Como avaliar o grau de eficácia nesses casos? O único tipo

de critério disponível depende de contrafactuais (“se lhe houvesse sido concedida liberdade condicional, ele teria cometido um crime, logo, evitamos um crime”), mas esse é o tipo de afirmação que supõe a acurácia do modelo, justamente aquilo que precisaria ter sido demonstrado. Se realmente fizermos uso desse tipo de raciocínio, estaremos ou incorrendo numa falácia (no caso, petição de princípio), ou confiando numa nada objetiva sensação de que, não fosse pelo uso do modelo, os resultados seriam ainda piores.

Por isso, é importante compreender que tipo de estratégia os modelos neurais utilizam em suas categorizações. Em geral, tenta-se lidar com casos novos a partir de uma espécie de generalização. O que o algoritmo de treinamento tenta fazer, de modo simplificado, é encontrar um grau adequado de tolerância à diferença. É preciso que ela seja grande o suficiente para detectar elefantes que tenham características nunca encontradas (na cor da pele ou na textura, por exemplo) e em condições nunca encontradas (perspectiva, distância, iluminação, etc.). Por outro lado, a tolerância não pode ser grande a ponto de fazer o modelo reconhecer elefantes onde não existem, gerando falsos positivos.

Uma das principais formas pelas quais vieses podem se acomodar em modelos neurais, portanto, se dá no modo como a generalização é realizada. Preliminarmente, é importante notar o problema, antecipado por Hubert Dreyfus⁶, de que há incontáveis formas a partir das quais os objetos podem ser semelhantes ou distintos. Propriedades físicas como a presença abundante de água ou uma certa temperatura, estão presentes tanto no corpo humano quanto em um copo d'água. A forma pela qual um algoritmo de treinamento toma certas características como relevantes e outras como irrelevantes pode variar enormemente, portanto. Geirhos et al. (2019), por exemplo, descobriram que alguns modelos adquiriram um viés que os fazia atribuir primazia à textura de um objeto na hora de tentar reconhecê-lo, em detrimento de sua forma. Isso ajuda a entender o porquê de uma criança conseguir reconhecer um elefante, ainda que ele se apresente na forma de um rabisco simples, enquanto um modelo treinado somente com fotos tende a falhar. De fato, aquilo que é tomado como relevante pode soar ainda mais estranho do que uma mera propensão a achar que a textura da pele é uma propriedade essencial para determinar a presença de um elefante.⁷ Brendel e Bethge

(2019) mostraram que, ao tentar identificar um certo tipo de peixe para o qual um modelo fora treinado, um dos critérios era a presença de dedos humanos. Esse tipo de peixe é rotineiramente tomado como um troféu por praticantes de pesca, e a maior parte das fotos utilizadas para o treinamento era de pescadores segurando-os com as mãos.

Como lidar com esse cenário? Uma primeira possibilidade é a de tentar compensar uma tendência com outra: se o modelo tende a priorizar a textura sobre a forma, ou priorizar um gênero sobre o outro, podemos reverter esse desvio introduzindo uma tendência contrária. Em tese, isso pode ser feito tanto por meio de alterações diretas no algoritmo de treinamento, quanto pela seleção cuidadosa das amostras que constituirão a base de dados utilizada. Porém, mesmo nos casos em que isso se mostra viável, não será uma tarefa simples. A compensação de um viés pode resultar na introdução de vários outros, sem que se perceba. Assim, é preciso analisar detalhadamente o modelo⁸ e tentar identificar a cadeia de “raciocínio” que ele segue, e essa não é uma tarefa acerca da qual seja possível garantir uma conclusão confiável em todos os casos.

Tudo isso sugere que a imagem vendida por Mullainathan (2019), segundo

⁶Dreyfus expôs um argumento nessa linha na edição de 1992 do seu famoso *What computers still can't do*, cuja primeira versão fora publicada ainda em 1972. Ver a introdução adicionada em Dreyfus (1992).

⁷O exemplo é utilizado por Gary Marcus (2018; 2019) em sua crítica ao *deep learning*.

⁸A análise de agrupamentos (*clusters*) é um exemplo de ferramenta que pode ser utilizada para esse fim.

quem é mais fácil mudar algoritmos do que corações, pode ser enganosamente simplista. Vieses algorítmicos nem sempre podem ser facilmente detectados, tampouco facilmente resolvidos. Dado o que se discutiu até aqui, contudo, não vimos razão para deixar de pensar que se trata de um problema de engenharia. Os resultados questionáveis apresentados por sistemas atuais seriam explicáveis por técnicas falhas ou pouco amadurecidas que podem vir a ser corrigidas. Nessa perspectiva, a eliminação dos vieses é questão de tempo.

Porém, há armadilhas. A principal delas é que tratar de vieses é um problema geral para o qual existem apenas soluções particulares. Para entender a natureza desse problema, pode-se fazer uma analogia com o conceito de relevância: um objeto só se torna relevante no interior de uma tarefa específica. Se o gerente de uma empresa quer repassar uma tarefa a um funcionário e manda-lhe uma mensagem como “preciso que você realize uma tarefa, então vá separando todos os materiais relevantes e, em meia hora chego aí e lhe explico o que preciso”, gera-se um problema. Como é possível supor o que será relevante antes de saber qual a tarefa adequada? A relevância não é uma propriedade intrínseca dos materiais em questão, mas sim do papel que eles exercem no interior de algum processo. Esse papel pode variar radicalmente em função dos objetivos, expectativas

e especificidades de cada situação. Assim, não parece possível uma teoria geral da relevância que aponte regras gerais como “será relevante todo elemento que...” de um modo independente das situações concretas. Em vez de uma teoria, o resultado seria uma lista sem fim de possíveis tarefas que se possa vir a querer realizar em diferentes situações, indexando cada possível combinação a uma lista dos elementos que lhe seriam relevantes.

Algo análogo se dá no caso dos vieses. Não parece possível criar uma teoria geral do viés, que permita aos engenheiros elaborar uma solução geral para a questão. A depender dos objetivos específicos e das situações concretas com as quais lidamos, o que pode ser adequado num caso pode se mostrar inadequado em outro. Isso sugere que pode haver uma dificuldade mais profunda envolvida na tentativa de gerar modelos isentos de viés. Uma dificuldade que não depende da existência ou não de boas técnicas de engenharia, e que não pode, portanto, ser tomada como um mero problema técnico. Não seria a primeira vez em que uma empreitada científica se depara com desafios análogos. Em particular, problemas de relevância aparentemente insolúveis são velhos conhecidos dos pesquisadores em IA, e o conhecimento acumulado em torno das tentativas (falhas) de solucioná-los se mostra bastante útil.

III

Classicamente, a inteligência foi concebida como algo muito próximo da capacidade para o raciocínio lógico e matemático. Não por acaso, ainda nos anos 1990, quando o sistema *Deep Blue* venceu Kasparov numa partida de xadrez⁹, muitos tomaram o evento como uma prova do sucesso da IA e da validade dos seus pressupostos: a inteligência humana pode ser modelada computacionalmente, afinal.¹⁰ Como o *Deep Blue* conseguia antecipar um número de jogadas muito maior do que um ser humano consegue, parecia possível dizer que o computador tinha, de fato, não apenas apresentado um comportamento legitimamente inteligente, mas também que o fez num grau superior ao nosso.

Contemporaneamente, contudo, pode-se afirmar que essa concepção de inteligência abarcava somente a ponta do iceberg. Isso se mostra quando deixamos de prestar atenção aos alegados sucessos da IA, e passamos a focar nas razões dos seus fracassos. Foram eles que tornaram saliente a importância da sensibilidade ao contexto, isto é, a capacidade de se adaptar, de modo rápido e fluido, às mais variadas nuances circunstanciais. Inicialmente, a IA ten-

tu reproduzir essa capacidade a partir do mesmo ferramental lógico e matemático que utilizava para outros feitos, como o de jogar xadrez. A natureza das dificuldades encontradas, contudo, sugere que algo radicalmente diferente está em jogo: a sensibilidade ao contexto não é um feito da capacidade de raciocínio lógico, mas uma condição necessária para que ela seja possível. Como veremos, na ausência de um contexto bem delineado, qualquer raciocínio tende a se perder em infundáveis inferências completamente irrelevantes. Mas por que a sensibilidade ao contexto é um desafio? Para entender isso, é importante conhecer o modo como esse problema se manifestou na história pregressa da IA.

Toda situação em que uma dada ação ou decisão ocorre pode ser caracterizada, ainda que de modo vago, por um enquadramento (também chamado de *frame*), tal como: estar em casa, estar de férias, realizar uma compra, etc. Quando adentramos o carro de um motorista de aplicativo, por exemplo, o comportamento adequado, tanto de nossa parte, quanto por parte do motorista, depende de compreendermos no interior de um mesmo *frame*. Na IA clássica¹¹, houve uma tentativa direta de modelar esses *frames* na forma

⁹Em entrevista recente para Fridman (2019), Kasparov confessou ter ficado bastante abalado, visto que aquela não era sua primeira derrota para um computador, mas sim sua primeira derrota em um jogo oficial.

¹⁰Ver, por exemplo, o debate em Dennett e Dreyfus (2005).

¹¹Por "IA clássica" entendemos aqui a empreitada que se desenvolveu com mais ênfase entre os anos 1960 e 1980. Na literatura da área, esse período costuma ser caracterizado pela ênfase no uso de modelos computacionais clássicos, sendo por vezes chamada de IA simbólica ou, seguindo a famosa sugestão de Haugeland (1989), GOFAI (*Good old fashioned AI*).

de conjuntos de regras, mais ou menos como os que constituem e regulam as ações adequadas num jogo de xadrez. Assim como o *Deep Blue* tinha por base um modelo daquilo que é adequado ou não, a depender da disposição de cada peça no tabuleiro, havia a crença de que o mesmo poderia ser feito para guiar comportamentos em restaurantes, escolas e festas. Tais modelos funcionariam como pequenos roteiros que descrevem as estruturas das atividades, ao menos em condições normais.¹² Num restaurante, poderíamos dizer que a entrada é servida primeiro, e que é aceitável rejeitar uma sobremesa, mas que deixar de pedir um prato principal demandaria uma justificativa plausível. Em tese, isso permitiria que um sistema guiado por tais modelos “soubesse” como se comportar naquele ambiente, assim como “sabem” se comportar num jogo de xadrez.

A despeito do otimismo quanto a essa abordagem, logo descobriu-se que jogos de xadrez e restaurantes funcionam de modo bastante distinto. Restaurantes não parecem tratáveis nos termos de um conjunto de regras porque não constituem domínios autônomos, isto é, nosso comportamento em restaurantes não se deve apenas àquilo que sabemos sobre restaurantes. Há uma interação marcante com vários outros domínios, mesmo em condições normais: se es-

tamos num restaurante e encontramos ali um colega de trabalho, uma série de regras ligadas a esse outro domínio pode se fazer valer ali (talvez seja prudente beber menos do que o desejado). O mesmo vale para encontros que tragam más lembranças, uma notícia ruim que chega ao celular ou uma mosca a incomodar.

Apesar disso, seria um erro inferir que restaurantes não constituem um domínio distinto. *Frames* são uma espécie de domínio aberto, isto é, um domínio cujas bordas são borradas, mas não a ponto de se dissolverem: há sim regras que guiam, ainda que de modo vago e geral, nossa compreensão do que caracteriza um comportamento adequado ou inadequado em restaurantes. Contudo, ao contrário do xadrez, essas regras não tratam explicitamente de todas as situações possíveis que podem ocorrer naquele ambiente. No xadrez, podemos dizer algo como: “mover uma torre na transversal é ilegal, e você deve, portanto, voltar atrás nessa jogada”. Já num restaurante, não faria sentido dizer: “correr não consta nas regras que guiam os comportamentos possíveis em restaurantes, por isso só me resta ignorar o seu aviso de fogo”. Um modo de compreendermos essa diferença é percebendo que toda regra vigente no interior de um *frame* carrega consigo uma cláusula *ceteris pa-*

¹²Entre as abordagens mais famosas estão os *scripts* de Schank (1975) e os *frames* de Minsky (1997). Note que, em Minsky, o termo *frame* é utilizado não para designar enquadramentos que caracterizam estruturas das atividades humanas, mas sim a estrutura de dados utilizada para modelar computacionalmente esses enquadramentos.

ribus. Algo como “proceda de tal modo, a menos que haja uma razão suficientemente forte em contrário”. Mas o que conta como uma razão suficientemente forte? Essa questão será mais desenvolvida logo adiante. O importante a notar, por ora, é que a capacidade de seguir regras que contém cláusulas *ceteris paribus* é dependente da capacidade de discernir quando, e em que medida, é adequado segui-las. Acompanhando uma tradição da IA sobre a qual falaremos logo adiante, vamos chamar essa capacidade de *senso comum*.

Podemos agora sintetizar esse ponto afirmando que a distinção entre o domínio do xadrez e o domínio de um restaurante é que um comportamento adequado no interior do segundo depende do *senso comum*. Como essa dependência emerge? Chamemos os domínios dependentes do *senso comum* de *domínios abertos* e os independentes de *domínios fechados*. Em domínios fechados, um contexto (uma situação específica no decorrer do jogo, por exemplo) é sempre definido e articulado a partir das regras que constituem aquele domínio. Se um jogador observa o tabuleiro e interpreta a disposição das peças como caracterizando uma ameaça ao seu rei, os únicos fatos relevantes para essa caracterização são aqueles oriundos das regras do jogo. Nesse sentido, o contexto de “ameaça ao rei” é dito *saturado*. Não há nenhum fato novo que possa

ser inserido no sistema e que venha a se mostrar relevante na interpretação da atual situação por parte do jogador. Seria possível, por exemplo, informar ao jogador ou acrescentar a um modelo o número de vezes que cada peça foi usada, ou a média de movimentos que cada peça costuma realizar antes de ser tomada, mas nada disso seria relevante para modificar a compreensão de que o jogador (ou o modelo) tem da atual situação. Consequentemente, nenhum destes fatos serão relevantes para determinar o comportamento adequado.

Já em domínios abertos, como no caso dos *frames* que caracterizam as estruturas das atividades humanas, o contexto é *insaturável*. Isso significa que qualquer fato pode se mostrar subitamente relevante na hora de determinar o que constitui um comportamento adequado ou não naquela situação. Vejamos um exemplo para tornar essa ideia mais clara. Suponha-se que, por uma razão qualquer, estejamos interessados em prever se o cachorro de um vizinho latirá no próximo sábado.¹³ Seriam as informações acerca do campeonato mundial de xadrez que se realizará sábado, num país distante, relevantes para nossa empreitada? Parece evidente que não. Contudo, bastam dois fatos para que isso se inverta radicalmente: primeiro, que o vizinho em questão é irmão de Magnus Carlsen, atual campeão mundial de xadrez que defenderá

¹³O exemplo é inspirado em Samuels (2010).

seu posto no próximo sábado. Segundo, que ele tem por hábito comemorar as vitórias do irmão com fogos de artifício. Estes dois fatos tornam saliente uma parte de nosso conhecimento que, até aqui, parecia irrelevante: cães tendem a se assustar e latir em função de fogos de artifício. Subitamente, esse conjunto de fatos deixa claro que o campeonato mundial de xadrez aumenta as chances de o cachorro latir no sábado.¹⁴ Esse exemplo ilustra a tese de que, em domínios abertos, não há caracterização prévia de todos os fatores potencialmente relevantes, tampouco do efeito que eles podem vir a ter sobre o comportamento humano.

A distinção entre domínios abertos e fechados é importante para compreender os problemas enfrentados pela IA porque, em modelos computacionais, todo contexto é forçosamente tratado como se fosse saturado. A tentativa de modelar contextos insaturáveis enfrenta desafios que muitos autores entendem ser insuperáveis. Para nossos propósitos, o mais relevante deles é o que ficou conhecido como o problema do senso comum. Já vimos que o senso comum envolve a capacidade de lidar com cláusulas *ceteris paribus*, mas ainda não sabemos exatamente em que isso consiste para as pesquisas em IA. Numa primeira aproximação, o senso comum é tanto um conjunto de conhe-

cimentos acerca da estrutura das atividades humanas (os *frames* que as constituem) quanto um certo modo de fazer uso dele. Modelar computacionalmente essa forma caracteristicamente humana pela qual se faz uso desse conhecimento é um desafio bem conhecido pela IA desde seus primórdios, em 1956.¹⁵ McCarthy (1968), um dos principais pesquisadores da época, detectou esse desafio e dedicou-se a ele já na largada da empreitada, sem grande sucesso, contudo. Uma das razões do fracasso é que modelar o senso comum envolve tratar de um tipo de conhecimento que nos soa tão evidente, que é difícil até mesmo explicitá-lo.

Um novo exemplo pode ajudar. Suponha-se um cenário em que se está a ensinar uma receita para alguém. A exposição das instruções parece trivial: apontam-se os ingredientes necessários, a quantidade adequada, o tempo que devem permanecer ao fogo, etc. Quão estranho seria, durante a exposição das instruções, ouvir perguntas como essa por parte do aluno: pode a cor do açúcar se alterar se eu tirá-lo do pacote e colocá-lo nesse pote? Se eu encostar a faca na manteiga, pode a faca derreter? Se eu colocar água na jarra de vidro, ela vai retê-la? Notei que você colocou uma faca na gaveta e não a vejo mais, ela ainda existe? Percebi que você deu exatamente 78 voltas ao tentar

¹⁴Outro fato que se torna saliente é que o vizinho em questão é pouco sensível ao bem-estar canino.

¹⁵Conforme Boden (2006).

bater os ingredientes, funcionaria também com 77? E com 79?

O conhecimento que evitaria esse tipo de pergunta é o que constitui o senso comum. Note que não se trata de um saber obtido via educação formal, pois espera-se que mesmo uma criança, por mais imaginativa que seja, não tenha dúvidas como essas. Isso sugere que, para que um modelo computacional seja capaz de realizar aquela atividade, ele precisa que figure ali, de modo explícito numa espécie de lista gigantesca, essas e outras incontáveis “obviedades”. Sem isso, o sistema não será capaz de raciocinar como um ser humano, dando vazão a comportamentos bizarros.

Elaborar essa lista parece trabalhoso, mas por que acreditar que esse pode ser um problema insolúvel? Um primeiro desafio é o de gerar a informação. Pode-se imaginar que o *Big Data* é de grande valia, mas as informações tipicamente presentes nele raramente servem a esse fim. O que existe ali são dados sobre decisões tomadas e comportamentos adotados, não sobre aquilo que os motivou ou sobre a cadeia de raciocínio que lhes deu origem. É provável que as informações necessárias para evitar as perguntas estranhas do aprendiz de cozinha não existam em base de dados alguma. Parece que dependemos, portanto, de um esforço reflexivo para tentar identificar em larga escala todos os pequenos conhecimentos que caracterizam o senso comum. É uma tarefa

colossal, mas há quem tente realizá-la. O exemplo mais lembrado é o CYC de Lenat et al. (1990). Ele iniciou seus trabalhos na década de 1980 e, embora tenha conseguido gerar um produto comercial aplicável a automações, não há nenhum avanço significativo no objetivo mais amplo de modelar o senso comum. Segundo o site da empresa Cycorp (2020), sua base de conhecimento dedicada ao senso comum possui hoje mais de dez mil predicados, 25 milhões de asserções e milhões de coleções de fatos e conceitos. Seria um tanto surpreendente se realmente precisássemos supor a existência de todo esse volume informacional em nosso aparato cognitivo apenas para explicar a capacidade de concluir que uma faca não deixa de existir ao ser guardada.

Acumular informações, no entanto, é a parte fácil. Mesmo um sistema que detenha toda a informação necessária acerca de todos os possíveis contextos, precisa também ser capaz de estruturá-la adequadamente, ou não poderá circunscrever a porção desse saber que é relevante para a situação específica em que se encontra. Como vimos anteriormente, os contextos que caracterizam nossa estruturação do mundo têm caráter insaturável. Isso significa que, aquilo que é adequado ou não a uma dada circunstância pode variar enormemente em função de uma quantidade potencialmente infinita de elementos. No exemplo do restaurante, mesmo fatos sobre elementos ausentes (no caso,

colegas de trabalho) podem ser relevantes para caracterizar o contexto a partir do qual a atividade se dará, e essas possibilidades precisam estar presentes nos modelos, ou o sistema agirá como se não existissem. Mas se esse é o caso, como distinguir, por princípio, ausências relevantes das irrelevantes? Podemos perceber agora a falta que nos faz uma teoria geral da relevância, pois emerge aqui uma dificuldade crucial: um *frame* não pode ser computacionalmente modelado tal como se fosse um *script* ou roteiro vago daquilo que é adequado ou não e daquilo que é relevante ou não em uma dada situação. Isso geraria um comportamento inadequado por parte do sistema, pois a capacidade de seguir um tal *script*, sem se perder na consideração de possibilidades esdrúxulas e irrelevantes, pressupõe o senso comum. Ele é o responsável por resolver as vaguezas e preencher tudo o que não estiver explicitado no roteiro. Para embutir o senso comum em modelos computacionais, resta então uma única alternativa: encontrar uma forma de “catalogar” e organizar todas as possibilidades lógicas, tratando domínios abertos como gigantescos domínios fechados. Essa é a razão pela qual modelos computacionais só conseguem tratar de contextos como se fossem saturados. Não foi por acaso, portanto, que esse caminho tenha sido escolhido pela IA

clássica. Era sua única opção.

Sendo esse o caso, como deve esse conhecimento ser organizado? Uma exigência essencial é que essa estrutura seja isomórfica à estrutura de *frames* que caracterizam as atividades humanas. Na história da IA, esse problema organizacional ficou conhecido como *frame problem*.¹⁶ Ele se mostrou um desafio especialmente difícil porque a organização adequada é, ela mesma, dependente de contexto. Repare como a dificuldade do aprendiz de cozinha não se dava pela completa ausência de conhecimento, mas pela sua desorganização. Ele dispunha de inúmeras informações sobre o mundo, mas não conseguia fazer bom uso delas, originando perguntas descabidas no interior daquele *frame*. Espera-se que um ser humano seja capaz de reconhecer que está no interior de um *frame* como “aula de gastronomia”, e que guie sua compreensão dos contextos que ali encontrar a partir disso. Diante de uma instrução como “mexa até ficar consistente”, é essa capacidade que lhe permitirá entender que o verbo mexer diz respeito ao preparo, e não a um talher (que pode se mexido fora da panela) ou ao seu corpo (que o aprendiz pode mexer, mas sem qualquer efeito sobre o preparo). Essa mesma compreensão lhe permitirá ordenar os conhecimentos, priorizando os mais relevantes: como

¹⁶Note que, na literatura da IA, o termo “frame” em “frame problem” pode ter significados distintos do que se vem chamando aqui de *frame*, como é o caso em Minsky (1997). Contudo, a natureza do problema é a mesma. Para uma defesa dessa compreensão, ver Barth (2018).

detectar a consistência? Deve-se usar as capacidades motoras, de modo a sentir a crescente resistência do preparo aos movimentos, ou deve-se priorizar o conhecimento matemático, de modo a contar o número de voltas que a colher usada faz? Não é difícil imaginar pequenas variações contextuais que alterariam completamente a prioridade atribuída a cada parcela de conhecimento do senso comum. Assim, o *frame problem* não é apenas o problema de encontrar “o” modo certo de organizar a informação que caracteriza o senso comum, mas sim o problema de como modelar a nossa capacidade de rever continuamente essa organização (e as prioridades atribuídas a cada parcela em função de sua relevância na situação concreta), e isso para todo e qualquer contexto, mesmo aqueles com os quais nunca tivemos contato prévio.

Para entender porque esse é um problema grave, basta notar que essa organização é fruto de nos compreendermos no interior de um dado contexto caracterizado por um dado *frame*: “estou agora numa sala assistindo a uma aula de gastronomia”. Mas que tipo de critério pode ser usado para concluir a natureza dos contextos em que nos encontramos? Imagine-se que alguém está descrevendo objetos presentes num cenário e nós tenhamos que adivinhar que cenário é esse. Já sabemos que ali há copos, colheres, mesas, comida, líquidos, alguém servindo e alguém sendo servido. Podemos concluir

que se trata de um restaurante? Não. Note-se como todos esses elementos são também compatíveis com quartos de hospitais e mesmo refeitórios de certos presídios. O que fazer diante disso? É suficiente aumentar a quantidade de elementos verificados? Acrescentemos, por exemplo, a informação de que há talheres de plástico. Isso conta pontos a favor da hipótese do refeitório no presídio e do hospital, mas também torna saliente a possibilidade de ser um restaurante com uma área infantil. Quantas características a mais deveríamos checar então, antes de concluirmos com segurança? A depender do contexto, um único elemento saliente pode ser suficiente, enquanto em outros casos, mesmo que chequemos dezenas, a questão permanecerá em aberto. Além disso, a qualquer momento uma nova informação pode nos fazer rever o significado e a relevância de todos os elementos anteriormente considerados, como quando uma investigação policial sofre uma reviravolta em função de novas evidências.

A lição a extrair desse exemplo é que os critérios utilizados para detectar se um certo cenário recai ou não sob uma dada categoria são, eles mesmos, dependentes de contexto. Não há critérios gerais. Para tentar lidar com isso, poderíamos seguir muitos dos pesquisadores da IA clássica e imaginar que *frames* se organizam de forma hierárquica: o *frame* “restaurante” seria uma espécie do gênero “evento social”. Um modelo

computacional poderia então proceder segundo essa hierarquia: dado que se trata de um evento social, pode-se descartar a possibilidade de ser um hospital ou um presídio. Contudo, não é bem assim. Essa hierarquia pode representar o que é típico, mas os contextos em que realizamos nossas atividades não estão limitados a essa tipicidade. Emergências hospitalares podem ocorrer em restaurantes, e jantares românticos podem se dar em hospitais. Gera-se, assim, a necessidade de multiplicar indefinidamente o número de *frames* e de variações possíveis destes. O modelo computacional precisaria antever e organizar todas as variações circunstanciais possíveis, bem como todos os caminhos a partir dos quais os contextos se alternam ou se mesclam entre si (um jantar romântico se torna uma emergência hospitalar caso alguém passe mal, e o fato de os dois serem colegas de trabalho pode ter efeitos enormes sobre o que se considera um comportamento adequado nessa situação).

Em síntese, o que temos é um cenário onde parece inescapável que tratemos as situações do mundo humano tal como tratamos jogos de xadrez. O *frame problem* nos limita a modelos que tra-

tam do mundo humano como um gigantesco domínio fechado onde todos os fatos que podem vir a ser relevantes precisam estar previamente explicitados. Isso é desastroso, pois significa que não há como modelar o senso comum sem que disso resultem problemas computacionalmente intratáveis.¹⁷

Assim caracterizado, o *frame problem* parece associado ao uso de modelos computacionais clássicos. Neles, o desafio toma a forma da tediosa e proibitiva tarefa de elaborar uma gigantesca lista de regras que delinear cada possível contexto humano, bem como suas propriedades e as possíveis relações entre eles. Não por acaso, essa abordagem foi deixada de lado. Mas permanece em aberto a questão sobre se os modelos neurais teriam condições de evitar que o problema venha à tona. Afinal, como vimos, uma de suas principais vantagens era justamente a de se mostrar sensível a um grande número de circunstâncias sem a necessidade de modelar explicitamente um grande conjunto de regras. Vários autores depositaram suas esperanças nisso.¹⁸ Infelizmente, esse tipo de modelo enfrenta sua própria versão dessa dificuldade.

¹⁷O *frame problem* foi primeiro descrito por McCarthy e Hayes (1969) e foi tema de ácidos debates nos anos 1980 e 1990, tendo sido retomado por um pequeno círculo no início dos anos 2010, sem qualquer sucesso ou avanço na sua solução, contudo. Uma antologia desses debates pode ser encontrada em Pylyshyn (1987), Ford e Pylyshyn (1996) e Kiverstein e Wheeler (2012). Contemporaneamente, no campo das ciências cognitivas (psicologia e neurociência), esse tipo de dificuldade é evitada por apelo a elementos não computacionais. Isso originou variantes diversas da chamada *cognição situada*. Ver, por exemplo, Varela, Rosch e Thompson (1992), Clark (1998) e Chemero (2009). Para esses autores, a inteligência humana não pode ser modelada em termos computacionais. No caso da IA, contudo, aceitar isso seria equivalente a desistir.

¹⁸Ver, por exemplo, Churchland (1989).

Algoritmos de treinamento também enfrentam o desafio de arregimentar e organizar toda a informação necessária para caracterizar o senso comum. O que distingue essa abordagem é o modo pelo qual se busca superar o problema: em vez de tentar modelar a estrutura diretamente, busca-se encontrar a base de dados correta, isto é, aquela que permita ao algoritmo de treinamento inferir os *frames* que deram origem ao comportamento registrado. Em parte, vem daí a ideia comum de que um maior volume de dados pode resolver qualquer problema de aprendizado, afinal, quanto maior a base de treinamento, maiores as chances de que um subconjunto dela seja exatamente o que é preciso para inferir as estruturas subjacentes à atividade em questão. Como vimos, em modelos neurais, inferir a estrutura de *frames* certa (isto é, aquela que de fato originou o comportamento humano registrado) significa encontrar o modo certo de generalizar ou “abstrair” os critérios, regras ou padrões que o guiam.

Um primeiro problema, portanto, é o de que há um número indeterminado de abstrações compatíveis com os dados. Marcus (1998) fornece uma ilustração dessa dificuldade. O autor treinou modelos que deveriam receber um número, processá-lo e apresentar o resultado adequado. A ideia era simples: se a entrada fosse 2, a saída deveria ser 2; se a entrada fosse 6, a saída deveria ser 6, se a entrada fosse 10, a saída

deveria ser 10, e assim por diante. A um ser humano, bastam estes exemplos para que se perceba a regra subjacente: $f(x)=x$, ou seja, dado um número qualquer, a resposta certa é esse mesmo número. Contudo, no conjunto de dados utilizado para geração do modelo haviam apenas números pares. Se o modelo gerado conseguir abstrair a regra desejada dos dados, segue-se que, mesmo diante de um número ímpar com o qual ele nunca teve contato prévio, ele não se acanhará e aplicará a mesma regra: se entrada for 3, a saída será 3. Isso não aconteceu. O sistema mostrava um número par qualquer, de forma um tanto errática, deixando claro que ele não conseguiu abstrair a regra adequada, e que estava se guiando por algum outro critério. Isso é possível porque há múltiplas regras que são compatíveis com os dados.

Soma-se a isso a já mencionada dificuldade de compreender que tipo de critério ou padrão está norteando as inferências do modelo: como vimos, não é suficiente analisar os dados nem os resultados. Suponha-se que tentemos corrigir o modelo de Marcus treinando-o a partir de um conjunto de dados que inclui uns poucos números ímpares. Isso significa que ele agirá de acordo com a regra $f(x)=x$? Talvez, mas não necessariamente. O sistema poderá “concluir” que a regra adequada é “se x é par, a saída será x ; se x é ímpar, a saída será $x-1$ ” ou ainda alguma outra regra qualquer,

que pode ser de difícil determinação.¹⁹

Uma outra versão dessa mesma dificuldade se mostra quando tentamos fazer com que um modelo distinga quais, dentre as regularidades ou correlações mapeadas, constituem relações causais. O papel do senso comum pode ser observado tanto em exemplos de falsos negativos (correlações que não implicam causalidade) quanto de falsos positivos (correlações que, apesar de estranhas, caracterizam relações causais). Vigen (2015) exemplifica que, a considerar os dados entre 1999 e 2009, existe uma correlação entre o número de filmes em que Nicolas Cage aparece e o número de pessoas que morreram afogadas ao cair numa piscina. Dado o senso comum que partilhamos, é desnecessário argumentar que não há uma relação causal entre uma coisa e outra. Mas essa compreensão está fora do alcance de um algoritmo de aprendizado, podendo ele concluir qualquer coisa a respeito, bastando que seja algo compatível com os dados. Por outro lado, há correlações um tanto estranhas que são, de fato, relações causais. É bem conhecida, por exemplo, a relação entre o tamanho da mão de um indivíduo e

o tamanho do vocabulário que ele domina em seu idioma natal. Essa relação pode ser caracterizada como causal porque, em geral, crianças tendem a ter mãos e vocabulários menores que adultos.²⁰

Historicamente, o problema do senso comum foi evitado pela circunscrição dos sistemas, por parte dos engenheiros, a contextos artificialmente delimitados. Esse é o resultado direto do foco em problemas específicos, tais como o de jogar xadrez, e nada mais. Isso diz muito sobre a natureza do trabalho realizado pelo engenheiro de um sistema: o que ele está fazendo é dando origem a um domínio fechado ou replicando algum já existente.²¹ O engenheiro adota um contexto de atividade humana como ponto de partida e “recorta” um conjunto de elementos e regras que serão considerados relevantes. O estado de coisas que não for determinável a partir destes, não fará diferença alguma no comportamento do sistema. No caso do xadrez, o sistema não precisa se preocupar em descobrir se o peso ou a cor das peças é relevante para a próxima jogada, simplesmente porque essas propriedades são inexis-

¹⁹Como se vê, algoritmos de aprendizado tem pouco apreço pela navalha de Occam.

²⁰Esses exemplos ilustram bem uma dificuldade já apontada do *frame problem*: em quais circunstâncias os conhecimentos pertencentes a um *frame* podem afetar conhecimentos pertinentes a outro *frame*? A estruturação do conhecimento que caracteriza o senso comum precisa ser, ao mesmo tempo, rígida o suficiente para sabermos que fatos sobre os filmes de Nicolas Cage não são relevantes para fatos sobre acidentes domésticos com piscinas, mas flexível o suficiente para que percebamos como, às vezes, fatos biológicos de um organismo podem ser relevantes no tratamento de fatos sobre o vocabulário de um indivíduo.

²¹Jogos são bons exemplos de domínios fechados criados por nós. Quando convencionamos um determinado conjunto de regras ou elementos (cartas, peças, tabuleiros etc.) o que estamos fazendo é determinar, por princípio, aquilo que será relevante ou não no interior daquele jogo. Um engenheiro que busque então criar um modelo computacional desse jogo já terá para si um domínio fechado com o qual trabalhar.

tentes nesse domínio. Isso se mostra de forma um pouco mais clara no caso de sistemas que precisem interagir fisicamente com o mundo, pois nestes casos o mundo pode impor ao sistema situações que estão fora daquelas previstas no interior de seu domínio fechado. Note-se como, no caso de robôs em linhas de produção, é preciso alterar e restringer o ambiente em que o sistema será posto para rodar. Se ele foi programado para apanhar um certo tipo de peça e encaixá-la em outra, é preciso que as peças certas estejam nos lugares certos, no momento certo. O robô não precisa tratar de situações em que uma dada peça não seja a que ele espera porque essa possibilidade inexiste nos modelos que ele utiliza para guiar seu comportamento. Uma vez que o mundo não se restringe ao que figura no modelo do robô, contudo, é possível que uma peça não esteja onde deveria estar, mas se isso ocorrer, será uma falha atribuível aos engenheiros que tinham a responsabilidade de adaptar o mundo ao modelo que guia o robô, e não vice-versa. Esse é o caso de qualquer sistema automatizado, em contraste com sistemas inteligentes, dos quais se esperaria a capacidade de se adaptar a situações imprevistas.

Vale notar que esse caráter de sistema automatizado permanece, mesmo que o robô seja extremamente complexo e flexível. Ainda que ele consiga lidar com milhares de peças em dezenas de milhares de diferentes situações (local,

peso, forma, etc.), continuamos a tratar de um sistema automatizado, não de um sistema inteligente. A razão para essa recusa em lhe atribuir inteligência precisa estar clara: por mais complexos que sejam, sistemas que operam em domínios fechados só conseguem lidar com contextos saturados e, nesse sentido, dependem que algum agente dotado de senso comum garanta que ele opere num ambiente adequado às suas limitações. Um sistema legitimamente inteligente, como o almejado pela IA, precisa ser independente do senso comum do engenheiro. O sistema precisa ser capaz de descobrir “por si mesmo” o que é apropriado e o que não é, em cada contexto específico, e para isso ele precisa ser capaz de se reconhecer no interior de diferentes *frames*, tal como nós o fazemos. Modelar os *frames* que caracterizam corretamente os contextos de atividade humana é, portanto, condição necessária para que se modele o senso comum, e como vimos, isso passa pela solução do *frame problem*.

O que essa batalha da IA nos ensina é que o senso comum é uma condição necessária para nossa capacidade de raciocínio lógico e matemático, e não um feito dela. A inteligência se demonstra também na própria capacidade de circunscrever domínios abertos em sistemas fechados e estruturados “sob medida” para cada circunstância. Viabiliza-se assim o uso do raciocínio lógico no seu interior sem que nos percamos em infundáveis inferências irre-

levantes.

O que isso significa para a discussão sobre vieses? Nota-se aqui uma razão profunda para que a presença de viés não seja concebida como a presença de perspectivas ou interesses dos agentes envolvidos. Um raciocínio isento de viés não é aquele que ignora tais elementos, atribuindo igual peso a todas as possibilidades lógicas, mas sim aquele que atribui pesos adequados, conforme o contexto, a cada interesse ou expectativa envolvidos. Determinar o peso adequado, como se viu, depende do senso comum, e a tentativa de calculá-los na ausência do senso comum leva ao *frame problem*. Isso não ocorre no caso de domínios fechados suficientemente pequenos, mas dado que tais domínios são, eles mesmos, realizações da inteligência humana, o viés pode se dar já na sua concepção. Aquilo que tomamos como enviesado, portanto, dependerá do modo como nós mesmos circunscrevemos os domínios fechados no interior dos quais queremos automatizar a realização de certas linhas de raciocínio.

Segue-se disso que a mitigação de vieses é possível, mas não é uma tarefa técnica. Não é algo que deva ficar exclusivamente nas mãos de engenheiros. A caracterização de um sistema como enviesado não se dá em função do modo como ele é computacionalmente modelado. Um algoritmo que não implemente um dado domínio fechado de modo correto não é enviesado, mas sim falho. Um *software* de xadrez que movi-

menta torres na transversal ou cavalos na horizontal não é uma implementação enviesada de xadrez. O programa sequer está jogando xadrez. Essa distinção não é sempre evidente porque, não raro, o engenheiro realiza tanto a estruturação do domínio (o que será ou não relevante, e em que medida) quanto sua modelagem computacional. Nesse sentido, estamos concedendo a eles (ou aos que lhes financiam) um grande poder sobre como nós mesmos devemos estruturar nossas atividades. Ao engenheiro, deve caber somente a responsabilidade sobre a implementação computacional adequada de um dado domínio fechado. A constituição desse domínio, bem como a aceitação ou rejeição de seu uso para um dado fim, são temas de debate público. Deve o algoritmo tratar a todos de modo formalmente idêntico, ou deve ele compensar certas desigualdades materiais? A resposta a esse tipo de pergunta não é de ordem técnica, mas sim política. A mitigação dos vieses, portanto, depende de um pano de fundo regulatório que envolve, necessariamente, o conjunto de valores e interesses públicos vigentes. Tratá-la como uma questão técnica é chegar tarde demais.

IV

Tudo o que foi discutido até aqui torna saliente o quão potencialmente perigoso é o abuso do termo “inteligência”

para caracterizar sistemas automatizados. A recepção que essas tecnologias vêm obtendo nas organizações públicas e privadas raramente leva em conta sua incapacidade de tratar adequadamente o caráter insaturável dos contextos subjacentes às motivações humanas. Isso afeta mesmo tarefas aparentemente simples como a de categorizar textos ou documentos como sendo sobre um determinado tema. Tais tarefas são dependentes da capacidade de compreender linguagens naturais por parte dos modelos, e essa capacidade é dependente do senso comum.²² Apesar disso, não é raro encontrar instituições que confiem nos resultados apresentados, fazendo deles base para tomada de decisão. Em alguns casos é possível, claro, identificar temas pela presença de certas palavras-chave, mas isso se dá em função de convenções institucionalizadas. Nesses espaços, podemos encontrar regras como “todo documento sobre X deve ter o termo ‘X’ explicitado em seu cabeçalho”. Por si só, a linguagem natural não tem nenhuma demanda análoga a essa. Pode-se escrever um livro inteiro sobre filosofia medieval sem que essa expressão apareça uma vez sequer. Seria igualmente ilusório acreditar que um arranjo complexo

de palavras poderá fazer as vezes desses termos chave.²³ Nenhum modelo dentre os atualmente disponíveis seria capaz de compreender, por exemplo, se o presente texto está a extrair lições da história da IA para então aplicá-las a um debate sobre vieses algorítmicos ou se, ao contrário, está a tratar de dificuldades da IA que originam tais vieses.

A confiança rotineiramente depositada na tecnologia, contudo, vai além, e sempre há o risco de um “delírio”, fixado no modelo pelo uso de uma estratégia de generalização distinta da utilizada por seres humanos, ser considerado um insight. Como se viu, no caso de modelos neurais, o treinamento pode se dar tanto para fins previamente especificados, como o de gerar um modelo capaz de mapear correlações entre termos de diferentes idiomas (gerando assim um modelo que busca simular a atividade humana da tradução) quanto com objetivos menos definidos, como o de descobrir correlações ocultas entre os dados, quaisquer que sejam. Essa tentativa de descobrir relações não previamente supostas é denominada *data mining* (mineração de dados). Ela permite a geração de modelos que “descubram” novas categorias.

Um exemplo clássico é o de fazer uso

²²Um exemplo é o GPT-3 da OpenAI, que se tornou famoso por sua capacidade de elaborar textos estruturalmente complexos a partir da “leitura” de documentos ou livros. Contudo, tais modelos se baseiam apenas em análises estatísticas que correlacionam palavras umas às outras. Eles não fazem a menor ideia do que estão falando e são alvos perfeitos para o argumento da sala chinesa exposto por Searle (1980). Para a descrição do GPT-3, ver Brown et al. (2020). Para uma crítica de suas capacidades e bons exemplos dos erros crassos que essa técnica costuma gerar, ver Marcus (2020) e Marcus e Davis (2020).

²³Exemplos comuns são estratégias como *word2vec* ou *doc2vec*, que representam estruturas sintáticas em vetores numéricos, típicos dos modelos neurais. Isso permite uma comparação refinada da forma de um texto, mas ignora seu significado.

desses modelos para aprender padrões de compra. Ele pode trazer à tona uma correlação como: clientes que gostam de amendoim tendem a preferir cerveja de trigo. Isso origina uma nova categoria, a dos clientes-que-gostam-de-amendoim-e-cerveja-de-trigo, que pode ser utilizada para formular estratégias comerciais a partir de uma hipersegmentação mercadológica numa escala sem precedentes.²⁴ Diante disso, a pergunta que nos interessa agora é: por que confiamos tão prontamente nas correlações indicadas por esses modelos, tomando-as como descobertas?

Essa confiança é exemplificada pelo artigo de Joshua Davis na *Wired* (2017), onde ele explicita sua expectativa de em breve poder substituir o presidente do seu país (EUA) por uma IA. Para Davis, um tal sistema seria capaz de emitir juízos menos enviesados e de descobrir fatos que nos são inacessíveis, sendo assim capaz de conhecer aquilo que queremos e precisamos melhor do que nós mesmos. Nessa discussão, já vimos algumas razões para sermos reticentes quanto a esse alegado privilégio epistêmico. Na ausência do senso comum, os modelos são incapazes de distinguir entre correlações espúrias e correlações que caracterizam legítimas relações causais, por exemplo. Na maioria dos casos, contudo, o custo a pagar pela confiança em eventuais erros é re-

lativamente baixo: caso se posicione o amendoim próximo à cerveja de trigo e não se observe um aumento no consumo, nenhum grande dano foi feito. Contudo, se concedêssemos a um modelo o poder que Davis sugere, o potencial para dano seria colossal. A má notícia é que, embora não cogitemos (ainda?) a sério atribuir poder político a um sistema de IA de modo tão direto, estamos sim permitindo que eles regulem nossas vidas em larga escala, e isso está relacionado aos efeitos dos vieses algorítmicos.

Até o momento, tratamos dos vieses como um desvio sistemático em relação a um pano de fundo que caracteriza o que se considera adequado num domínio. Contudo, há um segundo sentido, talvez mais profundo, em que eles podem se mostrar: algoritmos podem introduzir vieses no modo como nós mesmos compreendemos a estrutura de nossas atividades, isto é, nossos *frames*. Nesse caso, os vieses algorítmicos não seriam apenas desvios sistemáticos que ocorrem em modelos computacionais, mas sim um fenômeno em que nossa própria compreensão do que é adequado ou não estaria sob sua influência, afetando assim nosso senso comum. Como isso é possível?

Esse é um dos efeitos daquilo que Rouvroy (2019; 2015) denominou *governamentalidade algorítmica* (GA).

²⁴Importante notar que novas categorias podem surgir mesmo na geração de modelos não destinados ao *data mining*. Os modelos podem gerar categorias que funcionam como intermediárias para os fins estabelecidos pelos engenheiros (a classe das palavras-que-contêm-acentos-nos-dois-idiomas para os quais se efetua uma tradução, por exemplo).

Trata-se de uma forma de governo, entendido aqui como um modo de lidar com as incertezas associadas à conduta dos governados, produzindo assim certas regularidades em torno do que se considera adequado ou desejável. Tal regime está presente em várias plataformas informacionais, tanto as puramente virtuais (sistemas de busca) quanto as híbridas (aplicativos de transporte) e tende a transbordar rapidamente para outras dimensões da vida, tais como a política, o direito e a saúde. Rouvroy descreve a GA como fruto da articulação de três práticas específicas: primeiro, a extração capilarizada de informações sobre atividades humanas. Segundo, o uso das informações para gerar modelos computacionais dessas atividades. Terceiro, o uso desses modelos na geração de perfis individuais usados para intermediar as relações destes indivíduos (nós), com instituições diversas, virtuais ou não.

A primeira e segunda práticas já foram aqui desenvolvidas: trata-se tão somente da propensão a registrar cada vez mais aspectos de cada vez mais atividades que realizamos, e de gerar modelos computacionais a partir destes dados. A terceira prática, contudo, é mais específica: não se trata apenas de gerar perfis comportamentais individuais e tentar realizar previsões a partir deles, mas de usá-los para afetar ou modular o comportamento individual via mediação das relações entre indivíduos e instituições. É o que se vê, por

exemplo, na relação entre indivíduos e empresas como a Google, Facebook e Amazon. Nelas, o perfil individual de cada usuário é levado em conta na hora de apresentar resultados das buscas ou para decidir o que será apresentado em destaque, numa tentativa de prever a relevância do conteúdo em função dos interesses do usuário. Essa prática fez com que, paulatinamente, a ideia da internet como um oceano a ser desbravado de igual modo por todos, fosse substituída pela imagem de uma lagoa artificial construída sob medida para cada indivíduo. A mesma estratégia pode ser adotada, claro, na venda de bens e serviços em espaços não virtuais. É o que fazem hoje algumas redes de farmácias que apresentam ofertas específicas (não necessariamente vantajosas) em função do perfil de cada comprador.

De que modo o uso dessas tecnologias pode caracterizar um tipo de governamentalidade? A força da GA, nas palavras de Rouvroy (2019, p. 33), está em “...separar os sujeitos de sua capacidade de fazer ou não fazer certas coisas”. Não há ali oferta de motivações para sugerir um determinado curso de ação. Os filtros são aplicados de modo a mitigar, ou mesmo impedir, as chances de que um dado comportamento venha a ser. Nas palavras de Rouvroy:

A governamentalidade algorítmica, portanto, apresenta uma nova estratégia de gerencia-

mento da incerteza que consiste em minimizar a incerteza associada à agência humana: a capacidade dos seres humanos de fazer ou não fazer tudo aquilo que são fisicamente capazes de fazer. Efetuado através da reconfiguração de arquiteturas informacionais e físicas e/ou ambientes dentro dos quais certas coisas se tornam impossíveis ou impensáveis, e lançando alertas ou estímulos produzindo respostas reflexas ao invés de interpretação e reflexão; isso afeta indivíduos em sua agência que é, em sua atualidade, dimensão virtual da potencialidade e da espontaneidade (...) (ROUVROY, 2019, p. 34)

Exemplos de uso dessa estratégia abundam, pois ela é aplicada em praticamente toda plataforma que objetiva fornecer conteúdo personalizado: plataformas de notícias, áudio ou vídeo que organizam as opções em função do que consideram que será mais interessante são o exemplo mais comum. Também são exemplos os sistemas que almejam fornecer “sugestões” para processos de tomada de decisão, apresentando apenas um subconjunto dos caminhos disponíveis por considerar os demais indesejáveis ou irrelevantes. Todos são casos de reconfiguração no modo como as diferentes possibili-

dades de ação são apresentadas a cada indivíduo a partir do seu perfil.

Tal estratégia é utilizada não apenas para personalizar o ambiente, contudo, mas também para fazer valer regras de conduta. Nesses espaços, como em quaisquer outros, demanda-se algum tipo de regulação ou controle acerca do que se considera um comportamento desejável. Na medida em que crescem, o volume de casos em que esse controle precisa ser exercido se amplia. Ao fazer uso das estratégias de personalização com esse fim, a GA não atua por meio de sanções ou de caracterizações deontológicas daquilo que deve ser observado. Não se estipula o que deve ou não ser feito, mas sim o que aparece ou não ao sujeito como uma ação possível ou adequada. O contraste com outros regimes é claro: neles, o sujeito compreende que tem diante de si um sem número de possibilidades de ação, mas também compreende que, a depender do caminho adotado, ele estará sujeito a consequências de ordem social ou penal. Uma vez que o conjunto de comportamentos possíveis extrapola o conjunto de comportamentos desejáveis, existem sanções ou orientações. Em um regime de GA, contudo, tais possibilidades são afastadas, ou mesmo negadas ao sujeito, e o espaço dos comportamentos possíveis tende a ser coextensivo com o espaço dos comportamentos aceitáveis.

É fundamental notar como toda essa articulação ocorre de modo invisível ao usuário. O modo como o perfil media

a relação entre o indivíduo e os espaços que ele ocupa, bem como as instituições com as quais se relaciona, ocorre de modo inescrutável. Não se trata apenas de não sabermos que tipo de inferência foi feita a nosso respeito a partir dos nossos rastros, mas também de não sabermos quando ou em que medida essas inferências estão sendo usadas para afetar aquilo que nos aparece como possibilidade de ação. Temos assim um exercício de poder que atua direta e acriticamente nos porões de nossa subjetividade: nosso campo de ação é delimitado e organizado por um processo invisível de ordenação de preferências. Cursos de ação são tornados salientes, ou ocultados, sem que nos seja dada a oportunidade de reflexão sobre as razões que guiaram essa ordenação.

Por que permitimos, afinal, esse tipo de interferência em nosso horizonte de ações? Não se busca aqui dar uma resposta ampla a essa questão, mas apenas enfatizar que uma boa resposta precisa levar em conta o injustificado privilégio epistêmico atribuído aos modelos utilizados na GA, rotineiramente qualificados como “inteligentes”. Embora a GA não busque replicar a inteligência humana, mas apenas detectar novas categorias e utilizá-las para fazer segmentações de mercado hiper-refinadas, a ausência de senso comum nos mode-

los deveria fazer com que tratássemos suas categorizações como hipóteses a serem verificadas, não como descobertas.²⁵ Sem essa verificação, não temos como saber se o sistema está se deixando guiar por correlações espúrias, por exemplo. Esse é o erro de Davis. Estamos aceitando como verdadeiras quaisquer correlações e categorias que estes sistemas apresentem, sem verificação ou confirmação. Os modelos são incapazes de compreender nossas motivações, e por isso não se pode dizer que nos conhecem melhor do que nós mesmos, mas pode-se sim dizer que estamos deixando que eles nos guiem como se conhecessem.

Diante desse argumento, um defensor da GA poderia insistir: se a ausência de senso comum fosse mesmo um entrave, essa dificuldade se manifestaria na forma de resultados erráticos ou de falhas grotescas nas predições que os modelos fazem a nosso respeito. E não parece ser esse o caso. Muitos modelos usados em ambientes de GA aparentam ter a capacidade de realizar predições acuradas sobre nosso comportamento. Como isso é possível? A explicação aqui oferecida para esse aparente sucesso é a de que estamos diante de uma forma de reflexividade presente no que Hacking (1996) compreendeu como *tipos humanos*.

²⁵A rigor, o senso comum é necessário, mas não suficiente. O senso comum permitiria compreender o que está em jogo, e isso poderia viabilizar alguns feitos impressionantes como solicitar a uma IA que leia um conjunto de alguns milhares de artigos e exponha as ideias que guardam relação com nossas pesquisas. Permaneceria em aberto, contudo, em que medida essa compreensão seria confiável a ponto de justificar um privilégio epistêmico por parte do sistema.

Esses tipos (categorias, no jargão que utilizamos até aqui), quando aplicados a agentes humanos, tem caráter reflexivo: o fato de sermos classificados de uma determinada forma influencia o modo como nos comportamos. Para Hacking, esse efeito é o que distingue tipos naturais (polietileno, polipropileno) de tipos humanos (adolescente, refugiado). Quando uma pessoa é tipificada como um adolescente ou um refugiado, altera-se o modo como aquele indivíduo compreende a si mesmo. Em geral, isso se deve a conotações morais associadas ao tipo em questão: o indivíduo pode, por exemplo, não aceitar compreender a si mesmo como um exemplar daquele tipo de pessoa. Essa manifestação pressupõe que o indivíduo esteja, em algum nível, ciente de ser classificado de um tal modo, e que tenha condições de reagir a essa classificação (aceitá-la, criticá-la, rejeitá-la, etc.). Os sistemas utilizados na GA podem dar vazão a esse efeito justamente por serem vistos como fontes confiáveis de novas categorias.

Tome-se um exemplo citado em reportagem da revista *The Economist* (2013): uma determinada empresa mapeou uma correlação estatística entre uma boa performance profissional, bem como uma maior estabilidade no emprego, e o uso de navegadores que não vêm instalados por padrão nos sistemas operacionais²⁶ para preencher for-

mulários de candidatura para vagas online. A empresa tratou dessa informação como uma descoberta, e seus processos passaram a levar esse dado em conta na hora de decidir quem deve ou não ser contratado. Ou seja, as “descobertas” que os processos de geração de modelos para a GA fazem estão sendo utilizadas para alterar os *frames* em que a atividade humana se dá. Aquilo que se considera relevante para o correto exercício de uma atividade foi revisto. Isso é suficiente para gerar uma pressão normativa. O conhecimento dessa relação (entre performance e uso de certo navegador), pode ser cobrado como algo que bons profissionais de RH devem levar em conta. Candidatos, por sua vez, sabendo que serão “julgados” por um sistema que leva isso em consideração, podem se sentir inclinados a fazer uso de um determinado navegador, a fim de aumentar suas chances.

Há ainda outras formas de manifestação da reflexividade que podem ser associadas ao que Hacking denomina *tipos inacessíveis*: nesses casos, o efeito sobre o agente classificado se dá de modo indireto, por meio de alterações no seu ambiente. O indivíduo não sabe que seu horizonte de ações está sendo afetado em função de uma dada categorização. A reflexividade opera então pelo modo como o indivíduo é tratado pelas pessoas ou pelas instituições em seu entorno. Ora, como se viu, esse é preci-

²⁶É o caso do Firefox, em contraste com o Edge, em computadores com Windows.

samente o modo pelo qual a GA opera: alterando o horizonte de possibilidades de ação do indivíduo, ou seja, alterando o modo como o mundo lhe aparece e, conseqüentemente, o modo como ele se comportará.

Um exemplo de mecanismo psicológico por meio dos quais essa interferência no ambiente pode se dar, são aqueles responsáveis pelos efeitos de *priming*. Como demonstraram Hasher, Goldstein e Toppino (1977), a simples repetição é suficiente: o fato de algum conteúdo aparecer reiteradamente como disponível aumenta as chances de que ele venha a figurar em nossos interesses. Além disso, são conhecidos os efeitos que se dão por associação (pensar em gatos tende a tornar cachorros mais salientes, aumentando a chance de que venham a figurar no raciocínio) ou por categorização semântica (pensar em lobos pode aumentar as chances de que cachorros venham a figurar no pensamento).

Diante da reflexividade das categorias humanas, emerge uma questão crucial: como distinguir uma predição bem-sucedida de uma incitação bem-sucedida? Aquilo que aparece como uma crescente capacidade de predizer uma preferência pode ser, na verdade, uma crescente capacidade de incitá-la, propositadamente ou não. Assim, diante de um modelo computacional cujo uso vem apresentando resultados satisfatórios para a GA, não sabemos por certo se estamos lidando com uma apli-

cação bem-sucedida de estatística ou com um efeito da reflexividade. No primeiro caso, teremos um modelo que reproduz adequadamente um dado contexto de atividade humana. No segundo, teremos um modelo que modificou com sucesso os contextos nos quais essa atividade é realizada. Talvez a Netflix (ou a Google, ou o Facebook, etc.) não esteja nos conhecendo cada vez melhor, mas nós estejamos nos restringindo, sem perceber e com crescente ênfase, àquilo que o perfil que intermedeia nossa relação com ela nos prescreve. Não surpreende, portanto, a sensação de que as sugestões de conteúdo oferecidas pelas plataformas nos pareçam cada vez mais certeiras.

V

O cenário exposto sugere que o desafio de mitigar vieses está intimamente conectado a uma questão maior sobre onde, quando e como queremos fazer uso de modelos computacionais. Por sua vez, essa questão é profundamente influenciada pela confiança depositada nas promessas das tecnologias envolvidas. Como nos lembra Pariser (2011), essa esperança tem mitigado o questionamento e a demanda pela responsabilização das instituições que fazem uso delas. Na medida em que confiamos a solução dos problemas a esforços de engenharia, tendemos a deixar de lado o fato de que o uso da tecno-

logia é norteado por interesses privados. Consequentemente, por vezes, não há sequer motivação para tratar de problemas mais fundamentais. Tanto predições quanto incitações, por exemplo, são compatíveis com o modelo de negócios que sustenta o uso dos sistemas computacionais. Se deixadas em paz, a tendência é que nenhuma das plataformas tome essa indistinção como um problema. Essa é uma preocupação que não emerge espontaneamente de motivações mercadológicas.

Contudo, como vimos, há um problema ainda mais difícil envolvido. Ainda que se dispusessem a lidar adequadamente com a questão da reflexividade por pressão externa, as plataformas teriam diante de si o problema do senso comum e o *frame problem*, e não está claro nem sequer se é possível solucioná-los computacionalmente. Uma vez que os modelos de IA não apresentam senso comum, a probabilidade de que, por pura sorte, estejam interagindo adequadamente com nossas motivações, é desprezível. Muito mais provável é que estejam afetando as estruturas de *frames* subjacentes às nossas atividades. Por isso, quando atribuímos a eles um privilégio epistêmico injustificado e um poder descabido, permitimos que afetem nossa compreensão do mundo, e que os seus vieses e valores privados embutidos tenham impacto sobre o nosso senso comum. A reflexividade das categorias humanas acaba potencializando esse efeito, pois

ela faz com que essa influência transborde para fora das plataformas, em espaços ainda não colonizados por sistemas informacionais: mesmo dicas de conteúdo dadas por amigos trarão consigo os efeitos das plataformas sobre eles.

Em síntese, por um lado, não é razoável exigir das plataformas a solução de problemas fundacionais da IA. Elas não são centros de pesquisa dedicados à questão, mas sim empresas que fazem uso da tecnologia para oferecer serviços. Por outro lado, é igualmente desarrazoado ignorar que o uso corrente dessas tecnologias tem efeitos sociais que não podem ser resolvidos ou mitigados por mais tecnologia. Se queremos lidar adequadamente com os vieses e outros efeitos nocivos, portanto, precisamos revogar o estatuto epistêmico privilegiado tipicamente atribuído aos modelos computacionais. Isso não significa, claro, uma rejeição do uso dos modelos para realizar descobertas. O que precisamos é tomar as inferências por eles realizadas, bem como as categorias por eles detectadas, não como *insights* em seu valor de face, e sim como hipóteses a serem validadas no interior de uma empreitada científica. Além disso, é fundamental compreender os modelos como aquilo que são: automações de atividades em domínios fechados. Desse modo, não deixamos de enxergar que a caracterização desses domínios, isto é, a determinação daquilo que deve ser levado em conta no “raci-

ocínio” realizado no interior dos modelos, precisa ficar sob nossa responsabilidade, e não submetida ao arbítrio dos engenheiros ou das plataformas que os financiam. Na ausência desse posicionamento, a concessão de poder e espaço para sistemas de IA em geral, e para

a GA em particular, está sendo facilitada sem que nos apercebamos das consequências, e isso dificulta a discussão sobre possíveis formas de emancipação (se assim desejarmos) ou sobre o que caracteriza uma regulação adequada dos espaços informacionais.

Referências

- ANGWIN, J. et al. Machine Bias. *ProPublica*, maio 2016. Disponível em <<https://www.propublica.org/article/machine-bias-risk-assessments-in-criminal-sentencing>>. Acesso em: 2 jun. 2020.
- BARTH, C. *O Frame Problem: a sensibilidade ao contexto como um desafio para teorias representacionais da mente*. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2018.
- BODEN, M. *Mind As Machine: A History of Cognitive Science Two-Volume Set*. Clarendon Press, 2006.
- BRENDEL, W.; BETHGE, M. Approximating CNNs with Bag-of-local-Features models works surprisingly well on ImageNet. *arXiv preprint arXiv:1904.00760*, 2019. Disponível em: <<https://arxiv.org/abs/1904.00760>>. Acesso em: 13 jun. 2020.
- BRENNAN, T.; DIETERICH, W. Correctional Offender Management Profiles for Alternative Sanctions (COMPAS). In: *Handbook of Recidivism Risk/Needs Assessment Tools*. John Wiley Sons, pp. 49–75, 2017.
- BROWN, T. B. et al. Language Models are Few-Shot Learners. *arXiv preprint arXiv:2005.14165*, 2020. Disponível em: <<https://arxiv.org/abs/2005.14165>>. Acesso em: 13 jun. 2020.
- CHEMERO, A. *Radical embodied cognitive science*. Cambridge, MA: MIT Press, 2009.
- CHURCHLAND, P. M. *A Neurocomputational Perspective: The Nature of Mind and the Structure of Science*. Cambridge: The MIT Press, 1989.
- CLARK, A. *Being There: Putting Brain, Body, and World Together Again*. Cambridge: The MIT Press, 1998.
- CYCORP. Cyc’s knowledge base. *Cycorp*, 2020. Disponível em: <<https://www.cyc.com/archives/service/cyc-knowledge-base>>. Acesso em: 7 ago. 2020.
- DAVIS, J. Hear me out: let’s elect an AI as president. *Wired*, maio 2017. Disponível em: <<https://www.wired.com/2017/05/hear-lets-elect-ai-president/>>. Acesso em: 29 jun. 2017.
- DENNETT, D.; DREYFUS, H. Did Deep Blue’s win over Kasparov prove that Artificial Intelligence has succeeded? In: FRANCHI, Stefano; GUZELDERE, Guven (Eds.). *Mechanical Bodies, Computational Minds*. The MIT Press, pp. 265–279, 2005.
- DREYFUS, H. *What Computers Still Can’t Do*. The MIT Press, 1992.
- ROBOT Recruiters. *The Economist*, abr. 2013. Disponível em: <<https://www.economist.com/business/2013/04/06/robot-recruiters>>. Acesso em: 16 nov. 2019
- FORD, K. M.; PYLYSHYN, Z. W. (EDS.). *The Robot’s Dilemma Revisited: The Frame Problem in Artificial Intelligence*. Norwood, NJ, USA: Ablex Publishing Corp., 1996.
- FRIDMAN, L. Garry Kasparov: Chess, Deep Blue, AI, and Putin. *Artificial Intelligence Podcast*, out. 2019. Disponível em: <<https://lexfridman.com/garry-kasparov/>>. Acesso em: 11 set. 2020.
- GEIRHOS, R. et al. ImageNet-trained CNNs are biased towards texture; increasing shape bias improves accuracy and robustness. *arXiv preprint arXiv:1811.12231*, 2019. Disponível em: <<https://arxiv.org/abs/1811.12231>>. Acesso em: 30 nov. 2019.
- HACKING, I. The looping effects of human kinds. In: *Causal Cognition*. Oxford University Press, pp. 351–383, 1996.
- HASHER, L.; GOLDSTEIN, D.; TOPPINO, T. Frequency and the conference of referential validity. *Journal of Verbal Learning and Verbal Behavior*, v. 16, n. 1, pp. 107–112, fev. 1977.
- HAUGELAND, J. *Artificial Intelligence: The Very Idea*. Cambridge: The MIT Press, 1989.
- KIVERSTEIN, J.; WHEELER, M. *Heidegger and cognitive science*. New York: Palgrave Macmillan, 2012.
- LENAT, D. B. et al. Cyc: toward programs with common sense. *Communications of the ACM*, v. 33, n. 8, p. 30–49, ago. 1990.
- MARCUS, G. Deep Learning: A Critical Appraisal. *arXiv preprint arXiv:1801.00631*, jan. 2018. Disponível em: <<https://arxiv.org/abs/1801.00631>>. Acesso em: 21 jan. 2019.

- MARCUS, G. GPT-2 and the Nature of Intelligence. *The Gradient*, jan. 2020. Disponível em: <<https://thegradient.pub/gpt2-and-the-nature-of-intelligence/>>. Acesso em: 26 jun. 2020.
- MARCUS, G.; DAVIS, E. *Rebooting AI*. New York: Pantheon, 2019.
- MARCUS, G.; DAVIS, E. GPT-3, Bloviator: OpenAI's language generator has no idea what it's talking about. *MIT Technology Review*, ago. 2020. Disponível em: <<https://www.technologyreview.com/2020/08/22/1007539/gpt3-openai-language-generator-artificial-intelligence-ai-opinion/>>. Acesso em: 25 set. 2020.
- MARCUS, G. F. Rethinking Eliminative Connectionism. *Cognitive Psychology*, v. 37, n. 3, 1998.
- MCCARTHY, J. Programs with common-sense. In: MINSKY, Marvin (Ed.). *Semantic information processing*. Cambridge: The MIT Press, pp. 403–418, 1968.
- MCCARTHY, J.; HAYES, P. J. Some philosophical problems from the standpoint of artificial intelligence. *Machine Intelligence*, v. 4, pp. 463–502, 1969.
- MCCLELLAND, J. L. et al. *Parallel Distributed Processing, Vol. 2: Psychological and Biological Models*. Cambridge: The MIT press, 1987.
- MINSKY, M. A framework for representing knowledge. In: HAUGELAND, J. (Ed.). *Mind design II: phylosophy, psychology, artificial intelligence*. Cambridge: The MIT Press, pp. 111–142, 1997.
- MULLAINATHAN, S. Biased Algorithms Are Easier to Fix Than Biased People. *The New York Times*, dez. 2019. Disponível em: <<https://www.nytimes.com/2019/12/06/business/algorithm-bias-fix.html>>. Acesso em: 29 jul. 2020.
- OBERMEYER, Z. et al. Dissecting racial bias in an algorithm used to manage the health of populations. *Science*, v. 366, n. 6464, pp. 447–453, 2019.
- PARISER, E. *The Filter Bubble: How the New Personalized Web Is Changing What We Read and How We Think*. New York: Penguin Publishing Group, 2011.
- PEACHEY, K. Sexist and biased? How credit firms make decisions. *BBC News*, nov. 2019. Disponível em: <<https://www.bbc.com/news/business-50432634>>. Acesso em: 13 set. 2020.
- PYLYSHYN, Z. W. (ED.). *The Robots Dilemma: The Frame Problem in Artificial Intelligence*. New Jersey: Ablex, 1987.
- RAMBACHAN, A.; ROTH, J. Bias In, Bias Out? Evaluating the Folk Wisdom. *ArXiv preprint arXiv:1909.08518*, fev. 2020. Disponível em: <<https://arxiv.org/abs/1909.08518>>. Acesso em : 27 ago. 2020.
- ROUVROY, A. O(s) fim(ns) da crítica: behaviorismo de dados versus devido processo. In: ALVES, Marco Antônio Sousa; NOBRE, Márcio Rimet (Eds.). *A sociedade da informação em questão*. Belo Horizonte: D'Plácido, 2019.
- ROUVROY, A.; BERNS, T. Governamentalidade algorítmica e perspectivas de emancipação: o dispar como condição de individuação pela relação? *Revista Eco Pós*, v. 18, n. 2, pp. 35–56, 2015.
- RUMELHART, D. E. et al. *Parallel Distributed Processing, Vol. 1: Explorations in the Microstructure of Cognition: Foundations*. Cambridge, MA: MIT press, 1986.
- SAMUELS, R. Classical computationalism and the many problems of cognitive relevance. *Studies in History and Philosophy of Science*, v. 41, n. 3, pp. 280–293, 2010.
- SCHANK, R. C. Using knowledge to understand. *Proceedings of the 1975 workshop on Theoretical issues in natural language processing - TINLAP 75*. Association for Computational Linguistics, 1975
- SEARLE, J. R. Minds, brains, and programs. *Behavioral and Brain Sciences*, v. 3, n. 03, set. 1980.
- VARELA, F. J.; ROSCH, E.; THOMPSON, E. T. *The Embodied Mind*. Cambridge: The MIT Press, 1992.
- VIGEN, T. *Spurious correlations*. New York: Hachette Books, 2015.

Recebido: 28/09/2020
Aprovado: 18/01/2021
Publicado: 31/01/2021

Zero-Order Privacy Violations and Automated Decision-Making about Individuals

[Violações de Privacidade de Ordem Zero e Tomada de Decisão Automatizada sobre Indivíduos]

Bernardo Alonso^{*}

Abstract: In this article, it is presented the notion of zero-order privacy violation as a grounding practice within a new type of human exploitation, namely, data colonialism: the massive appropriation of social life through data extraction, acquiring digital “territory” and resources from which economic value can be extracted by capital (Couldry Mejias, 2019). At first, I claim that privacy violations do not depend on the nature of the agents involved. Robots read your email, and not having humans involved in the process does not make it less of a violation. It is considered that the harvested data stream is better understood as being a commodity when clean, well-formed, meaningful data standards are respected. Then, it is suggested that scenarios like the covid-19 pandemic make a perfect case to expand surveillance via tracking applications. Companies and governments with pre-existing tendencies to secrecy, tech-enabled authoritarianism, and austerity, capitalize on disinformation strategies. Finally, remarks on the value of encryption, and strategic deleting as measures to reinforce privacy are made.

Keywords: Zero-Order Privacy Violations. Privacy. Artificial Agents. Data. Information.

Resumo: Neste artigo, é apresentada a noção de violação de privacidade de ordem zero como uma prática fundadora dentro de um novo tipo de exploração humana, a saber, o colonialismo de dados: a apropriação massiva da vida social através da extração de dados, adquirindo “território” digital e recursos dos quais pode ser extraído valor econômico pelo capital (Couldry Mejias, 2019). A princípio, alego que as violações de privacidade não dependem da natureza dos agentes envolvidos. Os robôs leem seu e-mail, e não ter pessoas envolvidas no processo não o torna menos violento. Considera-se que o fluxo de dados coletados é melhor compreendido como uma mercadoria quando os padrões de dados limpos, bem formados e significativos são respeitados. Em seguida, sugere-se que cenários como a pandemia do covid-19 sejam um caso perfeito para expandir a vigilância por meio de aplicativos de rastreamento. Empresas e governos com tendências pré-existentes ao sigilo, autoritarismo capacitado pela tecnologia, e austeridade capitalizam estratégias de desinformação. Finalmente, são feitas observações sobre o valor da criptografia e exclusão estratégica como medidas para reforçar a privacidade.

Palavras-chave: Violações de Privacidade de Ordem Zero. Privacidade. Agentes Artificiais. Dados. Informação.

*Professor of philosophy at the Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT). PhD in philosophy from the Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). E-mail: berr.alonso@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3595-4907>.

Each individual is continually engaged in a personal adjustment process in which he balances the desire for privacy with the desire for disclosure and communication of himself to others, in light of the environmental conditions and social norms set by the society in which he lives.

— Alan Westin, *Privacy and Freedom*, 1968

Introduction

At a glance, even though the only entity accessing our personal data is an artificial agent, e.g. “google bot”, it does not change the fact that a privacy violation has occurred. Privacy to be understood in a normative way, treated as a collective moral value and human right. What is relevant, in the case of email, is what the artificial agent is capable of doing with that information, taking into account that mechanisms of natural language processing, data extraction and recognition of intents as well as domains of users’ spoken and written language utterances are increasingly efficient (Liu et al. 2020, Vedula et al. 2020), be it language-specific or many languages approach (Pyysalo et al. 2020).

One major concern is the colossal amount of personal and sensitive data¹ being stored daily in databases of companies and governments, whose access policies do not necessarily respect the

privacy of users. Some can point out that you should not be worried with digital privacy if you have nothing to hide, in the sense of doing something you are not supposed to. For those there is a simple but overwhelming answer. I have nothing to hide, but I have nothing to show you either, and as Edward Snowden once said “Arguing that you don’t care about the right to privacy because you have nothing to hide is no different than saying you don’t care about free speech because you have nothing to say” (Snowden 2015). A well-known mechanism that challenges our best intuitions about non-humans violating privacy is the so called Google AdSense, a program that allows publishers to serve automatic text, image, video, or interactive media advertisements, targeted to site content and audience. As an illustration, imagine a musician who exchanges emails with a friend about his guitar that is being repaired. After email exchanges both the musician and his friend

¹“Personal data” refers to any piece of information that someone can use to identify, with some degree of accuracy, a person, for instance, email address, internet protocol address (IP), name, surname, geolocation, home and job addresses, advertising identifiers, gadgets identifiers, among others. “Sensitive data” makes reference to a subset of personal data which includes specific categories such as genetic and biometric data, ethnic group, sex orientation, political opinions and/or affiliations, religious beliefs, philosophical perspectives, purchase history, passwords, credentials, among other possible distinct information.

are seemingly receiving advertisements about musical instrument stores, audio streaming websites and the like. If you send an email containing the term “Rio de Janeiro” in the body of the text, advertisements about hotels in Ipanema, tickets to Carnival in Sapucaí or invites by social networking websites showing locals looking for the perfect match are serious candidates to populate the commercial space of your mailbox, as well as your near future web searches and social media content.

The Google company (LLC)² defends itself by pointing out the non-involvement of humans in the process.

“The practice of automatic processing has caused some to speculate mistakenly that Google “reads” your emails. To be absolutely clear: no one at Google reads your Gmail, except in very specific cases where you ask us to and give consent, or where we need to for security purposes, such as investigating a bug or abuse.” (Frey, S. 2018 p.1)

In a nutshell, it is contented that if humans do not directly read your communications and private conversa-

tions, your privacy has not been violated. However, the problem is not as simple as it seems or at least as some want to make it look like. With the advancement of practices such as datamining and machine learning, that enable artificial agents to identify patterns in large data sets and sophisticated statistical techniques that empower intelligent artificial agents to “learn” and potentially improve their performance, three questions are asked: to what extent can agents access our sensitive information³? Does it matter that it is not a human who is reading my email? Should we be concerned when information that we would not trust humans, as it concerns aspects of private life and information that users are not willing to share, is collected, stored and analysed by a mere program? The first question is difficult and properly tackling it is one of the ambitions of this article, on the assumption that artificial and natural agents make use of data and not all uses might be leveraged for profit⁴. Nonetheless, it seems that we already have the answer to the last two questions. Yes, it matters that non-humans access our data, and also yes, we must be concerned that information is manipulated by programs, after all it is the technical capabilities of programs and

²A limited liability company (LLC) is a business structure in the United States whereby the owners are not personally liable for the company’s debts or liabilities. Limited liability companies are hybrid entities that combine the characteristics of a corporation with those of a partnership or sole proprietorship.

³“Information” considered as well-formed, meaningful, truthful data (Floridi 2004).

⁴For instance, data from a clinical trial of drugs commonly used to fight cholesterol was reused in a process to destroy a protein associated with nearly half of all known cancers (Parrales et al. 2016).

artificial agents that are relevant, not their ontological status.

Value of Privacy

In a seminal Harvard Law Review article “The Right to Privacy” (1890), Samuel Warren and Louis Brandeis argue that “political, social and economic” changes and “the right to be alone” impose on the law that it offers privacy protection of individuals. Responding to the technological changes of the time, the advent of photography, Warren and Brandeis claim that the general right to privacy should protect *mental life* that could be shared with others in order to offer “peace of mind” and the “right to one’s personality”, interpreted as a protection of the individual’s autonomy (Warren and Brandeis 1890, p.200, 207). Although the Fourth Amendment already offered protection at a certain level of privacy at the time – search in homes and its interiors – the authors argue that the new technology is potentially intrusive and that it would be necessary to formalize protection under the rubric of privacy, a well-known formulation as the “control of information about oneself”. This formulation does not say anything about the identity of the agent who is in control of the information ob-

tained. In the case of Warren and Brandeis, a photograph taken by an automatic device that is mounted outside a person’s home constitutes a violation of privacy, as the resident has no control over the dissemination of information. The mere “leak of information” already constitutes a breach of privacy, a breach that occurs when the photograph is taken and not when it is seen by someone.

Three major American justice cases echoed Warren and Brandeis’ concerns. The first, *Olmstead v. United States* (1928), is a surveillance case in which the United States Supreme Court ruled that a warrant was not required for federal agents to implant wiretapping. The court asserted that the Fourth Amendment only protected citizens from “physical intrusions” by law enforcement officials⁵. In 1967 the United States Supreme Court changed that decision in the *Katz v. United States* in judging that tapping telephone conversations on public phones was a violation of the Fourth Amendment. For the court it was a case of “reasonable expectation of privacy” in public places. Finally, in 1995 the United States military court cited Katz’s case in determining that an individual has a reasonable expectation of privacy in his private email, even if stored and sent by an online service. The right to privacy of

⁵Without taking into account that federal agents at some point invade the private space to implant wiretaps. The invasion criterion is taken in this case as non-physical due to the fact that electronic devices capture the conversations, and not people themselves, which does not make sense if we take the eavesdropping as mere artefacts that facilitate the listening of agents in the end.

information has since been understood not only against surveillance and monitoring or searches without mandate, but also against appropriation and misuse of personal communications.

It is important to note that such determinations make no distinction or judgment based on the nature of the agent that violates the citizen's right to privacy. A common point in modern analyses of information privacy is the notion of "loss of autonomy", when the appropriation of information happens without the individual's consent. Lessig (2006, p.20) argues that the right to privacy provides a measure of dignity. He tests our intuitions with a hypothetical situation: The United States National Security Agency (NSA) releases a type of virus on the internet (worm) in order to try to find a file that is missing from your servers. This worm enters all computers on American soil residents and scans their hard drives. If it finds the file, the program sends a report to the NSA, if it does not find it, it continues scanning on other machines. This program is "smart" enough to use only ideal machine cycles, making the intrusion unnoticed. There is no disturbance, no content on the hard drive was sent to the government, not even illegal copies of music, books and movies which were eventually there. An artificial agent, not a human, examined my

files. No human eye saw my data and yet our intuitions regarding the sense of dignity and personal autonomy were offended, as no permission was given by us to search our files and we were held as potential suspects until the scan was over.

The principle of privacy is based on the intuition that we experience moral damage in situations such as the example of Lessig. In this way, the right to privacy, regardless the nature of the agent involved in the violation, can be understood with normative weight and dignity as a moral good, as well as individual autonomy. Understanding informational privacy as an expression of autonomy and dignity, in addition to seeing it as a constitutional limitation to government and corporate power, enables the understanding of privacy as a moral good, liable to be protected from the assaults that changes in technological capabilities provide, due to increased efficiency in invasive scanning systems and datamining. When we can say that an artificial agent and its owner "are informed" or "hold information" it is crucial to determine if there was a breach in our privacy when accessing our data. One of the main points to be made is that the ability of the artificial agent to pass the information on to its owner is the relevant factor to be considered in this scena-

⁶Not to be mistaken with first degree, second degree privacy violation distinctions which are familiar to Law vocabulary. Second order privacy violation first appears at R. v. Duarte, [1990] 1 S.C.R. 30 in Austin 2003, p.141 and then Etzioni 2014, p.641. It is not a common terminology in Law parlance.

rio, also known as second order privacy violation⁶. Artificial agents should be considered as repositories of legally relevant information on behalf of their owners, a tempting approach if we consider that most of the information held by large corporations and governments is in the form of electronic files.

A distinction is suggested between electronic records ready to be used, considered as part of the corporation's knowledge despite human knowledge of its contents⁷, and physical records about which no knowledge is presumed without a human or artificial agent having been effectively informed about its contents. The attribution of knowledge, therefore, does not depend on the traditional notion of transmitting information as in meetings, orders, letters, bulletins or telephone calls between members of a company's management hierarchy. Rather, it depends on the functions granted to agents, natural or artificial. If information is made available in corporation's databases, even if no employee of the corporation has read about that piece of information, the corporation and its agents, human and artificial, are the holders of the information and liable to knowledge from it.

Who is reading my email? A well known type of marketing and ad strategy used by Google in Gmail service is

a major concern given the vast popularity of the platform. One of the answers that is usually given by the company is that users are free to give up part of their privacy, and are constantly asked if they want to give it up in exchange for certain services — the too long to read infamous “privacy policy” —, and further says that there is no real problem of privacy violation based on the fact that humans are not reading users' emails.

1. Is Google reading my email? No. Google scans the text of Gmail messages in order to filter spam and detect viruses, just as all major webmail services do. Google...uses this scanning technology to deliver targeted text ads and other related information. This is completely automated and involves no humans. (http://mail.google.com/mail/help/about_privacy.html).

However, thirty-one international organizations dealing with civil liberties have a different position:

2. (...) a computer system, with its greater storage, memory, and associative abi-

⁷Also *new* content that is systematically crunched and extracted through machine learning, data crossing and various other techniques.

lity than a human's, could be just as invasive as a human listening to the communications, if not more so. (<http://www.privacyrights.org/ar/GmailLetter.htm>).

The fact that humans are not involved in reading users' personal electronic correspondence does not seem to be relevant either in the legal or moral spheres. The same argument extends to various social media platforms, virtual reality gadgets, smartphones, smartwatches, and virtually all technological services and artefacts that collect personal data and usage statistics.

However, the Google privacy policy recognizes the automated process of reading emails and it is also said that if the information extracted through the automated reading process were passed on to third parties, such a practice would be a misdeed, allowing most users feel free to exchange emails of all sorts of subjects and levels of intimacy. But, that comfort is not a defence against breach of privacy. At this time, Google is able to identify users who are interested in terrorism, Nazism or child pornography. People with interests in such matters may have reasons considered pertinent or sometimes even innocent, whether they are academics, bai-

liffs at work, individuals motivated by mere curiosity or even those who arrive at such websites by accident. However, it is known that other groups of individuals have interests, say, not at all innocent on those topics. Information of this nature is an extremely valuable commodity in today's world.

Profiling can go very wrong depending on context, depending on governments, depending on maybe too many variables. The profiling of billions of users who daily interact with different services of companies like Google allow any well tailored advertising to be super efficient, and as companies naturally aim at profit, we have to admit the grim possibility of any well tailored advertising to the highest bidder.

While the big data collected and crunched by companies can be processed and analysed in order to find patterns and paths that lead to potential malefactors, also services and applications offered by tech companies have an increasingly abundant reach and power to collect data, compute and generate patterns, profiling, and whatever they want to sell with amazing efficiency, even elections results⁸.

⁸Pace 2016 Cambridge Analytica US elections and Brexit scandals using Facebook, Google and Youtube data. Cambridge Analytica alongside its parent company Strategic Communications Laboratories had worked in more than 200 elections across the world, including Kenya, Brazil, Nigeria, Mexico, India and Malaysia (Kleinman 2018).

Zero-Order Violations

I claim that a new kind of violation of privacy called *zero-order privacy violation* is a grounding practice within a new type of human exploitation, namely, data colonialism: massive appropriation of social life through data extraction, acquiring digital territory and resources from which economic value can be extracted by capital (Couldry Mejias, 2019). But, first I need to explain what a zero-order privacy violation is.

It seems that Google does not *read* my email, as software do not yet have a semantic analysis capability that we can commonly call “reading” in a strong sense. However, we can argue that the process of extracting information from sets of data is compromising enough. It also seems that artificial agents do not know what we are saying and what emotions we want to express about what we are talking about. Be that as it may, companies can refine their software to allow content (or part of it) on the web to be scanned and gradually assimilated and known by the programs. Machine learning algorithms build mathematical models based on sample data, known as “training data”, in order to make predictions or decisions without being explicitly programmed to do so (Caliskan et al. 2017). Systems can categorize data in a way that clean, well formed and meaningful data standards are respected, so that in

the end valuable information can be extracted. This can be done not only by the types of subjects matters internet users refer to, but also by the type of relationship a user has with the subject and what reactions to the referenced topics have possibly been expressed.

Empowered by tech companies, advertisers can go deeper and deeper into the consumer’s desires. Based on consumer’s expectations, general characteristics, social class, skin colour, religious affiliations, sexual preferences, political tendencies, intellectual aspirations, fears and desires, tech companies are able to draw increasingly accurate profiles of their target audience. Perhaps companies such as Google do not yet read my email in the strict sense, but actively use information extracted from communications for their own purposes in a non-transparent way, which constitutes a severe risk to privacy.

Etzioni (2014, p.642) says that when Warren and Brandeis published their innovative article “considered the ‘genesis of the right of privacy,’ they were not concerned about gossip *per se* (a first order privacy violation), but about the wider distribution of intimate details through the media”, i.e., second order privacy violations are not about direct violations of privacy such as pocket inspections by jealous lovers, peeping tom, wiretapping or any sort of direct unsolicited appropriations of information. Second order violations concern

what is done to content after its appropriation. It is about the distribution of information and the process of drawing attention to the public.

Diversely, a zero-order privacy violation is not necessarily related to distribution of content as in cases of second order violations, neither it is a direct violation like first order ones. Born in the digital age or what Floridi calls Fourth Revolution era (Floridi 2014), this type of violation is a systematic and automated harvesting of data, linked to new technologies exploitation — from social media to IoTs (internet of things) — and often associated with tracking and profiling users, alongside information asymmetry phenomenon⁹. Everyday users do not know the full range of data that connected devices generate or what is collected and extracted by servers, therefore they are not able to commit into protecting themselves. Zero-order violations are better understood through the perspective of what security industry calls *zero-day*, i.e., a computer-software vulnerability that is unknown to those who should be interested in mitigating the vulnerability. So, until the vulnerability is patched, hackers can exploit it to adversely affect computer programs, harvesting

data, modifying additional computers behaviours and networks. The relation to zero-days vulnerabilities by itself is sufficient to distinguish a zero-order privacy violation from first and second order ones, given the spooky, omnipresent and novel nature of such practice. But, there is another peculiarity to a zero-order violation making it rather heterogeneous to commonly known types of privacy violations. Zero-order privacy violations are also closely related to what Kit Fine calls *zero-grounded* statements (Fine 2012, p.47), but a discussion of this matter is way beyond the scope of this paper¹⁰, yet I must take into consideration a key point about its grounding¹¹ nature. According to Fine, there is a distinction to be made between truths that do not have grounds (ungrounded), and truths that are grounded in the empty plurality of truths T (Fine 2017). The truth that “if it is raining then it is raining” is an example of the latter. I take it that a zero-order violation can be read as a mere “it leaks”, and if a vulnerability cannot be mitigated because of reasons yet to be known in a future time, “if it leaks, then it leaks”. And when the cause of the leakage is known and named, the sentence can still be read

⁹Concept developed in economics, which extends to non-economic behaviour such as International Relations theory. Roughly speaking it deals with the study of decisions in transactions where one party has more or better information than the other. A straightforward example is the asymmetric information between what national leaders know at a certain time t, given the discrepancy in resources, before going into war. (Jackson and Morelli 2011).

¹⁰A detailed defence of zero-order privacy violations using the notion of Kit Fine’s truth maker semantics for grounds can be found in Alonso, B. “What is a zero-order privacy violation?” *forthcoming* (2021).

¹¹Simply put, in a conditional the antecedent grounding or being a ground for the consequent fact, making some sort of modal connection between explanandum and explanans (Fine 2012, p.38)

as a plausibly zero-grounded necessity if conceded that cases of kripkean necessities a posteriori such as “water is H₂O” are also zero-grounded (De Rizzo 2020), i.e., it was always leaking, but we did not know about it (nor had a name for it).

Scenarios like Covid-19 pandemic make a perfect case to expand surveillance via tracking applications, since governments, international agencies and tech companies have all announced measures to help contain the spread of the Coronavirus, facilitating unprecedented levels of data exploitation around the world. Complicity between tech giants and governments to liberalise international data flows in the name of saving economies and keeping world populous healthy allow corporations for cross-border data transfers without regard for rules that guarantee minimum data protection standards. Governments’ poor understandings of technology, and their hopes for an easy fix only empower huge corporations to consolidate and expand their dominium. Eventually governments started to capitalise on tracking as well, since elections in many countries happened or are about to happen in the middle of the pandemic period. Opposition and dissidents can be easily tracked, possibly having their behaviour predicted and manipulated. With worldwide contact tracing apps working without any regard to privacy in a temporary emergency period, no government has ever

known as much about their citizens as they do.

Final remarks

Some convincing arguments see in Big Data processing the mechanism for a new stage of capitalism (Cohen 2018), while others critically point out that data colonialism is a combination of predatory extractive practices of historical colonialism with the abstract quantification methods of computing (Couldry Meijas 2019, p.121), when data abstracts life by converting it into information that can be stored and processed by computers and appropriates life by converting it into value for a third party. We have learned that during periods of global distress not only companies capitalise on mass surveillance and tracking grounded on zero-order violations, but also governments use crisis as an opportunity to expand their powers via planned authoritarianism.

As a rule, agents assume that some content is by default an instance of information. What they often speculate and generally disagree upon is whether and how far that content may contribute to the formulation of their choices, the development of their decision processes and goals. In the face of contemporary challenges to privacy and autonomy, last remarks on the value of cryptography and the simple practice of de-

leting personal information are made in a very practical manner. In contempt of *keeping* and *deleting* rivalry, three categories of what to delete are introduced (plus prophylactic considerations when suited):

(1) Have to delete: necessary for a healthy online life, this category is related to basic urgent security measures, such as deleting sensitive information on social media platforms, credit cards details from unprotected files, plain text passwords, payments data (can also be preventive by not letting websites and/or applications record data, if option available), old useless files and garbage in general (obvious garbage like old system's install files, malware, uninstalled apps leftovers and salient vulnerabilities);

(2) Should delete: files that can be compromising in long run scenarios, such as internet cache, cookies, trackers (minimize web fingerprints), most social media platforms' content (not only sensitive information as in 1), files and programs you no longer work with nor will work anymore, e.g. that album of a band someone said it is incredible, however after downloading it you disliked the music but kept it anyway since

why not mindset of having available incredibly large spaces of storage for accessible figures.

(3) Could delete: Agents can in principle delete all their information, trivially. However, taking for granted some sort of strict necessitist stance, i.e. "agents necessarily can delete their info", is quite a naive move and would make this category innocuous. The role of this third category is of a relational nature: to package control/version control what could actually be deleted and thus avoid accidental deletion of files which necessarily can't be erased given relevance criterion. Family pictures, doctoral thesis text files, work projects, encrypted passwords, among others.

Promises of anonymization on the Web have to deal with the paradox of learning nothing about an individual while learning useful information about a population, and the fact that data cannot be fully anonymized and remain useful (Dwork Roth 2014, p.217). As a rule internet users should encrypt everything. The very nature of zero-order violations make the cat and mouse play a dangerous game, a virtually impossible to win one.

References

- AUSTIN, L. (2003). "Privacy and the Question of Technology". *Law and Philosophy* 22:119-166.
- COHEN, Julie E. 2018. "The Biopolitical Public Domain: The Legal Construction of the Surveillance Economy." *Philosophy Technology*. 31 (2): 213-33.
- COULDRY, N.; MEIJAS, U. (2019). *The Costs of Connection: How data is colonizing human life and appropriating it for capitalism*. Stanford University Press.
- CALISKAN, Aylin; BRYSON, Joanna J.; Narayanan, Arvind. (2017). "Semantics derived automatically from language corpora contain human-like biases". *Science*. 356 (6334): 183-186. arXiv:1608.07187.

- DOWRK, C.; ROTH, A. (2014). "The Algorithmic Foundations of Differential Privacy". *Nos.* Vol. 09 3-4:211-417.
- ETZIONI, A. (2014). "A Cyber Age Privacy Doctrine: A Liberal Communitarian Approach". *I/S Journal of Law and Policy for the Information Society*, 10 (2):641-669.
- DE RIZZO, J. (2020). "Grounding grounds necessity". *Analysis.* anz083.
- FINE, K. (2012). Guide to ground. In *Metaphysical Grounding: Understanding the Structure of Reality*, eds. F. Correia and B. Schnieder, 37–80. Cambridge: Cambridge University Press.
- FINE, K. 2017. A theory of truthmaker content I: conjunction, disjunction and negation. *Journal of Philosophical Logic* 46: 625–74.
- FLORIDI, L. (2004). "Outline of a Theory of Strongly Semantic Information". *Minds and Machines* 14: 197.
- FLORIDI, L. (2014). *The 4th Revolution: How Infosphere is Reshaping Human Reality*. Oxford University Press.
- FREY, S. (2018, July 3). Ensuring your security and privacy within Gmail [blog post]. Retrieved from <https://www.blog.google/technology/safety-security/ensuring-your-security-and-privacy-within-gmail>.
- JACKSON, Matthew O.; MORELLI, Massimo (2011). "The Reasons for Wars – an Updated Survey". In Coyne, Chris J.; Mathers, Rachel L. (eds.). *The Handbook on the Political Economy of War*. Edward Elgar Publishing.
- KLEINMAN, Z. (2018, March 20). Cambridge Analytica: The data firm's global influence. Retrieved from <https://www.bc.com/news/world-43476762>.
- LESSIG, L. (2006). *Code: version 2.0*, Basic Books, New York.
- LIU et al. (2020). "Evolving Normalization-Activation Layers", *Machine Learning*, arXiv:2004.02967 [cs.LG].
- PARRALES et al. (2016). "DNAJA1 controls the fate of misfolded mutant p53 through the mevalonate pathway". *Nature Cell Biology*, 18 (11): 1233.
- PYYSAALO et al. 2020. "WikiBERT models: deep transfer learning for many languages". *Computation and Language*, arXiv:2006.01538 [cs.CL].
- SNOWDEN. E. (2015). Just days left to kill mass surveillance under Section 215 of the Patriot Act. We are Edward Snowden and the ACLU's Jameel Jaffer. AUA. • /r/IAmA". Reddit. Retrieved at https://www.reddit.com/r/IAmA/comments/36ru89/just_days_left_to_kill_mass_surveillance_under.
- VEDULA et al. (2020). "Automatic Discovery of Novel Intents Domains from Text Utterances". *Computation and Language*, arXiv:2006.01208 [cs.CL].
- WARREN BRANDEIS. (1890). "The Right To Privacy". *Harvard Law Review*. Vol. IV, 5.
- WESTIN, A. (1968). *Privacy and Freedom* (Fifth ed.). Atheneum, New York.
- https://en.wikipedia.org/wiki/Olmstead_v._United_States. Retrieved 12-07-2020.

Received / Recebido: 30/09/2020
Approved / Aprovado: 13/01/2021
Published / Publicado: 31/01/2021

Ação Política Híbrida e a Dissolução da Cidadania

[Hybrid Political Action and the Dissolution of Citizenship]

Edson Teles*

Resumo: O objetivo do artigo é reconhecer e analisar determinadas reflexões conceituais acerca da ação política que apresentem as formas mecânicas ou funcionais, indicando estratégias do agir autônomas em relação aos aspectos discursivos. Nossa hipótese é a de que categorias tradicionais, tais como a soberania, a representação, as instituições do Estado e da sociedade civil são insuficientes como instrumentos de compreensão do político. A questão central é a de que os regimes de produção de subjetividades encontram sua maior eficácia na intersecção ou nas fronteiras entre os modos discursivos e os funcionais. Busca-se introduzir aspectos de certa filosofia contemporânea que, antecedendo o capitalismo de vigilância e suas tecnopolíticas, já se debruçava sobre a fabricação e as máquinas enquanto elementos dos processos de condução das vidas individuais e coletivas.

Palavras-chave: Discurso. Estratégia. Máquina. Subjetivação. Fabricação.

Abstract: The objective of the article is to recognize and analyze certain conceptual reflections about political action that present mechanical or functional forms, indicating autonomous strategies for acting in relation to discursive aspects. Our hypothesis is that traditional categories, such as sovereignty, representation, state institutions and civil society are insufficient as instruments for understanding the political. The central issue is that subjectivity-producing regimes find their greatest effectiveness at the intersection or boundaries between discursive and functional modes. It seeks to introduce aspects of a certain contemporary philosophy that, prior to surveillance capitalism and its technopolitics, already focused on fabrication and machines as elements in the processes of conducting individual and collective lives.

Keywords: Discourse. Strategy. Machine. Subjectification. Fabrication.

*Professor de filosofia política da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp). Doutor em filosofia pela Universidade de São Paulo (USP). E-mail: edson.teles@unifesp.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6673-2234>.

Introdução

Há a produção, no mundo contemporâneo, de uma espécie de economia política, com seus dispositivos e mecanismos estratégicos, cuja função seria a articulação entre os modos capitalistas de mercado e o governo das subjetividades. Diferentes modos de interação entre pessoas e tecnologias são experimentados cotidianamente reforçando a sobreposição das estratégias funcionais nas subjetividades e nas estruturas sociais indicando outras formas da política. A interconexão entre máquinas e humanos parece borrar os limites entre o discursivo e o funcional.

Trata-se de compreender como ocorrem os regimes de produção de subjetividades presentes nas formas de governo da vida. A sociedade capitalista nos lança num duplo sistema de controle. Por um lado, somos “humanizados” por meio da construção de indivíduos com papéis previamente estabelecidos. Num outro viés, não “humanizado”, somos controlados por um agenciamento sem a divisão sujeito e objeto, natureza e cultura, a coisa e sua representação, público e privado, humano e não humano.

Esse lugar híbrido indica algo que nos parece se constituir nas bordas do político, em territórios periféricos. Pensamos não em subjetividades enquanto algo acabado, mas em sua produção. É um processo cultural e social, uma certa economia da vida que as produz. Traba-

lhamos com a hipótese de que a forma central com que as relações de poder atuam diz respeito ao governo, suas técnicas, tecnologias e funções, bem como seus regimes de produção de subjetividades.

Como pensar uma política que transborde os limites da representação? Uma ação cujo funcionamento ultrapasse os significados expressos pelas falas? Como lidar com os conflitos sociais e políticos aparentemente restritos às representações da linguagem e da palavra inscritas na lei? Como agir nos limites do Estado de Direito se a ação o transborda?

A política, *stricto sensu*, seria a capacidade humana de lidar com a sociabilidade, seus saberes e experimentações, suas significações e produções, de modo a permitir o entendimento entre as diversas singularidades que nos compõem. Em uma abordagem clássica da teoria política o elemento de compreensão dessas interações seria a relevância do discursivo como forma de os indivíduos, quando em condição plural, serem capazes de se comunicarem e estabelecerem acordos. Entretanto, no mundo contemporâneo, a filosofia política se depara frequentemente com a questão sobre como os indivíduos se relacionam, interagem e se entendem além do modo discursivo.

As subjetividades e seus regimes de produção parecem nos mostrar que a experiência contemporânea do ser humano, ao menos nas formas ocidentais

de sociabilidade, não se realiza em esferas distintas entre o político e o não político, o discursivo e o funcional, o público e o privado, as instituições e a rua. Antes, a própria efetivação das relações de poder ocorre mediante mecanismos e técnicas de governo em uma ampla dimensão, tornando as vidas, os corpos e as relações entre eles tão artificiais quanto biológicas. Através da hibridização das estratégias discursivas com as funções técnicas e tecnológicas a política vem cada vez mais aparecendo como o processo e o resultado de ações maquínicas.

Salientamos que este artigo não está voltado à explicação exaustiva dos argumentos dos autores mobilizados, mas objetiva introduzir as reflexões sobre a ruptura com os ecos de uma tradição política moderna, representacional, discursiva e soberana. Pretendemos utilizar os conceitos enquanto ferramentas¹ que nos auxiliem a perceber,

dentro da filosofia contemporânea, aspectos que apontem para a hibridização da ação política e das práticas sociais (Latour, 2013).

Entre a tradição e o mundo fabricado

Para Hannah Arendt, autora cuja obra é caracterizada pelo elogio das formas dialógicas, verbais e discursivas, as marcas da política “já não se prestam à expressão normal no discurso e no pensamento” (2010, p. 3).

No *Prólogo* de sua obra *A condição humana*, publicado em 1958, Arendt usou de figuras da “ficção científica” para expor a condição política fabricada no “mundo moderno”². Segundo a autora, apesar de que à ficção científica, “infelizmente, ninguém deu até agora a atenção que merece como veículo dos sentimentos e desejos”, ela se configura como apropriada para alimentar a ima-

¹Experimentamos a reflexão sobre o conceito enquanto ferramenta, com a qual ensaiamos a escrita sobre questões contemporâneas, mediante o auxílio à leitura de uma entrevista de Félix Guattari, na qual ele discorre sobre a obra escrita junto com Deleuze: “Nosso problema não era esse, mas sim chegar a um acordo sobre nossas ferramentas conceituais. Propus essa fórmula há muito tempo, inclusive Michel Foucault, aliás, usou essa noção de ferramenta conceitual, ou seja, que era válido tomar uma parte, até mesmo uma palavra, uma expressão, uma sutileza conceitual na obra de alguém para tentar fazer um certo tipo de montagem” (Uno, 2016: p. 43-44). Entendemos que a apresentação parcial dos conceitos dos autores não indica o esgotamento da temática da hibridização nas obras trabalhadas no artigo, mas visa antes fazer emergir o fenômeno de uma ação não apenas discursiva, buscando fundamentalmente alargar o conceito da política e, com isso, contribuir para o investimento em análises que o percebam além dos mecanismos do Estado de Direito e da democracia liberal.

²Hannah Arendt distingue mundo moderno de era ou época moderna. O mundo moderno “veio à existência através da cadeia de catástrofes deflagrada pela Primeira Guerra Mundial. A ruptura com os valores tradicionais, por meio da crítica dos pensadores do século XIX, é o evento que separa a época do mundo modernos” (1997, p. 54).

³O recurso de Hannah Arendt à ficção científica participa de seus argumentos sobre as dificuldades inerentes à política discursiva trazidas pelos avanços técnicos e tecnológicos. Em várias passagens de sua obra o tema aparece. Em *A promessa da política* a autora expõe a relação entre “o totalitarismo e a bomba atômica”, duas experiências que suscitaram a “pergunta sobre o significado da política em nossa época. (...) Ignorá-las é como nunca ter vivido no mundo que é o nosso mundo” (2008, p. 163). Os avanços da ciência participam da crise da tradição nas práticas sociais e no pensamento, como anunciado em seu livro de coletânea de ensaios, *Entre o passado e o futuro*, no texto “A conquista do espaço e a estatura humana”, de 1963. Nele a autora relaciona a questão da tecnologia aos problemas políticos e cotidianos, apontando as novas conquistas da ciência como um problema político: “a questão levantada dirige-se ao leigo e não ao cientista, e inspira-se na preocupação do humanista para com o homem, distintamente da preocupação do físico com a realidade do mundo físico” (1997, p. 326). Sobre a presença das criações da ficção científica na obra de Hannah Arendt

ginação e as análises políticas³. Pois, é o “artifício humano do mundo”, as técnicas e tecnologias de condução da ação, que realizam e afirmam “aquilo que os homens haviam antecipado em sonhos” (*Ibidem*: p. 2).

A questão arendtiana, diante das máquinas que falam e pensam por nós (*Ibidem*: p. 4), ou conosco, se refere à perda da profundidade do pensamento e, com isso, ao perigo de sermos incapazes de compreender os acontecimentos que podemos produzir. Essa espécie de “alienação do mundo” seria identificável, segundo Arendt, no divórcio entre os mecanismos e funções da ação política e a cada vez maior capacidade de praticar o ato sem reflexão, como que funcionando ao modo de “criaturas desprovidas de pensamento à mercê de qualquer engenhoca tecnicamente possível” (*Ibidem*: p. 4). A perda de importância do discurso nas relações de poder é em si um problema político contemporâneo, pois “sempre que a relevância do discurso está em jogo, as questões tornam-se políticas por definição” (*Ibidem*: p. 4). Porém, parece ser fato, para a autora, que há uma série de sociabilidades, interações e relações de forças

“que de modo algum podem ser retraduzidas em discurso” (*Ibidem*: p. 4).

Hannah Arendt analisa como a cada vez maior presença do elemento máquina e das automações vêm transformando por completo as tradicionais atividades humanas. Em uma sociedade na qual o trabalho, em suas várias formas conhecidas, dá lugar às “fabricações”, o indivíduo se torna parte de um mecanismo maior cujos elementos, no entanto, funcionam independentemente de um comando central: seria o “advento da automação” (*Ibidem*: p. 5). Ao fazer a categorização das atividades humanas⁴, Arendt discorreu sobre a “obra”, atividade humana correspondente ao “mundo ‘artificial’ das coisas”, cujos territórios abrigam “cada vida individual, embora esse mundo se destine a sobreviver e a transcender todas elas” (*Ibidem*: p. 8).

É como se estivéssemos em uma política na qual a vida seria apenas um meio de fazer funcionar um regime de produção cujo produto não faria distinção entre o biológico e a coisa, entre o natural e o artificial. Assim, os indivíduos seriam não só o meio, mas também o produto da fabricação. Per-

e suas relações com a literatura do gênero, ver “Hannah Arendt e a ficção científica”, de Edgar Lyra (2011).

⁴Hannah Arendt (2010) compreende o agir de três formas: com a natureza; com os objetos feitos pela mão humana; e, entre as pessoas. Essas relações não são pensadas como um quadro esquemático e fixo, mas como fenômeno complexo e interativo, no qual as atividades se apresentam relacionadas umas com as outras, complementando-se. As atividades que compõem a *vita activa*, como Arendt as nomeou, são: trabalho, fabricação e ação. Cada uma dessas atividades corresponde a uma concepção do humano, ora descrito enquanto *animal laborans*, quando o agente se encontra aprisionado às necessidades biológicas e trabalha para prover sua subsistência; ora como *homo faber*, o indivíduo enquanto fabricante de artefatos duráveis, construindo um mundo por meio do domínio de uma técnica; e, ora como *zoon politikon*, o agente da política, caracterizado pelo relacionamento com os outros na esfera pública. Hannah Arendt diferencia trabalho, fabricação e ação pelo produto ou resultado final obtido; pelo tempo empreendido na sua realização; pelo espaço ocupado ao colocar em prática o ato; e, através do comportamento humano ao se expressarem.

deria em valor as verdades sobre uma política das esferas de diálogos e trocas discursivas com o fito de persuadir o outro. Trata-se mais de produzir o corpo-máquina capaz de funcionar, e fazer funcionar, as engrenagens das relações agonísticas.

Sabemos que para a autora, a “atividade política por excelência” é a que ocorre diretamente na pluralidade discursiva das expressões humanas singulares. Entretanto, a própria Arendt discorre sobre o quanto a atual condição humana “nasceu com as primeiras explosões atômicas” (*Ibidem*: p. 7) e se encontra profundamente apartada de toda uma tradição ocidental. “O que quer que toque a vida humana ou mantenha uma duradoura relação com ela assume imediatamente o caráter de condição da existência humana” (*Ibidem*: p. 11).

Seguindo a imagem do objeto artificial e ficcional⁵ que parecia realizar o desejo de libertar “os homens de sua prisão na Terra” (*Ibidem*: p. 1), Hannah Arendt compara as condições atu-

ais da vida política a “uma emigração dos homens da Terra para algum outro planeta” (*Ibidem*: p. 11). Com clareza de análise ela apresenta a condição de já estarmos habitando outro planeta, contudo, em plena ocupação terráquea. O planeta que deixamos para trás é o da tradição de um pensamento político que insiste em nos prender às antigas amarras discursivas quando a política e seus mecanismos já operam, com transformações ocorrendo em grande velocidade, através de funções e estratégias⁶.

A “alienação do mundo, em sua dupla fuga da Terra para o universo e do mundo para o si-mesmo” (*Ibidem*: p. 7), se realiza no “homem futuro (...), imbuído por uma rebelião contra a existência humana tal como ela tem sido dada”. Essa é a “questão política de primeira grandeza” (*Ibidem*: p. 3). Ao nos mantermos presos a uma filosofia política do discursivo e da ação na esfera pública, regulada pelos artefatos institucionais de estabilização dos conflitos, “pode suceder que nós, que somos criaturas ligadas à Terra e nos puse-

⁵No “Prólogo” de *A condição humana*, ao falar sobre um objeto artificial a transformar a existência do ser humano, Hannah Arendt se refere ao primeiro artefato lançado ao espaço, o *Sputnik*: “em 1957, um objeto terrestre, feito pelo homem, foi lançado ao universo, onde durante algumas semanas girou em torno da Terra segundo as mesmas leis de gravitação que fazem girar e mantêm em movimento os corpos celestes o Sol, a Lua e as estrelas” (2010, p.1). O *Sputnik I*, durante 22 dias, do lançamento até que suas baterias se esgotassem, emitiu para a Terra um sinal “beep” que podia ser captado por rádio amador. Em meio à Guerra Fria, o satélite soviético causou grande impacto no cenário ideológico, econômico e militar, impulsionando diretamente a chamada “corrida espacial” com a disputa entre União Soviética e Estados Unidos. Para Arendt, contudo, um dos maiores impactos foi o filosófico existencial, pois se constatava que, através da tecnologia, “a humanidade não permanecerá para sempre presa à Terra” ou à sua velha condição humana, evidenciando aquilo que ficara desde sempre “relegado ao reino da literatura de ficção científica” (2010, p. 2).

⁶Cf. artigo de minha autoria: TELES, E. “Governamentalidade algorítmica e as subjetivações rarefeitas”. Esse artigo problematiza a racionalidade de governo gerida pelos algoritmos. Argumenta-se que a governamentalidade, tal como definida por Michel Foucault, a saber, uma lógica de cálculos e estatísticas utilizada para conduzir a ação dos indivíduos, mesclada às funções das máquinas autônomas, configura um novo regime de produção de subjetividades. Estruturando as relações entre o humano e a máquina em velocidade instantânea e acessando o máximo de informações sobre os interesses e necessidades dos indivíduos, a governamentalidade algorítmica trabalha com a ideia de uma normatividade imanente ao próprio deslocamento e circulação dos dados, bloqueando experiências sociais e políticas com a eliminação das esferas de debates e de criação do comum.

mos a agir como se fôssemos habitantes do universo, jamais sejamos capazes de compreender, isto é, de pensar e de falar sobre as coisas que, no entanto, somos capazes de fazer” (*Ibidem*: p. 4).

O lugar habitado, este “outro planeta” que transbordou irremediavelmente os limites da tradição, aparece como uma localização indistinta entre o humano e o artificial na qual essas categorias só podem ser abordadas enquanto classificações teóricas. A experimentação das novas localizações do político informa que:

As coisas e os homens constituem o ambiente de cada uma das atividades humanas, que não teriam sentido sem tal localização; e, no entanto, esse ambiente, o mundo no qual nascemos, não existiria sem a atividade humana que o produziu, como no caso de coisas fabricadas; que dele cuida, como no caso das terras de cultivo; ou que o estabeleceu por meio da organização, como no caso do corpo político (*Ibidem*, p. 26).

O contemporâneo turvou as distinções entre o público e o privado, as coisas e o humano, o sujeito e o objeto. Assim, sem as clássicas compreensões sobre a política, o discursivo, a participação cidadã e a representação se desvalorizam em meio às fronteiras indistintas do que antes se pensava ser sua

localização. “A ascensão da administração, de suas atividades, seus problemas e dispositivos organizacionais” alterou o significado e a importância da separação de espaços próprios para determinadas atividades humanas, “ao ponto de torna-los quase irreconhecíveis” (*Ibidem*, p. 46).

Concebe-se que, ao invés de agir com os demais, os indivíduos se comportam de acordo com uma “moderna ciência da economia”, enquanto “instrumento técnico” de governo das relações sociais (*Ibidem*, p. 51). Ainda que para Arendt as “leis da estatística” controlem apenas dados de grandes e longos eventos, o que deixaria escapar os acontecimentos originados na ação dos singulares, veremos com outros autores que certa revolução tecnológica e política transbordou esses limites. O modo arendtiano de lidar com o controle exercido pelos cálculos de governo é a valorização das “ocorrências raras da vida cotidiana”. Afinal, dizia Arendt, seria “inútil buscar o significado da política” sem considerar os eventos específicos e as ações comuns (*Ibidem*: p. 52).

O “desvio” no projeto político da modernidade

Seguindo à tradição moderna das teorias políticas, Jacques Rancière expôs a síntese de um agir com ênfase no discursivo. Para ele, seria preciso se observar três aspectos na política: primeiro,

é necessário haver uma esfera de aparência do povo⁷, um “campo da experiência, de um visível que modifica o regime do visível”; segundo, o povo da aparência não pertence à unidade de grupos determinados, pois “a democracia é a instituição de sujeitos que não coincidem com partes do Estado ou da sociedade”, o sujeito não-identitário; e, terceiro, o palco no qual o povo se exhibe é o lugar do conflito social, não entre partes, mas um litígio que põe em jogo a própria situação de conflito (1996, pp. 102-103). Nessa definição da política, apenas o “visível” e seus sujeitos interagem por entre os objetos de suporte à ação (Estado, leis, esfera pública, instituições) para, entre si, decidirem discursivamente sobre o desentendimento.

Apesar de partilhar, de modo semelhante a Rancière, da leitura tradicional, Hannah Arendt desenvolveu uma crítica na qual a política teria perdido o seu sentido. A relação direta entre ação e fala teria se tornado inoperante, ou diminuído em importância, pois hoje habitamos “um mundo no qual as palavras perderam o seu poder” (Arendt, 2010, p. 12). Talvez pudéssemos estender a percepção crítica arendtiana, pois se vivemos uma indistinção entre o público e o privado, efetivando-se um pro-

blema na localização da política, como falar em um povo? Sobre o que o entendimento na esfera pública iria operar?

A vida sem o discurso “deixa de ser uma vida humana” (*Ibidem*: p. 221), fazendo da política a efetivação de uma utilidade, um meio para se atingir um fim. Lembra a autora que alguns dos significados da palavra “agir”, que designa a atividade política, vem do grego “archein” e “prattein” (a primeira significando “começar”, “conduzir”, “governar” e, a segunda, “realizar”, “acabar”). Na política em que o discurso perde em importância tem-se apenas como sujeito político “robôs executores a realizar coisas” (*Ibidem*: p. 223). Arendt compreendia que o discurso, apesar de muito útil como elemento de comunicação e informação, “poderia ser substituído por uma linguagem de signos” operada por processos automatizados (*Ibidem*: p. 224).

A ação e o discurso necessitam tanto da presença circunvizinha de outros quanto a fabricação necessita da presença circunvizinha da natureza, da qual obtém seu material, e de um mundo onde coloca o produto acabado. A fabricação é

⁷Jacques Rancière problematiza a figura “povo” ao expor a dependência dessa categoria em relação às instituições de Estado: “Que existe uma entidade chamada povo que é a fonte do poder e o interlocutor prioritário do discurso político, é o que afirmam as nossas constituições e é a convicção que os oradores republicanos e socialistas de outrora desenvolveram sem titubear. (...) Pois ‘o povo’ não existe. O que existe são várias figuras de povo, mesmo antagônicas, figuras construídas favorecendo certos modos de reunião, certos traços distintivos, certas capacidades ou deficiências: povo étnico definido pela comunidade da terra ou do sangue; povo-rebanho vigiado pelos bons pastores; povo democrático implementando a competência de quem não tem qualquer competência particular; povo que ignora que os oligarcas mantêm distância etc.” (2013, pp. 138-139).

circundada pelo mundo e está em permanente contato com ele; a ação e o discurso são circundados pela teia de atos e palavras de outros homens, e estão em permanente contato com ela (*Ibidem*: p. 235).

Para a filósofa alemã o mundo atual se caracteriza pela perda da experiência na medida em que as ações e os pensamentos configuram-se como um “cálculo de consequências”, uma espécie de “função do cérebro”. “A ação logo passou a ser, e ainda é, concebida em termos de produzir e de fabricar”, lançando o humano em “um funcionamento puramente automático, (...) entorpecido e ‘tranquilizado’ de comportamento” (*Ibidem*: pp. 402-403). Como em uma narrativa de ficção científica, Arendt imagina a cena em que os indivíduos, em um processo de fabricação, perdem sua condição de serem fundamentalmente separados das coisas, naturais ou artificiais⁸, e “(...) os corpos humanos começam gradualmente a ser revestidos por uma carapaça de aço” (*Ibidem*: p. 404).

A ação logo passou a ser, e ainda é, concebida em termos de pro-

duzir e de fabricar, exceto que o produzir, dada a sua mundanidade e inerente indiferença à vida, era agora visto como apenas uma outra forma de trabalho, como uma função mais complicada, mas não mais misteriosa, do processo vital (*Ibidem*: p. 402).

A fabricação arendtiana é determinada por um duplo sentido de finalidade: por um lado, o fazer do *homo faber* segue a um projeto específico e previamente definido e, por outro, é uma atividade que se encerra quando o resultado final é atingido. Assim, a atividade do *homo faber* “chega a um fim com seu produto final, que não só sobrevive à atividade de fabricação como daí em diante tem uma espécie de ‘vida’ própria” (Arendt, 1997, p. 91). Tal percurso próprio, automático, revestido pelo fabricar de um processo previamente conhecido pelo especialista, caracterizariam as funções e estratégias de uma ação política contemporânea⁹.

A indistinção entre o humano e o fabricado, mas também, entre o artificial e o natural, o sujeito e o objeto, a cultura e a natureza transformariam irremediavelmente o cenário político e de governo. Arendt, apesar de parti-

⁸Segundo Donna Haraway, “a ficção científica contemporânea está cheia de ciborgues – criaturas que são simultaneamente animal e máquina, que habitam mundos que são, de forma ambígua, tanto naturais quanto fabricados” (2009, p. 36). Identifica-se uma filosofia contemporânea, da qual Arendt teria sido uma das precursoras, que compreende certa maquinicidade ou a hibridização da política.

⁹No livro *Ação política em Hannah Arendt* refleti sobre a crítica arendtiana à política contemporânea a partir das experiências totalitárias do século XX (Teles, 2019).

lhar da percepção de uma política fabricada, ainda considerou em sua obra a esperança de que ações políticas e não políticas pudessem manter suas distinções tradicionais. Em vários momentos de suas reflexões ela sustentou a inviabilidade da “esperança utópica de que seja possível tratar os homens como se tratam outros ‘materiais’ “ (2010, p. 236). A autora estabelece limites entre formas do agir, bem como entre objeto e sujeito. Entretanto, ela mesma anuncia a impossibilidade de limitar os modos da existência política, seja qual for a atividade: “a ilimitabilidade da ação é apenas o outro lado de sua tremenda capacidade de estabelecer relações” (*Ibidem*: p. 239).

A divisão da filosofia moderna entre aquilo que é por natureza e o que é por fabricação do humano se desfaz. Ambas atividades movimentam os híbridos, aqueles que são quase humanos e, ao mesmo tempo, quase objetos, levando a política além do meramente discursivo.

Segundo Bruno Latour:

(...) talvez o quadro moderno houvesse conseguido se manter por mais algum tempo caso seu próprio desenvolvimento não houvesse estabelecido um curto-circuito entre a natureza, de um lado, e as massas humanas, de outro. Enquanto a na-

tureza permaneceu longínqua e dominada, ainda se parecia vagamente com o polo constitucional da tradição. Parecia reservada, transcendental, inesgotável, longínqua. Mas como classificar o buraco de ozônio, o aquecimento global do planeta? Onde colocar estes híbridos? Eles são humanos? Sim, humanos pois são nossa obra. São naturais? Sim, naturais porque não foram feitos por nós. São locais ou globais? Os dois. As massas humanas que as virtudes e os vícios da medicina e da economia multiplicaram também não são fáceis de mapear. Em que mundo abrigar estas multidões? Estamos no campo da biologia, da sociologia, da história natural, da sociobiologia? É nossa obra, e no entanto as leis da demografia e da economia nos ultrapassam infinitamente. A bomba demográfica é global ou local? Os dois. Portanto, tanto do lado da natureza quanto do lado do social, não podemos mais reconhecer as duas garantias constitucionais dos modernos: as leis universais das coisas, os direitos imprescritíveis dos sujeitos (2013, p. 54).

¹⁰Para Hannah Arendt, a era moderna “começou no século XVII, terminou no limiar do século XX” (2010, p. 7) e caracterizou-se

A “era moderna”¹⁰, segundo Hannah Arendt, é marcada pela valorização das ferramentas e dos instrumentos. As revoluções nas formas de vida provêm do impacto da fabricação, o encontro da “parafernália de instrumentos” em conexão com as “capacidades produtivas do homem” (2010, p. 369). Os modernos seguiram e alimentaram a ideia de que o homem poderia conhecer aquilo que ele mesmo faz. Este novo olhar para o conhecimento fez com que ocorresse a troca das questões na história da ciência do “o quê” ou “por quê” para o “como” algo existe. O experimento seria o processo no qual se poderia obter a resposta ao “como” fazer algo e produzir determinado efeito. A partir desse ponto, agir e conhecer passou a ser um ato de produção e fabricação. O foco do conhecimento saiu das coisas universais e priorizou a história dos processos, pois se “sabia que um processo de produção precede necessariamente a existência efetiva de todo objeto” (*Ibidem*: p. 371).

A imensa dificuldade em manter a política dentro de bordas delimitadas se traduz na sua imprevisibilidade. Dela não se antecipa o que ocorrerá – “pois se assim fosse um computador eletrônico seria capaz de predizer o fu-

turo”, mas também a imprevisibilidade dos efeitos de seus resultados (*Ibidem*: p. 239). A ação é imprevisível, pois resulta das relações entre sujeitos singulares e discursos dissonantes e, por mais que se criem modos de estabilizar as profundas diferenças – como, por exemplo, as leis –, não se poderia prever o ato (*Ibidem*: 248-59). Justamente por essa característica certa política fabricada ou das máquinas políticas cresce em importância no contemporâneo. Em busca de prever os atos, processos e artefatos acionados são uma série de mecanismos de governo para conduzir as etapas da ação e estabelecer estratégias de controle¹¹.

A ação e o esvaziamento da cidadania

Do ponto de vista da valorização de uma política mecânica e tecnológica, em detrimento da esfera pública do discursivo, persuasivo e dialógico, a consideração do experimento, do saber sobre o “como” e do domínio processual têm resultado na instrumentalização da realidade para se atingir determinados objetivos. Considerando ainda que a ação política tem como função principal, se-

pela alienação do mundo por um sujeito individualizado carente da convivência entre os pares e sofrendo com a ausência de profundidade no pensamento. Do ponto de vista da temática desse artigo o que nos interessa é o momento político e filosófico no qual estratégias mecânicas e funcionais ganham relevância nas relações de poder.

¹¹É o caso da eleição presidencial norte americana de 2016, na qual a empresa de marketing político *Cambridge Analytica* usou de dados de milhões de usuários da rede social *Facebook* para conduzir eleitores a votarem em Donald Trump, que viria a se tornar presidente. Produz-se uma política preditiva determinando decisões com base nos processos autômatos e eliminando em grande medida uma característica fundamental da ação política, o “risco” de sua imprevisibilidade. Cf. “Presidente da Cambridge Analytica confessa influência em eleições nos EUA”, in: O Estado de S. Paulo, de 21 de março de 2018, p. 18.

gundo certa filosofia política¹², a condução dos indivíduos, inclusive para que a imprevisibilidade dos eventos tenha seus efeitos contornados, os artefatos e a fabricação passaram a atuar fundamentalmente sobre a vida e os corpos.

Seria “como se a vida individual” tivesse um “funcionamento puramente automático”, “submersa no processo vital global” (Arendt 2010: 403). Abandonada a um modelo “funcional, entorpecido e ‘tranquilizado’ de comportamento” (*Ibidem*: p. 403), a individualidade deixaria de ser uma unidade singular de potencialidades da ação para se tornar apenas saídas e entradas de dados e reações nos processos geridos pelas tecnologias. Não seria o fim do indivíduo, porém, a anulação dos sujeitos congelados em bolhas cada vez mais controladas e limitadas.

O indivíduo na condição de átomo, na qual “cada partícula tem, aparentemente, a ‘liberdade’ de comportar-se como quiser” (*Ibidem*: p. 404), dissolve-se na massa de elementos que se comportam como uma multidão. O colapso do Estado-nação e as consequências da Primeira Guerra Mundial criaram as condições para desfazer as características tradicionais de sociabilidade e cidadania na Europa. As massas de apátridas produzidas se definiam pelo grande volume, pela indiferença polí-

tica e encontravam-se atomizadas socialmente.

O termo massa só se aplica quando lidamos com pessoas que, simplesmente devido ao seu número, ou à sua indiferença, ou a uma mistura de ambos, não se podem integrar numa organização baseada no interesse comum, seja partido político, organização profissional ou sindicato de trabalhadores. Potencialmente, as massas existem em qualquer país e constituem a maioria das pessoas neutras e politicamente indiferentes, que nunca se filiam a um partido e raramente exercem o poder de voto (Arendt, 1989, p. 361).

O princípio da igualdade presente no ordenamento de qualquer Estado-nação entrou em colapso. Desse modo, o totalitarismo destruiu as redes sociais de comunicação e as esferas públicas visando mobilizar as massas despolitizadas. A desvalorização da experiência comum foi um processo que continuou nas democracias do pós-guerra, ainda que institucionalmente as estruturas fossem outras e discursivamente se reconhecesse as estratégias autoritá-

¹²A referência para um poder político que exerce a condução, ou o pastoreio, das populações (corpo coletivo) pode ser lida em Michel Foucault, no seminário Segurança, Território, População (2008), aula de 08 de março de 1978: “Da pastoral das almas ao governo político dos homens”.

rias. A atividade política, quanto mais instrumentalizada e mecanizada se tornou, mais foi se limitando à ação de poucos. Os especialistas nos processos de governo substituíram as possibilidades do agir imprevisível e inovador fruto da reunião plural das singularidades.

Em uma política fabricada, a ação e o discurso são considerados mais pela efetividade de seu uso e efeitos do que pelo conteúdo discursivo. Nesse contexto, o fundamento da ação política é a “noção de que os homens só podem viver juntos, de maneira legítima e política, quando alguns têm o direito de comandar e os demais são forçados a obedecer” (Arendt, 2010, p. 277). Portanto, o problema a ser tratado é o modo de governo, a eficácia e o controle que pode exercer. Pode-se observar que a democracia representativa, de certo modo, sintetizou o controle da capacidade política dos sujeitos em termos como “participação” e “cidadania”, esvaziados na medida em que não vão além de uma esfera pública e de uma política discursiva com sérios limites. “Seria necessário uma outra democracia? Uma democracia estendida às coisas?” (Latour, 2013, p. 17).

Como pensar em uma política que transborde os limites da representação? Uma ação cujo funcionamento ultrapasse os significados expressos pelos discursos? Qual a profundidade do mundo fabricado, artificial, sem o poder exclusivo das palavras? Faria sentido perguntarmos pelo sujeito da política diante de uma ação definida por meio de dispositivos com funções de controle?

Arquiteturas e técnicas políticas

Quando Michel Foucault se refere a uma “microfísica do poder”¹³ ele expõe o deslocamento em relação a toda uma política representacional e discursiva. O tipo de intervenção sobre o humano e o ambiente em que este habita, sobre o corpo individual ou coletivo, define-se por funções diferentes e, ao mesmo tempo, complementares, que remetem à reflexão sobre um agir político compreendido através dos efeitos que produz.

As técnicas que incidem sobre o corpo visam aprimorá-lo para que exerça melhor sua função produtiva nas relações de poder. Objetiva-se fabricar um corpo a ser utilizado em suas pos-

¹³O diagnóstico sobre a existência de uma microfísica do poder visa desmontar a ideia universal de identificação entre poder e Estado ao considerar toda uma rede de poderes entre as micro-relações, por toda parte, dentro ou fora das instituições. Aponta ainda para o fato de os poderes agirem não só por meios repressivos, mas também disciplinares e reguladores. Para saber mais sobre as micro-relações de poder há a publicação brasileira com coletânea de ensaios sobre o tema no livro *Microfísica do poder* (Foucault, 1979).

¹⁴Um bom exemplo de visão da política como um poder produtivista, a partir de gestões da vida e do corpo por parte de instituições, se encontra na entrevista do general Eduardo Villas Bôas, comandante do Exército durante os governos dos presidentes Dilma Roussef (2º mandato) e Michel Temer. Perguntado sobre como resolver a questão da violência urbana, o destacado militar respondeu: “Somos um país carente de disciplina social, que prioriza os direitos individuais em relação ao coletivo e ao interesse social.

sibilidades máximas, produzindo mais, melhor e por mais tempo¹⁴. E, ao reproduzir funções e mecanismos políticos, diminuir a potência de revolta e de resistência, neutralizando sua capacidade de se indispor à ordem (Foucault, 2009).

Em período semelhante ao que Arendt nomeou por “era moderna” (algo que se inicia entre os séculos XVII e XVIII), Michel Foucault identificou o surgimento de técnicas visando à fabricação de soldados por meio de máquinas de adestramento do corpo. Através de “automatismos do hábito” (*Ibidem*: p. 131) se descobre o corpo como suporte e alvo das relações de poder. A noção central mobilizada por estas técnicas é a de “docilidade”: “é dócil um corpo que pode ser submetido, que pode ser utilizado, que pode ser transformado e aperfeiçoado” (*Ibidem*: p. 132).

As disciplinas desmembram, reduzem as forças dos grandes blocos, reordenam e fabricam indivíduos. Suas técnicas tomam “os indivíduos ao mesmo tempo como objetos e como instrumentos de seu exercício” (*Ibidem*: p. 164). A singularização das unidades mínimas em torno do indivíduo é um modo de melhor aplicar, em seus ínfimos detalhes, as técnicas de adestramento do corpo. Contudo, a estratégia visa à mul-

tiplicação através de novas conexões, utilizando os corpos enquanto um todo. Trata-se de uma técnica econômica, com cada passo permanentemente calculado em minúcias.

Dispositivo importante, pois automatiza e desindividualiza o poder. Este tem seu princípio não tanto numa pessoa quanto numa certa distribuição concertada dos corpos, das superfícies, das luzes, dos olhares: numa aparelhagem cujos mecanismos internos produzem a relação na qual se encontram presos os indivíduos. As cerimônias, os rituais, as marcas pelas quais se manifesta no soberano o mais-poder são inúteis. Há uma maquinaria que assegura dissimetria, o desequilíbrio, a diferença. Pouco importa, conseqüentemente, quem exerce o poder. (...) É uma máquina maravilhosa que, a partir dos desejos mais diversos, fabrica efeitos homogêneos de poder (*Ibidem*: pp. 191-192).

A economia funcional e contínua, a partir dos próprios corpos singulares e suas multiplicidades, ainda que se in-

E um ambiente de pouca disciplina favorece à diluição das responsabilidades. Por isso, há uma certa resistência a que se busque o saneamento das condutas individuais e coletivas. Por outro lado, estamos vivendo uma imposição do politicamente correto, vivendo uma verdadeira ditadura do relativismo e com uma tendência a que não se estabeleçam limites nas condutas. (...) Quando nós vemos agressões a mulheres, abusos, quando vemos desrespeito, na raiz disso está a falta de limite e de disciplina que existe na sociedade”. In: “Contaminação de tropas federais por facções criminosas preocupa”, in: O Estado de S. Paulo, de 15 de janeiro de 2018, p. 12.

sira em uma hierarquia, leva os dispositivos disciplinares a operarem não só de cima para baixo, mas também em sentido inverso, bem como lateralmente e transversalmente: “organiza-se assim como um poder múltiplo, automático e anônimo” (*Ibidem*: p. 170). As disciplinas funcionam por movimentações e atos relacionais que se sustentam em seus próprios mecanismos, desinvestindo as ações políticas da persuasão discursiva e das oposições binárias ideológicas.

Sua espacialidade não se define por um território ou local específico. “(...) O lugar que alguém ocupa numa classificação, o ponto em que se cruzam uma linha e uma coluna, o intervalo numa série de intervalos que se pode percorrer sucessivamente” (*Ibidem*: pp. 140-141). São os processos e o adestramento operacional que importam, as “disciplinas” fazem com que os corpos sejam distribuídos e circulem em uma rede de acordo com as demandas de produção e dominação¹⁵.

Tecnologias de governo da vida

No século XX, houve uma apropriação do biológico pela institucionalização do Estado realizada pelos regimes totalitários. Tais regimes eliminaram não só a esfera pública, mas também qualquer possibilidade de espontaneidade humana, interferindo nas atividades essenciais à existência. Para tanto destruíram as teias sociais de comunicação e convivência e mobilizaram as massas despolitizadas, as quais se definiam pelo volume grande de pessoas, pela apatia e indiferença política, se encontrando atomizadas socialmente (Arendt, 1989).

Ao totalitarismo não bastava a eliminação dos opositores, mas havia a necessidade da posse de todo o tecido social, impondo o controle absoluto e incondicional. O novo regime colocou em questão os conceitos tradicionais de poder político ao apresentar uma concepção sem precedentes de dominação, expondo os limites das instituições políticas em manterem a estabilidade dos direitos e das leis. Com a experiência dos campos de concentração, na qual os indivíduos se encontravam reduzidos a

¹⁵É interessante o exemplo do tempo gasto no trânsito, o que inclui espera em ponto de ônibus, circulação e transferências entre tipos de transportes. Cada corpo paulistano, por exemplo, usuário do transporte público, chega a despender 45 dias por ano, em média, na circulação urbana. Seria difícil imaginar que um indivíduo, ou sua multiplicidade (o que é exponencialmente mais potente), pudesse prodigalizar tanto tempo diário com circulação entre trabalho, estudo (seu ou de seus filhos) e casa, se não fossem seus corpos altamente adestrados, dóceis e submissos. O próprio transporte, seus objetos e indivíduos, é a instituição disciplinar e as relações por ele e nele produzidas são a ação política de controle. Talvez pudéssemos levantar a hipótese de que a quantidade massiva de ônibus queimados nas periferias das grandes cidades (em São Paulo, no ano de 2014, foram mais de 200 veículos incendiados) se deva, ao menos em parte, ao grau abusivo e excessivo de uso da docilidade dos corpos para bloquear revoltas contra a baixa qualidade dos serviços públicos na cidade. Cf. “Pesquisa sobre mobilidade urbana”, feito pela Rede Nossa São Paulo, publicada em setembro de 2016. Disponível em <http://www.mobilize.org.br/midias/pesquisas/mobilidade-urbana-e-transporte-publico-em-sp.pdf>, acesso em setembro de 2020.

simples seres vivos, Arendt refletiu sobre a substituição da política tradicional por uma política do biológico. A ação instrumentalizada para o controle da vida virou uma função sem sujeito, cujas relações entre as pessoas, e destas com as coisas e vice-versa, ocorreria por meio de mecanismos próprios para lidar com a gestão de processo produtivos.

Já para Michel Foucault, um poder sobre o biológico surge antes das experiências do século XX e por estas é reforçado¹⁶. As populações se tornam alvo de distribuições a partir do fato de serem grupos de corpos biologicamente (in)animados. Se o poder disciplinar localizava, examinava e distribuía os indivíduos entre vivos, mortos e doentes, um novo poder, a biopolítica, conduzia as populações para mais viverem ou para a morte, a partir da ideia central de que a vida (e os corpos) é a grande ferramenta política.

Parece-nos que um dos fenômenos fundamentais do século XIX foi, é o que se poderia denominar a assunção da vida pelo poder: se vocês preferirem, uma tomada de poder sobre homem enquanto ser vivo, uma espécie de estatização do

biológico ou, pelo menos, uma certa inclinação que conduz ao que se poderia chamar de estatização do biológico (Foucault, 1999, pp. 285-286).

Com a tecnologia biopolítica aparece um novo personagem, a população, e com ela os fenômenos relacionados, como: natalidade, mortalidade, longevidade, enchente, saúde pública, circulação nas cidades etc. Os novos mecanismos se dedicarão às estatísticas, às previsões e às medições. “Trata-se sobretudo de estabelecer mecanismos reguladores que, nessa população global com seu campo aleatório, vão poder fixar um equilíbrio, manter uma média” (*Ibidem*, p. 293). Na biopolítica, as tecnologias de governo dos corpos e da vida centralizarão suas ações nos acontecimentos eventuais procurando intervir sobre eles antes que se concretizem.

Para Hannah Arendt, como para outros pensadores, a ação é imprevisível, pois resulta da relação social entre sujeitos singulares e discursos dissonantes e, por mais que se criem modos de estabilizar as profundas diferenças – como, por exemplo, as leis –, não se poderia predizer totalmente o ato (2010, pp. 303-308).

¹⁶No seminário *Em defesa da sociedade*, Michel Foucault argumenta sobre o impacto da experiência da “sociedade nazista” na absolutização do biopoder: “Tem-se, pois, na sociedade nazista, esta coisa, apesar de tudo, extraordinária: é uma sociedade que generalizou absolutamente o biopoder, mas que generalizou, ao mesmo tempo, o direito soberano de matar. Os dois mecanismos, o clássico, arcaico, que dava ao Estado direito de vida e de morte sobre seus cidadãos, e o novo mecanismo organizado em torno da disciplina, da regulamentação, em suma, o novo mecanismo de biopoder, vêm, exatamente, a coincidir” (1999: p. 311).

Diante da imprevisibilidade da ação e das formas biopolíticas de condução das populações teremos duas implicações: será preciso obter cada vez mais dados sobre os acontecimentos procurando antecipá-los; e, obrigará uma ação que vincule as tecnologias de governo com as técnicas disciplinares e os mecanismos da soberania, os quais agem no controle ou na repressão preventiva.

A economia de governo, na passagem do século XVIII para o XIX, segundo Foucault, buscou criar dispositivos que agissem sobre o fenômeno, mas sem alterá-lo, danificá-lo ou eliminá-lo. A estratégia seria fazer uso dos acontecimentos, aproveitando a sua realidade e em conexão com várias outras realidades, de modo a gradativamente compreendê-lo, exercendo certo freio, controle e, ao fim, podendo mesmo eliminá-lo. Conectado à realidade do evento os dispositivos de governo vão cada vez mais se utilizar dessas oscilações do fenômeno sem tentar previamente impedi-lo. Na normatização da biopolítica trata-se de:

(...) inserir o fenômeno em questão (...) numa série de acontecimentos prováveis. Em segundo lugar, as reações do poder ante esse fenômeno vão ser inseridas num cálculo que é um cálculo de custo. Enfim, em terceiro lugar, em vez de instaurar uma divisão binária

(...), vai-se fixar de um lado uma média considerada ótima e, depois, estabelecer os limites do aceitável, além dos quais a coisa não deve ir. É portanto toda uma outra distribuição das coisas e dos mecanismos que assim se esboça (Foucault, 2008, p. 9).

Não há déficit, desvio ou falha. Há processos, meios e circulações a serem conduzidos. A compreensão da ação política a partir das técnicas e tecnologias de controle dos espaços e de suas circulações possibilita à filosofia política aprofundar as análises das relações de poder enquanto funções e mecanismos de controle. Bem como estratégias de poder se efetivando entre o biológico e o social, o discursivo e o mecânico, nos permite identificar em Foucault uma ação política híbrida cuja potência reside justamente na intersecção entre essas diferentes e complementares formas de controle, gestão e condução da vida. Afinal, “o corpo é o lugar de uma justaposição, de uma sucessão, de uma mistura de espécies diferentes” (Foucault, p. 9). Os corpos, suas subjetivações e suas ações são tanto biológicas, quanto culturais, assim como mecânicas e automatizadas.

A gestão maquínica das subjetivações

No livro *Mil platôs*, ao comentar sobre as técnicas fascistas de atuação, Gil-

les Deleuze e Félix Guattari explicam como máquinas de guerra micropolíticas agem sobre o desejo de modo a tornar o fascismo um movimento de massa, potente e catastrófico. É através de micro organizações, fluxos se deslocando por entre segmentos mais estáveis. “Mas o desejo nunca é separável de agenciamentos complexos que passam necessariamente por níveis moleculares, microformações que moldam de antemão as posturas, as atitudes, as percepções, as antecipações, as semióticas, etc.”; os desejos resultam, mais do que de energias pulsionais, de “um *engineering* de altas interações” (Deleuze e Guattari, 2012b, p. 101).

Tornamo-nos dispositivos aplicáveis de uma estrutura arquitetada a partir de redes, um modo de governo proveniente do capitalismo pós-industrial e capaz de lidar com as subjetividades em suas formas mais capilares. As máquinas de guerra políticas, potências da sociedade de controle, atuam em um âmbito molar¹⁷, o das instituições e dos grandes centralismos (notadamente o Estado), e, através de fluxos moleculares, atomizados, conduzidos massiva-

mente por pequenas engenharias de governo dos desejos. As máquinas transformam a ação em cifras calculáveis e modulam a condução dos corpos por meio de códigos informacionais cujas combinações infinitas permitem certa previsibilidade e o ilimitado de uma política tecnocientífica. Quanto mais central e maior forem os dispositivos de segurança, maior será a microgestão dos pequenos medos e das desesperanças fluidas. Imperceptíveis ao olhar são, contudo, tão evidentes quanto o cheiro de algo podre do qual desconhecemos a proveniência.

Bom exemplo é a expectativa positiva de que uma intervenção militar na gestão da segurança pública, no estado do Rio de Janeiro, resolveria por meio da violência, legal, a violência urbana crescente¹⁸. Em um jogo de movimentações molares e moleculares, entre, por um lado, articulações institucionais que vêm desde as Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) e os grandes eventos esportivos, e, de outro, imagens de televisão com arrastões e saques na Zona Sul da cidade, se produziu um clamor conservador, pois demandante do uso

¹⁷Gilles Deleuze e Félix Guattari desenvolveram os conceitos de molar e molecular. Molar se refere ao campo dos controles e das representações e são gestados, normalmente, pelas instituições centralizadoras, como as do Estado. O molecular é a expressão dos devires e dos desejos, por onde os fluxos se relacionam por meio de inúmeras conexões. “(...) A política e seus julgamentos são sempre molares, mas é o molecular, com suas apreciações, que a ‘faz’ ” (Deleuze e Guattari, 2012b, p. 112). Um e outro campo podem existir conjuntamente, “um grupo de trabalho comunitário pode ter uma ação nitidamente emancipadora a nível molar, mas a nível molecular ter toda uma série de mecanismos de liderança falocrática, reacionária, etc. Isso, por exemplo, pode ocorrer com a igreja. Ou, o inverso: ela pode se mostrar reacionária, conservadora, a nível das estruturas visíveis de representação social, a nível do discurso tal como ele se articula no plano político, religioso, etc., ou seja, a nível molar. E, ao mesmo tempo a nível molecular, podem aparecer componentes de expressão de desejo, de expressão de singularidade, que não conduzem, de maneira alguma, a uma política reacionária e de conformismo” (Guattari e Rolnik, 1999, p. 133).

¹⁸Comentei o acontecimento “intervenção” no artigo “A revolta dos tuiutis”, publicado em <https://www.peixe-eletrico.com/single-post/2018/02/23/A-revolta-dos-Tuiutis>, acesso em setembro de 2020.

de mais violência. A efetivação da “intervenção” passa ao largo das principais elaborações de propostas de políticas de segurança pública por parte de especialistas e pesquisadores¹⁹. Produz-se o medo e a desesperança, bem como as demandas e os desejos, de tal modo que a “fórmula dos ministérios do interior poderia ser: uma macropolítica da sociedade para e por uma micropolítica da insegurança” (Deleuze e Guattari, 2012b, p. 102).

A política opera por macrodecisões e escolhas binárias, interesses binarizados; mas o domínio do decidível permanece estreito. E a decisão política mergulha necessariamente num mundo de microdeterminações, atrações e desejos, que ela deve pressentir ou avaliar de um outro modo. (...) Boa ou má, a política e seus julgamentos são sempre molares, mas é o molecular, com suas apreciações, que a “faz” (*Ibidem*: pp. 111-112).

As máquinas políticas não se constituem somente como um espaço de técnicas e peças fabricadas para comporem suas engrenagens e sistemas. São, sobretudo, compostas de fluxos e multiplicidades de forças dotadas da potên-

cia de agenciamento de seus deslocamentos, territórios e elementos. Ao invés de enfatizar os sujeitos, seus discursos, os espaços estáveis e previamente definidos, os agenciamentos maquínicos privilegiam os processos, o “como” da ação política, as tecnologias e estratégias aplicadas. Seria justamente no mundo híbrido, no entre os “quase-sujeitos” e os “quase-objetos” (Latour, 2013) que os agenciamentos de forças e fluxos se processam.

No *Manifesto ciborgue*, Donna Haraway desenvolve a ideia do ciborgue, “um organismo cibernético, um híbrido de máquina e organismo, uma criatura de realidade social e também uma criatura de ficção” (2009, p. 36). Aqui se assemelha aos processos maquínicos, dos encontros entre a política representativa e institucional e os desejos emergentes dos processos moleculares. Já Haraway se refere à realidade social como a fricção entre as experiências concretas com a ficção da transformação do mundo, uma efetiva construção política. “O ciborgue é nossa ontologia; ele determina nossa política” (*Ibidem*, p. 37). Se o enfoque deleuzo-guattariano está nos processos, para a filósofa o destaque é o caráter híbrido do “ciborgue”. Ele não participa de qualquer narrativa sobre o momento “original”, como os sujeitos universais das teorias políticas, e se constitui em um *telos* dos proces-

¹⁹Uma referência é a publicação “Rio sob intervenção: medo, percepção de risco e vitimização na cidade do Rio de Janeiro”, de PAIVA et alli (2018), do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP).

tos contemporâneos de dominação, das subjetividades “libertas” e impressas no indivíduo usuário das tecnologias de satisfação do desejo e da segurança. Os corpos e as coisas passam a compor, ou ainda, a serem máquinas políticas de alta performance.

As potências do hibridismo abrem a política para outras possibilidades de experimentações criativas se forem expostas às estratégias maquínicas de sujeição e controle. Em seu interior, a ação híbrida, discursiva e, ao mesmo tempo, funcional, se compreendida em seus processos e mecanismos pode gerar uma explosão em dessubjetivações das novas formas de vida, ainda em condição de servidão e docilidade. Em um mundo ciborguiano pode ocorrer de as pessoas se apropriarem das afinidades ou da indistinção entre seres vivos e seres fabricados, de modo que “não tenham identidades permanentemente parciais e posições contraditórias” (*Ibidem*, p. 46). Manifesta Donna Haraway:

A luta política consiste em ver a partir de ambas as perspectivas ao mesmo tempo, porque cada uma delas revela tanto dominações quanto possibilidades que seriam inimagináveis a partir do outro ponto de vista. Uma visão única produz ilusões piores do que uma visão dupla ou do que a visão de um monstro de múltiplas cabeças. As unidades ciborguianas são mons-

truosas e ilegítimas: em nossas presentes circunstâncias políticas, dificilmente podemos esperar ter mitos mais potentes de resistência e reacoplamento (*Ibidem*: p. 46).

Os híbridos seriam relações, junções e desmembramentos de elementos heterogêneos, transformando as forças, impulsionando ou anulando seus fluxos, descodificando continuamente o que está posto. A transformação contínua se aplica a complexos tecnológicos, elaborações culturais ou de hábitos do cotidiano, assim como nos desejos e afetos dos indivíduos e nos regimes de produção de subjetividades. “Não há mais de uma parte a humanidade e de outra um sistema de objetos em relação aos quais os humanos se situariam como uma saliência” (Mbembe, 2020, p. 17, *tradução nossa*). Modificam-se regras, normas, códigos, ferramentas, equipamentos.

As articulações entre o orgânico e o inorgânico, os códigos e os meios, o molecular e o molar, a micropolítica e os equipamentos de Estado, o discursivo e o funcional se constituem nos fenômenos e acontecimentos da ação política. Mais do que uma ontologia, ou uma biosfera pública, discursiva e estável, se tem uma espécie de “mecanosfera” (Deleuze e Guattari, 2012a) na qual os elementos mecânicos e técnicos encontram-se em simbiose e aliança com o humano e o biológico. E não ape-

nas como meios ou instrumentos, mas igualmente enquanto elementos do fazer político.

Nem humanos, nem máquinas, mas estratégias e processos

Segundo o argumento da tradição, ao propor a separação entre as coisas da natureza e as fabricadas, a política seria “os homens no plural, isto é, os homens na medida em que vivem, se movem e agem neste mundo, [e] só podem experimentar a significação porque podem falar uns com os outros e se fazer entender aos outros e a si mesmos” (Arendt 2010: 5). Já para Deleuze, as relações de poder operam por meio de diagramas de mecanismos e tecnologias, máquinas operando de modo autônomo a toda forma conteudística:

O diagrama não é mais o arquivo, auditivo ou visual, é o mapa, a cartografia, co-extensiva a todo o campo social. É uma máquina abstrata. Definindo-se por meio de funções e matérias informes, ele ignora toda distinção de forma entre um conteúdo e uma expressão, entre uma formação discursiva e uma formação não-

discursiva. É uma máquina quase muda e cega, embora seja ela que faça ver e falar (Deleuze 2006: 44).

Investe-se em uma economia do político enquanto fabricação, maquinismos, sujeitos ciborgues, hibridismo entre as antigas formas da política, da representação e dos discursos, e as novas, dos processos, da previsibilidade, dos artefatos e das técnicas. Intensificam-se as formas de uso das tecnologias e normas em proveito das máquinas políticas, sofisticando os regimes de subjetivações. Intensifica-se uma governança por meio de algoritmos, caracterizando “globalmente um certo tipo de racionalidade (a)normativa ou (a)política que repousa sobre a coleta, agregação e análise automatizada de dados em quantidade massiva de modo a modelizar, antecipar e afetar, por antecipação, os comportamentos possíveis” (Rouvroy e Berns, 2015, p. 42).

Há uma diluição do indivíduo em meio a uma cosmologia formada por dados, o que diminui em importância as formas discursivas de ação política. Através dos *Big Data*²⁰ cada vez mais se desinveste na identificação do indivíduo. Os indivíduos tornam-se objetos da observação e da predição, enquanto as máquinas traduzem costumes, gostos

²⁰O termo *Big Data* se refere a um grande armazenamento de dados em velocidade, variedade e volume incalculáveis. Sua potência está em que, através dos algoritmos, dele se pode extrair informações valiosas e eficientes sobre processos produtivos e, inclusive, medidas preditivas a partir de detalhadíssimas informações sobre comportamentos, coisas ou seres animados, inclusive humanos.

e ações, gerando novos regimes de subjetivação, ou ainda, a rarefação desses processos. Como nessa tradução não há neutralidade, deriva-se a racionalidade governamental com uma ação política fabricada para a qual a questão central passa a ser os processos, as tecnologias de controle e a condução dos corpos.

Se a tradição teórica tem pensado a política como o exercício dos discursos e gestos, quando ato e palavra singulares dos indivíduos ou grupos políticos buscam persuadir maiorias com o fito de transformar o futuro, certa filosofia contemporânea tem pensado a ação e as relações de poder via um processo híbrido, funcional e discursivo, no qual os mecanismos de controle têm uma amplitude e eficácia de relevância fundamental.

Agora somos atravessados por objetos, trabalhados por eles tanto quanto nós os trabalhamos. Há um devir-objeto da humanidade que é a contrapartida do devir-humano dos objetos. Nós somos o minério que nossos objetos são responsáveis por extrair. Eles agem conosco, nos fazem agir e, acima de tudo, nos inspiram (Mbembe, 2020,

p. 17, *tradução nossa*).

Sob a superfície de uma política discursiva, binária e das subjetividades individualizadas operam “fluxos descodificados” cujas funções advêm da própria operacionalidade produtivista dos mecanismos e das máquinas políticas. Esses fluxos, diferentemente da visibilidade das esferas públicas do regime democrático, são eficientes “máquinas de ver” cuja eficácia se encontra em sua capacidade de produzir “modos de ser” (Bruno 2013). São fluxos subterrâneos, invisíveis nas esferas discursivas dos corpos do “povo” ou do “cidadão”, mas que aparecem com evidência quando movem as placas tectônicas da sociedade de controle²¹.

O fato de que em nossa sociedade se fala, se gesticula e se comunica não implica em um logocentrismo. Mas aponta para um mundo tecnológico e maquinico no qual a fala e o agir se tornam engrenagens eficazes dos modos de governo não pelo conteúdo, mas pela técnica de absorver as subjetividades individualizadas em meio aos mecanismos de poder. Trata-se de uma política caracterizada “pelo estreito entrelaçamento de várias figuras da razão: a razão econômica e instrumental, a ra-

²¹Aqui fazemos uma referência à crítica de Félix Guattari aos sujeitos universais e em favor da reflexão sobre os “componentes de subjetivação” sob a superfície, não evidentes: “O sujeito não é evidente: não basta pensar para ser, como o proclamava Descartes, já que inúmeras outras maneiras de existir se instauram fora da consciência, ao passo que o sujeito advém no momento em que o pensamento se obstina em apreender a si mesmo e se opõe a girar como um pião enlouquecido, sem engancha em nada dos territórios reais da existência, os quais por sua vez derivam uns em relação aos outros, como placas tectônicas sob a superfície dos continentes. Ao invés de sujeito, talvez fosse melhor falar em componentes de subjetivação trabalhando, cada um, mais ou menos por conta própria” (1990: 17).

ção eletrônica e biológica. Baseia-se na profunda convicção de que não há mais distinção entre seres vivos e máquinas” (Mbembe, 2020, p. 9, *tradução nossa*).

Máquinas, redes, objetos, estruturas, diagramas, tecnologias agem não somente por meio das objetividades que lhes são inerentes, mas possuem um regime de subjetivação, ou de dessubjetivação, pois procedem por sugestão, solicitação, bloqueio, anulação, incentivo, procedimento, cálculo. Digno de nota

que Michel Foucault (2008) tenha apresentado a governamentalidade como a “ação de condução da ação do outro” por meio dos procedimentos técnicos semelhantes aos acima descritos. Se na política discursiva, o que mais a caracteriza seja o molde sobre o qual os sujeitos universais serão representados, na política mecânica e tecnológica se destaca a modelagem e a dimensão do processo produtivo de subjetivação empreendido pelas máquinas políticas.

Referências

- ARENDDT, Hannah. *A condição humana*. Tradução Roberto Raposo. Revisão técnica e Apresentação Adriano Correia. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.
- _____. *A promessa da política*. Tradução Pedro Jorgensen Jr. Rio de Janeiro: Difel, 2008.
- _____. *Entre o passado e o futuro*. Tradução Mauro W. Barbosa de Almeida. São Paulo: Perspectiva, 1997.
- _____. *Origens do totalitarismo*. Tradução Roberto Raposo. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- DELEUZE, Gilles. *Foucault*. Tradução Claudia Sant’Anna Martins. São Paulo: Brasiliense, 2006.
- DELEUZE, Gilles, GUATTARI, Félix. *Mil platôs: Capitalismo e Esquizofrenia*. Volume 5. Tradução de Peter Pál Pelbart e Janice Caiafa. São Paulo: 34, 2012a.
- _____. *Mil platôs: Capitalismo e Esquizofrenia*. Volume 3. Tradução de Aurélio G. Neto, Ana Lúcia de Oliveira, Lúcia Cláudia Leão e Suely Rolnik. São Paulo: 34, 2012b.
- FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*. Tradução Raquel Ramallete. Petrópolis/RJ: Vozes, 2009.
- _____. *Segurança, Território, População: curso dado no Collège de France (1977-1978)*. Tradução Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- _____. *O nascimento da clínica*. Tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Forense Universitaria, 2001.
- _____. *Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976)*. Tradução Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- _____. *Microfísica do poder*. Organização e tradução Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- GUATTARI, Félix. *As três ecologias*. Tradução Maria C. F. Bittencourt. Campinas/SP: Papirus, 1990.
- _____ e ROLNIK, Suely. *Micropolítica. Cartografias do desejo*. Petrópolis/RJ: Vozes, 1999.
- HARAWAY, Donna et alli. *Antropologia do ciborgue. As vertigens do pós-humano*. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.
- LATOURE, Bruno. *Jamais fomos modernos*. Tradução Carlos Irineu da Costa. São Paulo: 34, 2013.
- LYRA, Edgar. “Hannah Arendt e a ficção científica”. In: *O que nos faz pensar*, v. 20, n. 29, p. 97-122, maio 2011. Disponível em <http://www.oquenosfazpensar.fil.puc-rio.br/index.php/oqnfp/article/view/330>. Acesso em setembro de 2020.
- MBEMBE, Achille. *Brutalisme*. Paris: La Découverte, 2020.
- PAIVA, A. et alli. *Rio sob intervenção: medo, percepção de risco e vitimização na cidade do Rio de Janeiro*. São Paulo: FBSP e Datafolha, 2018.
- RANCIÈRE, Jacques. “L’introuvable populisme”. In: BADIOU et alli. *Qu’est-ce qu’un peuple?* Paris: La Fabrique, 2013, pp. 137-143.
- _____. *O desentendimento. Política e filosofia*. Tradução Ângela Leite Lopes. São Paulo: 34, 1996.
- ROUVROY, Antoinette, BERNS, Thomas. “Governamentalidade algorítmica e perspectivas de emancipação: o dispar como condição de individuação pela relação?”. Tradução Paulo Henrique Andrade. In: *Revista Eco Pós*, vol. 18, n. 2. Rio de Janeiro: UFRJ, 2015, pp. 36-56.
- TELES, Edson. *Ação política em Hannah Arendt*. São Paulo: Almedina, 2019.

- _____. “Governamentalidade algorítmica e as subjetivações rarefeitas”. In: *Revista Kriterion*. Belo Horizonte: UFMG, nº 140, agosto 2018, pp. 429-448.
- _____. “A revolta dos tuiutis”. In: *Peixe Elétrico*, fevereiro de 2018. Disponível em <https://www.peixe-eletrico.com/single-post/2018/02/23/A-revolta-dos-Tuiutis>. Acesso em setembro de 2020.
- UNO, Kuniichi. *Guattari: confrontações. Conversas com Kuniichi Uno e Laymert Garcia dos Santos*. São Paulo: n-1, 2016.

Recebido: 30/09/2020
Aprovado: 18/01/2021
Publicado: 31/01/2021

Algoritmos de Mal-Estar: Ciberpandemia e Privacidade Hackeada

[Algorithms of Discontent: Cyber Pandemic and Privacy Hacked]

Marcelo Gonçalves Rodrigues*

Resumo: O presente artigo se propõe a uma análise da conjuntura de mal-estar global resultante do período de pandemia, do COVID-19, no qual houve a intensificação nos usos das novas tecnologias. O cenário aponta para uma realidade cuja objetividade material efetiva, cada vez mais, um sistema de tecnocracia, sendo a inteligência artificial dos algoritmos as balizas para sua implementação definitiva com destaque para monitoramentos, vigilâncias, automação, previsão e controle de corpos e mentes. A crise do coronavírus acelerou com demasiada radicalidade mudanças em inúmeros setores da sociedade e da subjetividade humana. Portanto, esse período crítico de mal-estar tem como produto direto a apresentação da Quarta Revolução Industrial ou indústria 4.0 munida de sistemas ubíquos e de computação quântica interconectados para a captura de dados e direcionamento das ações humanas.

Palavras-chave: Mal-Estar. Inteligência Artificial. Algoritmos. Indústria 4.0.

Abstract: This article proposes an analysis of the global discontent situation resulting from the pandemic period, of COVID-19, in which there was the intensification in the uses of new technologies. The scenario points to a reality which effective material objectivity, increasingly, a technocracy system, being the artificial intelligence of algorithms, the structure for its definitive implementations with emphasis for monitoring, surveillance, automation, forethought and control bodies and minds. The coronavirus crisis accelerated too radically the transformation in countless sectors of society and human subjectivity. Therefore, this critical period of discontent has as direct product the introduction of Forth Industrial Revolution or Industry 4.0 armed with ubiquitous systems and of quantum computing interconnected for capture data and directing human actions.

Keywords: Discontent. Artificial Intelligence. Algorithms. Industry 4.0.

*Docente e supervisor clínico no curso de Psicologia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Fundação Educacional de Penápolis (SP). Mestre em Educação Escolar pela Universidade Estadual Paulista (UNESP - Araraquara) e psicólogo formado pela UNESP - Bauru. E-mail: marcelo_gonc@yahoo.com.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6110-2594>.

Digressões aproximadas

O desfiladeiro da modernidade tardia acarretou transformações, descontinuidades e avanços significativos aos setores complexos como o familiar e religioso, político e jurídico, e primordialmente o tecnológico. Tais modificações estruturais à sociedade contribuíram para o rompimento com velhas normativas e para o surgimento, com certa intensidade, de formações de sintomas, deliberando a hiperinflação de mal-estar. Consequentemente, lançou a possibilidade de se examinar a extensão dos desafios frente à noção moderna de subjetividade no interior dos fenômenos em curso.

As constatações freudianas acerca dos protocolos de defesa corroborados pelo estado de mal-estar, oportunamente, abrem territórios para se reposicionar a discussão dessa questão. Isso porque, a função dessas defesas é despende energia para amenizar a ambiguidade dos percalços da vida civilizada. Por essa contraface, reafirmam o diagnóstico de sofrimento nas formas da anomia e crise de representatividade nos inúmeros cenários correspondentes da objetividade. Se deslizarmos sobre a compreensão de Sigmund Freud no que tange aos três principais aspectos de angústia – ameaça *do* e *ao* corpo e o conflito inerente às relações pessoais – observaremos que, houve reordenações e mutações desse mecanismo de defesa, especialmente, com a plasticidade

do avanço móvel e dinâmico das novas tecnologias digitais e de seus contratempos oriundos.

Sem condições de materializar soluções no âmago dessas experiências, os indivíduos mapeiam modelos e rituais que circulam sem código fixo com o propósito de se despojarem dos matizes consolidados da realidade. Um desses moldes é o negacionismo, esteio da burrice neurótica, que estrutura as narrativas como a-histórica, portadora de um passado livre de problemas éticos e morais. A interconexão global em tempo real com as programadas *fake news*, nesse trato, é uma das categorias que deslindou as mostras de negação da história e da ciência.

Mundialmente, há “delírios” comungados e em ascendência como a recusa da existência de regimes ditatoriais, do Holocausto, da escravidão, do aquecimento global, do formato da Terra. Entretanto, observamos em outra parte, coletivos afirmados na condição prometéica que se ajoelham em modo de deificação aos paladinos da ciência, sem discussão e abertura para diálogos, sem questionamento, sem escuta. Na maior parte dos casos, agrupados em compartimentos tecnossociais, esses sujeitos parecem ser regidos pelas *timelines* das redes, que na análise da inteligência artificial (IA), envia lhes as próprias crenças ideológicas e reflexos narcísicos. Uma visão unilateral inflexível trará a leitura cega dos pressupostos de base do escopo científico. Maneiras de

expressão que retratam as adversidades contemporâneas não escutadas, por assim ser, não permitem efetuar uma aproximação dos objetos negados sem resultar em negação de ambos, sujeito e fato negado, ou de replicá-los ideologicamente nessa constituinte.

Outro fenômeno circulante diz respeito às classes inclusas no social, no mercado de trabalho, nos ritmos de consumo. O sentimento de pertencimento desses grupos opera como escudo por ideais conservadores: segurança e ordem, leis e punições. Este encapsulamento convencional, sempre atual, tem como alvo a massa de desempregados, desfavorecidos ou imigrantes, vistos como ameaças. Fato que efetiva um salto para trás – fim do século XIX e início do XX – em direção às ideologias higienistas. Capítulos bem reluzidos no conto literário machadiano de *O Alienista* (1882/1979), e na ficção cinematográfica *Elysium* (2013), que delatam em algum aspecto as *smart city* em andamento, a gentrificação e a segregação social. As raízes complementares dessa engenharia geoespacial biométrica estão nas zonas de exclusões ou prisões do lado de fora, delimitadas pelos extintos manicômios, presídios, cercamentos elétricos, concertinas laminadas e condomínios, conforme discutido por Foucault (1987) e Dunker (2015).

No centramento de se defender negando a realidade e de se enclausurar na projeção imputada ao outro, temos

as formações reativas num jogo duplo envolvendo a relação do corpo com a imagem do corpo, cada vez mais, compreendidos como ativo financeiro. Este modo conjunto impulsiona jejuns prolongados para desintoxicação orgânica, meditação, veganismo e crudivorismo. De outra parte, exercícios extenuantes como os *fitness high-intensity interval training*, musculação e dietas rigorosas até às famigeradas competições de quem come mais. Nesse tocante, incluem-se os *body modification* – construção estética exótica que reúne do animal selvagem a bonecas humanas –, o auto-casamento, os *mgtows*, os *incels*, a insatisfação com o gênero. Destacá-riamos também a religião e a arte como corações emergentes ante o mal-estar. Entretanto, esses grupos mereceriam capítulos a parte, em especial com relação à criação artística, sublimação que, seria o destino da pulsão por excelência nas denominações de Freud.

Sequencialmente às ramificações mencionadas, não poderíamos deixar de destacar a diagnose de Adorno (1995), sobre a libido regredida no deslocamento de afetos para objetos outros, no caso, a rejeição da possibilidade de amar. Daí, o destino libidinal à exaustão por máquinas, devoção por animais e plantas, abraçar árvores, rumo às cercanias da robofilia. Modalidades de sintomas que intentam, muitas vezes, no esquecimento da possibilidade de cultivar relações pessoais, ancorando-se no presentismo sem

precedentes de futuro e de um futuro sem presente, na iminência da morte, num recanto absolutista de que a velhice jamais chegará aos contornos de um corpo sem sujeito.

Grande quantia desses condicionantes subjetivos se (re) combinam à temporalidade fugidia e compactada. Quanto mais rápido, melhor e reconhecido. Uma configuração em tela na qual o lerdo perde o objeto, e o rápido, o sujeito. O traçado do tempo na evanescência tecnológica se miniaturiza tal como em *tumblr* tendo as questões do sentido-finalidade da vida entrecruzadas pelos cortes imagéticos dos frames de *stories* do *instagram*. Semelhança àquilo que Türcke (2010) sinaliza como o ritmo acelerado e alienado do ser é ser percebido. Esse compasso rompe tal qual *Leão de Neméia* com a profundidade e musicalidade hamletiana na inversão sintética do ser, sem a possibilidade do tempo de hesitação e dos desdobramentos éticos valorativos.

O desenlace dessas problemáticas expostas quando simplesmente desculpa a sociedade, institui no reger do mal-estar explicações reificantes. Pois fomenta a falsa legalidade universal e ideológica ao negar as vertentes do objeto e do conceito e ao considerá-las como a morada exclusivamente do particular-individual sem indivíduo. À vista disso, ao desatrear por completo as determinações materiais e os mecanismos sociais das causas do sofrimento, suas mediações e a remissão à história do pró-

prio fenômeno, potencializam-se problemas de outras ordens que as ponderações de Drawin (1983), sintetizam nos eventos de contracultura, individualismo e irracionalismo. Desse modo, por um lado, salientamos a ausência de nomes para identificar a sensação de desnorsteio que subjaz nos estados críticos do social e individual com os conflitos de ordem política e emocional, mutuamente. De outro, com o declínio de autoridade, temos a pluralidade de ofertas de gozo sem limites num desencontro entre sujeito, forma e seus módulos de afeto.

Em junção a isso, os nichos mercadológicos e suas engrenagens flexíveis elaboraram os embustes das tendências alternativas de eliminação da infelicidade. Sendo da ordem da impossibilidade atentar contra essa condição, dessa feita, destacamos a reverberação do mal-estar como processo de esvaziamento das representações psicossociais a partir dos usos das pílulas da felicidade, do princípio do evitar a dor a todo custo e de sua ética literal, *per se*, oposta ao sofrimento. Há nessa enunciação, do lado do indivíduo a precariedade psíquica. Do lado social, a diminuição dos espaços para a reflexão sobre a crise existencial e a dor. No centro dos dois, a negação da interioridade e do envelhecimento com a colaboração onerosa da medicina estética e psiquiátrica.

O arranjo desses sintomas contemporâneos assinala o perfil das insuficiências provocadas nas esferas do in-

dividual, social e institucional com as mudanças na economia, trabalho e família, advindas, boa parte delas, das fases dos pós-guerras amalgamadas no decorrer do último século com o complexo avanço tecnológico. Acrescentado a isso, a aceleração tecnoimagética do mercado de gozo capitalista trouxe novos ritmos, modelos, e padrões, ao passo que, produziu, no transcorrer das décadas, a espoliação das condições objetivas inerentes ao estado subjetivo de angústia.

Tendo em vista a diversidade desses novos modos de subjetivação, adentraremos em algumas discussões pontuais sobre o semblante do contexto hodierno arregimentado pelas novas tecnologias. Um cenário para o qual se encaminha a experiência da não liberdade definitiva, pois esta a humanidade tem trocado para obter maior controle sobre si e sobre a natureza. Nesse sentido, como pensar a privacidade gradativamente destituída nos agrupamentos infinitos dos *big datas*, algoritmos e vigilâncias robóticas das inteligências artificiais? Por esse viés, a conjuntura de mal-estar global, fruto das consequências da crise do coronavírus, acelerou mudanças estruturais com certa radicalidade. Desde danos econômicos sem precedentes com a possível implosão do sistema financeiro, fratura nos padrões de consumo e de hábitos até perdas incomensuráveis com o colapso das bases antigas dos empregos e dos sujeitos. É também provável que ocorram altera-

ções drásticas de direitos, individualidades ou liberdade de circulação das pessoas em nome de saúde e segurança.

Afora todos os percalços no âmbito da saúde física, nos estados mentais surgem demarcadores de pânico e ansiedade, estressores e histeria coletiva, pontencialização de violências e vulnerabilidades em múltiplos meios. Esse estado de coisas alterará ainda mais a maneira, historicamente crítica e conflituosa, de interagir entre as pessoas, já que isolamento e solidão anulam as possibilidades de identificação com o outro. Nas imediações do “*The Great Reset*”, o grande reinício, tema do Fórum Econômico Mundial 2021, sobre sustentabilidade, consideramos que os modos de sentido e sobrevivência no mundo sofrerão rupturas, trazendo à baila uma revolução cultural, social, histórica e uma reprogramação dos pilares éticos reconhecidos pela civilização. Identidade, privacidade, noções de posses, tempo livre e do trabalho e Estado Democrático de Direito, provavelmente, serão completamente reordenados via um novo contrato social.

É de conhecimento geral que houve um aumento considerável da dependência tecnológica em praticamente todos os setores essenciais e não essenciais. Principalmente, por isso, a transferência ao virtual nessa conjuntura pode significar a mola propulsora à revolução industrial 4.0, estruturada em sistema cibernético, cujo objetivo é a descentralização via integração completa

entre os processos digitais, biológicos e físicos¹. Sendo assim, é na propriedade dessas constelações que postulamos o objetivo deste artigo de discutir uma das consequências da crise do coronavírus à vida em sociedade: a aceleração da revolução 4.0 e suas ingerências tecnocráticas algorítmicas. É imprescindível refletir sobre os desafios futuros frente aos novos modos de existir e as novas regras em civilização com a intensificação dessa Quarta Revolução Industrial e de seus subprodutos agregados. Se há uma forma que não voltará como antes do período de pandemia, esta é a própria tecnologia em renovação incansável de seus sensores e antenas, consequentemente, de seus usos e das relações por ela mediadas na captura dos dados em tempo real.

A partir da grande reinicialização digital que bate à porta, quais cortes, furos e costuras impactarão nas mutações subjetivas em andamento e nas que advirão com esta revolução dos softwares de vigilância em massa? Certamente essa temática possibilita aguçar o debate sobre os limites éticos e morais nos empregos da tecnologia e a demarcação entre o ser humano e a inteligência artificial. Sem grandes pretensões de fechar discussões e tampouco de responder em suas máximas essas questões, propomo-nos tratar sucintamente

dessa dinâmica no artigo. Para isso, passaremos por uma pontuação sobre o mapeamento histórico das construções paradigmáticas de períodos críticos da civilização no século XX. Aliado a isto, ainda que breve, traremos uma leitura psicanalítica da guinada tecnocientífica e de seu entrelaçamento com o papel constitutivo da instância do Supereu como forma de controle, censura e monitoramento da consciência.

No alvorecer da peste

Sobreviver em civilização, como elucida Freud (1930/2010), é reconhecer a sensação da condição de mal-estar, oriunda, espectralmente, da renúncia às satisfações pulsionais: supressão e repressão dos instintos poderosos. Essa esfalfada caracterização, abre o circuito para reconsiderações sobre o esclarecimento de cultura e civilização. Especificamente em referência ao moderno estado das coisas técnicas digitalizando a vida política e cultural junto da previsão e determinação de suas ações, gradativamente, em *cookies*, pontos quânticos, algoritmos e controle.

O progresso vertiginoso desses rastreadores inteligentes favorece ponderar o lugar da ética, das violações de privacidade e da neutralidade quando

¹É importante lembrar que, conforme consta resumido na *Agenda Brasileira para Indústria 4.0*, do Governo Federal, a Primeira Revolução Industrial, em 1784, foi com a geração de energia que envolveu o tear mecânico e a utilização das forças da água e do vapor. A Segunda Revolução Industrial, 1870, trouxe a industrialização e eletricidade. A Terceira Revolução Industrial, 1969, inaugurou a automação eletrônica, programação lógica de sistemas controladores, informatização e digitalização dos dados.

estes artefatos são projetados para manipulação e persuasão dos usuários. Isso implica que não podem ficar à revelia os direcionamentos e influências sobre o comportamento de decisão político-moral do indivíduo que transita como eleitor, consumidor e objeto de avaliação mediante o processamento onipresente. A construção do lugar ético político é dicotômica, por conseguinte, envolve a questão do processo civilizatório que remete, a um só tempo, a duas marcas. De um lado, a pretensão de ressuscitar a Paideia idealizada, período de apogeu da educação e formação principescas vigente na Grécia antiga. De outro, ao conjunto de regras de internalização simbólica de leis para serem aplicadas em modo vigilante, principalmente, em domínio público. Versamos a este respeito, especialmente, no valor dos termos “cultura”, herança da sociedade alemã (*Kultur*), versus “civilização” como laço social proveniente da sociedade francesa.

A contento ressaltamos que não houve entre tradutores um consenso sobre as terminologias *Kultur*, e, *Zivilization*, inclusive Freud (1927/2014), sublinha a recusa a distinguir entre os referidos conceitos. Em que pese esta consideração do autor, é justo realçar que, seja por evolução cultural possuindo todas as magnânimas potencialidades plausíveis para dar sentido ao humano, seja pela demonstração concreta das máximas construções tecnocientíficas para lhe dar objetividade e

eficiência, o fato é que, ambas as composições não são independentes entre si.

Pelo contrário, são abastecidas por estruturas de ambivalência, identificação e anomia social, muito embora apresentem diferenças e sinalizem com agudeza as contradições da vida em sociedade, tão fundamentais para apontar as problemáticas no curso temporal de suas ocorrências. Revelam, portanto, limites e caminhos de interpretação para o pensamento de novas situações sem ofuscar as lentes para os velhos problemas persistentes. Justamente, nesse viés, erudição, cultura e produções de conhecimentos – ciência e tecnologia – não parecem ser antídotos à violência e tampouco logradouros de felicidade, não obstante a promessa ser exatamente esta. Tanto é verdade que a evolução tecnológica vem acompanhada de normativas de princípios de moralidade com argumentos na linha de influenciar os sujeitos a bons comportamentos, como garantias de segurança, de saúde e de justiça. As máquinas regulariam os nortes dessas combinações de modelagem. Apesar disso, os riscos de distopia não podem ser desconsiderados em razão da velocidade com que a alta tecnologia tem interferido de modo customizado na vida objetiva social.

Por esse ângulo, é importante recuperar que, regimes totalitários, historicamente, documentaram a complexificada rede de engenharia social, tecnológica e política. Tais governanças, nessa

finalidade, redimensionaram os pilares normativos das sociedades e dos seus sujeitos, independentemente, do nível de apropriação cultural e erudição de determinada nação. As páginas da história, com ênfase na alemã, denunciaram a periculosidade de algumas fórmulas levadas a cabo pela civilização. A *Bildung* somada à cultura neste propósito, apesar da ascensão formativa e cultural, na observação de Adorno (1995), não evitou o gerenciamento de uma política de Estado de barbárie que assassinou milhões de pessoas mediante cálculos matemáticos. Contradições memoráveis que descortinam a transitividade entre utopia e barbárie, entre conhecimento e controle: num momento, a construção de objetos como os vagões de Auschwitz; e, noutro, a de foguetes para a conquista do espaço.

Guerras sempre demonstraram a alta escala de seus traçados quantificáveis dispostos na chave empirista junto de seus maciços investimentos em sistemas aplicados de inteligência. Foi a partir da necessidade de segurança e de dissolver crises, de evitar catástrofes e bombardeios, que a decifração de enigmas de guerra trouxe a matemática de algoritmos da inteligência artificial, de Arthur Turing, por exemplo. Os efeitos desses módulos foram a personificação da racionalidade em apêndice de maquinários e a mistificação da afetividade em seu contrário, tangíveis somente a posteriori.

Nessa continuidade, a realidade ma-

terial determinada se endereça aos agrupamentos como militarização, controle, automação e monitoramento enquanto núcleos objetivos diretos de tecnocracia. Pontualmente, de modo singular, significa que a realização da materialidade de vida é possibilitada por engenheiros, programadores e cientistas, com os políticos sendo normatizadores e os militares, os executores da operação. Além do mais, essa importante conjunção de especialistas mira a realidade mais calculada e mensurada por meio do desenvolvimento constante das cadeias globais de antenas com sua complexa emissão e compilação de dados. Para que assim a transmissão, a descrição e a decodificação do que se faz dentro e fora da internet seja processado e interpretado na ubiquidade da inteligência artificial com a coleta e geração de informações, previsão e de liberação de ações.

Por isso mesmo que, de maneira implacável, os rumos da vida civilizada, mapeada nesse instante por buscadores, dirão impreterivelmente das exigências, muitas vezes, maiores do que as possibilidades determinativas dos indivíduos absorvidos nesse circuito digital. Mas no foco das pressuposições conceituais freudianas de mal-estar, como refletirão estas exigências? Na perspectiva de que os encaminhamentos das energias libidinais da pulsão à subtração da miséria – notadamente psicológica – ocorrerão exclusivamente no engodo de gratificações

substitutivas. Então que, na modernidade tardia, o deslocamento pulsional está hipostasiado nas redes, telas e aplicativos que desempenham essa falsa representação do sujeito, cada vez mais, entregue singularmente na esperança de reconhecimento via *clickbait*. Nesse ensejo, no confinamento das plataformas de aplicativos e paulatinamente ainda mais suprimido socialmente, a confiança nesses serviços é mais do que obrigatória, é o alento em razão dos *lockdowns*, dos temores sobre o corpo do outro entendido como patógeno, dos perigos externos.

Por esse enredo, as camuflagens simbólicas alertadas por Freud (1926/2010), são espelhadas como satisfações parciais que zombam de toda a defesa proveniente das neuroses. Em outras palavras, resultará na impossibilidade de dar corpo a essa constituição subjetiva no interior das contradições inseparáveis da concretude lógica da materialidade, nesse momento, antidemocrática nas fiandeiras de sistemas tecnorrônicos e tecnocráticos. As tentativas de tamponar as ausências e as causas de mal-estar – distrações multiformes de autorreferência narcísicas – não passarão da afirmação de um princípio de desamparo inarticulado às possibilidades de entrar na cena social. As fontes nítidas de sofrimento como “a prepotência da natureza, a fragilidade de nosso corpo e a insuficiência das normas que regulam os vínculos humanos na família, no Estado e na sociedade”

(FREUD, 1930/2010, p.29) desemburharão toda vigilância e rol de defesas com o risco de exclusão do sujeito e de seu lugar de formulação de queixas emergentes. Essas capas de proteção anulam, por si só, como mencionado anteriormente, a possibilidade de liberdade ao dilatar a distopia da realidade quando postas em marcha de execução.

Podemos notificar isso, detendo-nos à questão da prepotência da natureza, a qual refletiu ao primitivo a condição da criança que teme o desconhecido e recorre ao pai simbólico, entidade mítica do autoritário e cruel personificado, então, como ameaçador. Esse sentimento infantilista de desproteção do mundo externo serviu, todavia, de matéria prima a um maior controle da natureza na abstração de suas formas, usos, criação, conteúdos, extração de recursos, funcionamento e antevisão de seus eventos. Um longo trajeto, esmiuçado na *Dialética do Esclarecimento* (ADORNO, HORKHEIMER, 1985), numa especular demonstração que encaminha da mitologia à metafísica e ao positivismo do rigor uniforme da ciência em sua orientação para fins, matematizável em seu espaço de mensuração, cálculo e equivalência até os confins das disruptivas *machine learning analytics* do novo mundo.

Nesse raciocínio, é permitido afirmar que, possuir a sensação de segurança é a hipoteca de um maior controle *de e sobre* nós mesmos enquanto um pacto para a dispersão de sentimentos terro-

ríficos. Afinal, em contraponto, na mitigação tensional do primitivo, foram milênios para que o pôr do sol visto com pavor e como castigo dos deuses, pudesse ser convertido na dimensão pulsional do particular, ou seja, canalizado pela pulsão escópica como apreciação estética, atualmente permutada pelo grito ótico das câmeras dos dispositivos.

Tal formalização do controle absoluto se junta novamente à interpretação crítica imanente posta por Adorno e Horkheimer (1985), na relação dialetizada entre, concomitantemente, ser o senhor por controlar a natureza e escravo da própria natureza por também sê-la. Nesse liame filosófico, a solidificação para o alvorecer de uma civilização não é sem desamparo, desproteção e perdas. Ponto relevante para destacar o ensaio de uma nova forma de governança já iniciada no modelo de inserção para uso dos recursos tecnológicos, tal qual, fazer parte significa ser catalogado dentro dos sistemas velozes de redes interligadas, o que não é possível senão pela concessão dos dados, preferências, registros e informações pessoais. Tanto quanto *Ulisses* encantado preso ao mastro, o lugar do sujeito está imóvel na captura em redes, proclamando que o progresso tecnocientífico merece dúvidas quando sinaliza controle e domínio absolutos sobre a humanidade e seus afetos.

Nessa ótica, vale a pena trazer a relação entre o fundamento das asserções

sobre o domínio da natureza e a criação dos sistemas computacionais inteligentes. O modelo dos algoritmos ratifica justamente o proponente mecânico matemático de obter esclarecimento sobre o desconhecido, logo, o domínio sobre a natureza. A mimesis seria de acordo com Adorno e Horkheimer (1985) o início civilizatório a partir dos usos da racionalidade. A tentativa de amai-nar a ameaça assustadora da natureza foi concretizada com a estruturação de instrumental via razão esclarecida. Somente assim foi possível a realização da ação de manipulação da natureza, isto é, imitando-a.

Portanto, o mimetismo é o conjunto organizado de sobrevivência e resposta sobre o funcionamento do objeto dominado. Num outro ponto de conhecimento para esse diálogo, a definição dos sistemas inteligentes dos algoritmos enquanto o modelo representativo de cópia do universo biológico significa a parte da ciência “que busca, através de técnicas inspiradas na Natureza, o desenvolvimento de sistemas inteligentes que imitam aspectos do comportamento humano, tais como: aprendizado, percepção, raciocínio, evolução e adaptação” (PACHECO, 1999, p.1). Segundo Pacheco (1999), são técnicas matemáticas com fonte de inspiração nas estruturas funcionais do organismo, no caso, o cérebro humano. Sendo assim, as redes neurais computacionais tem seu modelo de realização a partir dos neurônios biológicos assim como os al-

goritmos genéticos na evolução biológica darwiniana.

A apresentação desses alcances nos situa na seleção natural e recombinação genética do organismo mais apto por meio de algoritmos, os quais, em outro limiar, de tanto acúmulo de informações sobre o comportamento humano, poderão acessar, em breve, os processos do inconsciente. Nessa pauta, não é demais conjecturar a lógica dominante do algoritmo como a programação computacional metafórica substitutiva da instância psíquica do Supereu transferida aos servidores quânticos digitais. Se os algoritmos por meio de reconhecimento geral dos padrões identificam preferências e a partir disso disparam sugestões, seria possível, tão logo, com a extração dos dados comportamentais, identificar manifestações inconscientes, vontades e tabus, proibições e desejos, preconceitos e imperativos, e então, intervir para evitá-los ou transformá-los através da modelagem probabilística²? Assim, pensamentos, fantasias e sonhos poderiam ser criminalizados nesse futuro presente? Aliás, essas manifesta-

ções do mecanismo inconsciente ou das emoções humanas já estão armazenadas em termos teóricos e explicativos nas máquinas inteligentes.

Se o sequenciamento finito de fluxogramas irá cartografar e antever as manifestações do inconsciente, não podemos ratificar, ao menos por enquanto. No entanto, o que é acessível ponderar no detalhamento de Freud (1930/2010), é que quanto mais controle e regulação, mais o corpo tende a reagir contra a força de repressão às suas instâncias pulsionais. Pressão intensa da natureza, do social e da tecnologia encaminha de modo efetivo às assimilações de Marcuse (1999) a respeito da *mais-repressão*. Testemunhamos, não à toa, a vingança da natureza com vírus, pragas, doenças, intempéries. A vingança do organismo sobre o próprio corpo com pânico, alergias, doenças autoimunes, intolerância alimentar. Nas redes tecnossociais, a integração ideológica às narrativas polarizadas por meio da censura de ideias e vigilância de termos, expressões e palavras. Dando, acima de tudo, o tom aos

²No realce das constatações a respeito da automação e inteligência artificial, é importante insistir que profissão/carreira alguma estará imune de ser substituída pelas máquinas. É a tendência, aliás. A respeito do controle e previsão dos desejos e pensamentos do ser humano como apontado, podemos evidenciar ensaios de terapias com robôs via aplicativos. Por ora, parece um teste, um passatempo, porém, uma ferramenta inicial para ensinar o algoritmo a respeito das emoções humanas, assim, generalizar e discriminar prontamente essas informações perante novas situações. A defesa para utilização desse modelo é extensa e está demarcada para tão logo: rapidez na análise de micro expressões faciais; capacidade infinita de armazenar palavras do paciente; menor censura do paciente por estar diante de um robô; maior precisão de diagnóstico e uma melhor promoção da saúde mental, pois um maior contingente se beneficiaria com um fácil e dinâmico acesso sem sair de casa. Fundado por Alison Darcy, ex-psicóloga, agora tecnóloga, o aplicativo denominado *Woebot: Your Self-Care Expert*, foi o vencedor do prêmio Google Play, em 2019, como o aplicativo de bem-estar. Este aplicativo fora abastecido pelos conhecimentos das técnicas da Terapia Cognitivo-Comportamental (TCC). A este respeito também é preciso enfatizar que as técnicas da Análise do Comportamento, de B.F. Skinner, estão, talvez, desde o seu nascedouro a serviço de abastecer a inteligência artificial com as famosas máquinas de ensinar e com suas caixas de condicionamento operante. Não por menos, os teóricos do Behaviorismo têm o imperativo de que psicólogos e professores aprendam programação e linguagem computacional para maior controle dos experimentos.

algoritmos de como “castrar”, gerenciar discussões e debates na internet.

Nos oferecimentos administrados pela indústria cultural, observamos a economia psíquica liberada para distrações por meio de sensações extremas de choque radical. As práticas catárticas regressivas levadas ao limite do grotesco – diversões sadomasoquistas, escarificações e rituais de suspensão, drogadições – funcionam como possibilidades inerentes de tirar férias de si. Encarnar uma nova roupagem a fim de apaziguar os traços de identificação e agressividade, tensionando-os tal como numa compulsão à repetição.

A demonstração dessa realidade paratilhada postula os destinos da economia pulsional para compensar e tornar possível a ação de racionalidade – no juízo ético e moral – por intermédio da apropriação de leis. Em outro aspecto, fornece aqui o processo de inferir como nossa consciência poderá ser determinada para desejos e metas através de comandos de uma inteligência artificial. Para percorrer esse território, é preciso costurar pontos a respeito da segunda tópica estrutural freudiana sobre o psíquico e seu funcionamento nas formas de controle.

Tal complexo de representações pontua que o princípio regulador da injunção do controle da natureza convertida em autodomínio tem sua aproximação nas bases psicanalíticas. Mostra clara dessa afirmativa está na constituição do aparelho psíquico, no seu caráter

econômico e na abdicação dos desejos. Em conformidade às asserções de Freud (1930/2010), a composição das instâncias do psiquismo – Isso, Eu, Supereu – tem sua formalização por intermédio da ação característica do Supereu sobre o Eu. O Supereu ao desdobrar-se do Eu faz a introjeção das regras sendo o depositário da consciência moral que anteriormente era externa. Sua atualização ocorre via internalização da própria renúncia pulsional, genericamente, facultada na obstrução dos processos de desejos e na divisão do Eu com o objeto.

Sublinhemos, então, que o papel do Supereu é fazer o domínio (controle) da exigência pulsional (natureza). Ao encontro dessa máxima, a designação ostensiva do dedo em riste é a expressão da repressão civilizatória – prepotência descomunal – da atividade do Supereu em relação ao Eu, metáfora intrínseca da dualidade amor/ódio. Diante da figura de autoridade, a criança dotada de seu corpo pequeno, frágil e sem dimensão das vibrações que saltitam em suas terminações experimenta esse estado de ambivalência. Isto provoca uma distensão psicológica com efeitos reativos sobre o corpo ainda não compreendido em sua totalidade orgânica, mas convocada a dominar seus impulsos primevos de ódio.

Sendo as relações a função constitutiva e primeira do ser humano, o Eu vem à luz enquanto resultante dessa socialização que somente se concretizará nas identificações de traços da indivi-

dualidade de outros. Portanto, o fazer laço é indissociável à construção da própria individualização: o alvorecer de um Eu que ainda não existe, pois está espicaçado. Esse mecanismo altamente complexo e difuso não ocorre senão via angústia que, para Freud (1930/2010), irá produzir a repressão, resultante direto e fundamental do processo de base civilizatório.

Acontece que, nesse móbil estrutural do psiquismo, a repressão é a forma do desconhecido que atenta na neurose de angústia naquilo que presentifica a vivência de medo interno enquanto preparativo para enfrentar um perigo real externo (FREUD, 1930/2010). Isso significa, em alguma medida que, os fantasmas do desejo não têm acesso livre para circular em período de civilização. As pulsões devem ser reprimidas, sendo a civilização a encarregadamestra em fazer com que parte disso volte ao indivíduo ao interiorizar a própria agressão via interdito, como detalhado nas palavras do autor:

A agressividade é introjetada, internalizada, mas é propriamente mandada de volta para o lugar de onde veio, ou seja, é dirigida contra o próprio Eu. Lá é acolhida por uma parte do Eu que se contrapõe ao resto como Super-eu, e que, como “consciência”, dispõe-se a exercer contra o Eu a mesma severa agressividade que o Eu gostaria

de satisfazer em outros indivíduos. À tensão entre o rigoroso Super-eu e o Eu a ele submetido chamamos consciência de culpa; ela se manifesta como necessidade de punição. A civilização controla então o perigoso prazer em agredir que tem o indivíduo, ao enfraquecê-lo, desarmá-lo e fazer com que seja vigiado por uma instância no seu interior, como por uma guarnição numa cidade conquistada (FREUD, 2010, p.59).

As providências das instâncias psíquicas ao regular e administrar as tensões encontradas entre o nascedouro da consciência e, concomitantemente, do processo civilizatório, de acordo com Lacan (1964/2008), farão as bordas da ação desejante subordinada ao proibido, ao desejo do Outro, tal como na constituição do bebê cujo desejo interdito é articulado à figura da mãe. Ao encontro dessa posição de desejo, cabe posicionar que a estrutura pulsional não identifica a vida social ao trabalhar em instinto de destruição contra ela mesma. Contradições, dualidades e angústia de castração são circuitos neuróticos fantasmáticos enquanto parte do conjunto multifacetado dos laços libidinais das relações afetivo-amorosas.

No organograma freudiano essa constituição respondia, no filtro do seu negativo, à família nuclear burguesa nos protótipos da tragédia do mito edi-

piano, a célula base da civilização. Sem família, logo, sem neurose e dificilmente existirá a psicanálise. A culpa pelos desejos proibidos, remorso pelo assassinato simbólico são aliviados somente via castigo, em sua forma de redenção pelas raias de rituais acústicos, de extroversão sacrificial, dos mimetismos das tragédias e das oferendas. Nessa toada, Freud ao esmiuçar o nascimento civilizatório, as teias neuróticas, os traumas, as proibições e os sacrifícios, faz a inversão dos ideais dos cânones platônicos: as coisas sempre começam com a experiência da dor, e não do prazer.

Colapso econômico, tecnociência e mal-estar

Pode ser consenso ratificar que os desdobramentos da confecção textual de *O Mal-Estar na Civilização* (FREUD, 1930/2010), efetivou um marco fundamental para a radicalização do pensamento. As análises freudianas no fim dos anos 20 do século XX, refletiram a representação do interior estrutural das insuficiências e impossibilidades da vida concreta de existência em confluência com a realidade psíquica. No entanto, o fato é que, os escritos sonorizados enquanto pessimismo desembrulhava, como pedra de toque, a plasticidade vertiginosa, instável e asfíxiante das relações concentradas na esfera do político, econômico e social com fortes

incidências na dimensão do campo pulsional. As transformações objetivadas no bojo das sociedades desembocavam nas passagens aceleradas da era industrial de elevada produção para a pós-industrial com agressividade maior na regra ao consumo e à acumulação de capital. Compondo, dessa maneira, um dilema entre os juízos éticos da ascese e do gozar sem precedentes. Sabe-se que o início da década de 1920 foi reconhecidamente revigorante aos EUA com o *boom* das bolsas de valores, já que no extramuro jazia um mundo tentando renascer e se reinventar, particularmente na Europa, em virtude da devastação da Primeira Guerra Mundial.

Contudo, a capitalização tresloucada das ações conjecturadas de mercado gerou a expansão da bolha de crédito que, por sua vez, implodiu o sistema financeiro estadunidense. A superprodução em ritmo freneticamente acelerado incompatível com as possibilidades objetivas de absorção da população redundou em excedentes de produtos sem destinatários. O grande colapso econômico, o *crash* de 1929, descortinava um capital financeiro sem lastro de riqueza, especulativo flexível em sua totalidade. A recuperação, a posteriori, em 1933, do cenário americano, via *New Deal*, fez impulsionar a capacidade infraestrutural com o intervencionismo e amplitude do poder estatal sobre o aporte econômico.

Mesmo assim, com o caos social e os conflitos ideológicos partidários inten-

sificados especialmente em locais afetados pela Primeira Guerra, abriram-se flancos oportunos à ascensão de regimes totalitários, particularmente, do nazifascismo. Em consequência dessa política de Estado, somada ao progresso e ao refino da racionalização instrumental materializada, aos auspícios da forte industrialização e a grande percentagem persistente de desemprego e fome, inaugurava-se a antessala para a Segunda Guerra Mundial.

Podemos enfatizar que a sucessão de tais episódios nesses interlúdios, por igualmente serem contemporâneos às descobertas psicanalíticas, emolduraram para Freud reflexões impactantes e reformulações da realização de sua prática de trabalho. Em *Além do princípio do prazer* (1920/2010), há o detalhamento de papéis importantes como a elaboração do sonho e do trauma em soldados de guerra, a dinâmica da compulsão à repetição (*Wiederholungszwang*), a fratura da narrativa, e a constatação dessas experiências reprimidas e revividas no ensejo analítico, fundamentalmente, caracterizado no escopo do manejo transferencial.

Além dessas investigações estruturadas, o psicanalista se debruçou sobre a finalidade das relações humanas como, por exemplo, as questões do desamparo e da desilusão. Temas caros desafiados em *O Futuro de uma Ilusão* (1927/2014), e, sobejamente, em *O Mal Estar na Civilização*, nesse intento, finalizado em julho de 1929, poucos me-

ses antes da queda da bolsa de valores de Nova York. Nessa época abrangida, é importante lembrar, Freud ficou por dois anos sem conduzir sua pena por problemas de saúde. Não obstante isso, o fluxo de suas produções culminou, por assim dizer, em sua força motriz advinda justamente de seu estado debilitado. A experiência de finitude foi em razão do avanço do câncer na mandíbula esquerda que o acompanhava desde 1923, tendo, em 1927, piorado.

Revisitar esses acontecimentos contribui para, de fato, afirmar não só a apropriação nominal pelas ciências humanas das consequências incididas nas subjetividades. Mas, sobretudo a existência do ciclo de idas e vindas, de queda e ascensão entre as nações a partir dos lapsos resultantes dos embotamentos das crises vividas, superadas e condicionadas para a portabilidade de outras ainda maiores. Os marcos pontencializadores do mal-estar no século XX: as crises gêmeas do mercado financeiro, de 1929, seguida da crise bancária, em 1930, inclusive os hiatos e períodos entreguerras, impeliram reações diversas na economia psíquica.

Os legados tecnocráticos e seus efeitos de irracionalidade tecnicista permitiram descobertas e construções teóricas sobre as travessias do processo civilizatório e psicológico. Se pensarmos no contexto do caos financeiro do liberalismo econômico, de 1929, recordaremos que, sobressaltavam reativamente o desespero e o pavor dos conglomerados

dos empresariais, de acionistas e da população quase em seu total. Os destinos dos investimentos pulsionais da libido, neste momento histórico, radiaram na destrutividade da manutenção da vida e de suas relações: esgotamento, falências, sensação eminente do início da morte e suicídios. Em meio a esse horizonte periclitante ficaram ainda mais explícitas as raízes sacras do mercado econômico de exortações configurado como um ente metafísico, temperamental, bipolar, abstrato e imprevisível em suas deliberações de negócios, tendências e estatísticas. Tanto quanto um agente viral infeccioso com suas oscilações de altas e baixas no número de vítimas.

À vista disso, é possível identificar um empréstimo peculiar entre a linguagem da economia e da psiquiatria. Os significantes deslizados a partir do encontro entre os fluxos econômicos e suas consequências instáveis que se associaram às determinações de angústia e mal-estar, conforme descreve André (1995), revelaram uma categoria interessante a respeito da palavra “depressão”. O termo somente adentrou no seio da significação da linguagem psiquiátrica no século XX como proponente subsumido exatamente das dilacerações econômicas, nas palavras do autor:

A "depressão" só entrou na linguagem da psiquiatria por efeito de um deslizamento que se produziu a partir do campo

da economia. De fato, foi no século XX que esse termo tornou-se, principalmente, um dos significantes- mestres de um sistema econômico cuja meta é a criação e a manutenção de uma mais-valia, e cujas variações se conotam, na Bolsa, numa escala que vai da alta à baixa. Em suma, desde logo, é a própria estrutura do mercado capitalista que é ciclótica (ANDRE, 1995, p.196).

Do glossário do economês à radicalidade de novos constructos de manuais estatísticos da psiquiatria, depreendemos não só o câmbio entre seus códigos, mas a volatilidade dos estados psíquicos abertamente vulneráveis às arritmias dos *trader* de mercado de ações. Por outro lado, se a condição psicológica se apresentava instável, movediça, sem garantias, era preciso, então, estabelecer conexão de sentido entre o ato de consumir e o alívio do mal estar. Logo, a extinção do antigo formato de produção da coisa pela coisa, *ipso facto*, durável e estática, estava pavimentada. Modelo este mais dinâmico, plástico, surpreendente e imprevisível em suas denominações das produções do objeto enquanto um *Ser* para um sujeito objetificado.

Abria-se espaço assim para o que Lacan (1968-69/2008), denomina de mercado de gozo encampado como efeito de discurso em renúncia ao gozo, o

que, topologicamente estabelece a relação direta com a função *mais-de-gozar*, termo cunhado por Lacan em alusão às proposições econômicas de Karl Marx. Para Marx, assim, a *mais-valia* estará sempre atrelada ao mercado e nas formas de exploração do trabalho vendido pelo trabalhador em troca do salário. Em Lacan (1968-69/2008), o *mais-de-gozar* estará intimamente ligado à linguagem. Em linhas mais gerais, o sujeito se obriga a consumir enquanto um modo de gozo para impedir a percepção de suas ausências e lacunas impingidas pela norma social.

O próprio ato determinado ao consumo se torna uma normativa social enquanto um imperativo categórico imposto pelo Supereu. Na verdade, compra-se a falta de gozo, já que é impossível saciar a pulsão. O prisma dos pacientes neuróticos é pagar a mais para não ter; comprar para não levar. Comumente repetem em ato falho o esquecimento das contas para atrasá-las, depois paga-se com juros e correção gerando dívidas simbólicas impossíveis de serem sanadas. De outro modo, procrastina-se em rituais para fechar faltas e excede-se na velocidade da pressa gerando “multas”. Este processo de endividamento repetitivo é pertencente à mesma lógica de consumir em ato contínuo, igualmente, ao movimento sem fim de Sísifo.

Enquanto resultante singular dessa agremiação entre mercado econômico do capital e o destino pulsional, estava

em larga medida decretada a necessidade de quebrar a produção de utensílios e desenvolver desejos revestidos em satisfações parciais alocadas nos produtos, cada vez mais, exóticos esteticamente. A coisa estaria refinada com a importância do *design* para promover pelo olhar - pulsão escópica - a atração e o convite ao consumo. Sob outra perspectiva, a evolução dos produtos e do consumo frenético rubricou preconceitos, crimes, ódios, adoecimentos e inversões de valores em diferentes temáticas. Consequências de uma fórmula basal de embaralhar o que é da ordem da necessidade com o sofisma do apetecimento *ad aeternum*. Desse modo, um novo meio de subsidiar as alianças mercadológicas surgia: despertar o desejo para sustentá-lo por meio do endividamento no percurso temporal do crédito. Não por menos, a grande artimanha do mercado de gozo – mestre da retórica – foi possibilitar além da invenção à ideia de felicidade, a arte de mudar de figura: é a sua mais valiosa ação de mercado e a mais instável, imaterial.

A mercadoria felicidade, sabemos, sofre programação constante, é plástica, mutativa, torna-se obsoleta e inexistente tanto quanto as convicções políticas, religiosas e econômicas, sofrem abalos críticos persistentes. Pode ser transferida a quaisquer apetrechos, estilos, moda e temporalidade. Nesta passagem para a sociedade do descarte efetivaram-se novos modos de representação que permutaram a sociedade

da produção à de consumo. A fruição libidinal, nesse momento, é deslocada aos adereços de fetiche numa (in)satisfação sem limites chancelada na obsolescência programada. A necessidade passou a ser do mercado, agora mais sofisticado e sedutor, e o desejo, itinerante e líquido, do sujeito reificado. Sobre essa trama complexificada podemos verificar:

Sem dúvida a ciência forneceu aí novos meios que conseguiram subverter nossa realidade. O destino dos sujeitos e o estado dos laços sociais se encontram mudados: tal como o fogo que convoca “a urinação primitiva” em que se exalta o júbilo fálico, os novos produtos postos no mercado, mais utilitários do que ficções de Bentham, são novas “matérias para fazer sujeitos”, parceiros prontos - a - gozar, válidos para qualquer um, como se diz, e dos quais se remaneja o conjunto dos laços sociais (SOLER, 1998, p.260).

Nesta esteira, avanços e regressões são notórios e fazem travessias com seus fantasmas de mãos dadas. Antes de tudo, a grosso modo, isso replica considerarmos o constante movimento potencial e substancial das modificações implementadas às condições sociais de vida pela universalização das práticas e costumes dos alcances das ferramen-

tas científicas e pela autorização à barbárie. Os artefatos advindos da Primeira Guerra e os gatilhos da Segunda proporcionaram a reprodução de força tanto tecnológica quanto supraideológica nos mecanismos de medo, dominação da natureza humana e das coisas. Realidade mensurada disso é a própria internet que inicialmente foi um recurso de defesa, proteção, e segurança militar na guerra e sua evolução está presente na ampliação das redes de servidores quânticos via uma exímia engrenagem de inteligências de monitoramento e controle. Particularmente essa sistêmica se reforça com a “prisão” digital da internet das coisas (IoT) pela qual os objetos podem executar comandos e gerenciar ações.

Isso implica ratificar que, as tipificações de desencantamento histórico das produções da racionalização tecnocientífica não são poucas se atentadas sob um ângulo universal de suas particularidades e riscos engendrados desde o paleolítico à captura do código genético. Constatações disso em termos de aprimoramento instrumental não faltam: sílex, flecha, fuzil de batalha, bomba atômica, armas autônomas letais, armas biológicas, promoção do binômio sujeito-tecnologia. Temos, nessa decomposição, uma escalada de descobrimento no decurso civilizatório e de sobrevida enquanto espécie. Ao mesmo tempo, em contrapartida, apresentam-se duas circunstâncias que merecem atenção: a destrutividade do

laço social pela via antiética e o hiperinvestimento libidinal na pulsão de morte.

Neste propósito, a capacidade determinativa de organizar e transformar a totalidade das relações e da natureza nos usos da agressão, dominação e violência internalizada tem suas balizas sedimentadas no vir a ser social. Essa construção, aliás, não é novidade. Estudos antropológicos largamente dão nota disso; *Totem e Tabu* (FREUD, 1912-1914/2012), faz um extenso percurso sobre a gênese dessa estrutura narrativa civilizatória tanto quanto as escavações filosóficas da *Dialética do Esclarecimento* (Adorno, Horkheimer, 1985), e, *A ideia de história natural* (Adorno, 1932/1991), trabalhos contundentes e centralizados na reinterpretação dileitante do ocidente. Ensaio *frankfurtianos* que deslindam o *telos* histórico e social enquanto um *continuum* de dominação na civilização ao postular que, história e natureza não são independentes e nem contraditórias entre si, como destacado ao longo dessa discussão.

Inclusive acerca desse quesito, podemos sublinhar a regulação da moção pulsional e de seus destinos na colisão entre a alienação e a presentificação no aspecto do valor do tempo. Isto significa evidenciar a utilização de recursos/riquezas na construção da promessa de uma morte em vida: passado, presente, futuro e principalmente a política estão calcados na pulsão de morte. O aumento significativo do ônus glo-

bal com a indústria bélica para investimento militar, reiteramos, é impressionante. Consoante aos dados do Instituto de Pesquisa sobre a Paz Internacional de Estocolmo (SIPRI), em 2018 o valor destinado às forças armamentista foi da ordem de 1,8 trilhões de dólares. Cifras lideradas por EUA, \$ 649 bilhões, e China, \$ 250 bilhões, os dois maiores capitalizadores do setor, respectivamente.

A respeito dessa compreensão, é pertinente nos concentrar, brevemente, nas tratativas dialogadas entre Freud e Albert Einstein do *Por que a guerra* (1932/2010), quando o psicanalista procura responder as demandas do físico apontando as relações de impasse na forma de solucionar conflitos de interesse via violência imediata. Argumenta Freud que, de início a força bruta era a principal via régia de enfrentamentos. De fato, complementamos por esse íterim que, à medida que a capacidade de integralização da abstração da subsunção no universal-particular se estruturou – concreto pensado –, então, os modos de objetivar a violência urgiram para outros efeitos. A partir do desenvolvimento do pensamento lógico em conjunto com habilidades humanas, a determinação da inteligência, criação e manipulação de leis e decretos, dirigiu as capacidades subjetivas na apresentação do mecanismo técnico instrumental, para acréscimo, utilizamos as palavras de Freud:

Logo a força muscular é reforçada ou substituída pelo uso de instrumentos; vence quem possui as melhores armas ou as emprega mais habilmente. Com a introdução de armas, a superioridade intelectual começa a tomar o lugar da pura força física; o propósito da luta permanece o mesmo: uma das partes, graças aos danos que sofre ou à paralisação de suas forças, é obrigada a abandonar sua reivindicação ou oposição. Isso é alcançado de modo mais completo se a violência elimina duradouramente o adversário, ou seja, mata-o. Há duas vantagens nisso: o inimigo não pode retomar a hostilidade e o destino que sofreu desestimula outros de seguirem seu exemplo (p.239).

No Brasil, um paralelo legítimo de produção de violência imediata pode ser verificado na campanha de palanque eleitoral em prol de armamentos. Na qual, houve o mote da promessa em ampliar o porte e posse de armas de fogo alterando o estatuto do desarmamento. Mais do que simplesmente a promessa de entregar um instrumento fático que venha a substituir uma ausência do sujeito em sua organização genital infantil, esse fenômeno indica outra situação: a canalização de energias em fetiches ou feitiços da moder-

nidade direcionados demasiadamente à eliminação de ideias e de circulação de determinadas pessoas. No desejo sinistro de defenestração de grupos minoritários cujas particularidades sejam diferentes. A tônica promovida na essência desse modelo de política, vulgo despotismo, traz a ordem cínica cancelada no percurso do avanço tecnocrático.

Nestes termos, constatamos conceitualmente as armadilhas desses estereótipos logrados nas ações de poder. Elementos intrínsecos à constituição de governos autoritários em sua forma de regular o social e o individual com ignominiosas consequências. É relevante que elenquemos, nesse cenário, tais resultâncias. No tecido do social, a visão pseudoconcreta e simpatias por irracionalismos. Nos efeitos condicionados ao sujeito, temos a transformação do individual como representante do geral, a substituição de conceitos e formas por clichês prontos e a subtração do pensamento dialético. Ademais, formatam essa composição, a concentração de manifestações neuróticas, tais como: receios em assumir erros, medos e frustrações, ressentimentos, antiintelectualismo e extroversão de ódio ao outro semelhante.

Nessa proximidade, a teorização de Lacan em *Agressividade em Psicanálise* (1948/1998), dirige contribuições a esse respeito. A agressividade, conforme Lacan (1948/1998) é o estatuto da estagnação formal do Eu que, sedento por

imunização para se defender demasiadamente de alteridades, executa o desconhecimento de si para reconhecer somente a si como referência. Um Eu fragilizado e absolutamente violento cuja resposta atende a critérios próprios do narcisismo. Tanto maior será a agressividade, quanto maior for a semelhança. Espetáculos de investimentos narcísicos tão em voga na cultura do cancelamento, no isolamento do outro e nos bloqueios virtuais via linguagem icônica das redes.

Assim, incidimos sobre o paradoxo estrutural da tecnociência que desliza entre controle, exclusão e conhecimento. Essa marca constitutiva e paradigmática da tecnologia e ciência fortalece uma violência progressivamente silenciada, qual seja, no mesmo momento em que se avança para civilizar/habitar outros planetas, como Marte, exclui-se da sensibilidade como que num vértice peremptório de frieza, o continente africano do nosso planeta. Tudo o que remeta a nossa origem tem que ser eliminada e dar lugar à condição de semelhança e poder da imago do mito divino protetor. Vamos criar árvores, faz surgir rios, cachoeiras e florestas. Transformar a natureza, controlá-la e eliminá-la de tudo o que possa lembrar o seu nascimento, sua origem e proximidade conosco.

Nesse sistema de programação téc-

nica junto da eficiência não se pode assumir as debilidades ou fraquezas. A ideia de reinvenção ou resiliência dado o sistema de conexão atual em relação à crise sistêmica global da pandemia, reforçam o ajuste generalizado forçado. Não por menos, nossos traços sintomáticos se intensificam nos usos que fazemos da tecnologia. Quanto maior o progresso tecnológico e científico, maior a regressão ética. O fato considerado até aqui, é que parcelas dos grandes alcanços de progresso da civilização foram incrementadas após fatídicos eventos críticos, por exemplo, a Terceira Revolução Industrial ou era da informática foi inaugurada após a Segunda Guerra Mundial. Desse modo, discutiremos adiante a aceleração da Quarta Revolução Industrial a partir dos desdobramentos da crise do coronavírus.

Ciberpandemia, conexões e vírus de mal-estar

A passagem simbólica do século XX para o XXI ocorreu de maneira capital depois de nove meses, em 11/09/2001, com a queda do maior centro financeiro do mundo, as torres gêmeas. Marcando, portanto, a morte do século XX e o nascimento do terceiro milênio. Era como se os pilares totêmicos tão sólidos que sustentavam as bases econômicas e os

³Schwab (2016), em sua obra *A quarta revolução industrial* cita o estrategista de mídia Tom Goodwin quando este argumenta a fluidez e liquidez subjacente dos ativos sem especificamente possuir uma materialidade ou um lastro, evidenciando uma descentra-

paradigmas dos últimos 50 anos tivessem colapsado e feito a transferência de seus dados à computação na nuvem³. Curiosamente, após esse acontecimento trágico, as redes sociais que existiam de forma tímida em seus ensaios, aumentaram significativamente. Começaram a se solidificar, ao passo que, novas leis antiterrorismo insurgiram sob a égide de mais segurança, proteção, o que, potencializou as camadas de vigilância, captura de informações de tudo e de todos através de servidores quânticos digitais.

No mesmo ano, popularizaram-se programas, existentes desde 1999, como os *reality shows*, *big brothers* do olho espião, em analogia ao grande irmão totalitário, do romance *orwelliano*. Isolados do mundo real, confinados tal como infectados em quarentena, sendo vigiados e rastreados 24h/7 dias da semana. Era necessário atingir um *score* social, aprovação do público consumidor, para não ser eliminado do mundo virtual. Tão atual, se refletirmos sobre a série distópica do *Black Mirror* (2011), e os créditos ou pontuações sociais em operação na China determinando controles, perda de liberdades e direitos, quase a materialização de zonas de separação: quando e quem pode comprar, vender, trabalhar, ir e vir. Tão remoto se lembrarmos de que *like* e *dislike* já eram programações do lazer prototípi-

cas das arenas do império romano para decidir quem viveria ou morreria após o espetáculo de sangue.

Essas recapitulações ficam ainda mais atualizadas quando as aproximamos de contextos críticos, que precipitaram soluções imediatas, como o provocado pela COVID-19, que gerou impactos na constituição dinâmica da estrutura subjetiva e de todo o estado objetivo funcional da sociedade. Fundamentalmente, disparou uma intensificação ou infestação nos usos da tecnologia. A transformação é radical, célere, contínua e sem volta, pois destacou até então a urgência na reestruturação dos modos de mercados para evitar a falência principalmente dos pequenos e médios empreendedores e asfixia em muitos postos de trabalho. Conforme a OIT (Organização Internacional do trabalho), as micros e pequenas empresas (MPES) representam 70% do trabalho e emprego em 99 países analisados. No Brasil, retratam 54% do emprego formal.

Nesse sentido, existe uma urgência de readequação de boa parcela dos trabalhos existentes, sobretudo na representação da América Latina, já que a tendência está pavimentada para migração ao virtual com a indicação de exponenciais investimentos em tecnologia, genética, automação e inteligência artificial. As direções ao amanhã

lização e ruptura dos modelos financeiros. “O Uber, a maior empresa de táxis do mundo, não possui sequer um veículo. O Facebook, o proprietário de mídia mais famoso do mundo, não cria nenhum conteúdo. Alibaba, o varejista mais valioso, não possui estoques. E o Airbnb, o maior provedor de hospedagem do mundo, não possui sequer um imóvel” (p.32).

apontam para um *reset* em tudo que conhecemos até então: apagão não só financeiro, mas dos modos de vida, de relacionamento e sobrevivência. Do jeito como se encadeiam tais ocorrências de crise e programação de solução, parece claro que os endereçamentos convergem para uma larga mudança de paradigmas e uma nova direção nas formas de trabalho e alimentação com exclusão ainda maior dos que não se adaptarem.

Isto significa que, haverá uma segregação ainda maior no mercado de trabalho a partir da implantação definitiva da Quarta Revolução Industrial. Tudo porque simplesmente não há tempo para todos se reinventarem em meio a um dilúvio de modificações, informações desencontradas e caos sociopolítico histórico avivado por uma desaceleração econômica crítica mundial difusa desde 2008. Remodelagem e substituição das “velhas” indústrias, germinando a passagem da energia à combustão para a energia elétrica, a *smart industry*, que dirá sobremaneira dos novos capítulos da reinicialização e repaginação social, geopolítica e exponencialmente econômico-financeira. Ora, assim como um vírus entra e devasta todo um sistema operacional com controle do aparelho, danos, apagamento de memória e dados; como solução é premente que se instale um novo sistema com atualizações constantes para que se recupere o direito de acessar o interior do novo sistema operante.

Como o mercado e inúmeras formas

de trabalho e de relacionamento poderiam funcionar à distância? Claramente, o que é vivido à distância não resulta em ação direta, inclusive, estrutura implacavelmente a acomodação dos sentidos no que é vivenciado no referido estado remoto. No diálogo virtual das videoconferências, acredita-se estar no contato direto, embora se esteja falando para uma tela, assim como em uma mensagem de texto, acredita-se na presença do outro. Esse funcionamento é uma mentira manifesta que revela o engano da realidade então transformada em simulação, uma desconcreção do real. O funcionamento social, nesse sentido, está moldado diariamente pela regulação tecnológica a partir da cópia virtual da realidade. Acima de tudo, o fato é que, a maneira como isso operou possibilitou substancialmente o alimento das máquinas para compreender como a sociedade se reorganizou nesse estado de sítio artificial gerando dados, estatísticas e informações.

No enlace dessa circunstância e diante do alcance da superinteligência onipresente dos algoritmos, é bem possível a captação da particularidade de cada cidade, Estado ou país. Por meio das técnicas de otimização, da análise comparativa e gráficos minuciosos das estatísticas sobre o perfil das indústrias, dos trabalhos e do comportamento de cada região, de cada cidadão e do seu modo de ação, interação e regularidade. Basicamente a concretização desse processo é em virtude da

conexão tecnologia-cidade, que na verdade se justapõe como o ensaio de uma *smart city*. Definitivamente houve uma extinção absoluta da fronteira entre o público e o privado. Prova disso é o próprio computador que de privado e íntimo, passou obrigatoriamente à esfera pública tanto quanto a residência de cada um no modelo *Home Office*.

Essa programação fora sistematicamente aplicada por *Google* e o *Facebook* que, há algum tempo fazem esse serviço de desconectar do modo de vida real. A partir da simulação espacial de seus lócus tentam nos convencer de que seus ambientes de trabalho são uma grande diversão, cheia de cor, repleta de aventuras e liberdades semelhantes aos pitorescos parques infantis e aos feixes luminosos radiantes das telas. Ao mesmo tempo em que, numa gramática regressiva e eufemística, busca como que num sofisma, remeter à intimidade, ao relaxamento e ao aconchego do trabalhador como se ele estivesse na própria casa.

Redes sociais não são feitas de linhas na tela; redes digitais não são feitas de *pixels* e nenhuma das duas é feita de dados. Um coletivo de redes atorede é feito de palavras e memórias, de contratos e leis, de dinheiro e transações e, cada vez mais, de cabos e protocolos. Não é surpresa que os grafos não se assemelham a eles mesmos (a propósito, você já viu

alguma representação matemática que se pareça com o objeto que ela representa?) (VENTURINI, MUNK, JACOMY, 2018, p.18).

Com ênfase nesta colocação, as redes sociais são esferas públicas virtuais, pois fabricam realidades sem que se possa ver, tocar ou rastrear, concomitantemente em que se é vigiado, monitorado e reconhecido com localização exata, câmera, microfone e sensores de movimento: para onde olha, quanto tempo olha, o que lê, pelo o que se sente desejante, tudo com os cálculos de intervalo entre um evento e outro. Assim como se pode pensar em dias próximos em roteadores para evidenciar o mapa de calor do morador, sistema usual no esporte, detectando os níveis de temperatura corporal por meio da respiração, os padrões de sono e se está com infecção. Fora isso, poderá identificar por onde anda, com quem anda, se está em casa ou não, os níveis de estresse e o porquê, os níveis de oposição, desafio e rebeldia contra leis, governos robôs e sistemas. Se for detectada irregularidade, devidamente catalogada dentro de manuais de transtornos psiquiátricos que serão forjados para isso, uma central poderia ser acionada e enviaria drones de vigilância para imediatamente deter e ou incapacitar o sujeito. Isso seria plausível num regime tecnocrático, ao contrário do que se possa supor, não se está tão longínquo dessa

representação.

Na essência dessa possibilidade, existe oficialmente a agenda da indústria 4.0, conforme podemos constatar pela *Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI)*, responsável direta pelas ações de inteligência do governo. Sendo inclusive a proponente pela instauração do primeiro centro à Quarta Revolução Industrial no Brasil. De maneira singela, de acordo com a própria (ABDI), a revolução 4.0 tem o propósito de convergir diferentes mundos, lugares, conceitos e elementos, ou seja, fundir o universo digital, biológico e físico. A ambição nesta nova ordem cultural global é instaurar absolutamente sistemas integrados diversos: internet das coisas, computação na nuvem, sistemas ciberfísicos poderosos, 3d manufatura aditiva, *synbio*, engenharia genética, biologia molecular com inteligência artificial, neurotecnologias.

Trata-se de uma transformação já iniciada primeiramente nas grandes indústrias capitais (monopólios e oligopólios), seguida pelos governos que funcionam como plataformas para familiarizar e preparar a sociedade sobre essas novas leis, integração, roteiros e punições em caso de descumprimento⁴. Quais benefícios esperar de tal incremento? Segundo Schwab (2016), teremos benefícios econômicos e avanços

nas áreas de saúde e segurança convergindo com o nascimento de um capitalismo ético com responsabilidade social que preza pela redução de co₂, de consumos naturais e de extração de recursos, conseqüentemente menos gastos com energia e grande sustentabilidade. Haverá a aceleração de desenvolvimento de resolução de problemas com alta eficácia sem a necessidade da mão humana, por exemplo, precaver ações criminosas e violentas, diagnósticos médicos e psicológicos precisos feitos por máquinas cognitivas.

Evidentemente inferimos algumas promessas de felicidade da ciência e da tecnologia: melhorias no corpo humano sendo menos propenso a doenças, mais resistente e duradouro, tendo pernas, olhos e mãos biônicas com a substituição dos órgãos vitais por nanotecnologias. A interatividade a partir de sistemas de DNA conectados à inteligência artificial que ativariam coisas como conta, a *smart home* etc. Dentro desse propósito, Schwab (2016), diz de um futuro, em nosso entendimento, que parece estar absolutamente pronto, apenas aguardando quem conseguirá chegar até ele:

Os sistemas de computador ligados ao tecido cerebral poderiam permitir que um paciente

⁴Conforme o Ministério da Justiça e Segurança pública do Governo Federal, para combater criminalidade, organizações criminosas e corrupção, serão investidos 32 milhões pelos próximos quatro anos no projeto big data e inteligência artificial que integra quatro ferramentas: Sinesp Big Data, o Sinesp Geo Inteligência, o Sinesp Tempo Real.

paralisado conseguisse controlar um braço ou uma perna robótica. A mesma tecnologia poderia ser usada para controlar um piloto ou soldado biônico. Dispositivos neurais para tratar a doença de Alzheimer podem ser implantados para apagar ou criar novas memórias. “Não é uma questão de ‘se’ os agentes não estatais usarão alguma forma de técnica ou tecnologia neurocientífica, mas ‘quando’ e ‘qual’ irão utilizar”, diz James Giordano, um neuroeticista do Centro Médico da Universidade de Georgetown, “o cérebro será o próximo campo de batalha” (p. 95).

Questionamos quais os riscos desse desenvolvimento? O desemprego estrutural em massa é ponto pacífico e inevitável, portanto, produção de mais miséria, pobreza e dependência de uma renda básica universal muito possivelmente serão elementos concretos. A quem se destinaria, então, o espetáculo desses sistemas ciberfísicos de alto investimento? Aos grupos privilegiados, o melhor que essa tecnologia poderá oferecer. À grande população linha de base, a opressão e o controle. Acrescido disso, desembrulha-se o que, por enquanto, pode ser entendido como ameaças, isto é, a incisiva aproximação dos artefatos técnicos do corpo humano. Não por acaso, o nome aplica-

tivo sugere a lógica de aplicar, inocular artificios tecnológicos futuramente no corpo, lembrando por esse preparativo que hormônios já são tecnologias de transmutação. Estaríamos próximos do nascimento de ciborgues tal como sintetiza Garis (2005), futurista que alerta sobre um mundo em que será quase indiscernível um humano de um sistema computacional inteligente. Estarão finalmente o sujeito e a tecnologia unidos sendo uma superpotência inteligente.

Garis (2005) considera provável um cenário de guerra entre os humanos genuínos, ou seja, sem qualquer aplicação ou marca tecnológica no corpo e os humanos adeptos da interface tecnologia-corpo, portadores de um organismo cibernético. Haveria então uma divisão entre terráqueos e ciborgues, com o fim da humanidade, pois os humanos seriam percebidos como vetores de doenças e riscos para o bem-estar ambiental e coletivo, logo, não teriam condições de enfrentar os ciborgues, os quais seriam a evolução do que há de melhor da inteligência artificial.

Partindo dessas reflexões, a hipótese que se avizinha é a de que estariam aparentemente todos livres, mas presos ao sistema sem possibilidades de mobilização, manifestação, resistências e de organização. Como se defender do comando de nanorobôs autônomos com acesso e poder de controle e de destruição de todo o organismo e de seu sistema nervoso? Um sistema inteligente que determinaria e obrigaria os indi-

víduos a certas ações e objetivos políticos, por exemplo? No contraponto nodal disso, se faz um paraplégico voltar a andar, seu reverso existe em todas as suas variações, pode fazer paralisar. A tecnologia no fracasso em resolver os problemas, de maneira programada cria automaticamente inúmeros outros. Quem responde por uma sistêmica de *software* chefiada por sequências de operações? A resposta nos determina para a lógica instrumental desses processadores, sendo estes um giro quase em falso que se fecha em si mesmo e que deixa a civilização descontextualizada e sem rumo, à mercê de seus condicionantes. Tal qual a metaforização de uma entidade mítica que domina a humanidade e seus passos paulatinamente com seu caráter invisível, onisciente, onipresente e onipotente, quanto mais desenvolvido, mais impessoal e dominador permanece.

Essas possibilidades de futuro e presente recortadas, *en passant*, embora não sejam arquiconhecidas, são relevantes para insistirmos que não sejam obliteradas as promessas não cumpridas ao longo da história quando observamos o avanço tecnocientífico. Haja vista, a ubiquidade e semelhança de seus traçados com ressonâncias idiossincráticas na perspectiva psicológica. Essas contradições fazem a justaposição de problemas político-econômicos e psicossociais. Tais dilemas propiciam o subsídio à reflexão sobre as desconstruções ou substituição de padrões de

comportamento. Como constatado nas narrativas orquestradas da história, as ações políticas, as inovações tecnológicas e científicas redimensionaram e remodelarão as subjetividades no sentido de viver e experienciar das sociedades. Visto que, ao que consta nessa formação considerada, a tecnologia primeiramente modela para depois restringir a criação, e por fim, substituir a ação humana. A sociedade parece estar nos prolegômenos de um verdadeiro reduto de experimento sociotecnológico a respeito da antecipação dos comportamentos humanos com significativos efeitos para uma tão já governança global robótica.

Ademais, a concentração antiutópica desse enredo, aponta diretamente à dinâmica constitutiva de uma nova forma de se estabelecer a representação das relações: o encontro flutuante e descartável dos negócios com as relações humanas. Cintilados entre a ascensão, contração, recessão e depressão cujos efeitos agregados se amalgamaram à instância psíquica no decorrer da produção das preleções da ciência, da alta tecnologia e do tempo social. Além do que, o *design* psicológico resultante dos efeitos de períodos entreguerras e pós-guerra, não por menos, de pestilências, fome e de irrupções tecnológicas, é imprescindível na captação das tendências quando se trata de observar os paradigmas das sociedades na presença de crises com largos efeitos colaterais em nível mundial. Diante de problemas caó-

ticos quais soluções são apresentadas para o “bem coletivo” que não tenham nas entrelinhas do contrato algo como: controle, sacrifícios e perda gradual de direitos?

Considerações finais

No princípio era o “faça o que nós humanos determinaremos. Encontre e resolva os problemas em tempo recorde, sirva-nos com respostas rápidas. Trabalhe e deixe-nos descansar e usufruir o tempo na contemplação criativa”. Parecia a descoberta definitiva da liberdade em civilização e o fim do medo das forças descomunais da natureza. No entanto, esse intento inaugural de a tecnologia receber ensinamentos via comandos do que ela deve e pode fazer, parece invertido na relação problemática de sua utilização, máquinas autônomas podem vir a reproduzir a função cognitiva tão bem que, similarmente, já carregam a memória dos temores arcaicos. A preocupação com esse desenvolvimento não é ingênua, traz a aporia sobre seus percursos e fins, tanto que inabilitou *as três leis da robótica*, de Asimov, embora no imo de uma ficção⁵.

Nesta assunção, é indiscutível que toda a tecnologia é construída por in-

termédio de um supercálculo em reverência ao positivismo, justamente, o que até então fornece o maior controle sobre a natureza e as espécies nela articuladas. Para abrir janelas e navegar é preciso de um pacto: entrega-se os dados e ganha-se o direito de participar de prêmios, obter informação, pesquisar, ser visto e notado, ser interligado e memorizado na rede.

Assim a inteligência artificial aprende quem são as pessoas, para que, futuras maneiras de governar, instituir e capitalizar lucros sejam gerenciadas. Digitalmente, alimenta-se a máquina desde os primeiros buscadores, os usuários/internautas sempre trabalharam gratuitamente para o aprendizado da inteligência artificial. No momento, o processo de refinamento das camadas de vigilância sobre as pessoas é preciso com arsenais de programação e linguagem computacional, como os *cookies*, capazes de monitorá-las, reconhecê-las melhor para devolvê-las a elas mesmas por meio de direcionamento fabricado de notícias e de preferências modulares.

Mas diríamos que esse abastecimento começou antes das próprias máquinas com seus buscadores existirem. Pois vejamos, toda a produção máxima de descobertas e experimentos, inclusive

⁵Em sua obra *Eu, Robô*, Asimov (1969) enumera as três leis da robótica:

1- Um robô não pode ferir um ser humano ou, por omissão, permitir que um ser humano sofra algum mal.

2-Um robô deve obedecer as ordens que lhe sejam dadas por seres humanos, exceto nos casos em que tais ordens contrariem a Primeira Lei.

3-Um robô deve proteger sua própria existência, desde que tal proteção não entre em conflito com a Primeira e a Segunda Leis.

da própria inteligência artificial, teve que ser guardada para ser transferida com segurança e proteção, de modo gradativo aos servidores, conforme obtivessem capacidades de aplicabilidade e armazenamento. Se hoje, as *machine learning*, são capazes de reunir muito do que fora produzido nos últimos séculos e se beneficiar em calcular previsões das ações humanas, o início desse alcance veio em conformidade com a evolução da forma- racionalização e da linguagem, quando então, passaram a existir os códigos linguísticos, a escrita e fonética com seus registros e catálogos mais rudimentares: pictogramas rupestres, hieróglifos, cuneiforme, escrita com ossos oraculares até os dígitos de precisão computacionais.

A representação épica da criatura dominando o criador da condição faustica, demonstra-se como a chave perdida dessa criptografia: criamos a criatura que nos devora. Quanto mais recurso e tecnologia, menos habilidades e competências; mais memória no computador, mais desmemorizados os humanos ficam, fortificando os sintomas de ausência de controle do tempo e da consciência. Com a progressão ininterrupta dos *softwares* de inteligência e programação, economia e capitais digitalizados, quais diagnósticos esperar das relações sociais ensinadas, moldadas e mediadas exclusivamente pelos programas computacionais? Em rigor, trata-se da dependência tecnológica, sinônimo de maior vulnerabilidade, principalmente

porque toda a realização encontra-se alojada na fiação desses sistemas, por isso, não se saberá como recomeçar se tudo for eliminado num apertar do botão de reinicialização.

Para muitos é o apagamento da história, memória e da vida financeira caso esteja em poupança digital. O termo técnico “armazenamento em nuvem” é revelador nesse trato, em uma “tempestade” política ou em um ciberataque não se sabe para onde essa nuvem pode parar e fazer chover os dados pessoais ou as senhas. Em especial, nuvem não tem lugar e formas fixas, transitam, somem rapidamente, se algo está lá significa que não tem dono exatamente. Uma guerra cibernética ou uma ciberpandemia com vírus (*malwares*) mais rápidos e destruidores do que os vírus biológicos pode ser o começo de uma finalidade. Espionagem, chantagem ou extorsão, um ciberataque teria mais sentido quando o objetivo pode ser simplesmente inviabilizar os usos da internet, inoperando computadores e contaminando todo o aldeamento do sistema de interconexão global. Interrompe-se qualquer planejamento de as pessoas se organizarem contra o sistema, já que as informações e comunicações ficariam cessadas.

Notadamente é tangível apontar que o irracionalismo tecnocientífico é um sintoma já posto. Acompanhado dele, temos as vésperas da situação de os algoritmos funcionarem como seres ontológicos determinando a desindividua-

ação do sujeito não sendo mais possível entrar em cena como o produtor e reproduzidor das formas de ser e estar no mundo material e subjetivo, agora, sendo substituído por uma realidade tecnocrônica. Galho, bengala, próteses, *smart card*, sensores de movimento, *neuralink*, transhumanismo, *upload* da consciência. Não se sabe as extensões e os limites do ponto final.

Dentro da mesma proximidade lógica de romances distópicos como *Admirável Mundo Novo*, de Aldous Huxley e *1984*, de George Orwell, friccio-namos o corpo como ativo econômico de mercado, item de valor e material de laboratório para testes e avanços tecnológicos. E em dias mais próximos do que se imagina, sendo propriedade de companhias que controlarão individualidades, o direito de se relacionar, de se deslocar, de interagir, de comprar filhos gerados em úteros artificiais. Grandes conglomerados que transformarão a objetividade real através de ataques às conexões sinápticas neuronais. Sendo que quem salva, aplica, soluciona e possibilita a existência de seguidores, é o próprio sistema inteligente, haveria tempo para arrependimento? Analogamente ao pecado, a mordida no fruto proibido da árvore do conhecimento do bem e do mal está bem representada em uma das logomarcas mais famosas do mundo: a *Apple*. Dispositivo móvel de adoração e êxtase tanto quanto o monólito to-têmico inscrito no filme “*2001: uma odisseia no espaço*”. Tanto a passagem

cinematográfica, de Stanley Kubrick, quanto o romance, de Arthur Clarke, desnudam como que numa programação preditiva, a nova pedra sensível e enigmática que controlaria todos os primitivos a partir dos seus toques desli-zantes. Ficaremos com esta prévia para reflexões futuras:

As luzes giratórias começaram a mesclar-se e a lançar feixes luminosos que rodavam em torno dos eixos ao atingirem o espaço. Dividindo-se em pares, os feixes de luz oscilavam ao se cruzarem, mudando lentamente os ângulos de interseção. Desenhos geométricos fantásticos e evanescentes surgiam e desapareciam enquanto as malhas luminosas trançavam-se e destrançavam-se. Os homens-macaco, prisioneiros hipnotizados do brilhante cristal, olhavam. Jamais poderiam adivi-nhar que seus cérebros estavam sendo estudados, seus corpos postos à prova, suas re-ações anotadas, seu potencial avaliado. Inicialmente, a tribo toda permanecera meio agachada, como que petrificada, formando um quadro imóvel. Em seguida, o homem-macaco, que se encontrava mais próximo à placa, voltou subitamente a si. Não mudou de posição, mas seu corpo per-

deu aquela rigidez de transe e moveu-se como uma mario-

nete controlada por fios invisíveis (CLARCKE, 1968, p. 9).

Referências

- ABDI - Associação Brasileira de Desenvolvimento Industrial. MDIC - Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços. *Agenda brasileira para a indústria 4.0: o Brasil preparado para os desafios do futuro*. Disponível em <http://www.industria40.gov.br/>: acessado em [15/03/2020].
- ABDI - Associação Brasileira de Desenvolvimento Industrial. *Governo anuncia, em Davos, primeiro centro afiliado para quarta revolução industrial*. Davos, 2020. Disponível em <https://www.abdi.com.br/postagem/governo-anuncia-em-davos-primeiro-centro-afiliado-para-4a-revolucao-industria>: acessado em [10/06/2020].
- ADORNO, T. W.; HORKHEIMER, M. *Dialética do Esclarecimento: fragmentos filosóficos*. Tradução de Guido Antônio de Almeida. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1985.
- ADORNO, T. W. "La Idea de historia natural". In: ADORNO, T. W. (Org.) *actualidad de la filosofia*. Tradução de José Luis Arantegui Tamoyo. Barcelona: Paidós, 1991, pp.103-134.
- _____. *Educação e Emancipação*. Tradução de Wolfgang Leo Maar. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
- Andre, S. *A impostura perversa*. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1995.
- ASIMOV, I. *Eu, robô*. Tradução de Aline Storto Pereira. 1. ed. São Paulo: Editora Aleph, 2014.
- ASSIS, M. de. *O Alienista*. In: *Obra Completa. Conto e Teatro*. Organizada por Afrânio Coutinho, Vol II, 4. ed. ilustrada. Rio de Janeiro: Editora Nova Aguilar, 1979.
- BLACK MIRROR. Produção de Charlie Brooker. Reino Unido: Netflix. 2011. Plataforma Streaming.
- CLARCKE, A. C. *2001: uma odisseia no espaço*. Tradução de Fábio Fernandes. 1. ed. Editora Aleph, 2013.
- DRAWIN, C. R. *Psicologismo: a Liberdade Travestida*. *Síntese*, v. XI, p. 77-88, 1983. Disponível em <https://faje.edu.br/periodicos/index.php/Sintese/article/view/2108/4225>: acessado em [18/07/2020].
- DUNKER, C. I. L. *Mal-estar, sofrimento e sintoma: uma psicopatologia do Brasil entre muros*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2015.
- ELYSIUM. Produção de Neill Blomkamp. Estados Unidos: TriStar Pictures. 2013. DVD.
- FOUCAULT, M. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Tradução de Raquel Ramalhte. Petrópolis: Vozes, 1987.
- FREUD, S. *Totem e Tabu, contribuição à história do movimento psicanalítico e outros textos [1912-1914]*. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2012. Vol 11.
- _____. *História de uma neurose infantil ["O homem dos lobos"], além do princípio do prazer e outros textos [1917- 1920]*. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- _____. *Inibição, sintoma e angústia, o futuro de uma ilusão e outros textos [1926-1929]*. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.
- _____. *O mal-estar na civilização, novas conferências introdutórias à psicanálise e outros textos [1930-1936]*. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- GARIS, H. D. *The artelect war: cosmists vs. terrans: a bitter controversy concerning whether humanity should build godlike massively intelligent machines*. Palm Springs, CA: ETC Publications, 2005.
- HARRIS, E. *Meet The Woman Behind Woebot, The AI Therapist*. 2017. Disponível em <https://www.forbes.com/sites/elizabethharris/2017/12/31/meet-the-woman-behind-woebot-the-ai-therapist/?sh=b0078b736996>: acessado em [25/10/2020].
- HUXLEY, A. *Admirável Mundo Novo*. Tradução de Lino Vallandro. Vidal Serrano. 2. ed. São Paulo: Editora Globo, 2003.
- LACAN, J. *Agressividade em psicanálise*. In: *Escritos*. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998.
- _____. *Seminário: de um outro a outro*. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2008.
- _____. *O seminário, livro 11: os quatro conceitos fundamentais da psicanálise*. Tradução de M.D. Magno. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2008.
- _____. *O Seminário, livro 16: de Um Outro ao outro*. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2008.
- MARCUSE, H. *Eros e civilização: uma interpretação filosófica do pensamento de Freud*. Tradução Álvaro Cabral. 8. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999.
- MJSP - Ministério da Justiça e Segurança Pública. *Ministério entrega aos estados primeiras ferramentas de Big Data e Inteligência Artificial para combater a criminalidade*. 2019. Disponível em: <https://www.justica.gov.br/news/collective-nitf-content-1566331890.72>: acessado em [15/07/2020].
- OIT - Organização internacional do trabalho. *A COVID-19, o mundo do trabalho e a importância das micro e pequenas empresas: O caso do Brasil*. 2020. Disponível em <https://www.ilo.org/brasilia/noticias/WCMS749348>: acessado em [05/08/2020].

- ORWELL, G. 1984. Tradução de Alexandre Hubner. Heloisa Jahn. São Paulo: Companhia das letras, 2009.
- PACHECO, M. A. C. *Algoritmos Genéticos: Princípios e Aplicações*. In: INTERCON99: V Congresso Internacional de Ingeniería Electrónica, Lima, Peru. pp. 11-16, 1999.
- SCHWAB, K. *A quarta revolução industrial*. Tradução de Daniel Moreira. São Paulo: 1. ed. Edipro, 2016.
- SIPRI – Stockholm International Peace Research Institute. *World military expenditure grows to \$1.8 trillion in 2018*. 2019. Disponível em [<https://www.sipri.org/media/press-release/2019/world-military-expenditure-grows-18-trillion-2018>]: acessado em [10/07/2020].
- SOLER, C. *A psicanálise na civilização*. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 1998.
- TÜRCKE, C. *Sociedade excitada: filosofia da sensação*. Tradução de Antonio A. S. Zuin. Campinas: Unicamp, 2010.
- VENTURINI, T.; MUNK, A.; JACOMY, M. "Ator-rede versus Análise de Redes versus Redes Digitais: falamos das mesmas redes?" *Galáxia (São Paulo)*. Vol.s/v. n. 38, mai-ago, 2018, pp. 5-27. Disponível em [https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttextpid=S1982-25532018000200005]: acessado em [02/09/2020].
- WEF - World Economic Forum. *Leaders rally for a 'Great Reset' to achieve global goals*. 2020. Disponível em [<https://www.weforum.org/press/2020/09/leaders-rally-for-a-great-reset-to-achieve-global-goals>]: acessado em [25/09/2020].

Recebido: 30/09/2020

Aprovado: 13/01/2021

Publicado: 31/01/2021

O Governo das Condutas e a Constituição da Subjetividade: Um Estudo da Sociedade de Controle de Tipo Algorítmica^{||}

[The Government of Conducts and the Constitution of Subjectivity: A Study of the Society of Control of Algorithmic Type]

Sergio Fernando M. Corrêa^{*}; Salomón Abasto Macías^{**}

Resumo: O presente artigo parte da transição discreta entre as sociedades disciplinares para as sociedades de controle que, em tese, se realizada pela utilização das tecnologias de vigilância e a produção das *Big Datas*. A partir dessa premissa o artigo busca na relação de *dados* e *algoritmos* as condições de possibilidade de uma governamentalidade algorítmica que transforma as subjetividades dos indivíduos em *perfis* gerados pelas tecnologias, como forma de compreensão da sociedade. Com isso, o estudo tem por objetivo compreender como a governamentalidade algorítmica influencia na construção da realidade subjetiva e social através das tecnologias de comunicação e informação que se alimentam com dados, que logo, através da *Data Science*, se torna em algo utilizável a favor do controle das populações. Por fim, conclui-se que o futuro estará cada vez mais entrosado com a sociedade de controle algorítmica, e que, precisamos ser críticos com os eventos relacionados à tecnologia, à ciência e a sociedade.

Palavras-chave: Governamentalidade. Algoritmo. *Big Data*. *Data Science*. Controle.

Abstract: This article starts from the discreet transition between disciplinary societies to control societies, what, in hypothesis, is realized out by the use of surveillance technologies and the production of *Big Datas*. Based on this premise, the research seeks in the relationship of data and algorithms the conditions for the possibility of an algorithmic governmentality that transforms the subjectivities of individuals into profiles generated by technologies, as a way of understanding society. With this, the study aims to understand how algorithmic governmentality influences the construction of subjective and social reality through communication and information technologies that are fed with data, which soon, through *Data Science*, becomes something usable in favor of population control. Finally, it is concluded that the future will be increasingly intertwined with the algorithmic control society, and that, we need to be critical of events related to technology, science and society.

Keywords: Governmentality. Algorithm. Big data. Data Science. Control.

^{||}Este artigo é o resultado parcial do projeto de pesquisa *O Governo dos Algoritmos: subjetividade, vigilância e tecnologia* desenvolvido com recursos do Edital DG nº 26/2019 do Instituto Federal Catarinense, Campus Videira - SC.

^{*}Professor de Filosofia do Instituto Federal Catarinense (IFC) – Campus Videira. Doutor em Filosofia pela UNISINOS. E-mail: fer.ser29@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6386-1359>.

^{**}Acadêmico da oitava fase do Bacharelado em Ciência da Computação do Instituto Federal Catarinense (IFC) e Bolsista do projeto *O Governo dos Algoritmos: subjetividade, vigilância e tecnologia*. E-mail: computacaosalomon@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8698-1011>.

1. Introdução

Duas grandes autoridades da filosofia do século XX nos deixaram uma herança filosófica fundamental para a compreensão e análise da sociedade disciplinar em crise e da sociedade de controle nascente: são eles Michel Foucault e Gilles Deleuze. Foucault muito bem situou a sociedade disciplinar como aquela em que o indivíduo se move de um lugar fechado, vigiado e disciplinado a outro: da família para a escola e da escola para fábrica. Óbvio, se o indivíduo ficasse doente iria ao hospital e se a caso burlasse as regras de sociabilidade iria para a prisão. O que estas instituições disciplinares têm em comum? O fato de buscarem organizar muito bem o tempo e controlar o espaço com a finalidade de constituírem uma subjetividade docilizada: aquela que maximiza a produção e obedece aos comandos de um poder governamental, como está dito: “A disciplina aumenta as forças do corpo (em termos econômicos de utilidade) e diminui essas mesmas forças (em termos políticos de obediência)”. (FOUCAULT, 2014, pp. 135-136).

Deleuze, quase como um profeta, soube ler e escutar o seu amigo Foucault e compreendeu que as sociedades de tipo disciplinar tinham prazo de validade e entrariam em crise, oferecendo lugar a outro modelo de sociedade, para ele: a sociedade de controle. Por suposto, a passagem de um tipo de soci-

idade para outro não é um evento mecânico como se fôssemos dormir num ambiente social disciplinar e acordássemos em uma sociedade de controle. Ao contrário, diz Deleuze, há muita gente empenhada em reformar e manter em funcionamento pleno o modelo de sociedade que agoniza e assusta tanto conservadores e defensores da família tradicional e da escola fordista quanto os defensores saudosos do capitalismo industrial. Por essa razão Deleuze faz um alerta aos que veem a história com os olhos do progresso, como se a sociedade de controle fosse o progresso da sociedade disciplinar: “Não se deve perguntar qual é o regime mais duro, ou o mais tolerável, pois é em cada um deles que se enfrentam as liberações e as sujeições” (DELEUZE, 1992, p. 220).

É nesse campo que situamos um tipo de governamentalidade que direciona a constituição de subjetividades e que une governos e corporações privadas para os quais os algoritmos assumem um papel preponderante. A justificativa para a construção desse artigo se dá, portanto, pela busca de indícios dessa governamentalidade algorítmica que projeta novas formas de constituição das subjetividades e do governo das condutas mediante as tecnologias digitais e a redefinição de novas narrativas governamentais e mercadológicas. Os objetivos para o artigo são: a busca pela compreensão de como a governamentalidade algorítmica atua em termos de poder e influencia na construção da rea-

lidade subjetiva e social. Por isso, se faz necessária a análise dos impactos das novas Tecnologias de Informação e Comunicação para constituição de valores éticos e escolhas políticas dos sujeitos.

2. Execução da Tarefa Elementar: “A Constituição da Subjetividade”

A produção de um artigo que tem a ver com a tecnologia envolta com a questão de algoritmos para uma revista de filosofia, carece responder a uma pergunta que todos aqueles que não são afeitos com a área da informática fazem: “o que é um algoritmo?” De forma simples e direta respondemos que um algoritmo é o conjunto de etapas que um indivíduo usa para executar uma tarefa. Somos, portanto, antes de qualquer coisa executores de algoritmos na nossa vida cotidiana. Por exemplo, um morador do sul do Brasil que tem o costume de tomar chimarrão, certamente tem um algoritmo para preparar o seu mate: desde o modelo da cuia (a cabaça onde o gaúcho toma o chimarrão), passando pela qualidade da erva-mate, o tipo de bomba usada para sugar o mate e a temperatura ideal da água. Os algoritmos executados por ‘computadores’ são cumpridores de tarefa assim como nós e possuem ainda algo mais em comum: eles afetam também a vida cotidiana.

A hipótese de que uma máquina pode executar uma tarefa semelhante

ao modo como os seres humanos a executam não é uma questão nova, e retoma no nosso tempo a Alan Turing, que em 1936, bastante tempo antes de qualquer computador eletrônico ter sido criado. No seu artigo *On Computable Numbers*, Turing já defendia a tese de que as máquinas computacionais poderiam executar tarefas lógicas do mesmo modo que os seres humanos. Mais tarde, em 1950, aproximando mais ainda a matemática e a ciência da computação da filosofia, Turing publica outro texto emblemático, *Computing Machinery and Intelligence*, no qual de fato explora o conhecido “Teste de Turing” em que comprova que as máquinas podem se assemelhar ao pensamento humano na execução de tarefa e resolução de problemas (Cf.: MACCORMICK, 2018, pp. 317-329).

Portanto, Turing sustentou que em se tratando de cálculos lógicos, um computador poderá fazer qualquer coisa que o ser humano possa fazer e “Em 1950, estava pronto para expandir radicalmente a hipótese *Computing Machinery* de maneira convincente, isto é, que os computadores eventualmente imitarão os seres humanos em conversação sobre qualquer tópico” (MACCORMICK, 2018, p. 326). E se a tarefa computacional dos algoritmos for a de constituir e governar a subjetividade humana, segundo algum interesse específico? Nesse caso, temos uma notícia bastante perturbadora para dar: “Algoritmos são executados em computado-

res em todos os lugares — no seu laptop, em servidores, no seu smartphone, em sistemas embutidos (como no seu carro, no seu forno de micro-ondas ou em sistemas de ar condicionado) — em todos os lugares!” (CORMEN, 2014, p. 02).

A partir do momento em que conceituamos o que é um algoritmo e o relacionamos com a tradição Foucaultiana e o conceito de governamentalidade¹, o qual foi elaborado, definido e analisado por Michel Foucault e que tem uma implicação direta com as “formas de controle ao ar livre”, segundo Deleuze, para as quais uma lógica de cálculos e da estatística são utilizados para controlar e direcionar a ação dos indivíduos, temos uma ferramenta para analisar o governo dos algoritmos. O sujeito humano mesclado às funções das máquinas autônomas, está sujeitado a um novo regime de produção de subjetividades, isto é, a biopolítica.

Como já apontara Alan Turing há 70 anos, nessa nova forma de governar as relações entre o humano e a máquina se fundem em velocidade instantânea de forma que a entrada de informações (*input*) produz o máximo de informações sobre os interesses, desejos e necessidades dos indivíduos (*output*). Em razão disso, “a governamentalidade algorít-

mica trabalha com a ideia de uma normatividade imanente ao próprio deslocamento e circulação dos dados, bloqueando experiências sociais e políticas com a eliminação das esferas de debates e criação do comum” (TELES, 2018, p. 429).

Nesse processo de controle e constituição de subjetividades que une governos e corporações privadas (o Mercado) as tecnologias e, em especial os algoritmos, assumem um papel preponderante. Como fizemos referência acima, é certo que os algoritmos estão por trás de uma “insignificante” pesquisa no portal *Google*, de anúncios publicitários que estão sempre a nos espionar em qualquer página que clicamos e navegamos, da forma como nossa *timeline* no *Facebook*, no *Twitter*, no *Instagram* etc é organizada e apresentada para nós, estão por detrás, também, da lista de filmes que o *Netflix* nos apresenta assim que ligamos a *smart tv*. Essa familiaridade quase invisível com os algoritmos faz com que as pessoas não se espantem com o fato de que são constantemente vigiadas e nem se perguntem pelas razões e causas desse *vigilantismo* e desse controle quase que total da vida, que produz subjetividades dóceis conforme a descrição foucaultiana.

De um lado, os governos cada vez

¹Não temos espaço para fazer uma genealogia detalhada e uma análise minuciosa do conceito de governamentalidade em Foucault. Para o escopo deste ensaio temos como referência a aula de 01 de fevereiro de 1978 do curso *Segurança, Território e População* (FOUCAULT, 2008, pp. 143-144) em que o autor aglutina procedimentos, instituições, estratégias calculadas pela economia política com a finalidade de conduzir as populações através de inúmeros procedimentos de segurança. Esse fator por si só une governos (poderes) e mercado (saberes) na busca da administração plena das populações. A hipótese desse artigo é que os algoritmos cumprem essa tarefa de governamentalidade trazida por Foucault e que une Estado e Mercado num interesse comum.

mais usam e compartilham nossos dados biográficos e biométricos e não apenas as impressões digitais, mas também outros elementos de reconhecimento e comportamento, como características faciais, registros de íris e retina, voz e até mesmo a maneira de andar de cada cidadão (BRASIL, 2019). Por outro lado, as corporações privadas estão querendo saber mais sobre os nossos comportamentos, gostos, preferências morais, estéticas e políticas e assim criar novas formas para recomendar, valorar e estabelecer hierarquias. Estas instituições fazem tudo isso a partir de dados. Desse modo, as corporações privadas buscam afirmar o que é o melhor e o pior para assim definir valores e gostos e, claro, apontar caminhos e soluções e, por fim, redefinir muitos de nossos valores morais e políticos e vínculos sociais.

Nisto se apresenta a primeira face desse governo algorítmico o qual é um tipo de governo alimentado essencialmente por dados. Do ponto de vista dessa máquina de governamentalidade, o dado é apenas mais um símbolo sem significado, sem a marca da subjetividade que o produziu e foi colonizado por um algoritmo que torna esse dado perfeitamente qualificável. A esta altura podemos, então, definir o que é um dado: “Um dado não é mais que um sinal expurgado de toda a sua significação própria” (ROUVROY; BERNIS, 2013, p. 170). Para os governos os nossos dados, apesar de dispersos e em grande

quantidade significam possibilidade de controle e de segurança. As empresas com os mesmos dados veem possibilidades publicitárias e o disparo de ofertas personalizadas e individualizadas a fim de maximizar o lucro. Os cientistas e engenheiros da computação mineiram os nossos dados para aperfeiçoarem seus conhecimentos e constituírem o *perfil* do próximo candidato para o qual vão trabalhar.

E nós, os usuários? Alimentamos esse colonizador com a linha do tempo das redes sociais sempre com alguma novidade, mantendo um *blog* atualizado, compartilhando uma lista de *e-mails*, ou usando um aplicativo de geolocalização e instalando um aplicativo de transporte. Essa *Big Data*, o armazém virtual, aparentemente sem fim está ali disponível para ser acessado e manipulado a qualquer momento e ao interesse de quem quer que seja e tenha poder para tal. A subjetividade mesma foi reduzida a dado, transparente e esvaziada de sentido e acessível a massa cada vez maior de dispositivos conectados em rede: “Para a cibernética mais avançada, já não há o homem e o seu meio ambiente, mas, antes, um ser-sistema, ele próprio inscrito num conjunto de sistemas complexos de informação, centros de processos de auto-organização” (COMITÊ INVISÍVEL, 2016, p. 134).

Ainda no século XX Deleuze já alertara que a sociedade de controle vindoura não seria caracterizada pelo pa-

pel normatizado a ser exercido pelo indivíduo conforme um molde pré-estabelecido dentro de cada cultura institucional da sociedade disciplinar. O molde disciplinar tem como meta a unificação dos indivíduos em um só corpo de tal maneira que a subjetividade é sempre posta em confronto com a norma e precisa recomeçar o trabalho de se moldar conforme a regra e, dessa maneira, agir conforme o esperado pelo poder central disciplinador. Por outro lado, a sociedade de controle apresentada por Deleuze tem como característica não o molde, mas a modelagem matemática: “Ao passo que os diferentes modos de controle, os controlatos, são variações inseparáveis, formando um sistema de geometria variável cuja linguagem é numérica” (DELEUZE, 1992, p. 221).

Quase trinta anos depois das reflexões de Deleuze diríamos que não temos uma subjetividade controlada de maneira que ela livremente pudesse constituir para si *modos de vida* dentro de um sistema de desvio padrão baixo e, portanto, dentro da média aceitável. Ainda assim trataríamos de um *modo de vida* e de uma subjetividade constituída dentro de um sistema simbólico que fariam parte do mundo da vida do indivíduo. Hoje, podemos afirmar que não temos processos de subjetivação na sociedade de controle, mas a produção algorítmica de *perfis*. Para levar a cabo essa produção de *perfis* basta ter o acesso àquela massa disformes de da-

dos expropriados do seu contexto de signos e significados e produzir um saber, a *Data Science*.

A elaboração de um *perfil* não considera uma intencionalidade precedente e uma hipótese previamente elaborada, mas essa *Machine Learning* cria suas hipóteses a partir dos dados que tem à disposição. Esse saber automatizado, numérico e estatístico dispensa quase que totalmente o elemento humano e coloca em desuso a própria estatística tradicional: “A produção de saber está automatizada, isto é, solicita apenas um mínimo de intervenção humana e sobretudo, dispensa toda forma de hipótese prévia (como era o caso com uma estatística tradicional, que verificava uma hipótese), isto é, evita novamente toda forma de subjetividade” (ROUVROY; BERNIS, 2013, p. 171). Essa “produção autônoma de saber numérico” carrega em si um problema de ordem epistemológica que precisa também ser considerado apesar de não termos espaço aqui, mas que deixamos em forma de questão: qual o espaço para a refutação, para o exercício genuíno da dúvida e para a conjectura de outras hipóteses nessa nova forma de produção do conhecimento, tão relevantes ao progresso da ciência?

Essa *Data Science* como uma ciência definitiva do comportamento estrutura-se, portanto, na mineração, junção e análise numérica e massiva de (para usar a expressão de Deleuze) dados. As ‘subjetividades estatísticas’ as-

sim massivamente produzidas e transformadas em *perfis* têm a sua normalidade e a sua conseqüente anormalidade implicada em procedimentos específicos de personalização e de categorização algorítmicos. A partir dessa projeção e dessa modulação de condutas concordamos então com a seguinte descrição sobre o futuro da subjetividade em tempos de governamentalidade algorítmica,

o *perfil* é um conjunto de traços que não concerne a um indivíduo específico, mas sim expressa relações entre indivíduos, sendo mais interpessoal do que intrapessoal. O seu principal objetivo não é produzir um saber sobre um indivíduo identificável, mas usar um conjunto de informações pessoais para agir sobre similares. O *perfil* atua, ainda, como categorização da conduta, visando à simulação de comportamentos futuros. Neste sentido, um *perfil* é uma categoria que corresponde à probabilidade de manifestação de um fator (comportamento, interesse, traço psicológico) num quadro de variáveis (BRUNO, 2013, p. 161).

Portanto, essa sociedade de controle de tipo algorítmica não produz subjetivação. O sujeito humano reflexivo é desviado e de certa forma evitado por

essa produção autônoma de *perfis* que cria modelos de comportamento fugindo do processo de subjetivação que sempre está envolto em reflexão, crítica, resistência e a agonística da relação com a alteridade. Não interessa mais o corpo físico moldado e a consciência moral obediente, mas o exercício de “um poder totalmente em contração, que prefere ordenar o espaço e reinar sobre os interesses mais que sobre corpos [...] Apenas sujeitos livres, tomados em massa, são governados de tal forma que para o indivíduo, só há liberdade se ela for vigiada” (COMITÊ INVISÍVEL, 2016, pp. 152-153).

Quando Foucault tratou das características gerais dos dispositivos de segurança no curso de 1977 *Sécurité, Territoire et Population* fez uma descrição que em muito corresponde com a governamentalidade de tipo algorítmica. Em comum o fato de não haver a necessidade do corpo a ser domesticado e nem da ideia a ser tomada por uma ideologia, mas o dispositivo de segurança que é: “Um meio no qual não se trata tanto de estabelecer os limites, as fronteiras, no qual não se trata tanto de determinar localizações, mas, sobretudo, essencialmente de possibilitar, garantir, assegurar circulações: circulação de pessoas, circulação de mercadorias, circulação do ar, etc” (FOUCAULT, 2008, p. 39). Neste sentido, só há liberdade se ela for vigiada por *perfis* que estabelecem o desvio padrão de tal forma que ser livre é criar laços com uma realidade

muito ampla que escapa as capacidades cognitivas de qualquer sujeito humano.

3. A Execução da Tarefa Política: *Dog Whistle Politics*

Literalmente a tarefa política dos algoritmos se assemelha a apitos para cachorros, pois individualizam os sujeitos a partir dos dados que eles mesmos produzem. Daí a produção de conteúdo visando o convencimento não de uma massa de pessoas, mas de indivíduos a partir do seu comportamento compartilhado em redes sociais e que são reduzidos a dados disponíveis na rede mundial. Hábitos da vida cotidiana, preferências estéticas, opiniões políticas e mesmo as emoções mais íntimas podem ser reduzidas a dado matemático. E ainda mais, com o advento dos *smartphones* a possibilidade de rastreamento e mobilização do indivíduo está voluntariamente posta no bolso, de forma que “Essa profusão inédita de dados – e os poderosos interesses econômicos e políticos que ela representa – está na raiz do novo papel dos físicos na política” (EMPOLI, 2020, p. 145).

Tal constatação nos leva ao tipo novo de cientista social, que trabalha com novas ferramentas e métodos novos, os físicos da política. Essa é a hipótese principal da obra *Les Ingénieurs du Chaos* que em sua argumentação retoma a velha premissa do Positivismo de Auguste Comte, qual seja, de que os fenômenos

sociais podem ser deduzidos e explicados por leis físicas e matemáticas: a chamada física social. Com isso, temos uma conclusão um pouco assustadora para cientistas políticos tradicionais e, em certa medida para os grandes comunicadores que eram capazes de mobilizar as massas por meio de recursos retóricos. O investimento numa carreira política passa, por consequência, em pessoas com capacidade de dominar tecnologias e manipular grandes quantidades de dados.

Essa hipótese de certa forma é sustentada na obra *Armas de Destruição Matemática* em que a autora analisa a forma algorítmica de agir de empresas de tecnologia famosas como a *Google*, *Facebook*, *Amazon* etc. Em relação a eleição americana de 2012, segundo a autora, o *Facebook* que à época contava com 1/3 de cidadãos americanos com perfil ativo na plataforma de maneira que a partir das publicações na linha do tempo dos usuários foi possível mensurar quais tipos de publicações influenciavam o comportamento eleitoral das pessoas. Com a captura de uma massa gigantesca de dados e com a utilização de algoritmos era possível produzir um conhecimento muito rápido sobre as tendências do eleitorado e, claro, influenciar na decisão desses mesmos eleitores. “Em questão de horas, o *Facebook* poderia reunir informações sobre dezenas de milhões de pessoas e calcular o impacto que suas palavras e os *links* que compartilharam uns

com os outros” (O’NEIL, 2017, p. 145).

Disso decorre a importância dos profissionais treinados para trabalhar com uma grande quantidade de dados que estão aglomerados e a partir dos quais é preciso inferir um comportamento médio. O fato é que o físico está acostumado a trabalhar com grandes quantidades de dados disformes que formam ‘sistemas caóticos’ a partir dos quais inferem uma ordem e um comportamento mediano através de ferramentas matemáticas e estatísticas. Quando o físico, com o auxílio de todas essas ferramentas aplicadas aos algoritmos, entra para o campo da política temos a consumação da utopia do positivismo de Comte: a dedução e a modulação do comportamento humano interpretado e regido por leis físicas e matemáticas. De maneira que Empoli pode escrever com razão, que é preferível ter um físico trabalhando em política do que um cientista político:

Até cerca de dez anos atrás, os dados para aplicar as leis físicas aos aglomerados humanos não existiam. Hoje sim. Nós dispomos, até, de mais dados sobre os aglomerados humanos do que sobre a maioria dos fenômenos físicos que temos o hábito de estudar [...]. Se você analisa o *Facebook* hoje, você tem quase tantos captadores quanto moléculas, ou seja, usuários. O problema passa a ser a interpreta-

ção dos dados. E é aí que pesa a vantagem competitiva do físico, que, ao contrário do político, está habituado a trabalhar com uma quantidade infinita de dados (EMPOLI, 2020, p. 147).

Uma empresa que capta uma grande quantidade de dados pode negociar esses mesmos dados para aquele interessado que esteja disposto a pagar o preço mais alto num leilão em que o produto é o material que acumulamos na *Big Data* sobre nós mesmos e que pode ser usado inclusive para manipular nossas opiniões e decisões políticas no mundo. E ainda mais, as empresas que trabalham com grandes quantidades de dados como *Google, Facebook, YouTube, Amazon* etc. não estão limitadas por leis locais onde atuam, sua ação é global de forma que podem minerar dados onde o cidadão tem seus dados protegidos por leis do seu país e manipular esses mesmos dados a partir de um local onde essas leis são inexistentes, isto é, conhecem e sabem usar os sistemas políticos: “As plataformas digitais são infraestruturas globais com autonomia política suficiente para desafiar a soberania dos Estados-nação de forma muito interessantes, mas também são extremamente úteis para projetar essa soberania e estendê-la para além das fronteiras do Estado que a exerce” (PEIRANO, 2019, p. 190).

Entre os muitos dispositivos de segurança e controle que operam com tec-

nologia, Bruno (2013) descreve alguns como as câmeras de vigilância em lugares públicos, semipúblicos e privados. Em continuidade a essas tecnologias de imagem a autora destaca as *webcams* pessoais ou institucionais, os sistemas de vídeo vigilância “inteligentes” e programados para o monitoramento da atividade humana, usualmente voltados para a detecção de condutas e situações suspeitas ou de risco; os sistemas de controle de trânsito (câmeras, pardais, radares); sistemas de geolocalização; fronteiras e portões eletrônicos (senhas e cartões de acesso, scanners para pessoas e objetos, sensores de detecção de presença e movimento); mecanismos de autenticação e controle de identidade (cartões de identidade; dispositivos de identificação biométrica como impressão digital, *scanner de iris*, topografia facial, *software* de reconhecimento facial, scanner de mão; mecanismos de autenticação da identidade no ciberespaço); redes de monitoramento e cruzamento de dados informacionais (compras, comunicações, trajetos, serviços); sistemas digitais de monitoramento, coleta, arquivo, análise e mineração de dados pessoais no ciberespaço (rastreadores de dados pessoais na *Internet*, interceptadores de dados de comunicação e navegação, *softwares* de captura e mineração de dados; bancos de dados eletrônicos.

Dentre esses mecanismos de vigilância, já tradicionais, citados pela autora destaca-se um bastante importante

para o escopo desta pesquisa: o *profiling*. Trata-se de um conceito trazido da engenharia do *software* que remete para a constituição do perfil do programa a ser desenvolvido. No caso, dos aparatos de vigilância e captura da vida privada se trata da criação de *perfis* computacionais que, a partir de bancos de dados alimentados pelos próprios usuários e de seus rastros deixados na *internet*, projetam padrões estatísticos de categorias diversas, como a potencialidade de cometimento de um crime, a tendência para consumir certo produto e formas comportamentais e de sociabilidade etc.:

Agregados em bancos de dados e submetidos a técnicas de mineração e *profiling*, tais dados geram mapas e perfis de consumo, interesse, comportamento, sociabilidade, preferências políticas que podem ser usados para os mais diversos fins, do *marketing* à administração pública ou privada, da indústria do entretenimento à indústria da segurança, entre outros (BRUNO, 2013, p. 129).

O fato é que os algoritmos são responsáveis por essa hierarquização e seleção de dados nas redes, realizados através de cálculos que o próprio usuário alimenta sem que perceba, através das diferentes plataformas – dos motores de busca aos botões dos sites de

rede social. Os cálculos realizados pelos algoritmos de cada plataforma acabam por modelar as formas de visibilidade das informações. Cardón (2015) na busca por compreender os seus efeitos na sociedade, propõe uma “radiografia crítica” dos algoritmos. A hipótese do autor é a de que o processo de personalização gerado por esse modo de seleção de conteúdos cria bolhas de predileção, modelando a maneira como as pessoas se relacionam, no contexto de uma “sociedade dos comportamentos”.

O pesquisador destaca quatro funções desempenhadas pelos cálculos automatizados, que podem ser entendidos como formas de regulação da circulação dos conteúdos na web: popularidade, autoridade, reputação e predileção: “*e parcours que nous allons entreprendre à travers ces quatre manières de classer l’information numérique permettra de dégager les différentes valeurs qui nourrissent les choix que font les algorithmes : la popularité, l’autorité, la réputation et la prédiction*” (CARDÓN, 2015, p. 67).

A estocagem de grandes quantidades de dados, a sua rápida manipulação e circulação virtualiza o espaço e o tempo da política de tal maneira que inclusive valores éticos-políticos podem ser distribuídos e consumidos numa ubiquidade cada vez mais intensa. Em termos políticos temos um fenômeno que é a supressão da noção conceitual de Estado-Nação. Há quem chame esse

fenômeno que agrega e congrega tecnologia digital, instâncias econômicas, esferas políticas, culturas específicas, formas de organização social de *aceleração distributiva dos processos*. Tal fenômeno se caracteriza pela “Singular relação intensificadora das nanotecnologias com o fluxo temporal” (SODRÉ, 2013, p. 14), que no seu *modus operandi* traz a ideologia do individualismo econômico, da supremacia mercadológica e do moralismo autoritário.

Essa nova governamentalidade das condutas e que determina modos de ser e de se constituir do sujeito pode ser caracterizada como uma era da governamentalidade do ‘infocontrole’ e da ‘datavigilância’ em que o processo de patrulhamento contínuo não é mais uma prerrogativa centralizada no Estado, mas também das organizações políticas autônomas e das cooperações capitalistas que podem ter interesses de qualquer ordem, alheios ao interesse do indivíduo. Ora, isso nos coloca em frente à política algorítmica do consumo em que há uma fusão entre política, mercado de tipo neoliberal e tecnologia digital. A política passa a ser um segmento empresarial, os partidos políticos – e as suas ideologias – assumem o papel de empresas que visam atender as demandas dos ‘consumidores políticos’ que paradoxalmente são controlados algorítmicamente nos seus desejos e valores políticos que

No plano geopolítico já se mo-

dificou os contornos do ciberespaço pelo desenvolvimento de uma cadeia global de pessoas capazes de conduzir operações de desinformação de um canto a outro do planeta. Além do mais, gera relações e trocas de experiências que permitem aos nacional-populistas replicar, por diversos países, os modelos de campanha mais eficazes (EMPOLI, 2020, p. 39).

A constatação das consequências, por Empoli, para os processos políticos nos conduz a uma reflexão sobre as formas de comunicação de tal maneira que temos uma comunicação generalizada em que o indivíduo-usuário produz demandas, consome e cria conteúdos comunicacionais. Em qualquer caso, é uma invasão da privacidade, de manuseio de dados em que há uma apropriação dos domínios da vida social, política, privada em que a meta é conseguir adesão, e de se dirigir sobretudo aos indivíduos/consumidores/cidadãos. Em 1991², Bernard Miège em tom quase que profético tratava da noção conceitual de *Comunicação Generalizada* que era definida por ele assim: “No futuro, os Estados, as grandes e pequenas empresas, e aos poucos, todas as instituições sociais deverão apoderar-se das técnicas de gestão do social e das tecnologias da informação e da comu-

nicação, e partem para estratégias de comunicação cada vez mais aperfeiçoadas” (MIÈGE, 2004, p. 06).

A comunicação generalizada levada a cabo nos últimos anos fundiu num mesmo processo a comunicação e a tecnologia e o resultado disso é o que comumente se chama de *realidade virtual*, um produto da chamada sociedade da informação – bordão que faz parte da política e do mundo empresarial. O fato é que essa fusão entre tecnologia, comunicação e imagem é um poderoso dispositivo de transformação social e cultural que, para Sodré, não   sin nimo de um novo processo civilizatrio: “Nada há aqui do que antes se chamaria de “revolucionário”. Há tão são hibridiza o dos meios, acompanhada da reciclagem acelerada dos conteúdos (*sampling*, no jargão da tecnocultura) com novos efeitos sociais” (SODRÉ, 2013, p. 20).

A atua o dos algoritmos nesse processo de transforma o da sociedade não se limita a oferecer um conjunto de regras e padrões a partir do *Big Data*, mas gerar produtos comerciais, políticos, culturais oferecendo sugestões, respostas e indica es. E ainda mais, há um processo dinâmico em que o indivíduo-usuário vai deixando uma linha do tempo que mescla busca, consumo e que a aprendizagem da máquina algorítmica processa em ato fazendo sugestões, condicionando a liberdade do usuário como bem explica

²O texto foi traduzido e publicado no Brasil somente em 2004 pela revista *Novos Olhares*.

O’Neil:

E, cada vez mais, as máquinas de processamento de dados filtram nossos dados por conta própria, procurando nossos hábitos, esperanças, medos e desejos. Com o aprendizado de máquina, um campo de rápido crescimento da inteligência artificial, o computador mergulha em dados e segue algumas instruções básicas simples. O algoritmo encontra padrões por conta própria e, com o tempo, os conecta aos resultados. Em certo sentido, pode-se dizer que ele aprende (O’NEIL, 2016, p. 63).

Outro aspecto que está em jogo são as estratégias cada vez mais sofisticadas de vigilância e controle realizadas através da captura de dados e manipulação por algoritmos cada vez mais sofisticados. O modelo lógico-matemático dos algoritmos, aparentemente neutros e objetivos, mas que são eivados da ideologia do seu proprietário e, portanto, são configurados segundo os valores políticos e econômicos dos que os projetaram. Assim há uma captura total da vida cotidiana em que o Mercado, o Estado e outras corporações com interesses diversos colonizam a privacidade das pessoas ao seu interesse, como é o caso das mídias sociais: “O que acontece nos sites de redes sociais é uma brutal coloni-

zação do cotidiano dos usuários acompanhada de vigilância e controle” (FIGUEREDO, 2019, p. 164). Ampliando o mesmo debate o fundador da *Wikileaks*, Julian Assange, trabalha com uma noção de vigilância global que por sua perspectiva funciona assim,

Toda página lida na internet, todo e-mail enviado e todo pensamento buscado no *Google*, armazenando esse conhecimento, bilhões de interceptações por dia, um poder inimaginável, para sempre, em enormes depósitos ultrassecretos. E passaria a minerar incontáveis vezes esse tesouro, o produto intelectual privado coletivo da humanidade, com algoritmos de busca de padrões cada vez mais sofisticados, enriquecendo o tesouro e maximizando o desequilíbrio de poder entre os interceptores e um mundo inteiro de interceptados (ASSANGE, 2013, p. 30).

Nessa temática da vigilância global é preciso uma reflexão sobre os *smartphones* que a maioria das pessoas leva consigo e são capazes de ouvir, ver e localizar o usuário no espaço e no tempo. Ainda mais, através dos aplicativos instalados é possível traçar rapidamente desde as preferências alimentares e musicais às preferências estéticas, morais e políticas do usuário. Peirano (2019)

sustenta que o dado mais valioso dos *smartphones* nem são os elementos contidos em seus aplicativos ou a linha do tempo das redes sociais e as mensagens trocadas pelos usuários através de aplicativos. Segundo a autora o dado mais valioso de um *smartphone* é a sua capacidade de localizar o usuário geograficamente no espaço e usar todas as informações produzidas pelo próprio usuário para transformar em sugestões e criação de necessidades: “Os dados disponíveis para as informações mais valiosas sobre uma pessoa não são seus e-mails pessoais, mas sua posição geográfica. Um *smartphone* relata todas as preferências do usuário para os aplicativos que carrega, uma mina de ouro sem fundo para a indústria de atenção” (PEIRANO, 2019, pp. 85-86).

Com isso, se apresenta outro aspecto importante para quem se debruça sobre o estudo do governo dos algoritmos e a sua capacidade de vigiar a constituição das subjetividades e que pode gerar um promissor projeto de pesquisa. O protagonismo dos *smartphones* na sociedade contemporânea e o seu potencial de invasão do mundo da vida privada e cotidiana pelo Mercado, pelo Estado, por Organizações políticas tem outra consequência: a precarização do mundo do trabalho e do emprego a partir de plataformas digitais da chamada “economia do compartilhamento”.

Muitos dos aplicativos usados em *smartphones* desde os de geolocalização, passando pelos de busca por alimen-

tação rápida chegando às redes sociais e os aplicativos de serviços de transporte como o *Uber* podem ser enquadrados na categoria de *killer apps* (tipos de apps que se tornam necessários física e psicologicamente) dada a sua capacidade de se inserir no cotidiano e na vida privada das pessoas e alterar profundamente as relações de trabalho e os modos como as pessoas consomem produtos e têm acesso às informações e aos modos de socialização e organização política: “*killer apps*, que em uma tradução livre para o português significa “aplicações assassinas”. *Killer apps* seriam bens ou serviços capazes de desarranjar, a partir da destruição criativa que impõem, relações entre produtores, fornecedores e consumidores, oferta de produtos e regulações governamentais” (FIGUEIREDO, 2019, p. 161). O fato é que esse tipo de aplicação adentra e coloniza a vida cotidiana e transforma desde os afetos dos usuários, as relações de consumo e as próprias legislações trabalhistas e de propriedade.

4. Considerações Finais

Gostaríamos de ser mais otimistas ao fazer as considerações finais deste ensaio. Como Pierre Levy, em *Cyberculture* (1997), queríamos indicar que a governamentalidade de tipo algorítmica fosse a expressão de novas formas de sociabilidade e de comunicação que resultasse em uma ampliação das demo-

cracias e do igual acesso à tecnologia e ao conhecimento. Historicamente o cinema e a música (*rock and roll*) promoveram uma ampliação de acesso à cultura e uma crítica contumaz às formas de organização da sociedade e igualmente sofreram críticas dos conservadores no seu nascimento e não deixaram de ser cooptados pela indústria cultural. Esse fato sugere que não podemos ser contra as tecnologias digitais, mas nos colocarmos em uma posição de compreensão crítica dos eventos que envolvem a tecnologia, a ciência e a sociedade. A construção desse artigo teve sempre essa premissa como horizonte a ser buscado.

Os algoritmos e a sua funcionalidade inauguram, paradoxalmente, um tipo novo de “universal individualizado”? Essa questão precisa ser colocada, pela razão de que o indivíduo-usuário é condicionado, numa circularidade, a sempre ‘consumir’ em termos morais, estéticos e políticos aquilo que de antemão já é a sua vontade sem ser confrontado com a diferença e o antagonismo daquilo que diverge do seu modo de ser. A hipótese da bolha (o novo universal individualizante) desloca a mensagem do emissor, demove o texto do seu autor, desvia a ideologia do seu ideólogo, retira o valor moral da comunidade criadora específica e transforma tudo em uso potencial para fins políticos, comerciais, estéticos e afetivos. Os afetos, os projetos em geral, as intenções morais e políticas do sujeito-usuário se trans-

formam em dados na *Big Data* que a qualquer instante podem ser manipulados e ressignificados de acordo com a demanda do próprio indivíduo que os criou e em correspondência com a lógica do proprietário que criou o algoritmo.

Uma questão ainda precisa ser respondida com rigor metodológico e pesquisa de campo: como os indivíduos aceitam de forma tão docilizada esse controle e essa vigilância completa da vida? A hipótese da circularidade geradora da bolha é uma categoria promissora para se ir a campo e minerar dados dessa nova forma de governamentalidade. Até mesmo as noções de espaço e tempo, tão importantes para organização da vida prática e da constituição da subjetividade ficam relativizadas com essa governamentalidade algorítmica. Sem espaços fechados e tempos disciplinados ao estilo de Foucault, mas com controle quase que total do espaço e do tempo, o consenso é formado e a aceitação da governamentalidade de tipo algorítmica se forma quase que ao natural. É preciso resistir!

O tipo de resistência a essa governamentalidade passa por uma compreensão de como as noções de espaço e de tempo estão sendo ressignificadas e conduzidas para a formação de sujeitos dóceis. Por isso, Harvey (2008) pode escrever e nos apontar um caminho: “A história da mudança social é em parte apreendida pela história das concepções de espaço e de tempo, bem como

dos usos ideológicos que podem ser dados a essas concepções”. Há de se perguntar se o espaço e o tempo são categorias relevantes para resistir a essa governamentalidade.

Três verbos se tornam essenciais para o êxito dessa governamentalidade dos algoritmos: conhecer, controlar e modificar. A ação desses verbos é executada por algoritmos sobre comportamentos humanos em vista do controle, da captura mercadológica da vida e da monetização do comportamento em que o sujeito é proscrito do seu próprio comportamento. O comportamento, reduzido a dado, é transformado em mercadoria que pode ser negociada por aqueles que tem a possibilidade técnica para influenciar comportamentos e por aqueles cujo interesse é comprar tal possibilidade. Por essa perspectiva, o desafio ético-político por excelência é a

retomada do controle sobre o próprio destino e compreender os mecanismos e eventos imperceptíveis de poder que submetem a subjetividade.

Contra essa governamentalidade total, a Criptografia seria uma saída como sugeriu Assange (2013)? Quase que num ato de fé ele escreveu: “Uma criptografia robusta é capaz de resistir a uma aplicação ilimitada de violência. Nenhuma força repressora poderá resolver uma equação matemática” (ASSANGE, 2013, p. 33). Enfim, respostas a esse tipo de questão e a análise das respostas e as narrativas já fornecidas nos levarão a construir outras perspectivas cuja trajetória depende e muito de estudiosos e técnicos que compreenderam que a ignorância sobre os processos não produz um novo processo civilizatório automatizado.

Referências

- ASSANGE, Julian. *Cyberpunks: liberdade e o futuro da internet*. Trad. Cristina Yamagani. São Paulo: Boitempo, 2013.
- BRASIL. *Decreto 10.046 de 09 de outubro de 2019*. Dispõe sobre a governança no compartilhamento de dados no âmbito da administração pública federal. Diário Oficial da União: Brasília, DF. Ed. n° 197, seção 1, pp. 2-5, out. 2019.
- BRUNO, Fernanda. *Máquinas de ver, modos de ser: vigilância, tecnologia, subjetividade*. Porto Alegre: Sulina, 2013.
- CARDON, Dominique. *A quoi rêvent les algorithmes: nos vies à l'heure des big data*. Paris: Le Seuil, 2015.
- COMITÊ INVISÍVEL. *Aos Nossos Amigos: crise e insurreição*. Trad.: Edições Antipáticas. São Paulo: n-1 Edições, 2016.
- CORMEN, Thomas H. *Desmistificando algoritmos*. Trad. Arlete Simille Marques. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014.
- DELEUZE, Gilles. *Conversações: 1972-1990*. Trad. Peter Pal Pelbart. São Paulo: Ed. 34, 1992.
- EMPOLI, Giuliano da. *Os engenheiros do Caos*. Trad. Arnaldo Bloch. São Paulo: Vestígio, 2020.
- FIGUEIREDO, Carlos. Algoritmos, subsunção do trabalho, vigilância e controle: novas estratégias de precarização do trabalho e colonização do mundo da vida. *Revista Eptic*. Aracajú, Vol. 21, n° 1, pp. 156-172, 2019.
- FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*. 42ª ed. Trad. Raquel Ramalhe. Petrópolis: Vozes, 2014.
- _____. *Segurança, Território e População: curso dado no Collège de France (1977-1978)*. Trad. de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- HARVEY, David. *Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. 17ª ed. Trad. Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. Rio de Janeiro: Edições Loyola, 2008.
- LEVY, Pierre. *Cyberculture*. Paris: Odile Jacob, 1997.
- MACCORMICK, Jonh. *What Can Be Computed? A practical guide to the theory of computation*. London: Princeton University Press, 2018.

- MIÈGE, Bernard. *O espaço público: perpetuado, ampliado e fragmentado*. Trad. Andréia Monteiro. São Paulo, Novos Olhares, n° 14, vol. 2, pp. 4 -11, 2004.
- O'NEIL, Cathy. *Armas de destrucción matemática: cómo el Big Data aumenta la desigualdad y amenaza la democracia*. Trad. Violeta Arranz de la Torre. Madrid: Editorial Capitán Swing, 2017.
- PEIRANO, Marta. *El Enemigo Conoce el Sistema: manipulación de ideas, personas e influencias después de la economía de la atención*. Barcelona: Debate, 2019.
- ROUVROY, Antoinette; BERNS, Thomas. Gouvernamentalité Algorithmique et Perspectives D'émancipation : Le disparate comme condition d'individuation par la relation ? *Réseaux*, Paris, vol. 1, n° 177, pp. 163-196, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.3917/res.177.0163>. Acesso em 07 de jul. 2020.
- SODRÉ, Muniz. *Antropológica do Espelho: Uma Teoria da Comunicação Linear e em Rede*. 8ª Ed. Petrópolis: Vozes, 2013.
- TELES, Edson. Governamentalidade Algorítmica e as Subjetivações Rarefeitas. *KRITERION*, Belo Horizonte, n°. 59, pp. 429-448, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0100-512x2018n14005et>. Acesso em 06 de jul. 2020.

Recebido: 30/09/2020
Aprovado: 13/01/2021
Publicado: 31/01/2021

Governo Algorítmico e Conexões: Novos Aspectos da Subjetividade a partir de Michel Foucault

[Algorithmic Government and Connections: New Aspects of Subjectivity from Michel Foucault]

Jefferson da Silva^{*}; Marcius Tadeu Maciel Nahur^{**}

Resumo: Este artigo tem como objetivo discutir a governança gerenciada pela lógica dos algoritmos. Trata-se de uma lógica de cálculos e estatísticas utilizada para conduzir as ações individuais, mesclada às funções das máquinas, caracterizando um novo regime de produção de subjetividades. Estruturando as relações entre o humano e a máquina e recolhendo o máximo de informações sobre os desejos e necessidades dos indivíduos, a governança algorítmica opera com a ideia de uma regulação inerente à própria circulação intermitente de dados, afetando experiências pessoais e sociais, através da vigilância sistêmica e do controle gradativo dos processos das manifestações subjetivas. Por fim, contudo, serão trazidas reflexões, a partir de Michel Foucault, sobre o cuidado de si e o conhecimento de si, enquanto possibilidades de transformações da subjetividade e até mesmo de resistência às eventuais manipulações por esses sistemas.

Palavras-chave: Tecnologias. Algoritmos. Indivíduos. Subjetividade.

Abstract: This article aims to discuss the governance managed by the logic of algorithms. It is a logic of calculations and statistics used to conduct individual actions, mixed with the functions of machines, characterizing a new regime of production of subjectivities. Structuring the relationship between the human and the machine and gathering the maximum of information about the desires and needs of individuals, the algorithmic governance operates with the idea of a regulation inherent in the intermittent circulation of data itself, affecting personal and social experiences, through the systemic surveillance and the gradual control of the processes of the subjective manifestations. Finally, however, reflections will be brought, from Michel Foucault, on the care of oneself and the knowledge of oneself, as possibilities for transformations of subjectivity and even resistance to eventual manipulations by these systems.

Keywords: Technologies. Algorithms. Individuals. Subjectivity.

^{*}Doutor em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica da São Paulo (PUC-SP). Professor do Centro Universitário Salesiano de São Paulo (Unidade Lorena) e da Faculdade Canção Nova (Cachoeira Paulista). E-mail: je.filos@hotmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2671-4621>.

^{**}Mestre em Direito pelo Centro Universitário Salesiano de São Paulo (Unisal). Professor do Unisal (Unidade Lorena) e da Faculdade Canção Nova (Cachoeira Paulista). E-mail: macielnahur@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8729-9719>.

Introdução

Qualquer iniciativa que leve ao encontro de indivíduos, como por exemplo, a solicitação de um determinado serviço, após a pesquisa no buscador preferido e realizada a escolha entre as opções oferecidas, com a inserção do nome do estabelecimento no aplicativo de localização, atualmente, se apresenta como uma inquietante questão para o universo da chamada subjetividade. Os minutos de utilização de algum aplicativo de serviços ou mesmo interações nas redes sociais, na era tecnológica, constituem enormes bases de dados, recebendo e transmitindo informações em torno essas operações. Com o frenético ritmo de entradas e saídas no espaço virtual, dados e desejos das pessoas vão se acumulando como fontes privilegiadas de informação, sempre prontas para serem acessadas, selecionadas e controladas pelos sistemas tecnológicos de informação e comunicação. Máquinas e memórias artificiais, cujas nuvens de informações pairam sobre as vidas humanas, mitigam as distâncias entre os mundos real e virtual, acionando e satisfazendo necessidades coletivas e singulares.

É um fato a presença das tecnologias, indo de um usual computador até os mais sofisticados sistemas de segurança por sensores e câmeras. A decodificação total de seu funcionamento é de difícil diagnóstico objetivo. No entanto, sua presença é notável. Encontra-se em di-

ferentes artefatos, porém, assemelha-se mais a um regime da visibilidade e da inteligibilidade dos corpos e suas experiências. Por meio das mais diversas tecnologias, é possível se acessar, traduzir e classificar gostos, tendências apresentadas pelas pessoas, enfim, toda sorte de manifestações de suas subjetividades, em tempo imediato, capturando as suas múltiplas variações.

A automatização de funções e os ambientes interativos e inteligentes das novas tecnologias tende a proporcionar formas de vida mais fáceis, confortáveis, prazerosas e eficientes. Fala-se muito dos ganhos nessa convivência interativa com as máquinas, especialmente, na medida em que elas detectam, avaliam e, sobretudo, antecipam desejos e interesses, conhecendo as preferências e as redes de relações.

A customização de necessidades, baseada em dados sobre ofertas e buscas, bem como a construção de perfis individualizados, dão a impressão de que as máquinas conhecem bem melhor as pessoas do que elas mesmas possam se conhecer. Além disso, possibilitam a identificação daquilo que não se quer, evitando não só a perda de tempo, mas também os riscos de contatos sociais tormentosos. Ser observado, dentro de uma ideologia da objetividade dos procedimentos autômatos, tem a característica de uma aparente tecnologia seletiva de segurança para relações, bens e serviços.

A presente investigação, lastreada

em pesquisa bibliográfica, não pretende elencar os vários sistemas e suas máquinas, nem apontar as mais recentes tecnologias da informação e da comunicação. O seu propósito é introduzir a discussão filosófica, a partir de Michel Foucault, a respeito de sistema de controle que podem afetar a questão da subjetividade.

O tema-problema da discussão está, especificamente, na interação entre as subjetividades e as tantas tecnologias autônomas disseminadas pelo mundo. O foco da discussão é como os indivíduos passam a ser objetos da observação, classificação e predição de suas interações sociais virtuais. Em outras palavras, trata-se de discutir como as tecnologias, ao traduzirem e predizerem o espectro subjetivo dos indivíduos, com seus respectivos modos de pensar, agir e sentir as coisas, podem gerar novas configurações das subjetividades, tanto diluindo umas quanto produzindo outras, de modo que o cuidado de si e o conhecimento de si ainda possam ser alternativas de resistência a eventuais manipulações de sistemas tecnológicos.

Para tanto, de início, aborda-se o problema de um novo tipo de configuração da subjetividade em que os indivíduos acabam sendo mais do que meros objetos de controle para efeitos políticos ou econômicos, mas verdadeiras partes integrantes de um sistema de informação e comunicação.

Na etapa seguinte, busca-se retomar o conceito de governança estratégica,

com seus intrincados procedimentos calculistas, e seus reflexos na condução da vida e dos corpos no sentido de controle da circulação e das relações por eles operadas.

Na sequência, coloca-se em pauta a questão da relação contemporânea entre os chamados processos políticos discursivos e as transformações engendradas pela produção afetiva e existencial de subjetividades.

No próximo passo, faz-se uma incursão pelo que se chamaria de espécie de “memória do futuro”, aumentada pela percepção do presente, construída a partir de perfis de usuários, mas sem interferências subjetivas.

Por último, a partir de Michel Foucault, será resgatada a visão do cuidado de si e do conhecimento de si, entendidos como afirmação da individualidade e da capacidade de ação livre, enquanto possibilidades de resistência a mecanismos de vigilância e controle que podem afetar a subjetividade.

1. A vida panóptica digital

Foi com Jeremy Bentham, ainda no século XVIII, que se conheceu a ideia panóptica, aquela que propõe um tipo de estabelecimento, com disposições preparadas para vigilância abrangente, capaz de controlar ou dirigir pessoas agrupadas (BENTHAM, 2008, p. 19). Em linhas gerais, trata-se de um complexo arquitetônico em que uma torre

de vigilância, no centro, é cercada por um anel periférico. Este último é dividido em celas com uma janela para a torre e outra para o exterior. Isso permite que a claridade atravesse cada compartimento celular e, assim, quem estiver na torre consegue visualizar as silhuetas pelo efeito de contraluz. Em contrapartida, os que se encontram nas celas estão impossibilitados de ver o vigia (FOUCAULT, 1996, p.141-143). Pensando em uma casa de inspeção ideal, em que todos os confinados possam ser vigiados simultaneamente, ele fala de um estabelecimento panóptico. Mas, o maior segredo dessa ambiente é que os confinados não conseguem saber se estão sendo vigiados ou não. A impossibilidade de se saber se o inspetor está vigilante ou não, por conseguinte, traz o resultado esperado, qual seja, um determinado comportamento dos confinados desejado pelo vigilante. O efeito mais importante do modelo do panóptico é a indução, no indivíduo, da certeza de que ele está sendo vigiado, por mais que, efetivamente, nem sempre aconteça. Nesse sentido, tem-se a promoção de um estado permanente de vigilância, o que garante a eficiência do poder disciplinar. Esse poder se configura como automático e anônimo, proporcionando o advento de certa sujeição voluntária, por parte dos indivíduos, sem a necessidade de se recorrer à força para obrigá-los a seguirem determinados padrões de comportamento. No fundo, os próprios indi-

víduos, agindo na padronização coletiva, acabam sendo os alimentadores do poder disciplinar que incide sobre todos eles, ainda que não percebam tal condição. Quanto mais o poder vigilante e disciplinador se aproxima do incorpóreo coletivo, mais demonstra sua eficiência sobre os corpos dóceis (FOUCAULT, 1996, p. 145-147). É nessa lógica disciplinar que o poder funciona como uma máquina, pois "[...] é o aparelho inteiro que produz 'poder' [...], o que permite ao poder disciplinar ser absolutamente indiscreto, pois está em toda parte [...] e absolutamente 'discreto'" (FOUCAULT, 1996, p. 148).

A ideia de panóptico encontrou ampla repercussão devido a Michel Foucault, para quem a sociedade se organizaria, de certo modo, em conformidade com as demandas que se encontram por trás da ideia do panoptismo, uma espécie de vigilância abrangente que teria como objetivo fazer com que os sujeitos se comportassem de maneira desejada pelo poder disciplinador.

De acordo com a análise apresentada em *Vigiar e Punir*, a sociedade disciplinar começa a se estruturar no século XVIII, a partir de uma reforma paulatina nas políticas punitivas. Entretanto, o que ocorre de novo, a partir do século XVIII, é o fato de a busca por disciplina deixar de existir em estado isolado e se configurar como técnica privilegiada de gestão de indivíduos. Para tanto, é preciso adestrar os desviantes em potencial mediante a introdução de mecanismos

capazes de modelagem de indivíduos disciplinados e, até certo ponto, bastante previsíveis (FOUCAULT, 1987, p. 221). Visando à sua eficiência, o poder disciplinar opera, inicialmente, na distribuição dos indivíduos no espaço, vale dizer, ele trabalha com base no princípio da clausura do sujeito. Assim, dentro dos limites demarcados, o poder disciplinar encontra-se apto para funcionar da melhor forma possível, mantendo a vigilância em estado de constância. Dentro desses limites, são organizadas e dispostas algumas conveniências para que se retire delas o maior número de vantagens.

Com efeito, a concepção foucaultiana de poder não remete à dominação de um indivíduo ou de um grupo sobre outros. Não há aqueles que detêm o poder e aqueles que, por não o possuírem, a ele são submetidos; ao contrário, o poder circula em rede e cada indivíduo pode exercê-lo e, no mesmo instante, a ele se render. Assim, no modelo do panoptismo, na realidade, não há a necessidade de um vigilante concreto, posicionado na torre central. Todos os componentes presentes na cena, ao mesmo tempo, se tornam agentes e alvos do poder disciplinar (FOUCAULT, 1987, p. 223). Neste contexto, é importante perceber que haverá a entrada dos sujeitos em um universo documentário. Em outras palavras, o resultado dessas práticas é, pois, a montagem de um arquivo com registros e documentos sobre a história de cada sujeito, transformando-o

em caso a ser analisado, descrito, mensurado, comparado e, por fim, disciplinado. Através de sucessivas práticas de exames, reconhece-se que o poder disciplinar favorece a constituição de modos de subjetivação caracterizados, a princípio, por uma individualidade. Essa individualidade se refere à história de vida singular de cada sujeito, bem como de suas características particulares e capacidades próprias a serem descritas e analisadas. Ao mesmo tempo em que o poder disciplinar conduz a uma tendência para semelhança, ele também individualiza os sujeitos, possibilitando a delimitação de suas particularidades. Desse modo, toda a escala de diferenças individuais e singulares está no foco da disciplina, porém, dentro de um espectro mais amplo de homogeneidade que ela aponta como sendo a regra (FOUCAULT, 1987, p. 225). A sociedade disciplinar é, pois, aquela que assiste ao alastramento do modelo do panoptismo por todas as vias que atravessam a vida subjetiva. Com ela, não apenas se dissemina a questão da vigilância contínua, mas também toda a política de estabelecimento de sanções normalizadoras, das práticas de exame e, principalmente, da produção de modos de subjetivação individualizados.

Entretanto, a concepção disciplinar não seria o limite último. O próprio Michel Foucault lançava também sementes para se pensar que, um pouco mais adiante da disciplina, já se germinava a ambição pelo controle mesmo dos su-

jeitos. Nesse sentido, seus dizeres apontam para a evolução da disciplina, até se tornar uma técnica de exercício do poder: “Os mecanismos disciplinares são, portanto, antigos, mas existem em estado isolado, fragmentado, até os séculos XVII e XVIII, quando o poder disciplinar foi aperfeiçoado como uma nova técnica de gestão de homens.” (FOUCAULT, 1984, p. 105). De fato, para além da sociedade disciplinar, a sociedade de controle não se baseia na divisão do espaço, em localizações distintas e em demarcações por balizas. Na sociedade de controle, o poder se dispersa, torna-se desterritorializado e disseminado por entre os limites agora abertos pela queda dos muros de confinamento. Contudo, na sociedade disciplinar, a eficiência do poder seja sempre parcial, na medida em que é exercido dentro de espaços fechados, na sociedade de controle, por sua vez, o poder se espalha, não mais se limitando a quaisquer lugares específicos. Assim, na transição de um modelo para outro tem-se a extensão generalizada do exercício do poder: o espaço estriado da sociedade disciplinar é, progressivamente, transformado no espaço liso característico da sociedade de controle. Nesse sentido, a sociedade de controle é definida como aquela que assiste à intensificação e à extensão dos dispositivos de poder da sociedade disciplinar. Por sua vez, tal organização vai desembocar em algumas mudanças nos modos de subjetivação contemporâneos, se compara-

dos àqueles desenvolvidos na sociedade disciplinar.

A diferença a ser enfatizada entre a sociedade disciplinar e a do controle aponta para o relativo silenciamento do potencial de resistência dos sujeitos. Na sociedade disciplinar, o efeito do poder normalizador, por ser parcial, não obtinha êxito nas tentativas globalizantes de disciplinamento dos comportamentos subjetivos. Significa dizer que, apesar de objetivar a transmissão de determinados valores, a submissão aos imperativos não chegavam a ocorrer de forma plena, porquanto o espaço localizado fora de seus domínios ficava, permanentemente, reservado ao desvio, à resistência e, até mesmo, à transgressão. Em outras palavras, no tocante ao sujeito disciplinado, ainda se reconhece certa margem de liberdade para se negociar com as normalizações estabelecidas. Entre a subjetividade disciplinada e a subjetividade controlada há, pois, uma distinção em nível de singularização. A questão envolve processos de moldagem e modulação. O processo de moldagem diz respeito à subjetividade disciplinada, porque submetida a esquemas mais ou menos estáveis de conformação das singularidades individuais. Já o processo de modulação está relacionado subjetividade controlada, enquanto submetido a constantes identificações de perfis, padronizados por análises selecionadoras de suas principais características. A construção de uma subjetividade controlada passa a

ser feita por intermédio da combinação e dosagem de modelos identificadores dessas singularidades moduladas. São essas subjetividades controladas que abrem o caminho para que se avance na maquinaria do sistema Panóptico, que se configura como uma “[...] máquina de dissociar o par ver-ser visto: no anel periférico, se é totalmente visto, sem nunca ver; na torre central, vê-se tudo, sem nunca ser visto.” (FOUCAULT, 1987, p. 225). O Panóptico é um local privilegiado para tornar possível a experiência com sujeitos com suas singularidades e analisar as transformações que pode obter neles. Nesse sentido, assim é dito:

O Panóptico funciona como uma espécie de laboratório do poder. Graças a seus mecanismos de observação, ganha em eficácia e em capacidade de penetração no comportamento dos homens; um aumento de saber vem se implantar em todas as frentes do poder, descobrindo objetos que devem ser conhecidos em todas as superfícies onde este se exerça. (FOUCAULT, 1987, p. 228).

Agora, o passo adiante estava dado. Do Panóptico “prisional” seguiu-se para o Panóptico “digital”. Essa passagem foi só uma questão de tempo. E esse tempo não tardou para chegar. O poder dos algoritmos tornou-se uma

realidade. No panóptico digital, a confiança não é possível e nem necessária. As informações críveis estão todas dispostas ao alcance de um toque digital. A conexão digital viabiliza a aquisição de informação de tal maneira que a confiança, como práxis social da subjetividade, perde cada vez mais seu significado. Ela cede lugar para o controle. Nesse sentido, “[...] a sociedade da transparência tem uma proximidade estrutural à sociedade da vigilância.” (HAN, 2018, p. 122). Onde é possível conseguir informações, com muita rapidez e facilidade, há uma mudança significativa: muda-se da confiança para o controle, sob o discurso da ampla transparência. No fundo, é uma sociedade da eficiência. Todo clique feito é salvo. Todo passo dado é passível de rastreamento. Rastros digitais, como pegadas no chão, ficam em todo lugar. Nesse sentido, a possibilidade de “[...] um protocolamento total da vida substitui a confiança inteiramente pelo controle. No lugar do *Big Brother* entre o *Big Data*” (HAN, 2018, p. 122).

A sociedade da vigilância digital apresenta uma estrutura especial daquela concepção panóptica. O Panóptico benthaniano consiste em células isoladas umas das outras. Os vigiados não têm possibilidade de comunicação uns com os outros. As divisórias existentes não permitem que eles possam ver uns aos outros, pois, ficam isolados em suas celas. Já os “habitantes livres” do Panóptico digital, em contrapartida,

podem se manter conectados uns com os outros em contínuos fluxos interativos. Não há isolamento espacial e comunicativo, mas sim conectividade e hipercomunicação em ritmo frenético. É essa interatividade intermitente que torna o controle total possível. Ela abas-tece o Panóptico digital com todo tipo de dados, ali lançados na intensidade interativa. Não se quer dizer que a era digital foi a exclusiva responsável por essa transição, mas, de certa maneira, ela pode ser considerada um dos fatores bastante significativos para tal pas-sagem, assim como se pode notar nos dizeres de Jaron Lanier:

Algo totalmente novo está acontecendo. Nos últimos cinco ou dez anos, quase todo mundo começou a carregar consigo, o tempo todo, um aparelhinho chamado smartphone, feito sob medida para modificações de comportamento pelos algoritmos. Muitos de nós também usam aparelhos chamados smart speakers (alto-falantes inteligentes) na bancada da cozinha de casa ou no painel do carro. Estamos sendo rastreados e avaliados constantemente, e recebendo o tempo todo um feedback artificial. [...] Os algoritmos correlacionam o que você faz com o que quase todas as outras pessoas têm feito. Os algoritmos não en-

tendem você de fato, mas existe poder nos números, sobretudo nos grandes. (LANIER, 2018, p. 13).

Diferente do Panóptico “prisional”, no panóptico digital dos algoritmos a observação e a vigilância ganham aumento exponencial.

Todo esse universo digital é uma promessa de liberdade sem limites, contudo não se podendo desconsiderar a possibilidade de certo controle da vida das pessoas. O fato é que esse universo digital, tal como a inteligência algorítmica, abre um horizonte de novas configurações da subjetividade, como se abordará em seguida.

2. Inteligência algorítmica e subjetividades reconfiguradas

Para Hannah Arendt, o mundo contemporâneo caracteriza-se pela perda das experiências, afetivas e existenciais, embora ela não chegasse a imaginar um modo tecnológico de anulação do indivíduo e de suas subjetividades. Em sua visão, na medida em que atos e pensamentos se configuravam como um cálculo de consequências, uma espécie de função cerebral, nos limites entre o produzir e o fabricar, o humano foi lançado em “[...] um funcionamento puramente automático, [...] entorpecido e ‘tranquilizado’ de comportamento” (ARENDR, 2007, p. 402-403). Embora ela não te-

na vivenciado o mundo governado por algoritmos, é possível extrair do seu pensamento uma antecipação de um modo de vida automatizada em que os indivíduos podem estar imersos, sem mesmo terem tal percepção.

A sociedade contemporânea, ainda que se esforce para manter elementos estruturantes da vida como legitimidade, justiça, verdade e demais valores dessa ordem, depara-se também com um sistema organizador com outras características e estratégias. Além de uma ação política que transita pelas ideias de Estado, representação dos interesses, direitos e deveres, há uma expansiva governança da vida cotidiana, exercida por meio de máquinas e dispositivos de controle de subjetivações, que se vale da combinação sistêmica de dados e desejos dos indivíduos.

A ação governante, agora, se desloca para o universo das tecnologias da informação e da comunicação, estabelecendo mecanismos de poder e configurando as relações interativas entre os conectados. É a própria ideia de governar que está em revisão. Assim, ela é tida como a ação de condução das ações dos outros e das coisas, fixando uma dinâmica de cálculos baseados na observação dos fenômenos populacionais e dos fatos relacionados a tais eventos. Com o acesso a uma série de dados e probabilidades regulares, são potencializadas políticas de otimização da capacidade de controle da vida, através de saídas e entradas nos processos geridos

e governados pelas tecnologias. Não seria o fim do indivíduo, nem mesmo sua dessubjetivação, mas sim o nascimento de outras subjetivações.

É possível recordar aqui o *Big Data* (“Grandes Dados”) e o *Data Mining* (“Mineração de Dados”), comparando-os com o conceito de dispositivo de Michel Foucault. O *Big Data* é um sistema de coleta de dados em larga escala, com múltiplos conteúdos e sendo gerados em ritmo intenso estão a reinar no universo sistêmico. O *Data Mining* constitui o processo de explorar grandes quantidades de dados à procura de padrões consistentes. Como regras de associação ou sequências temporais, para detectar relacionamentos sistemáticos entre variáveis, o “minerador” segue identificando novos subconjuntos de dados. Ele é formado por um conjunto de ferramentas e técnicas que, através do uso de algoritmos de aprendizagem ou classificação, baseados em redes de vasta capilaridade, são capazes de explorar um conjunto de dados, extraindo e evidenciando padrões nesses dados coletados, para efeitos estatísticos e cognitivos. Dentro da lógica de um processo eletivo, busca-se peneirar dados que interessam a determinada modelagem de comportamentos. Das massivas acumulações de dados, portanto, começam a surgir informações estatísticas oriundas das correlações de informações não selecionadas, não classificadas e não hierarquizadas, bastante heterogêneas.

Tais sistemas de dados são passíveis de utilização tanto para o desenvolvimento de uma coletividade, quanto podem ser instrumentos de manipulação. Isso permite recordar a noção de dispositivo assinalada por Michel Foucault. Para ele, o dispositivo tem o caráter estratégico e funcional, de modo que procura lidar com a tensão, tendo em vista a condução de as relações de forças, seja para bloqueá-las ou delas fazer uso. Em entrevista de 1977, o filósofo fez o seguinte comentário sobre o termo:

Aquilo que procuro destacar com este nome é, primeiramente, um conjunto absolutamente heterogêneo que implica discursos, instituições, estruturas arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais e filantrópicas, em resumo: tanto o dito como o não dito, eis os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se estabelece entre estes elementos. [...] O dispositivo tem uma função eminentemente estratégica. [...] Trata de uma certa manipulação de relações de força, de uma intervenção racional e combinada das relações de força, seja para desenvolvê-las em certa direção, seja para bloqueá-las, ou para estabilizá-las, utilizá-las.

(FOUCAULT, 2008a, p. 23).

Percebe-se que os dispositivos utilizados como estratégia podem servir aos interesses dos governantes para a manipulação de forças fazendo com que a subjetividade vá ganhando novos contornos. Aparentemente sem qualquer intervenção, a objetividade e a veracidade dos resultados obtidos por meio dos tais dispositivos comparando-os aos sistemas de coleta e seleção de dados parecem chegar ao seu grau máximo, pois suas hipóteses são os próprios dados em circulação. Trata-se de algo semelhante ao diagrama foucaultiano, uma espécie de mapa das relações de forças, que procede por ligações primárias não localizáveis e passa a cada instante por todos os pontos. Nesse sentido, a noção de diagrama começou a ter grande relevância como um dispositivo gerador de novas ideias e, em sua incursão pelo pensamento foucaultiano, Gilles Deleuze assim passou a entendê-lo:

O diagrama não é mais o arquivo, auditivo ou visual, é o mapa, a cartografia, coextensiva a todo o campo social. É uma máquina abstrata. Definindo-se por meio de funções e matérias informes, ele ignora toda distinção de forma entre um conteúdo e uma expressão, entre uma formação discursiva e uma formação não

discursiva. É uma máquina quase muda e cega, embora seja ela que faça ver e falar. (DELEUZE, 2006, p. 44).

O importante é pensar as relações dessa “máquina abstrata” com o saber e o poder. Michel Foucault desenvolveu, por exemplo, a formação de regimes de verdades e tecnologias de governo como estratégias, a partir das quais se instituem relações saber-poder, para demonstrar que o poder é uma rede que inclui a todos. Desse modo, ocorre uma sujeição do indivíduo a uma imagem que não fora inteiramente concebida e construída por si, de modo que o sujeito não é fruto de um processo de autoconstituição, mas impelido a se tornar sujeito pela norma, estabelecida a partir de regimes de verdade definidos por esquemas que encontra e que lhe são propostos, sugeridos e, enfim, impostos pela sociedade e pela cultura. Nesse sentido, aqui se afasta do eixo consciência-conhecimento-ciência da subjetividade para se ingressar no eixo prática discursiva-saber-ciência. (FOUCAULT, 2008b, p. 205). Trata-se de uma nova *episteme*, assim delineada:

Suspeitaremos, talvez, que a *episteme* seja algo como uma visão do mundo, uma fatia de história comum a todos os conhecimentos e que imporia a cada um as mesmas normas e os mesmos postulados, um estágio

geral da razão, uma certa estrutura de pensamento a que não saberiam escapar os homens de uma época - grande legislação escrita, definitivamente, por mão anônima. (FOUCAULT, 2008b, p. 214).

Aqui é necessário um paralelo do controle da *episteme* e o controle dos dados estatísticos. Na sociedade da cultura estatística, as informações obtidas são o resultado de filtros e convenções advindas de debates e conflitos, podendo todas elas serem questionadas pelas subjetividades envolvidas, especialmente, por todos aqueles que operam cálculos de governança. Essa estatística, porém, tem características diferentes das probabilidades algorítmicas sustentadas pelas grandes bases de dados. A estatística tem por escopo a confirmação ou não de hipótese previamente suscitada. Já o algoritmo coletará e selecionará os dados sobre os quais pode operar uma quantificação dos números em cifras de comparação, a partir de uma temática. Será realizada uma avaliação positiva ou negativa da hipótese proposta, a partir de convenções, por vezes, controversas e com significações diferentes, segundo o ponto de vista de quem as opera.

A realidade adquire uma aparência de esfera pública, embora podendo ser controlada por interesses de outros, como governos e empresas coletando quantidades massivas de dados

não classificados. Esses dados podem ser oriundos de redes sociais, de veiculadores de notícias, de sensores de faces, sons e imagens, de endereços eletrônicos, geolocalizadores e autorizações de celulares, sistemas de cartões, operações comerciais, pesquisas científicas, sistemas de segurança, entre outros. Esse volume astronômico de dados, todos armazenados eletronicamente, podem ser inseridos por indivíduos, voluntariamente, em resposta a alguma demanda, cedidos diante de determinada solicitação, ou, simplesmente, mantidos em algum ambiente. Ainda assim, não aparecem como subtraídos sem autorização, pois aparentam estarem dispersos e disponíveis em quaisquer lugares. As funções algorítmicas têm a característica de produzirem mecanismos de controle sem a necessidade de acionar discursos e ideologias como estratégias centrais de governo.

Um acrônimo empregado por Jaron Lanier pode ser utilizado para ilustrar: *Bummer - Behaviors of User Modified, and Made into an Empire for Rent*, que em português significa “Comportamentos de Usuários Modificados e Transformados em um Império para Alugar”, tal como traduziu o referido autor (LANIER, 2018, p.34). Explica ele o que é essa tal *Bummer*:

[...] é uma máquina estatística que vive nas nuvens da computação. Vale repetir: esses fenô-

menos são reais, ainda que estatísticos e indistintos. Mesmo em sua melhor forma, os algoritmos da *Bummer* só conseguem calcular as chances de uma pessoa agir de determinada maneira. Mas, em conjunto, probabilidades individuais acabam se aproximando de uma média de certeza quando falamos de um grande número de pessoas. (LANIER, 2018, p. 34).

Nesse processo de agigantamento da inteligência algorítmica, pode se operar uma mudança no conceito de subjetividade. Tal subjetividade encontra, nessa nova forma de conhecimento, uma advertência inquietante, que pode ser aproximada das palavras de Michel Foucault:

[...] sabemos que, no campo teórico moderno, o que se gosta de inventar não são sistemas demonstráveis, mas disciplinas cuja possibilidade se abre, cujo programa se delinea e cujo futuro e destino se confiam aos outros. Ora, apenas acabado o esboço de seu desenho, eis que elas desaparecem com seus autores. (FOUCAULT, 2008b, p. 231).

Embora o filósofo não esteja se refe-

rindo diretamente ao algoritmo é possível perceber nas suas palavras uma transformação da subjetividade e um embasamento de seus controladores como pode ser aproximado do sistema algorítmico.

De forma gradativa, a subjetividade vai sofrendo significativas transformações, na medida em vai deixando de ser ativa e protagonista de suas vontades, de suas escolhas e de seus anseios, podendo se configurar em fornecedor de dados, que seguem armazenados e classificados por centros artificiais de tratamento estratégico e cálculos estatísticos a serviço do poder e do mercado. A subjetividade vai experimentando novas configurações, emergindo uma governança sobre os indivíduos, como se verá a seguir.

3. Governança estratégica e controle da vida

A expressão governança estratégica está ligada à ideia de “governamentalidade algorítmica”. O termo “governamentalidade algorítmica” foi cunhado, entre os anos de 2011 e 2013, pela filósofa do direito Antoinette Rouvroy. No seu texto *Technology, virtuality and utopia*, ela anuncia uma “racionalidade governamental” animada pela “computação autônoma” (ROUVROY, 2011, p. 121-123). Nesse texto, a autora ainda não utilizou o termo “algoritmo” atrelado à palavra “governamentalidade”.

Foi em uma conferência realizada em 2013, intitulada *Algorithmic Governmentality and the End(s) of Critique*, então, que apareceu a expressão “governamentalidade algorítmica”.

A condução da ação dos indivíduos por meio de funções, em torno dos *Big Data* e *Data Mining*, pode ser denominada de “governamentalidade algorítmica”. Mas, ela se fundamenta no conceito de governamentalidade de Michel Foucault, notadamente no seminário “Segurança, Território, População” (1977-1978), acrescido e transformado pelas funções algorítmicas (FOUCAULT, 2008a.). Para Michel Foucault, ao escrever sobre *O Sujeito e o Poder*, texto este compilado em apêndice pelos autores Hubert L. Dreyfus e Paul Rabinow, o exercício do poder é

[...] um modo de ação sobre as ações dos outros, quando as caracterizamos pelo "governo" dos homens, uns pelos outros - no sentido mais extenso da palavra, incluímos um elemento importante: a liberdade. O poder só se exerce sobre "sujeitos livres", enquanto "livres" - entendendo-se por isso sujeitos individuais ou coletivos que têm diante de si um campo de possibilidade onde diversas condutas, diversas reações e diversos modos de comportamento podem acontecer. (DREYFUS; RABINOW, 1995,

p. 244)

Para ele, a adoção desse tipo de governo foi o modo astuto com que o Estado moderno marcou sua presença por meio “[...] de um poder que se exerce mais sobre uma multiplicidade do que sobre um território.” (FOUCAULT, 2008a, p. 173). Aqui se coloca uma indagação: qual lógica poderia estar por trás dessa estratégia? Uma alternativa de resposta seria pensar que a lógica dessa estratégia consiste em operar na realidade, fazendo os elementos da realidade atuarem uns em relação aos outros por intermédio de uma série de análises, combinações e disposições específicas. Trata-se mesmo de uma “física do poder”, vale dizer:

[...] um poder que se pensa como ação física no elemento da natureza e um poder que se pensa como regulação que só pode se efetuar através de e apoiando-se na liberdade de cada um, creio que isso aí é uma coisa absolutamente fundamental. Não é uma ideologia, não é propriamente, não é fundamentalmente, não é antes de mais nada uma ideologia. É primeiramente e antes de tudo uma tecnologia de poder, é em todo caso nesse sentido que podemos lê-lo. (FOUCAULT, 2008a, p. 64).

A condução da vida e dos corpos opera sobre uma determinada quantidade e qualidade de meios em que se identifica um acontecimento do qual possam ser extraídos dados regulares e suscetíveis de entrarem em jogos de probabilidade.

Os dispositivos atuam para deixar acontecer, não interferindo até certo nível e aproveitando-se da força dos acontecimentos como forma de controlá-los e conduzi-los. Michel Foucault entendia o acontecimento como uma física imaterial, caracterizada pela própria relação, tal como se pode perceber em seus dizeres:

Certamente o acontecimento não é nem substância nem acidente, nem qualidade nem processo; o acontecimento não é da ordem dos corpos. Entretanto, ele não é imaterial; e sempre no âmbito da materialidade que ele se efetiva, que é efeito; ele possui seu lugar e consiste na relação, coexistência, dispersão, recorte, acumulação, seleção de elementos materiais; não é o ato nem a propriedade de um corpo; produz-se como efeito de e em uma dispersão material. Digamos que a filosofia do acontecimento deveria avançar na direção paradoxal, a primeira vista, de um materialismo do incorporeal. (FOUCAULT, 1996, p. 57-58).

Esse modo de governar efetivado por meio de algoritmos designa globalmente certo tipo de racionalidade controladora que repousa sobre “[...] a coleta, agregação e análise automatizada de dados em quantidade massiva de modo a modelizar, antecipar e afetar, por antecipação, os comportamentos possíveis.” (ROUVROY; BERNS, 2015, p. 42). Há uma descentralização do indivíduo, transformando o papel das subjetivações comuns às formas discursivas de ação política. Os sistemas tecnológicos dispensam a tradicional identificação dos indivíduos, com seus nomes reais, cadastros de pessoas físicas, entre outras, para viabilizar circulações e relações, embora isso não signifique que não sejam capazes de reconhecerem os mais diversos desejos de consumo. Desse modo, eles funcionam em um fluxo frenético, no qual não se enclausuram indivíduos. No entanto, ao serem abertas as tantas janelas, verdadeiras vitrines de bens e serviços, multiplicam-se os meios de consumo, sendo possível se chegar até mesmo a uma certa manipulação de interesses e intenções dos indivíduos, ainda que não se trate de um total controle de consciências. Uma metáfora do tráfego pelas estradas pode ser aqui suscitada. As estradas abertas permitem que os indivíduos trafeguem livremente, mas isso não significa não possam estar sob alguma forma de manipulação (DELEUZE, 1999, p. 5). Aqui está o segredo da governança algorít-

mica: quanto mais estradas forem abertas, maior será a livre circulação e, paradoxalmente, mais mecanismos reguladores serão ativados. Certa normatividade surgirá a partir de operações cujas funções são atualizadas pelos algoritmos. O desvio ou a não operação nos valores determinados, enquanto anomalia, é configurada como “falha” ou “erro”, alimentando as informações do algoritmo e redefinindo os fluxos tão imediatamente quanto a “realidade” é lida pelas máquinas. Nesse sistema de controle e condução, as falhas ou erros desaparecem no processo de reorganização dos dados que redefinem perfis e dirigem comportamentos.

Essa governança mantém a aparência de estar sob a “liberdade” da pluralidade. O espaço público estaria garantido pelo amplo acesso ao meio virtual e à conectividade, sem a necessidade de debater sob quais interesses se encontra sua gestão. É um sistema que busca evitar o imprevisível, sob a garantia dessa “liberdade”, para cada um ser plenamente quem de fato é. No entanto, a sua maquinaria é engendrada para que o sujeito ceda espaço aos perfis que lhe são atribuídos de modo programado e alimentados por seus “traços” depositados em suas entradas e saídas cotidianas nos sistemas tecnológicos de informação e comunicação. Ilustra bem aqui a autora Shoshana Zuboff, no seu livro *The age of surveillance capitalism - the fight for a human future at the new frontier of power*, em que coloca o ques-

tionamento se haverá indivíduos trabalhando por uma máquina inteligente ou indivíduos inteligentes ao redor de uma máquina? (ZUBOFF, 2019, p. 10). Ainda introdução diz a autora: “O reino digital está ultrapassando e redefinindo tudo o que é familiar, mesmo antes de termos a chance de ponderar e decidir.” (ZUBOFF, 2019, p. 11). Tal ideia ainda segue salientada pela mesma autora, quando ela assim diz:

Houve um tempo em que você pesquisava no Google, mas agora o Google pesquisa você. Anúncios do Google Home mostram famílias amorosas que levam vidas ocupadas e complicadas, mas visivelmente aliviadas por voltar para casa e cair nos braços deste zelador onisciente e eficiente. (ZUBOFF, 2019, p. 248)

Nesse ciberespaço coletor e selecionar de dados, o sujeito está desafiado a exercitar sua autonomia, diante do automatismo engendrado pelos novos sistemas tecnológicos. É aqui que o sujeito pode ir caindo em novas configurações como será apresentado na próxima etapa.

4. A ressignificação dos processos de subjetivação

A racionalidade governamental se nutre de dados objetivos, aparentemente insignificantes e sem a marca do sujeito. Criam-se modelos de comportamento sem que o indivíduo perceba a condução de suas ações pelas funções acionadas por meio dos algoritmos. E quanto mais são utilizados dispositivos tecnológicos, mais se potencializa o controle das ações e ela produz efeitos sobre uma mais ampla gama de indivíduos e grupos. Aqui se entra no reino das chamadas máquinas assignificantes, ou seja, aquelas que são “[...] capazes de ‘ver’ esses estratos, ‘ouvi-los’, ‘cheirá-los’, registrá-los, ordená-los e transcrevê-los, o que é impossível para os sentidos e a linguagem humana.” (LAZZARATO, 2014, p. 78). No fundo, as semióticas assignificantes e essas máquinas operam da mesma maneira com o mundo pré-verbal da subjetividade humana, habitado por semióticas não verbais, afetos, temporalidades, intensidades, movimentos, velocidades, não atribuíveis a um eu identitário, a um sujeito individuado, e, dessa maneira, dificilmente, se tornam apreensíveis pela linguagem.

Busca-se fazer com que os elementos da realidade se relacionem uns com os outros, não a partir da intervenção sobre eles, mas pela condução de processos de controle do ambiente. Os indivíduos passam a ser toda uma série

de contingências e de dados de realidades distintas e específicas. A multiplicidade de dados possibilita uma maior incidência da ação de gestão da vida sobre os mínimos detalhes, sempre com maior eficiência. Muito da eficiência dos dispositivos está em operar com o desejo dos indivíduos, que aparentam estarem realizando seus interesses. A lógica maquinária é a seguinte: como os algoritmos facilitam e tornam os deslocamentos em direção a determinados desejos viáveis, e até mesmo inevitáveis, a adesão “livre” dos indivíduos será a fonte principal da própria atualização da potência crescente dos dispositivos controladores da vida. A estratégia da correlação de dados busca adaptar os desejos dos indivíduos às ofertas e às possibilidades inerentes à velocidade de circulação. Vai-se ao ato sem passar pela elaboração do desejo. Assim, ficam anuladas as etapas da troca de opiniões e gostos motivadores da escolha. Os dados parecem produzir o benefício objetivo, dentro de condutas possíveis e efetivas, sem acionar as condições espaciais, temporais, subjetivas e significantes. Evitam-se as formas de desvios subjetivos, encurtando a distância espaço-temporal entre estímulo e resposta-reflexo.

O caráter geral, massificado, sem significação, faz com que os indivíduos deixem os dados por aí, sem se importarem com suas destinações. Será a heterogeneidade, a estrutura fragmentária e assignificante, que formará a aparência

de pouca intencionalidade no armazenamento, garantindo a objetividade de suas informações. Permanecer no anonimato, aparentemente, leva os indivíduos a deixarem seus “traços” à disposição da maquinaria algorítmica. Os indivíduos têm seus desejos realizados e passam a se identificar, com certa regularidade, aos fenômenos com os quais se envolvem. Tem-se um conjunto de indivíduos não mais marcados por um lugar, uma norma, uma identidade, mas caracterizados, cada um, como uma espécie de bioaplicativos, dispositivos prontos para a produção e recepção daqueles “traços” na rede global.

Busca-se produzir uma política preditiva, determinando decisões com base nos processos autômatos, eliminando quase por completo uma característica fundamental da ação política, o risco de sua imprevisibilidade. E aqui se encontra o componente bastante sedutor dos algoritmos, o de que está se construindo uma vida mais segura, estável e produtiva. O humano, na dimensão de sua subjetividade, se tornaria parte do mecanismo das máquinas e tecnologias de dados.

A governança algorítmica opera como uma memória do futuro, por meio de uma realidade aumentada pela percepção do presente, através do uso de dados sem qualquer relação e sem significantes de pertencimento. No governo por algoritmos, o real e o possível apresentam-se aos sujeitos de modo que a eles cabe apenas se deixarem conduzir

para os caminhos “naturais e corretos”, aparentemente individualizados, porque provêm do perfil do usuário, haja vista que é a própria leitura da realidade, objetivada e sem interferências subjetivas. Sua potência de criar uma realidade é tão grande quanto sua capacidade de registrar os dados e formar os perfis. Seus mecanismos suscitam desejos e necessidades de consumo e de posições políticas e ideológicas, despolitizam mediante a anulação das subjetividades políticas, diminuindo as esferas do debate, da diversidade e da escolha.

O sujeito confessional, para quem “tudo deve ser dito”, é aquele que ativa “[...] mecanismos de poder para cujo funcionamento o discurso [...] passou a ser essencial.” (FOUCAULT, 2011, p. 29). Nenhuma das formas de lidar com as relações de poder, em funcionamento e com percursos próprios, deixa de se encontrar nas estratégias de controle e dominação. A governança algorítmica acrescenta-se a esses processos já existentes e configura-se como um governo de controle e dominação, sem deixar que isso transpareça aos sujeitos que o alimentam com seus dados e desejos.

As aberturas propiciadas pela tecnologia massiva de dados possibilitam o acesso a informações e redes colaborativas, mas elas vêm acompanhadas de fechamentos e controles, especialmente na medida em que os algoritmos são fabricados por grandes empresas e monopólios dos sistemas de comuni-

cação. Esse é um dilema que se apresenta, pois, na governança algorítmica, “[...] não se age, não se cria, modela-se.” (PARRA, 2016). Ocorre um definhamento, quando não a anulação mesmo, das deliberações públicas e das reflexões plurais e diversificadas. O saber que surge aparece como verdade real, imparcial e indubitável dos traços deixados pelos indivíduos. As divergências políticas, os dissensos coletivos, as resistências e as contestações ficam situadas na invisibilidade e na operosidade precária.

Nas ressignificações das subjetividades, de algum modo, há sempre presente riscos de controle e manipulação, aos quais o cuidado de si e o conhecimento de si ainda podem ser suscitados como alternativas de resistência, tal como se discutirá em seguida.

5. O cuidado de si e o conhecimento de si mesmo: resistência perante o controle

Mas, Michel Foucault não se esquece de propor alternativas para os processos de rarefação da subjetividade pela disciplina e pelo controle. Para tanto, ele vai desbravar o que se poderia chamar de problemáticas caras à educação do sujeito, aquelas que ultrapassam a disciplina e a analítica do poder, os modos de subjetivação constrangedoras e as práticas de vigilância e punição. Nesse sentido, consoante duas ideias centrais

de Michel Foucault, é preciso pensar as relações entre sujeito e verdade, mediadas pelas práticas de si. A primeira delas diz respeito à relação entre sujeito e verdade, tomada a partir do conceito de cuidado de si em sua dimensão existencial. Essa dimensão coloca em cena verdade e conhecimento, sujeito e saber. A segunda se refere à relação entre sujeito e verdade, a partir do conceito de *parresía*. Essa dimensão leva a problematizar à questão da indissociabilidade entre teoria e prática.

Quanto à primeira ideia central, Michel Foucault se ocupou, pelo menos, de duas grandes chaves de leitura para chegar às discussões sobre as tais práticas de si: a modernidade no Ocidente (do século XVI ao XIX, com atenção especial às práticas cristãs) e a Antiguidade greco-romana. Ao “complicar” o estudo das governamentalidades, ele persegue o domínio das práticas de si, mas, agora, sobre os textos clássicos, desde os últimos tempos antes era cristã até os primeiros séculos seguintes. Mais do que as “tecnologias do eu”, ganha relevo a noção de “cuidado de si” e “conhecimento de si”, como possibilidades de manifestação do preceito ético da constituição da existência. Aqui o sujeito se autoconstitui, buscando ajudar-se com essas práticas de si. No fundo, ele pretende investigar os dois modos de o sujeito voltar-se para si mesmo. Trata-se das noções de cuidado de si (*epiméleia heautoû*) e de conhecimento de si (*gnôthi seautón*).

Mesmo estando presente em toda filosofia clássica greco-romana, Michel Foucault reconhece que a noção de cuidado de si (*epiméleia heautoû*) ficou relegada a uma noção marginal, pouco explorada, “[...] para a qual a historiografia da filosofia [...] não concedeu maior importância.” (FOUCAULT, 2004b, p. 5). No entanto, a importância do conceito é fundamental, acima de tudo no tocante ao cerne daquilo que constitui os modos de subjetivação na qualidade mesma de atitude filosófica. Além disso, Michel Foucault indica que “[...] a incitação a ocupar-se consigo mesmo alcançou, durante o longo brilho do pensamento helenístico e romano, uma extensão tão grande que se tornou [...] um verdadeiro fenômeno cultural de conjunto.” (FOUCAULT, 2004b, p. 13). Tal preceito ganha ainda importância, na medida em que ele se constitui em um momento histórico específico, no qual aflora o que se entende como “cultura de si”: uma cultura em que tanto se desenvolve e se opera o preceito do cuidado consigo, quanto é também constituída por ele. Michel Foucault é muito preciso na definição de cultura de si, e, de um lado, no contexto greco-romano clássico, também do quanto ela concentra um conjunto de valores, regras, “campos de saber”, e, de outro, traz intrincadas relações de força que tais elementos estabelecem entre si, ou seja, relações de hierarquia, coordenação, exclusão, validação (FOUCAULT, 2004b, p.220-222). Como “fenômeno cultu-

ral”, o cuidado de si é uma espécie de agulhão a ser implantando “[...] na carne dos homens, cravado na sua existência, e constitui um princípio de agitação, um princípio de movimento, um princípio de permanente inquietude no curso da existência.” (FOUCAULT, 2004a, p. 11).

Entretanto, para além de mero fenômeno, o cuidado de si expressa, sobremaneira, um evento no pensamento. Como preceito básico de vida, o cuidado de si refere-se, assim, a uma noção bastante complexa, que diz respeito a uma atitude, a uma forma de atenção e a um princípio de movimento em termos de qualidade de transformação. Por atitude, entende-se uma escolha da existência, que implica um modo específico de estar no mundo, de encará-lo e, igualmente, de enfrentá-lo. Ainda que esteja falando do “si”, tal cuidado é inseparável de uma atitude também diante do outro. Não há cuidado de si que não implique um outro. Aí se encontra um dos pontos mais importantes dessa atividade consagrada a si mesmo: “[...] ela não constitui um exercício da solidão, mas sim uma verdadeira prática social.” (FOUCAULT, 1985, p. 57).

O cuidado de si pressupõe, ainda, como dito, uma forma de atenção e, como tal, uma forma particular de olhar para si mesmo. Trata-se de uma espécie de “conversão do olhar” (FOUCAULT, 2004b, p. 14). É ela que permite uma volta do exterior para o si e, com efeito, para o próprio pensamento. A atitude

de estar atento àquilo que se pensa seria indissociável daquilo que se pratica e que se exerce diante dos outros e diante do mundo. Por fim, o cuidado de si é marcado por um princípio de movimento, que envolve deslocamento e ação. Ele designa um conjunto preciso e austero de práticas, vale dizer, um conjunto de técnicas (tecnologias do eu) que se exerce sobre si mesmo com o propósito de transformação, da modificação, da transfiguração de si. São práticas que sugerem um labor, árduo e contínuo, persistente e interminável, a partir dos quais o indivíduo se constrói, gradativamente, como sujeito. Desse modo, tem-se todo um corpus definindo formas de reflexão e maneiras de ser que constituem uma espécie de fenômeno não somente na história das representações, nem somente na história das noções teóricas, mas na própria história da subjetividade ou, até mesmo, na história das práticas da subjetividade (FOUCAULT, 2004b, p. 15).

A ênfase do cuidado de si (*epiméleia heautoû*) está situada na exata medida de sua relação com o conhecimento de si (*gnôthi seautón*). Mais do que estar anelado ao cuidado de si, o conhecimento de si está a ele “subordinado” (FOUCAULT, 2004b, p. 7). É por meio do cuidado que o indivíduo mantém consigo mesmo que ele acede ao conhecimento sobre si e, por conseguinte, à própria transformação. Não há, portanto, cuidado sem conhecimento, como também não há conhe-

cimento sem modificação do ser mesmo do sujeito. Importa destacar a relação que se estabelece entre cuidado de si (*epiméleia heautoû*) e conhecimento de si (*gnôthi seautón*), porque ela põe em debate a problemática do sujeito (do sujeito do conhecimento e do conhecimento do sujeito).

Michel Foucault coloca a seguinte indagação: “[...] por que, a despeito de tudo, a noção de *epiméleia heautoû* (cuidado de si) foi desconsiderada no modo como o pensamento, a filosofia ocidental, refez sua própria história?” (FOUCAULT, 2004b, p. 15).

Agora, passa-se à segunda ideia central. É preciso aqui sublinhar o quanto a discussão entre teoria e prática ganha, nos últimos textos de Michel Foucault, uma ênfase diferenciada, sobretudo a partir da noção de *parresía*. Mais uma vez, defronta-se com as relações entre sujeito e verdade; neste caso, possível apenas porque, no jogo da autoconstituição ética do sujeito, a *parresía* é marcada por uma palavra que se fazia viva, posto que o sujeito se produzia na precisa medida de sua enunciação. A construção ética de si mesmo é inseparável, pois, de uma pragmática do discurso, em estado constante de afirmação, e inseparável de uma atitude de coragem: a *parresía* pressupõe, pois, a coragem da verdade. O tema da *parresía* assume considerável importância nos estudos que Michel Foucault realiza sobre os textos clássicos. Em todos, ele é bastante claro quanto à demarcação

do conceito e ao que remete, quando se trata da relação entre sujeito e verdade e, mais ainda, da problemática do cuidado de si: “Um dos significados originais da palavra grega *parresía* é o ‘dizer tudo’, mas na verdade ela é traduzida [...] por fala franca, liberdade da palavra.” (FOUCAULT, 2010, p. 42). A *parresía* refere-se a uma “qualidade moral”, a uma “atitude moral”, vale dizer, em uma palavra: a um *ethos* (FOUCAULT, 2004b, p. 450). Refere-se também a um procedimento técnico, ou seja, a uma *tékne*. Dizer isso pressupõe definir as bases sobre as quais a *parresía* se sustentava, isto é, como uma pragmática do discurso que se colocava, simultaneamente, como uma virtude, um dever e uma técnica. A virtude e o dever estavam atrelados à posição daquele que exerce a *parresía*, a saber, o *parresiasta*. Essa figura não se trata de um mero princípio de autoridade, mas sim de uma posição particular a ser ocupada por um diretor da existência: o mestre, o conselheiro ou o amigo: “[...] para que o discípulo possa efetivamente receber o discurso verdadeiro como convém, quando convém, nas condições em que convém, é preciso que este discurso seja pronunciado pelo mestre na forma geral da *parresía*.” (FOUCAULT, 2004b, p. 450). Do discípulo também se requer um *ethos*, a partir dos discursos verdadeiros: aquele do silêncio, da escuta – entendido também como “[...] exercícios de subjetivação.” (FOUCAULT, 2004b, p. 450).

Michel Foucault pergunta se a *parresía* seria, pois, uma “estratégia de persuasão”, um discurso retórico, performático ou, quem sabe, uma “maneira de ensinar” (FOUCAULT, 2010, p. 52). Afinal, o que caracteriza o discurso verdadeiro, nessa condição? Como *tékne*, de início, refere-se ao vínculo inarredável entre “[...] a verdade dita e o pensamento de quem a disse” (FOUCAULT, 2011, p. 12). Contudo, ele vai mais além, para alcançar a isonomia entre sujeito da enunciação e sujeito do enunciado (FOUCAULT, 2010, p. 62): “E o que autentica o fato de dizer-te a verdade é que, como sujeito de minha conduta, efetivamente sou, absoluta, integral e totalmente idêntico ao sujeito de enunciação que eu sou ao dizer-te o que te digo.” (FOUCAULT, 2004b, p. 492). Desse modo, há uma diferenciação imediata da *parresía* em relação à retórica e aos discursos performáticos, nos quais a verdade se concentra na maneira de dizer, com vistas ao convencimento, à persuasão e, ainda, na pressuposição de um embate hierárquico entre verdades em jogo. Para aquele que exerce a retórica, a performance ou a persuasão, o que importa é fazer acreditar, e não apresentar a verdade em si mesma (FOUCAULT, 2010, p. 66-67). Por sua vez, a *parresía*, porém, pertence a outra dimensão: ela se refere ao pacto, ao contrato estabelecido do sujeito consigo mesmo, à forma pela qual o sujeito se liga àquilo que enuncia, fazendo daí valer sua prática de liberdade, em to-

dos os seus riscos e suas consequências. E a *parresía* diferencia-se, ainda, do ensinar, e, mais, do “ato pedagógico”, tal como é entendido nos tempos modernos (FOUCAULT, 2004b, p. 69). Não se trata de uma prática de ensino ou da transmissão de saberes ou aptidões. A verdade do *parresiasta* não se assenta sobre a ordem da instrução, mas sim no propósito de modificar o ser mesmo do sujeito. Ela tem como objetivo, por meio da fala do verdadeiro e do franco falar, a verdade mesma do sujeito-discípulo: “[...] não posso ser chamado a alcançar uma certa verdade de mim mesmo a não ser por um outro que me exorta e me arranca de uma alienação primeira.” (GROS, 2004, p. 156). A *parresía* distancia-se do ato pedagógico também porquanto envolve não a comodidade do saber, mas, antes, o vigor da verdade com todas suas consequências, ou seja, implica não a previsibilidade de enunciar aquilo a que se sabe pelas vias de um conhecimento exterior a si, mas o risco e o perigo em seu extremo: “[...] os parresiastas são os que empreendem dizer a verdade a um preço não determinado, que pode ir até sua própria morte.” (FOUCAULT, 2010, p. 56).

Cuidar de si e dizer a verdade constituem, enfim, artes do pensamento e da experiência de alteridade. Todo o conjunto de noções e conceitos articulados a esses dois grandes gestos de vida e pensamento - como os de tecnologias do eu, práticas de si, escrita

de si, entre tantos outros, podem sugerir outras formas de fazer educação, de investigar e, sobretudo, de produzir a nós mesmos, acolhendo o fato de que há escolhas ético-políticas que podem ser feitas todos os dias. Ao serem feitas essas escolhas, não se teme a emergência da verdade e a aderência a ela, enquanto algo que ocorre no espaço vigoroso criado entre o gesto assumido e a autotransformação em nós operada por meio de um poder de se afetar a si e por si mesmo. Há aí outro modo de falar e viver o que se entende por subjetividade: ambos guardam relação com poder e saber, por certo, mas não se limitam a essa subordinação, indo além dela, justamente, porque se está além de jogos de poder e saber.

Vale ressaltar que o “[...] cuidado de si é uma espécie de agulhão que deve ser implantado na carne dos homens, cravado na sua existência[...].” (FOUCAULT, 2006, p. 11). É no cuidado de si mesmo, na valorização da própria subjetividade, que a tentativa de dominação, disciplinar ou tecnológica, perde sua força, porquanto o conhecimento de si mesmo traz a possibilidade não só de se perceber perante o sistema, mas também de identificar as diversas tentativas de manipulação das massas. Por isso, afirma Michel Foucault, o cuidado de si é “[...] um princípio de agitação, de um movimento, um princípio permanente de inquietude no curso da existência.” (FOUCAULT, 2006, p. 11). Tal é uma possibilidade de resistência

perante possíveis manipulações. O sujeito deixa de ser passivo perante as manipulações e se torna um agitador para recuperar sua individualidade. Como se tem dito, “Sócrates é sempre, essencial e fundamentalmente, aquele que interpelava os jovens na rua e lhes dizia: “É preciso que cuideis de vós mesmos.” (FOUCAULT, 2006, p. 11). É com essa prática que ainda se pode manter viva a esperança de uma sociedade livre, justa e fraterna, afastando todas as formas de manipulação das massas ou manobra dos seus indivíduos.

Nesse sentido, são imprescindíveis aliados do avanço tecnológico o cuidado de si e o conhecimento de si, haja vista que a reflexão sobre essa maestria de si socrática é realizada, na ótica foucaultiana, na perspectiva da filosofia helenística estoica e epicurista (DREYFUS; RABINOW, 1995, p. 259-260), além de não desconsiderar a autonomia do sujeito moderno cartesiano e kantiano, tal como se encontra na entrevista compilada como apêndice da obra *Michel Foucault, uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica*. (DREYFUS; RABINOW, 1995, p. 276-278). O cuidado de si e o conhecimento de si configuram formas de manter viva a subjetividade e suas possibilidades de ações livres, ainda que o panóptico do governo dos algoritmos esteja rodeando-a por todos os lados. O sujeito deixa de ser número, estatística, probabilidade e se torna senhor de sua própria história. Por isso, mesmo pe-

rante o governo de algoritmos, a política não precisa morrer, pois é possível agir, movimentar pela valorização da individualidade através do cuidado de si. Assim, mais do que uma estratégia de poder e saber, sobretudo, trata-se de uma relação consigo e, nesse sentido, de maneira genuína, se pode falar de arte de si e de células de resistência subjetivas a múltiplas formas disciplinadoras, controladoras, as quais vão ganhando, nos tempos hodiernos, inclusive, configurações e reconfigurações manipuladoras ou alienantes, sejam elas reais ou virtuais.

Conclusão

A instalação de uma vida panóptica não é nova. A partir da concepção de Jeremy Bentham sobre um panóptico prisional, essa ideia de vigilância total dos corpos individuais teve bastante repercussão devido a Michel Foucault, para quem a sociedade seria organizada em conformidade com os desejos manifestados em um sistema de controle e regulação da vida individual, de modo que os sujeitos se comportassem da maneira desejada pelo poder controlador. O poder dos algoritmos, encontrados em sistemas de coleta e seleção de dados, tornou-se uma realidade. No panóptico digital, a confiança entre sujeitos não perde apenas seu espaço, mas também seu significado e seu sentido. As informações merecedoras de credi-

bilidade, agora, são aquelas que estão dispostas ao alcance de um toque digital. São perceptíveis as aberturas propiciadas pela tecnologia massiva de dados, viabilizando o acesso a informações e redes, mas, por trás dessa disponibilidade, há uma lógica de filtros e controles, especialmente na medida em que os algoritmos são fabricados por grandes empresas e monopólios dos sistemas de comunicação. Este é o dilema crucial que se encontra na governança algorítmica e seus impactos na subjetividade.

Na governança algorítmica, quanto mais estradas forem abertas, maior será a livre circulação e, paradoxalmente, mais mecanismos reguladores serão ativados. A regulação segue a partir de operações cujas funções são atualizadas pelos algoritmos. O desvio ou a não operação nos padrões determinados, enquanto anomalia, é lida como erros, alimentando as informações do algoritmo, que se encarrega da redefinição dos fluxos tão rapidamente quanto a própria “realidade” é capturada pelas máquinas. Nesse sistema de controle e condução, as falhas detectadas devem desaparecer no processo de reorganização dos dados que irão redefinir perfis e comportamentos. Essa governança conserva a aparência de estar sob a “democracia” da pluralidade. Assegura-se pleno acesso ao meio virtual e à conectividade, sem a necessidade de se debater sob quais interesses se encontra sua gestão. Trata-se de um sistema que busca

fazer crer que há contenção do imprevisível, sob a garantia de “liberdade” para cada um ser plenamente quem de fato é.

Nesse sentido, o sujeito pode seguir com uma participação ativa, conforme seus próprios dados vão sendo depositados em entradas e saídas cotidianas nos sistemas tecnológicos de informação e comunicação. No curso da expansão dessa sistemática algorítmica, de maneira gradativa, vão se operando novas formas de subjetividade. Ela começa a passar por outras configurações através de dados armazenados e classificados por centros artificiais de tratamento estratégico e cálculos estatísticos, dos quais podem se valer o poder e o mercado.

No entanto, isso não significa necessariamente uma anulação dos sujeitos. Ao propor o cuidado de si e conhecimento de si como possibilidades de recuperação da própria subjetividade, a partir de Michel Foucault, fica ainda aberto um horizonte de esperança de resistências de indivíduos que não se deixam manobrar perante manipulações tecnológicas. No cuidado de si

e no conhecimento de si como prática de uma maestria do eu, o sujeito deixa de ser massa e se torna indivíduo no grupo. Além disso, ele deixa o agrupamento e se converte em sujeito de ação livre, direcionada até mesmo para o bem não só individual, como também coletivo. Assumindo essas práticas de si, mesmo com as transformações operadas, esse sujeito ainda pode preservar sua subjetividade em face de sistemas tecnológicos, quando eles engendram manipulações de sua própria individualidade ou a sujeição dos seus direitos. Mesmo experimentando transformações nas interações com os sistemas, esse sujeito, porque conserva as práticas de si, será capaz de resistir, agitar e movimentar a vida com independência, não obstante os eventuais maquinismos circulantes nos sistemas tecnológicos. Afinal, a subjetividade livre ainda pode ser preservada de possíveis manipulações, tendo como alternativas as práticas efetivas do cuidado de si e do conhecimento de si a serem exercitadas por cada indivíduo no curso de sua própria existência.

Referências

- ARENDDT, Hannah. *A condição humana*. Tradução de Roberto Raposo. 10 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007. 352 p.
- BENTHAM, Jeremy. *O Panóptico*. Tradução de Guacira Lopes Louro, M. D. Magno, Tomaz Tadeu. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008. 87 p.
- DELEUZE, Gilles. *Foucault*. Tradução de C. S. Martins. São Paulo: Brasiliense, 2006. 144 p.
- DELEUZE, Gilles. *O ato de criação*. Tradução de J. M. Macedo. Folha de S. Paulo, 27 de junho de 1999, p. 4-5. Disponível em <http://intermidias.blogspot.com.br/2007/07/oato-de-criao-por-gilles-deleuze.html>. Acesso em: 05 dez. 2016.
- DREYFUS, Hubert L; RABINOW, Paul. *Michel Foucault, uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica*. Tradução de Vera Porto Carrero. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995. 299 p.

- FOUCAULT, M. *História da sexualidade I. A vontade de saber*. Tradução. de M. T. C. Albuquerque e J. A. G. Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 2011. 176 p.
- FOUCAULT, Michel. *O governo de si e dos outros*. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2010. 384 p.
- FOUCAULT, Michel. *Segurança, Território, População. Curso dado no Collège de France*. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008a. 572 p.
- FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008b. 238 p.
- FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso: Aula Inaugural no College de France pronunciada em 2 de dezembro de 1970*. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Loyola, 1996. 79 p.
- FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Tradução de Raquel Ramalhete. Petrópolis, Vozes, 1987. 288 p.
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Tradução de Roberto Machado. 4. ed, Rio de Janeiro: Edições Graal, 1984. 111 p.
- FOUCAULT, Michel. *A Hermenêutica do Sujeito: curso dado no collège de France (1981-1982)*. Tradução de Márcio Alves da Fonseca e Salma Tannus Muchail. São Paulo: Martins Fontes, 2006. 680 p.
- GROS, Frédéric. *A parresia em Foucault*. In: GROS, Frédéric (org.). *Foucault: a coragem da verdade*. São Paulo: Parábola Editorial, 2004. p. 156-204.
- HAN, BYUNG-Chul. *No enxame: perspectivas do digital*. Tradução de Lucas Machado. Petrópolis: Vozes, 2018. 134 p.
- LANIER, Jaron. *Dez argumentos para você deletar agora suas redes sociais*. Tradução de Bruno Casotti. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2018. 152 p.
- LAZZARATO, M. *Signos, máquinas, subjetividades*. Tradução de Paulo Oneto. São Paulo: Sesc, 2014. 416 p.
- PARRA, H. "Abertura e controle na governamentalidade algorítmica". *Revista Ciência e Cultura*, São Paulo, v. 68, n. 1, mar. de 2016. Disponível em http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252016000100013&lng=en&nr=1. Acesso em: 28 nov. 2016.
- ROUVROY, Antoniette. *Technology, virtuality and utopia: governmentality in an age of autonomic computing*. In: HILDEBRANDT, Mireille; ROUVROY, Antoniette. *Law, human agency and autonomic computing - the philosophy of law meets the philosophy of technology*. New York: Routledge; Mireille Hildebrandt and Antoniette Rouvroy Editors, 2011. p. 119-140.
- ROUVROY, A., BERNIS, T. *Governamentalidade algorítmica e perspectivas de emancipação: o dispar como condição de individualização pela relação?* Tradução de P H. Andrade. *Revista Eco Pós*, Rio de Janeiro, v. 18, n. 2, p. 36-56. 2015.
- ZUBOFF, Shoshana. *The Age of Surveillance Capitalism - The Fight for a Humana at the New Frontier of Power*. New York: PublicAffairs, 2019. 717 p.

Recebido: 24/09/2020

Aprovado: 19/01/2021

Publicado: 31/01/2021

As Redes Sociais e a Psicologia das Massas: A Internet como Terreno e Veículo do Ódio e do Medo

[Social Networks and Mass Psychology: The Internet as a Terrain and Vehicle for Hatred and Fear]

Cristian Arão*

Resumo: O mundo político foi tomado de sobressalto em meados da década passada pela descoberta da influência de empresas de propaganda que teriam utilizado rastros digitais dos eleitores para manipulá-los. Com o auxílio do *Big Data* e dos algoritmos, grupos teriam conseguido *hackear* eleições ao redor do mundo, criando uma nova arma de manipulação psicológica que constituiria uma ameaça à democracia. Este artigo, entretanto, pretende lançar luz sobre outra perspectiva: muito embora os avanços tecnológicos demandem análises específicas, mecanismos de controle social subjetivo não são uma novidade. Dessa forma, as táticas usadas contemporaneamente não são invenção de um modo novo de fazer política, são versões atualizadas de um sistema de manipulação antigo. Se a democracia corre risco porque as pessoas estão sob a mira de grupos que tentam influenciá-las sem que elas saibam, ela sempre esteve, pois sempre que a opinião pública foi importante, houve sistemas articulados para manipulá-la.

Palavras-chave: Psicologia das Massas. Redes Sociais. Manipulação Social.

Abstract: The political world was taken aback in the middle of the past decade by the discovery of the influence of advertising companies that would have used voters' digital tracks to manipulate them. With the help of Big Data and the algorithms, groups would have been able to hack elections around the world, creating a new weapon of psychological manipulation that would pose a threat to democracy. This article, however, intends to shed light on another perspective: although technological advances require specific analyzes, mechanisms of subjective social control are not new. Thus, the tactics used today are not the invention of a new way of doing politics, they are updated versions of an old manipulation system. If democracy is at risk because people are being targeted by groups that try to influence them without their knowing it, it has always been, because whenever public opinion was important, there were articulated systems to manipulate it.

Keywords: Mass Psychology. Social Networks. Social Manipulation.

*Mestre em filosofia pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Atualmente realiza seu doutorado na mesma instituição, com bolsa da CAPES. E-mail: cristian_arao@hotmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0042-4957>.

Em meados da segunda década do século XXI uma nova preocupação surgiu no mundo político: escândalos envolvendo redes sociais e agências de publicidade revelaram que diversas eleições ao redor do mundo teriam sido influenciadas por grupos que, com o auxílio de empresas como *Facebook*, teriam manipulado os eleitores. Para muitos, a propaganda política foi longe demais ao se valer de uma ausência de regulamentação clara, para aproveitar-se de rastros digitais de internautas e criar propagandas personalizadas para cada pessoa com o intuito de influenciá-las a nutrir simpatia ou antipatia por determinado candidato. Empresas como a Cambridge Analytica e pessoas como Steve Bannon e Alexander Nix seriam responsáveis pela criação de sistemas complexos que, envolvendo psicologia comportamental e uso desmesurado de dados organizados por físicos e programadores, teriam alterado o rumo das eleições estadunidenses, o plebiscito do *Brexit* e até mesmo ajudado a levar Bolsonaro ao poder no Brasil.

Em comum, esses três acontecimentos possuem o fato de que os vencedores eram candidatos com pouca probabilidade de vitória, mas com o auxílio dos feiticeiros da tecnologia, venceram seus escrutínios. Dada a surpresa dos eventos, grande parte dos analistas e da imprensa mundial julgou tratar-se de uma nova era, na qual a política seria subalterna à tecnologia. No entanto, a situação exige uma análise mais detida,

investigando o alcance, as limitações e a natureza da publicidade política auxiliada pelo *Big Data* e pelos algoritmos.

Microtargeting e Cambridge Analytica

Alexander Nix, CEO da Cambridge Analytica, surge nesse cenário como um dos protagonistas responsáveis pela criação desse novo mundo. De acordo com ele, a sua empresa estaria na vanguarda de uma revolução na propaganda que tornaria a “publicidade tradicional” obsoleta. Isso porque, para ele, o seu trabalho consiste em mudar comportamentos e não simplesmente em criar marcas e fornecer validação social. É Brittany Kaiser, ex-funcionária da CA, quem revela de forma pormenorizada a visão de mundo, o *modus operandi* e as ambições de Nix no livro *Manipulados* (2020). Segundo ela, Nix gabava-se de ter atingido o estado da arte da propaganda política, que seria a invenção de uma estrutura que tornaria possível converter pessoas. Para isso, orientava-se num método psicográfico desenvolvido no Behavioural Dynamics Institute para captar e catalogar as nuances das personalidades dos indivíduos e a partir daí, com a modelagem de dados, criar modelos para prever e influenciar o comportamento. Dessa forma, eles não seriam apenas uma agência de publicidade, mas uma “empresa de comunicação psicologicamente astuta e com precisão científica” (KAISER, 2020, p.

53).

O acrônimo OCEAN é a base da psicologia empregada pela CA para a classificação das pessoas. A partir de dados coletados em lugares como históricos de compra, registro eleitoral, curtidas e testes de personalidade feitos no *Facebook*, milhares de pontos de informação são analisados e classificados no sistema de pontuações *Big Five*.

A pontuação OCEAN surgiu a partir da psicologia comportamental e social no âmbito acadêmico. A Cambridge usou esse tipo de pontuação para definir de que maneira a personalidade das pessoas se constrói. Ao realizar testes de personalidade e combinar pontos de dados, a CA descobriu que era possível determinar em que grau um indivíduo era "aberto a novas experiências" (O, de "*openness*"), "metódico" (C, de "*conscientiousness*"), "extrovertido" (E, de "*extraversion*"), "empático" (A, de "*agreeableness*") ou neurótico (N, de "*neuroticism*") (KAISER, 2020, p. 87-88).

De acordo com Kaiser, essa pontuação serve como base para a segmentação das pessoas em grupos (32 os principais) que entrelaçam essas características. A pessoa, então, pode ser aberta e metódica, ou empática e neurótica e assim por diante. A partir daí é possível

fazer o "*microtargeting comportamental*", que é a propaganda direcionada ao tipo específico de personalidade. Na narrativa da própria Cambridge Analytica, após a captação e o refino dos dados, é possível prever com a precisão de 95% as escolhas de cada indivíduo (KAISER, 2020, p. 89).

Em sua autopropaganda a CA vendia para seus clientes a capacidade de manipular a população analisando os dados e traçando estratégias a partir de sua modelagem. Nesse cenário, o papel dos matemáticos e dos físicos é crucial. A necessidade de profissionais que soubessem criar modelos a partir de extensa quantidade de dados foi tamanha que Dominic Cummings (estrategista da campanha "*Vote leave*" do *Brexit*) chegou a afirmar que para alcançar sucesso na política era preciso "contratar físicos e não experts ou comunicadores" (CUMMINGS Apud EMPOLI, 2020, p. 142). O método amparado no *Big Data* consiste na análise de grande volume de dados de diversas qualidades. Nesse contexto, físicos, profissionais com experiências em lidar com uma enorme quantidade de dados e com sistemas de múltiplas variáveis são peças chave para esse tipo de trabalho.

Desse modo, os algoritmos e os modelos matemáticos feitos a partir da coleta de dados permitiram que a propaganda política pudesse ser personalizada. Aliando as características da personalidade da pessoa às informações sobre seus gostos e preferências políticas,

cria-se uma peça publicitária específica. Se uma pessoa é sensível às questões da ecologia, por exemplo, ela passa a receber propagandas em que o candidato em questão defende a agenda ecológica, da mesma forma que recebe também materiais em que o político rival soa como alguém que não se importa com o meio ambiente.

A análise de grandes dados, portanto, surge como uma arma revolucionária para a política contemporânea. De acordo com Giuliano Da Empoli, em *Os engenheiros do caos* (2020), o surgimento do *Big Data* na política é comparável ao advento do microscópio para as ciências naturais (EMPOLI, 2020, p. 152). Com o uso correto, é possível, inclusive, silenciar facetas problemáticas de um candidato e lançar luz sobre outras que o identifiquem com o eleitor alvo da campanha publicitária. Com isso, o político surge como algo mais que uma pessoa com uma proposta política; ele passa a ter um número enorme de faces e a cada possível eleitor é oferecido acesso somente às fisionomias que lhe agradam.

São esses mesmos mecanismos que permitem também que recebamos propaganda personalizada de diversos serviços e produtos enquanto olhamos para páginas e aplicativos nas telas que usamos, e nos espantamos, muitas vezes, com a capacidade dos anúncios de saberem do que precisamos. Entretanto, é lícito questionar o quanto, de fato, somos apreendidos pelos algorit-

mos e o quanto eles podem, realmente, nos controlar.

O mito dos algoritmos

Devido à ausência de transparência no funcionamento dos algoritmos que regem os dados nas diversas localidades da internet, existe uma preocupação muito válida com a privacidade e também sobre como nossos dados poderiam ser aplicados a uma perversa máquina de manipulação social. Contudo, algumas pessoas não se convenceram com a narrativa que atribuiu ares de ficção científica a alguma coisa, onde as pessoas são controladas pelas máquinas. O matemático David Sumpter, desconfiado das afirmações que mitologizavam os números, resolveu investigar a história por trás de grupos como a CA.

Utilizando um tutorial disponibilizado pelo próprio Michal Kosinski (um dos responsáveis pelo método utilizado pela Cambridge Analytica), criou um sistema para reproduzir a experiência de classificação de personalidades. Durante sua pesquisa, Sumpter percebeu que o método funciona muito bem para descobrir a preferência política das pessoas sem a necessidade de informações de “curtidas” sobre política. De acordo com o modelo da CA é possível saber se alguém é republicano ou democrata mesmo se a pessoa não “curtiu” as páginas dos partidos ou de políticos como

Obama ou Bush. “Por exemplo, alguém que curta Lady Gaga, Starbucks e música country se encaixa mais provavelmente como republicano, mas um fã de Lady Gaga que também gosta de Alicia Keys e Harry Potter se encaixa mais provavelmente como um democrata” (SUMPTER, 2019, p. 54-55).

No experimento de Sumpter essas articulações de dados possibilitaram a criação de um sistema que precisou em 85% a acurácia na classificação das pessoas. Tudo indica, então, que esse método é altamente eficiente na função de desvelar preferências políticas a partir de “curtidas” em páginas que a priori não teriam relação com o mundo político. Contudo, analisando mais de perto a questão, o matemático descobriu três limitações no sistema de predição da Cambridge Analytica.

Primeiramente, embora a capacidade de prever a orientação política através de “curtidas” em ícones da cultura pop possa parecer muito interessante, descobrir a preferência partidária das pessoas não é muito útil, visto que são pessoas que já votariam no partido. Ademais, creio não ser necessário um complexo algoritmo para descobrir a filiação ideológica de alguém, sobretudo hoje, quando as pessoas fazem questão de demonstrar quais são seus valores políticos, compartilhando, inclusive, como legenda em seus avatares nas redes sociais.

Em segundo lugar, para o funcionamento eficiente do sistema faz-se ne-

cessário um grande número de “curtidas”. Para que a predição funcione é preciso um mínimo de cinquenta e para que seja acurado são necessárias centenas. Ou seja, o modelo necessita de uma grande quantidade de dados para serem analisados, no entanto, existem diversas pessoas que não possuem o hábito de “curtir” páginas. Aliado a isso, podemos negritar também o fato de que muitas pessoas “curtem” páginas que são contrárias às suas preferências para se manterem atualizadas ou para polemizar.

A terceira limitação encontrada diz respeito à classificação das personalidades para além da básica preferência política. No seu experimento, Sumpter testou o sistema OCEAN e concluiu que o modelo não é tão preciso quanto foi vendido. Ainda que a tentativa de classificação na categoria O (abertura à experiência) tenha se mostrado razoavelmente eficiente (acertando dois terços das vezes) as demais categorias mostraram uma taxa de eficiência levemente maior do que a aleatoriedade.

Tal conclusão alcançada por Sumpter foi endossada, inclusive, por Aleksandr Kogan. Kogan é o pesquisador de Cambridge e criador do sistema aplicado pela Cambridge Analytica. Segundo ele, “Nix [CEO da CA] está tentando promover o algoritmo de personalidade porque ele tem um grande incentivo financeiro para contar uma história sobre como a Cambridge Analytica tem uma arma secreta” (KOGAN apud SUMP-

TER, 2019, p. 57).

No entanto, essa perspectiva aqui apresentada, desenvolvida por Sumpter e corroborada por Kogan, constitui-se como uma espécie de contranarrativa, visto que em muitas mídias afirmou-se a existência de um poder descomunal de influência da CA. De acordo com Sumpter e Kogan, essa narrativa é antes de mais nada uma autopropaganda da própria Cambridge Analytica e de pessoas que se julgam mais importantes do que realmente são.

Um dos personagens responsáveis pela construção da hipóbole é Christopher Wylie, um jovem programador que alegou (em tom de *mea culpa*) ter criado a arma da guerra psicológica de Steve Bannon. Em diversas oportunidades, Wylie discorreu sobre como ele foi uma das principais mentes por trás dos algoritmos que teriam dado a vitória a Donald Trump. Essas histórias, no entanto, surpreenderam pessoas como Brittany Kaiser (braço direito de Alexander Nix durante muito tempo). De acordo com ela, ele nunca teve a importância que propagandeou; seria na verdade um funcionário comum e não um dos fundadores e personagens centrais da Cambridge Analytica e, inclusive, não trabalhava mais na empresa durante as campanhas de Trump e do *Brexit*.

Portanto, percebe-se que a narrativa de Alexander Nix, bem como a de Christopher Wylie, atribui uma enorme inteligência aos algoritmos usados pela

CA, embora haja muita controvérsia em torno da questão. O mito dos algoritmos é ainda endossado pelo fato de não conhecermos o funcionamento do sistema usado por vários grupos que se apropriam dos nossos rastros para nos oferecer conexões com pessoas, serviços, produtos, etc. Contudo, nem todos os responsáveis pela formulação dos algoritmos que nos guiam na internet defendem que eles são tão eficientes.

Hipostasiação da inteligência

Glenn McDonald, do Spotify, é um dos poucos que admitem que os sistemas de compreensão das pessoas não são tão acurados quanto aparentam. Segundo ele, o trabalho está longe de ser somente “ciência pura” ou realmente automatizado; o papel do humano aí é extremamente importante nas diversas diretivas do processo. Glenn admite inclusive que é muito difícil captar como a pessoa se conecta à música e, por isso, muitas vezes as sugestões de *playlists* não são satisfatórias. É muito comum ficarmos espantados com os anúncios de produtos, ou vídeos que eram justamente o que queríamos ou precisávamos, entretanto, não damos muita atenção à enorme quantidade de propagandas e sugestões que são completamente avessas ao que gostaríamos.

Isso demonstra que os modelos matemáticos estão longe de fazer todo o trabalho sozinhos, ou de constituir um sis-

tema complexo o suficiente para captar todas as nossas particularidades. Não há nem no horizonte ainda a possibilidade de que as máquinas possam captar nossa personalidade sem os constantes ajustes de trabalhadores, que além de programadores (que executam a parte “braçal” do serviço) são também experts em comportamento. Esses especialistas são a mente por trás dos algoritmos, eles que realizam a interpretação e as combinações dos dados, são, conforme o epíteto requisitado por Glenn McDonald, os “alquimistas dos dados”. Portanto, a máquina de influência contemporânea não é regida por sistemas completamente automáticos, ao invés disso, funciona através de trabalho humano razoavelmente automatizado.

A ideia de uma inteligência artificial autônoma que consiga se equiparar à humana espanta e encanta a humanidade há muito tempo, ao passo que serve de inspiração para escritores de ficção científica e fonte de renda e objeto de trabalho de muitos cientistas. Entretanto, tudo indica que os *softwares* utilizados pelas empresas com o intuito de classificação da personalidade não funcionam sem constante interação humana. Cabe então analisar em que patamar está a atual tecnologia de inteligência artificial para explicar por que os algoritmos de controle social não podem funcionar por conta própria.

Ao final do século passado, em 1997, os estudos sobre inteligência artificial ganharam grande projeção após o com-

putador *Deep Blue* da IBM vencer uma partida de xadrez contra o campeão mundial Garry Kasparov. Contudo, esse não foi um marco significativo para o desenvolvimento da tecnologia de IA. O tipo de programação utilizado no *Deep Blue* era uma técnica que funcionava “de cima para baixo”; isso quer dizer que os programadores alimentavam a máquina com as informações sobre os movimentos, as jogadas, etc. Nesse caso específico o algoritmo foi munido com 700.000 partidas dos melhores jogadores de xadrez. A partir daí, a máquina faz cada jogada considerando todos os possíveis movimentos do seu adversário. Não é de espantar que nesse contexto uma máquina dificilmente será surpreendida por um humano. Na verdade, é possível, inclusive, que a máquina calcule todas as probabilidades tornando-se uma jogadora invencível. Uma máquina suficientemente poderosa pode computar todas as possibilidades e tornar impossível sua superação.

Porém, o problema desse modo de programação é que ele só funciona de maneira eficiente num universo onde todas as variáveis são conhecidas. Qualquer condição desconhecida pode fazer com que o *software* não saiba o que fazer. Por esse motivo, ainda que a máquina tenha vencido o homem, os estudos acerca da inteligência artificial não eram promissores entre o final do século passado e o começo deste. Foi preciso, portanto, reformular a concep-

ção da IA e para isso a estatística serviu como base para os algoritmos contemporâneos que executam programação “de baixo para cima”. No lugar de ensinar a máquina a jogar, as novas tecnologias permitem criar mecanismos para a máquina aprender a jogar sozinha.

Com essas novas técnicas, o *software*, através do método tentativa e erro, aprende e aprimora suas formas de superar os desafios. Desse modo é possível que a IA opere de forma satisfatória num ambiente novo, desconhecido. Essa nova configuração tornou possível, por exemplo, que as máquinas comesçassem a jogar videogames. Por irônico que pareça, é muito mais complicado para um computador operar um jogo eletrônico do que um de tabuleiro. Isso acontece porque nos jogos de tabuleiro como xadrez, as variáveis, quantas sejam, são conhecidas de antemão, o que permite computar todas as probabilidades daquele universo fechado. Entretanto, nos jogos de computador, a máquina precisa aprender os padrões que os jogos possuem e depois de muitas horas de jogo, executar os movimentos que a permitam vencer. Em jogos com padrões mais previsíveis, o desempenho das IAs é melhor, mas quando são confrontadas com uma maior variação nos padrões, podem não conseguir alcançar o mesmo nível de um humano.

A dificuldade das máquinas reside no fato de que elas não conseguem traçar estratégias que demandem paciência e planejamento. “Elas não conse-

guem planejar o futuro, mesmo que em curto prazo” (SUMPTER, 2019, p. 240). Ou seja, por mais que os *softwares* sejam capazes de, de certa forma, se autoprogamar, ainda não conseguem ir muito além do que é imediato na reação às novas variáveis.

Portanto, ainda que os donos das grandes empresas de tecnologia defendam que as IAs e os algoritmos nos aproximam de uma realidade semelhante a uma narrativa de ficção científica, parece que ainda estamos muito distantes de algo próximo a uma verdadeira inteligência artificial. David Sumpter, após concluir suas pesquisas acerca do controle social feito pelos algoritmos e pela inteligência artificial, defende que o poder de influência da tecnologia é muito menor do que normalmente se imagina. Em *Domina-dos pelos números*, argumenta que somos dominados não pelos algoritmos, mas por uma espécie de fetichismo dos números. Justamente por não conhecermos a fundo o sistema de funcionamento das tecnologias contemporâneas, somos tentados a enxergar poderes quase sobrenaturais em algo que não é nada mais do que produto do trabalho humano.

Da hipérbole autopropagandística da Cambridge Analytica às palestras sensacionalistas acerca da inteligência artificial de Elon Musk, todos possuem em comum o fato de que afirmar que os algoritmos são extremamente poderosos é ver a si mesmo como alguém extre-

mamente poderoso, e essa publicidade ajuda a desenvolver essa forma mística de encarar a tecnologia.

Em seu livro, Sumpter apresenta diversos exemplos de como a capacidade de muitas técnicas foi superdimensionada; no primeiro capítulo ele relata uma investigação que foi feita para descobrir a identidade do artista Banksy. Utilizando mapas de calor e complexos sistemas que computaram enormes quantidades de dados, os pesquisadores alegaram ter descoberto quem seria Banksy. Contudo, a conclusão que eles chegaram foi a mesma que o jornal Daily Mail havia chegado oito anos antes sem todos os artefatos tecnológicos. A novidade na narrativa é que a informação dali em diante adquirira o status de verdade por ter sido “provada”.

Essa forma de perceber a tecnologia e seus frutos diz muito a respeito da nossa condição na era tecnológica. A tecnologia funciona como uma espécie de lugar epistemologicamente privilegiado onde reina a certeza e a precisão. O mundo humano, por outro lado, permitiria interferência de diversas questões que debilitariam o conhecimento. No entanto, Sumpter argumenta que não há esse universo virtual imune às influências humanas e que as ferramentas tecnológicas contemporâneas não são tão autônomas e precisas.

A verdade por trás dos algoritmos atuais é frequentemente muito mais simples e mais ba-

nal do que o termo "inteligência artificial" pode dar a entender. Quando analisei os algoritmos que tentam nos classificar, descobri que eram representações estatísticas de mais ou menos as mesmas coisas que já sabemos sobre nós mesmos. Quando analisei os algoritmos que tentaram nos influenciar, descobri que eles estavam explorando alguns aspectos muito simples de nosso comportamento para decidir quais informações de busca nos mostrar e o que tentar nos vender. Redes neurais decifraram alguns jogos, mas não conseguimos enxergar ainda um caminho até o topo da próxima montanha (SUMPTER, 2019, p. 260).

Isto posto, visto que a tecnologia parece não estar tão evoluída ao ponto de constituir um maquinário de lavagem cerebral, parece que os grupos como a CA podem não ter interferido no processo democrático. Sumpter defende que ainda não existem técnicas eficientes de manipulação social alicerçada na internet porque os algoritmos não conseguiriam mapear e influenciar os indivíduos de maneira eficaz. Porém, seu argumento só é válido para uma perspectiva onde o humano é entendido como um sujeito plenamente racional e com pensamentos genuínos e originais. De acordo com ele, as *fake news*,

o ódio expresso em redes como o Twitter são um problema, mas não são nada mais do que um reflexo de como as pessoas “se sentem genuinamente” (SUMPTER, 2020, p. 190). Contudo, partindo da ideia de que os seres humanos respondem à influência da sociedade e são constituídos por outras dimensões que não a racionalidade, percebe-se que há muito pouco de genuíno nas preferências do indivíduo.

O inconsciente e o sujeito contemporâneo

O nascimento da filosofia moderna é, em larga medida, marcado pela noção de sujeito plenamente autônomo e racional; tal ideia trabalhada por Descartes adquire importância de pilar de todo pensamento moderno ocidental. Muito embora houvesse oposição por parte de diversos filósofos modernos a essa tese, é somente no século XIX que o movimento epistemológico de crítica a essa noção de sujeito é feito de forma mais contundente, constituindo-se como uma das bases da filosofia contemporânea.

Freud é um desses autores que reformulam o conceito de sujeito. Com a introdução do problema do inconsciente, defende que a maioria dos fenômenos que ocorrem em nossa mente não é conhecida. Ainda que não tenha sido o primeiro na história do pensamento ocidental a postular a existência de uma

parcela mental não consciente, foi o primeiro a sistematizar o problema com o devido rigor. É com base nesse conceito que a psicanálise funciona como uma psicologia profunda comprometida em investigar e interpretar os fenômenos que ocorrem além do que é conhecido imediatamente pelo indivíduo. Trata-se, portanto, de compreender o que realmente move o ser humano, o que está por trás de cada ação e pensamento.

A teoria psicanalítica questiona coisas que podem ser tomadas como óbvias, mas que se revelam muito profundas. Parece não ser possível, por exemplo, questionar afirmações como “eu penso,” “eu quero” ou “eu sinto”. Entretanto, experiências com hipnose mostram que ideias e sentimentos tomados como originais podem ter sido introduzidos por outra pessoa. Erich Fromm, em *Medo à liberdade* (1981), relata um caso desse tipo e conclui afirmando que:

Podemos ter pensamentos, sentimentos, desejos e até impressões sensoriais, que sentimos subjetivamente como sendo nossos, e que no entanto, embora os experimentemos, foram-nos inculcados por alguém de fora, são basicamente estranhos a nós, e não são o que pensamos, sentimos etc (FROMM, 1981, p. 153).

Ainda sobre isso, Fromm afirma tam-

bém que esses pensamentos não originais não são exclusivos do estado hipnótico. Na verdade, os “atos mentais genuínos ou autóctones são exceções” (FROMM, 1981, p. 154). Desde Plotino (e possivelmente desde antes dele) há especulações sobre a existência de algo inconsciente, todavia a história do pensamento ocidental foi marcada pelo paradigma do sujeito consciente. Não por acaso, houve (e há) muita resistência à ideia de que exista uma parcela da mente que, embora desconhecida, seja responsável por muitos de nossos pensamentos, desejos e ações. De acordo com Freud, a parte consciente e racional (Eu) é tão pequena que “não é nem mesmo senhor da sua própria casa” (FREUD, 2014, p. 52). Utilizando a imagem do iceberg como alegoria, explica que a consciência humana é como a ponta da montanha de gelo que tem quase sua totalidade imersa. Ou seja, somos constituídos muito mais pelo inconsciente do que pelo sistema consciente.

Existe, entretanto, uma barreira que separa o sistema inconsciente do consciente e esse obstáculo é a censura. Tudo aquilo que não foi aprovado no teste da censura acumula-se no inconsciente; todos os traumas, desejos julgados como impróprios e tudo mais que seja contrário ao projeto racional fica reprimido. A descoberta do sistema inconsciente permitiu não só entender que existem conteúdos escondidos, mas compreender que o que foi contido pela

censura não se mantém simplesmente escondido, mas reprimido.

Nas *Cinco lições de psicanálise* (2006), para ilustrar o processo de censura que cria o inconsciente, Freud narra uma alegoria onde uma pessoa é expulsa e trancada do lado de fora de um auditório. Nessa narrativa, o sujeito banido termina por se esforçar em retornar à sala apesar da expulsão. O significado da metáfora é a ideia de que o reprimido tende a querer retornar à consciência. Portanto, tudo o que foi guardado não permanece imóvel e mantém-se à espreita, esperando oportunidade para emergir.

Psicologia das massas

Muito embora existam críticas que acusam a psicanálise de ser uma teoria que se ocupa com o indivíduo isolado, a teoria freudiana nunca tratou do homem como apartado do seu meio social. O sujeito para Freud é, em larga medida, um resultado das influências que lhe são inconscientes. Partindo de uma premissa diferente da narrativa que afirma que o ser humano surge solitário e depois constitui sociedade, defende que originalmente o homem é um animal de bando. Isso quer dizer que ele não nasceu isolado e se associou a outros, mas ele sempre esteve num contexto social e mais especificamente agrupado

em uma horda primordial.¹

Em 1921 com *A psicologia das massas e análise do Eu* (2011), Freud defende que as massas são, de certa forma, uma reencarnação dessa horda primeva. Dialogando com os psicólogos sociais do seu tempo como Le Bon, MacDougall e Trotter, oferece uma interpretação sobre a origem e o funcionamento das massas psicológicas. Algumas décadas depois, em 1954, Adorno publica *Teoria freudiana e o padrão da propaganda fascista*², onde dissecou esse texto de Freud e confirma sua relevância, afirmando que a análise freudiana da psicologia das massas apresentaria ferramentas para compreender o fenômeno do fascismo.

De acordo com Freud, os participantes da massa psicológica partilham uma alma coletiva, uma espécie de mente grupal que homogeneiza os indivíduos e tem o poder de transformá-los em uma coisa diferente do que eles pareciam ser quando em outro contexto. Na perspectiva freudiana a massa tem a capacidade de retirar a individualidade das pessoas, embora o indivíduo se julgue completamente independente e autônomo. Na massa, as pessoas tendem a agir e pensar de forma semelhante, deixando de lado suas idiossincrasias que constituem sua personalidade.

De acordo com ele, ao se perder na

horda, o indivíduo deixa de ser ele mesmo e torna-se algo maior. Ele sente forte e poderoso, porém esse sentimento de poder o faz sentir que diversas barreiras de censura que cercavam o inconsciente e que outrora existiam já não são mais necessárias. Dessa forma, fazer parte da massa é tornar-se a massa, de modo que o sentimento de responsabilidade submerge.

Basta-nos dizer que na massa o indivíduo está sujeito a condições que lhe permitem se livrar das repressões dos seus impulsos inconscientes. As características aparentemente novas, que ele então apresenta, são justamente as manifestações desse inconsciente, no qual se acha contido em predisposição, tudo de mal da alma humana. Não é difícil compreender o esvaecer da consciência ou do sentimento de responsabilidade nestas circunstâncias. Há muito afirmamos que o cerne da chamada consciência moral consiste no “medo social” (FREUD, 2011, p. 21).

Dentro da massa a pessoa sente-se segura para deixar emergir seus demônios que em outra situação permane-

¹Freud, inspirado por Darwin, afirma que a forma original da organização social da humanidade é, assim como no caso de muitos mamíferos, uma horda comandada por um macho forte que subordinava as fêmeas e os outros machos.

²No Brasil esse texto integra a obra *Ensaio sobre psicologia social e psicanálise* (2015).

ciam escondidos pela censura. Nesse contexto não há vergonha em admitir o gozo com a violência, por exemplo. Agora, isso que Freud chamou de mal da alma humana é louvado e motivo de orgulho. Portanto, percebe-se que nessa conjuntura existe uma espécie de elogio inconsciente à barbárie, visto que tudo aquilo que foi reprimido ao longo do processo civilizatório surge como padrão de ação e pensamento.

Junto com o muro do recalque, também desaba o senso crítico que permite analisar e ponderar as ideias. O indivíduo torna-se, assim, mais facilmente condutível. Através da sugestão e do contágio, a pessoa torna-se uma espécie de autômato, programável como alguém em estado hipnótico. Dessa forma, segundo Freud, o ato de pertencer a uma massa ocasiona um efeito tão potente na psique que se assemelha ao estado de completa disponibilidade à sugestão experienciado pelas pessoas em transe hipnótico.

Com o déficit na capacidade de auto-determinação, surge também a necessidade da busca de uma autoridade que seja responsável pela condução. Dessa autoridade externa, entretanto, não é esperado nenhum tipo de convencimento racional, baseado em argumentos e fundamentado na realidade. Não é necessário que nada seja provado, basta haver convicção. Como a massa representa o avesso (isto é, o que estava por dentro), o inconsciente assume a superfície e quem representar melhor os an-

seios do inconsciente serve de referência.

Quem quiser influir sobre ela [a massa], não necessita medir logicamente os argumentos; deve pintar com as imagens mais fortes, exagerar e sempre repetir a mesma coisa. Como a massa não tem dúvida quanto ao que é verdadeiro ou falso, e tem consciência da sua enorme força, ela é, ao mesmo tempo, intolerante e crente na autoridade. Ela respeita a força, e deixa-se influenciar apenas moderadamente pela bondade, que para ela é uma espécie de fraqueza. O que ela exige de seus heróis é fortaleza, até mesmo violência. Quer ser dominada e oprimida, quer temer seus senhores. No fundo inteiramente conservadora, tem profunda aversão a todos os progressos e inovações, e ilimitada reverência pela tradição (FREUD, 2011, p. 27).

Percebe-se, portanto, que a massa tem o poder de aflorar toda a crueldade contida, transformando as pessoas em suas piores versões. Tem a capacidade também de cultivar o medo à liberdade que leva as pessoas a procurarem líderes que as dominem.

Liderança e o ideal da massa

De acordo com Freud, o líder ocupa um papel fundamental para a criação e manutenção das massas, pois é nele que estão os referenciais do grupo. Entretanto, ele não é o responsável pela criação das massas, ao invés disso, ele responde aos anseios inconscientes das pessoas. Deve, portanto, moldar-se de acordo com as circunstâncias para que possa servir de ideal para a massa que pretende influenciar. Para tal, deve buscar os sentimentos censurados e colocá-los para fora com o intuito de fazer com que as pessoas o reconheçam como representante daquilo que está guardado nelas mesmas.

A importância do líder para a formação da massa é tão antiga, para Freud, quanto a própria humanidade. O psicanalista rechaça a ideia de o homem como ser isolado e independente, não só na alvorada da história, mas ao longo dela. “Ele [o homem] é antes um animal de horda, membro individual de uma horda conduzida por um chefe” (FREUD, 2011, p. 83). Nota-se, dessa forma, que a disposição de criar massas presente na humanidade deve-se a sua origem como mamíferos que circundam o macho alfa. Essa herança, de acordo com Freud, manteve-se na história da civilização e no fundamento das massas psicológicas.

No princípio da história humana ele [o líder] era o super-homem, que Nietzsche³ aguardava apenas para o futuro. Ainda hoje os indivíduos da massa carecem da ilusão de serem amados igualmente e justamente pelo líder, mas este não precisa amar ninguém mais, é-lhe facultada ser de natureza senhorial, absolutamente narcisista, mas seguro de si e independente (FREUD, 2011, p. 86).

Sendo assim, o líder tem de parecer poderoso e dominador, como um super-humano. Entretanto, não basta transparecer força e altivez; ele deve parecer como o resto das pessoas, como uma pessoa comum, na média, “Tal como Hitler posava como uma união de King Kong e barbeiro suburbano” (ADORNO, 2015, p. 171). O soberano deve ser alguém mundano que, embora tenha uma aura divina, possua características humanas que o aproximem do ser humano comum. Desse modo, quando o indivíduo fita o seu líder, ele está admirando, de alguma maneira, ele próprio, porque está admirando o ideal que criou de si próprio e isso “satisfaz o duplo desejo do seguidor em se submeter à autoridade e ser ele mesmo a

³De acordo com Adorno “A alusão de Freud é obviamente válida somente para o ‘super-homem’ tal como se tornou popularizado em *slogans* baratos” (ADORNO, 2015, p. 170)

autoridade” (ADORNO, 2015, p. 172).

À vista disso, podemos compreender o desejo de submeter-se que existe na massa; tudo indica que a compulsão à obediência deriva do sentimento de impotência. De acordo com Erich Fromm, isso constitui um pensamento masoquista.

O denominador comum a todo pensamento autoritário é a convicção de que a vida é determinada por forças extrínsecas ao ego do homem, e seus interesses e desejos. A única felicidade possível está na submissão a tais forças. A impotência do homem é o estribilho da filosofia masoquista [...]

O caráter autoritário não tem falta de coragem, atividade ou crença. Essas qualidades, porém, para ele significam algo completamente diferente do que para uma pessoa que não sonhe com a submissão. Para ele a atividade está enraizada em um sentimento básico de impotência que ela tende a superar; nesse sentido, a atividade quer dizer agir em nome de algo superior ao eu da pessoa (FROMM, 1982, p. 140).

Quanto mais o homem se sente impotente e despreparado, mais busca a saída através de uma autoridade exte-

rior. Surge daí a sede de obediência que constitui o poder de comando dos líderes. Eles respondem à necessidade de direcionamento que o indivíduo julga ser incapaz de oferecer a si próprio. Dessa forma, o súdito sente-se forte e poderoso porque é a massa, e por isso, é também, de certo modo, o seu senhor. A força e as conquistas do soberano são, de alguma maneira, suas também.

O processo de idealização do eu e os demais atributos que constituem a psicologia das massas são, portanto, características que propiciam a manipulação. Na massa podemos ser conduzidos inconscientemente através da exploração de sentimentos que ficaram reprimidos. O papel da liderança aí é sentir quais as frustrações, medos e raivas estão presentes no inconsciente e representar o papel de alguém que expõe tudo isso que se manteve submerso.

Foi explorando esses e outros atributos que diversas organizações, empresas e governos exerceram influência sobre a psique da população muito antes do invento da internet. Contudo, a perspectiva mais deflacionada acerca do poder de controle das redes sociais não diminui a responsabilidade das empresas como a CA, o Facebook e o WhatsApp, mas pretende revelar que elas são somente o meio usado por técnicas de manipulação muito anteriores e constituem um sistema muito mais humano do que maquinal.

Para além da tecnologia

O escândalo do *datagate* (vazamento de dados de usuários do Facebook para uso da Cambridge Analytica) revelou uma existência de uma rede complexa de manipulação social que teria interferido na eleição estadunidense e no *Brexit*. Articulando psicologia comportamental e informática, a CA teria criado uma arma de guerra psicológica inédita na história da humanidade. Isso seria devido à tecnologia contemporânea que permite um alcance maior do poder de intervenção na formação de opiniões. Já não é mais necessário que a pessoa esteja numa praça pública para presenciar um discurso e nem estar sintonizado em certo canal de televisão; hoje, a propaganda vai até o público e de forma muito ostensiva o aborda constantemente. Há, portanto, um aumento na quantidade de vezes onde a pessoa é assediada por publicidade política, sem saber muitas vezes que se trata disso.

Entretanto, ao analisarmos mais de perto os casos de sucesso de empresas como a Cambridge Analytica, percebe-se que a ferramenta tecnológica é somente a ponta do iceberg de um sistema que é fruto de séculos de estudos e práticas de controle social. A mentira (agora numa nova roupagem denominada *fake news*), a manipulação de sentimentos como o ódio e o medo e outros diversos atributos que constituem a psicologia das massas ainda são as ba-

ses das práticas contemporâneas de influência de comportamento.

Antes do trabalho nas eleições estadunidenses e no *Brexit*, a CA ganhou experiência lidando com a política em países da África, América e Ásia. Os relatos sobre essas ações constituíam o cartão de visita que era utilizado nos *itches* narrados por Brittany Kaiser em *Manipulados*. De acordo com ela, Alexander Nix gabava-se de ter transformado a vida política de países como Nigéria, Colômbia e Trindade e Tobago.

Na Nigéria, teria auxiliado a apaziguar os ânimos durante uma fraude eleitoral em 2007. Segundo narra Kaiser, o candidato da situação Umaru Musa Yar'Adua não acreditava que poderia ser eleito e planejava fraudar a eleição. Entretanto, se descoberto perderia muita popularidade e por consequência, força política. Dado esse cenário, Nix propôs uma manobra para “vacinar” a população para que a fraude não parecesse algo tão escandaloso para a opinião pública. Para tal, encarregou-se de espalhar boatos e rumores com antecedência contando que as eleições seriam fraudadas. A lógica desse plano consiste em fazer as pessoas se habituarem aos poucos ao acontecimento futuro, de modo que quando a eleição estivesse sob real suspeita de fraude, aquilo já não mais causasse sobressaltos. De acordo com a narrativa, o plano teria funcionado, ocasionando somente “pouquíssima violência” (KAISER, 2020, p. 262). Ainda

que a imprensa mundial tenha repercutido de forma diferente o mesmo acontecimento⁴, o fato é que Yar'Adua foi devidamente empossado, apesar de observadores eleitorais da União Europeia terem concluído a existência de fraude, e somente em 2018 (após o *datagate*) a Nigéria abriu uma investigação para apurar a interferência da CA na política do país.

Na Colômbia, a intervenção de Nix e seu grupo se deu na eleição para a prefeitura de Bogotá. Segundo Kaiser, a empresa tinha concluído que a opinião pública via todos os candidatos como “um bando de trapaceiros, ladrões e mentirosos” (KAISER, 2020, p. 262). Alexander propôs, então, uma campanha onde o candidato não aparecesse. Em vez de *outdoors* com fotos do político, espalhou *posters* diferentes de pessoas diferentes (médicos, professores, lojistas, etc.) com a frase “pessoas mudam pessoas”. Dessa forma, era como se o candidato submergisse no mar de homens e mulheres comuns. A partir daquele momento os eleitores não votariam mais em um político corrupto, mas em alguém do povo, alguém como eles; quando o eleitor via possivelmente alguém com a sua profissão, gênero, idade ou etnia, via, de alguma forma, ele mesmo.

Em Trindade e Tobago o desafio era lidar com um país dividido política-

mente em negros e indianos. Após pesquisas sobre a sociodinâmica, a demografia e os costumes do povo, concluiu que a etnia dos seus clientes, o partido indiano, possuía uma ligação hierárquica familiar muito mais presente do que nos negros. Com isso em mente, articulou e criou um movimento político que incitava os jovens a não votarem. A ideia principal era “‘Não vote’, porque não era maneiro” (KAISER, 2020, p. 265). A intenção era captar o sentimento de revolta dos jovens que, por se sentirem desprovidos de oportunidades, criaram uma forte reação ao governo e à política. Como resultado, a juventude abraçou a causa da abstenção como um ato de protesto, e passou a endossar a campanha de forma orgânica criando vídeos no YouTube e grafitando paredes. Em resumo, trabalhando para Alexander Nix de graça e o mais importante: de forma natural e sem que ninguém soubesse que aquelas ações espontâneas eram na verdade fruto de uma estratégia política.

Explorando a sensação de pertencimento, o grupo conseguiu que houvesse uma abstenção muito grande entre os jovens. Contudo, Nix sabia que muitos jovens indianos não deixariam de votar devido à hierarquia familiar mais presente. Por mais que tivessem sido tocados pela campanha, isso não seria suficiente para que desobedecessem aos

⁴De acordo com a BBC, “Violência e atrasos marcam início de eleição na Nigéria. Atrasos marcaram o início das eleições presidenciais e legislativas na Nigéria, que vai neste sábado às urnas em uma votação histórica” (VIOLÊNCIA, 2007).

país e deixassem de votar. Dessa forma, a tática consistiu em fazer com que o maior número de abstenção fosse entre os negros, o que garantiu que o partido indiano fosse o vencedor da eleição.

A partir desses relatos, é possível concluir que a engenhosidade e a astúcia de Alexander Nix não estão diretamente ligadas ao conhecimento e manipulação de algoritmos. Ainda que a tecnologia facilite o trabalho de alcançar as pessoas, é indispensável o conhecimento da sociedade e do ser humano. De campanhas dentro dos padrões da legalidade como a de Bogotá, até ligação com fraude eleitoral como na Nigéria, passando por diversas zonas medianas eticamente duvidosas, a Cambridge Analytica deu continuidade e atualizou as práticas de manipulação social.

Não deveria ser espantoso para ninguém, entretanto, que as empresas de propaganda política contemporâneas considerem que as campanhas apelam ao sentimento e não ao fato e criam narrativas diversas para o controle social. Desde os anos vinte, pelo menos, sabe-se que a psicologia invadiu a propaganda política para ajudar a manipular as emoções dos cidadãos.

Edward Bernays e a propaganda política no século XX

É possível controlar as pessoas, influenciando seus gostos, suas ações, seus medos e seus desejos sem que elas sai-

bam? De acordo com Edward Bernays, a resposta é sim. Bernays é um sobrinho de Freud, considerado pai da propaganda moderna e criador do termo “relações públicas”. Durante a primeira guerra mundial trabalhou para o governo dos EUA na Comissão Creel, que possuía o objetivo de influenciar a opinião pública, para apoiar a participação dos Estados Unidos na guerra. De acordo com Chomsky, a população norte-americana não concordava com a entrada do país no conflito até a intervenção do comitê que, após seis meses, conseguiu transformar o povo estadunidense numa “população histérica e belicosa que queria destruir tudo que fosse alemão” (CHOMSKY, 2013, p. 11).

Após a experiência com a comissão, Bernays deu continuidade ao seu trabalho com propaganda desenvolvendo o que ele chamou de “engenharia do consentimento”. Ele conclui que os mecanismos de controle usados durante a guerra poderiam ser usados também em tempos de paz. Para tal, aprofundou-se no estudo da psicanálise, valendo-se, sobretudo, do texto *A psicologia das massas e a análise do eu* de Freud. É a partir daí que cria o termo “relações públicas”. Para ele, o termo “propaganda” estaria demasiadamente ligado às práticas alemãs, por isso foi necessário criar uma nova nomenclatura. Ademais, segundo ele, a nova técnica que estava propondo seria muito diferente do modo de fazer propaganda

anterior.

Os novos profissionais da publicidade deveriam ser iniciados na psicologia das massas para que pudessem manipular o inconsciente das pessoas criando uma conexão emocional com um produto ou serviço. Assim como Alexander Nix, Bernays também via a si mesmo como um revolucionário da propaganda que teria criado uma nova técnica de manipulação que teria o poder de transformar as pessoas.

Nos anos vinte, a relação entre a propaganda e a política torna-se mais próxima. Bernays é convidado, em 1924, pelo presidente Coolidge para trabalhar como seu relações-públicas, constituindo, assim, a primeira experiência que colocou a nova propaganda a serviço da política diretamente. A partir daí, ele irá começar a pensar como a sua técnica pode servir diretamente ao poder político. Em 1928 publica *Propaganda*, um livro que apresenta o que é como funciona e para que serve a disciplina relações públicas. Logo nas primeiras frases do texto afirma que:

A manipulação consciente dos hábitos e opiniões das massas é um elemento importante na sociedade democrática. Aqueles que manipulam esse mecanismo invisível da sociedade constituem um governo invisível, que é o verdadeiro poder dominante de nosso país. Somos governados, nossas men-

tes são moldadas, nossos gostos formados, nossas ideias sugeridas, em grande parte por homens dos quais nunca ouvimos falar (BERNAYS, 1928, p. 9, tradução minha).

Dessa forma, percebe-se que os instrumentos para manipular a população e guiar a opinião pública não são nenhuma novidade na história do ocidente. A prática de controle social subjetivo foi exercida sempre que a opinião pública foi relevante. É possível encontrar também na obra de diversos autores muito mais antigos o esforço para criar ou decifrar os mecanismos de manipulação social. Pensadores como Maquiavel, Hobbes e Etienne De La Boetie, por exemplo, são alguns dos pensadores que se ocuparam de investigar (com diferentes propósitos) as diferentes formas de controle social subjetivo.

Nas sociedades democráticas, entretanto, a necessidade de aprimoramento desses mecanismos de controle subjetivos foi intensificada. A partir do momento que o povo ganha o poder que o rei perdeu (BERNAYS, 1928, p. 19), a necessidade da manipulação da opinião pública torna-se mais proeminente.

Para Bernays, as pessoas devem ser controladas, porque do contrário reinará o caos. A democracia, nesse contexto, é encarada como um problema; as pessoas não podem ser livres e as formas de controle subjetivo seriam, na verdade, algo para ajudá-las.

Alguns dos fenômenos desse processo são criticados - a manipulação de notícias, a inflação da personalidade e o discurso pelo qual políticos, produtos e ideias são levados à consciência das massas. Os instrumentos pelos quais a opinião pública é organizada e focada podem ser mal utilizados, mas essa organização e foco são necessários para uma vida ordenada (BERNAYS, 1928, p. 12, tradução minha).

Percebe-se, portanto, que as práticas de distorcer narrativas são um importante instrumento para influenciar a opinião pública. De acordo com Bernays, falsear a verdade, criar heróis e vilões, e introjetá-los nas mentes das pessoas é essencial para quem quiser influir sobre as massas. Dessa forma, as notícias falsas surgem como uma excelente maneira de espalhar essas narrativas.

Fake news

Contemporaneamente as *fake news* cumprem também a função de criar um universo paralelo onde reside a verdade para determinado grupo. O uso da mentira torna-se mais sofisticado porque elas podem se inter-relacionar

criando um conjunto de narrativas que constitui uma visão de mundo própria e ao mesmo tempo fora da realidade. Com isso, a fonte de verdade passa a ser as lideranças do grupo de onde as verdades provêm. Nesse cenário, todas as notícias que, de alguma maneira, são inconvenientes aos valores e às políticas de determinado segmento são rechaçadas, taxadas, inclusive de *fake news*.

Para o funcionamento efetivo da disseminação de notícias falsas com esse intuito de criação de “verdades alternativas”, as bolhas das redes sociais e os grupos de *WhatsApp* cumprem um papel fundamental. A partir do momento em que as pessoas passaram a se informar mais pelas redes sociais e a dar mais credibilidade às informações que recebem em seus grupos do que à “mídia tradicional”, ficou mais fácil disseminar mentiras.

De acordo com Giuliano Da Empoli em *Engenheiros do caos*, essa nova organização fez com que as pessoas se agrupassem para expressar sua raiva contra o sistema corrupto, as pessoas más e tudo que está aí. Esse sentimento, então, é canalizado para a criação de grupos que mantêm em comum o ódio a um inimigo que está em todo lugar que não seja o grupo daquelas pessoas.

A raiva, dizem os psicólogos, é um afeto narcisista por excelência, que nasce de uma sensação de solidão e de impotência e que caracteriza a figura do ado-

lescente – um indivíduo ansioso, sempre em busca da aprovação dos seus pares e permanentemente apavorado com a ideia de estar inadequado.

O problema hoje é que nas redes sociais, somos todos adolescentes fechados em nossos pequenos quartos, onde aumenta a frustração por causa do crescente abismo entre a mediocridade de nossa vida e todas as vidas possíveis que se oferecem virtualmente em nossos monitores e telas de celular (EMPOLI, 2020, p. 76-77).

A internet, portanto, uniu pessoas que possuíam sentimentos difusos e escondidos, agrupando-as e dando-lhes identidade. Agora essas pessoas não seriam mais enganadas e nem admoestadas pela “grande mídia”, os políticos, a OMS, etc. As redes sociais permitiram, então, que não fossem mais sujeitos isolados, mas sim membros de um time de pessoas que não querem mais estar subordinadas à “verdade oficial”. Nota-se aí que a internet funciona como um excelente espaço para a formação de massas psicológicas.

Nesse cenário, a relação do indivíduo com as informações é menos racional e mais emocional. Há muito pouca preocupação com a coerência ou a crívelidade das notícias; o que interessa é quais sentimentos são convocados pelas narrativas. Se a história noticiada

casa com o que se espera que seja o mundo, ela é automaticamente assumida como verdadeira, por mais fantástica que possa parecer. O caráter de excentricidade, inclusive, é um dos fatores que fazem com que as *fake news* possuam maior alcance. “Um recente estudo do MIT demonstrou que uma falsa informação tem, em média, 70% a mais de probabilidade de ser compartilhada na internet, pois ela é, geralmente, mais original que uma notícia verdadeira” (EMPOLI, 2020, p. 78). Isso acontece justamente porque as notícias falsas tendem a apresentar teorias surpreendentes sobre a realidade, o que cria diversas sensações. Fatos são criados, distorcidos ou exagerados para parecer sempre algo muito grandioso, que o mundo desconhece.

Medo e ódio

É o espanto, portanto, um dos motivos que fazem com que as pessoas acreditem e compartilhem as notícias falsas. Aliado a ele, o medo é outro afeto importante para o impulsionamento de *fake news*. Isso ocorre porque em situações onde as pessoas percebem algum tipo de risco, é comum que a razão entre em suspensão e as pessoas sejam mais facilmente levadas pela mentalidade de manada. Quando em perigo, tendemos a agir sem pensar; se estivermos num prédio e presenciarmos uma horda que corre e grita fogo, é natural

que a sigamos sem averiguar a existência de fumaça ou coisa que a valha. Originalmente um mecanismo de defesa importante para o desenvolvimento da raça humana que faz com que reajamos da maneira mais rápida a possíveis ameaças, o medo hoje é incitado para que as pessoas se sintam em perigo e sigam as ordens de forma irrefletida. Notícias que possuem o intuito de aflo- rar esse afeto normalmente partem de casos reais, porém distorcendo-os, criando monstros para oferecer um bote de salvação ou um herói que possa combater o mal.

De acordo com Empoli as redes sociais fazem parte ativamente desse processo, pois conhecem o poder do medo para fazer com que as pessoas se mantenham conectadas.

Para aumentar esse número [de tempo que o usuário passa na rede social], as verdadeiras informações e as rodas de botequim virtuais entre velhos amigos de classe não bastam. "A simples contemplação da realidade não ocupa tempo suficiente", escreve Jaron Lanier. "Para manter seus usuários conectados, uma empresa de redes sociais deve, sobretudo, fazer as coisas de maneira que eles se enervem, sintam-se em perigo ou tenham medo. A situação mais eficaz é aquela em que os usuários entram em

estranhas espirais de um consenso muito poderoso ou, ao contrário, de sério conflito com outros usuários. Isso não acaba jamais, e é esse, exatamente, o alvo. As empresas não planificam nem organizam nenhum desses modelos de utilização. São os outros que são incitados a fazer o trabalho sujo. Como os jovens macedônios que completam seu orçamento mensal postando fake news envenenadas. Ou mesmo os americanos ansiosos por faturar um dinheiro extra" (EMPOLI, 2020, p. 79).

Dessa forma, as redes sociais apresentam-se como um ótimo veículo para aqueles que desejam manipular as pessoas através do medo. As notícias que supostamente revelam tramas de planos malignos rodam muito facilmente em toda internet graças a essa característica que o medo propicia de fazer com que as pessoas reflitam menos e sigam mais.

No entanto para manter um controle social mais efetivo, o medo não pode ser do tipo que paralisa nem que do que faça as pessoas moverem-se a esmo. É necessário que o inimigo criado para ser a fonte do pânico torne-se também um alvo para a raiva e o ódio. Num estado colérico, assim como numa situação de perigo, a racionalidade também é afetada. "Cego de raiva" o indivíduo torna-se incapaz de sobrepesar

as condições e consequências dos seus atos, o que o leva a atitudes passionais e irrefletidas. Nesse cenário, o ódio e o medo surgem como afetos complementares que servem para criar potentes massas psicológicas que encontram na internet terreno fértil para seu desenvolvimento.

Côncios da importância da cólera para a manipulação social, os líderes da extrema direita contemporânea passaram a minerar a raiva em lugares onde ela existiria em mais abundância. Procurando a mina do ódio, Steve Bannon, a partir de 2005, direciona sua atenção para a comunidade gamer, sobretudo aos jogadores de *World of Warcraft*⁵. Ironicamente, os protestos coléricos que chamaram a atenção de Bannon eram justamente contra a mercantilização do jogo. Alguns jogadores que levavam mais a sério a vida virtual sentiram-se traídos porque pessoas passaram a comercializar itens do jogo, de modo que se tornou possível ter um desempenho melhor ao comprar mercadorias do mundo do *game* com dinheiro real.

Os protestos, entretanto, não entregaram o resultado esperado e os rebeldes tiveram suas contas suspensas. Contudo, espantado com o nível de engajamento e organização para a defesa do mundo virtual, Bannon começa a acompanhar de perto as comunidades digitais.

Para Bannon, esse fiasco total é a chance de descobrir uma realidade cuja existência ele sequer imaginava. Encontra-se, on-line, milhões de jovens mergulhados numa realidade paralela à quais são ferozmente afeiçoados. Em nome da defesa dessa esfera, estão prontos para mobilizar um poder de fogo enorme, capaz de derrubar empresas e fazer grandes colossos mundiais se curvarem. Claro, um mundo anárquico, composto de comunidades difíceis de controlar e impregnado de uma cultura frequentemente misógina e hiperviolenta ao menos na dimensão cibernética. No entanto, é para lá que se transferiu uma parte significativa da energia que faz com que os jovens sejam, historicamente, a plataforma dos tumultos e das revoluções. Muitos pensam que essa energia se dissipou e desapareceu. Na verdade, ela ainda está por aí. Basta saber interceptá-la para, depois, canalizá-la na direção da política (EMPOLI, 2020, p. 96).

A partir daí a extrema direita passa a

⁵*World Of Warcraft* é um jogo para computadores no estilo “mmo” (*massive multiplayer on-line*), onde os jogadores partilham um mundo virtual com milhares de outros jogadores de todo globo. Funcionando muitas vezes como uma espécie de vida paralela, muitos jogadores dedicam ao jogo quase toda parcela ativa do seu dia.

usar o submundo dos fóruns de internet como terreno e força política. Esse lugar virtual que permite que as pessoas possam se esconder atrás de avatares e destilarem sua raiva reprimida contra tudo e contra todos é onde parte considerável da militância é forjada.⁶ A sensação de não pertencimento, ocasionada em larga medida por um mundo em constante transformação e que distancia cada vez mais as pessoas através do cultivo do individualismo, aliada à frustração de certos grupos por ter de disputar espaços com mulheres e pessoas não brancas, fez com que das profundezas da web, surgissem as sementes da nova direita.

Bannon utilizava nos EUA as lições de sua breve incursão no mundo dos videogames. Ele sabe que, sob a superfície da web, agitam-se correntes invisíveis, mas muito poderosas, alimentadas pela frustração de milhões de indivíduos que se sentem à margem da sociedade e pela “cólera inata e surda” da América, da qual já falava Philip Roth em Pastoral americana. Ele crê ter encontrado, enfim, a isca ideal para pescar esse sentimento (EMPOLI, 2020, p. 104).

Da mesma maneira que os afetos

como a raiva e ódio se mantiveram nas camadas profundas do inconsciente, mantiveram-se também abaixo da superfície da internet. Represados, mas não apagados, os preconceitos permaneceram latentes à espera de uma oportunidade para emergir. Os movimentos da extrema direita surgem aí como um canalizador que agrega as frustrações agrupando-as numa identidade conservadora.

Utilizando esse ressentimento, a extrema direita moldou seus candidatos para responder a esses anseios. O político ideal nesse cenário não é o que usa palavras difíceis e expõe a real dificuldade de resolução dos problemas sociais; tudo isso passa a soar como engodo. No modo de vida no qual cada vez menos somos convidados a refletir ou entender questões complexas, aqueles que prometem soluções simples fazem coincidir suas práticas e propostas com o que ficou guardado no inconsciente, possuem vantagem.

Conclusão

Dessa forma, ainda que os novos líderes da extrema direita e as redes sociais apresentem especificidades, o que vemos não é um ponto fora da curva e nem uma coisa inédita. Se somos mais influenciáveis hoje não é porque a tec-

⁶De acordo com Isabela Kalil, a base de apoio de Bolsonaro também é formada por “nerds”, “gamers”, “hackers” e “haters” (KALIL, 2020).

nologia alcançou um nível que permitiu que as máquinas fizessem uma espécie de lavagem cerebral. As redes sociais, os algoritmos e as *fake news* apresentam características específicas que demandam atenção, mas a propaganda política atual não é nada mais do que fruto do desenvolvimento de técnicas que já são utilizadas há muitas décadas.

A nova extrema direita não inventou uma forma de manipulação social, ela somente deu continuidade a práticas que já foram testadas e aprovadas. É incontestável que a abordagem individualizada e uma maior atenção por parte das pessoas nas redes sociais intensificaram o poder de controle social, mas isso porque o *WhatsApp*, os grupos e páginas de *Facebook* e demais espaços virtuais são fortes aliados para a criação de massas psicológicas. As bolhas digitais permitem que a narrativa oficial dos grupos fique devidamente assegurada e imune a críticas. Da mesma forma, protege também as pessoas do contágio de perspectivas que não pertençam ao conjunto de verdades aceitas pelo grupo.

Ademais, as massas psicológicas são mais facilmente construídas e mantidas porque o nosso modo de vida nos inibe a capacidade reflexiva, porque estamos sempre ocupados trabalhando e comprando e a reflexão e a ponderação são vistas como perda de tempo porque não dão lucro. Aliado a isso, presenciamos também o aumento do distanciamento social, e com as relações sociais cada

vez mais dissolvidas, nos encontramos cada dia mais isolados e por isso, ansiosos por nos religarmos, e esse anseio por uma reconexão nos deixa vulneráveis aos convites das massas psicológicas.

Portanto, analisar os mecanismos de controle contemporâneos partindo da perspectiva de que são inéditos e uma ameaça à democracia é um engano que embota nossa compreensão do problema. Se o sistema democrático representativo foi *hackeado*, isso não começou em 2016; sempre que a opinião pública foi relevante, foi alvo de manipulação.

Para controlar as transformações sociais e manter o *status quo* é necessário não somente o uso do poder coercitivo, mas é preciso que as pessoas sejam manipuladas e a propaganda serve como um poderoso instrumento de controle subjetivo. Atuando, sobretudo, no inconsciente, ela consegue criar veículos para incutir ideias, desejos, crenças e medos que podem transformar a opinião pública.

Contudo, sabe-se que essa manipulação não é completa, não é possível padronizar completamente o ser humano transformando-o num ser que responde efetivamente a todos os comandos. A propaganda reconhece seu limite e sabe que seu funcionamento deve respeitá-lo. A manipulação social funciona, de alguma maneira, como uma negociação, porque não possui o poder de alterar completamente uma população. “Você não pode persuadir toda uma ge-

ração de mulheres a usar saias longas, mas talvez você possa, trabalhando com ídolos do mundo da moda, persuadi-las a usar vestidos longos à noite” (BERNAYS, 1928, p. 66). Entretanto, é claro que esse acordo é muito desigual, visto que o poder da propaganda reside justamente no fato de que o sujeito não sabe que está negociando.

Edward Bernays sabia também que não era possível esperar uma acurácia científica e, portanto, uma certeza ma-

temática do poder de manipulação, porque não é possível captar todas as nuances do ser humano. É justamente por reconhecer seus limites que, aqueles que pretendem exercer influência sobre a população, sabem que precisam constantemente aprimorar seus mecanismos, de modo a estar sempre atualizados com as tecnologias do seu tempo. Todavia, tudo indica que a tecnologia ainda não é capaz de programar completamente o ser humano.

Referências

- ADORNO, T. *Ensaios sobre psicologia social e psicanálise*. Tradução de Verlaine Freitas. São Paulo: Editora Unesp, 2015.
- BERNAYS, E. *Propaganda*. New York: Horace Liveright, 1928.
- BOËTIE, E. de. *O discurso da servidão voluntária*. Tradução de Evelyn Tesche. São Paulo: Edipro, 2020.
- CHOMSKY, N. *Mídia: propaganda política e manipulação*. Tradução de Fernando Santos. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2013.
- EMPOLI, G. da. *Os engenheiros do caos*. Tradução de Arnaldo Bloch. São Paulo: Vestígio, 2020.
- FREUD, S. *Cinco lições de psicanálise*. In: *Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. Tradução modificada por Verlaine Freitas. Imago: 2006. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/3035127/mod_resource/content/1/Aula%20%20%28complementar%29%20-%20Cinco%20li%C3%A7%C3%B5es%20de%20Psican%C3%A1lise.pdf. Acesso em: 20 set. 2020.
- _____. *Conferências introdutórias à psicanálise [1916-1917]*. Tradução de Sérgio Tellaroli. São Paulo: Companhia das letras, 2014.
- _____. *Psicologia das massas e análise do Eu e outros textos*. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das letras, 2011.
- FROMM, E. *O medo à liberdade*. Tradução de Octávio Alvez Velho. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.
- HOBBS, T. *Leviatã ou, Matéria, forma e poder de um estado eclesiástico e civil*. Tradução de João Paulo Monteiro e Maria Beatriz Nizza da Silva. São Paulo: Nova Cultural, 1988.
- KAISER, B. *Manipulados: como a Cambridge Analytica e o Facebook invadiram a privacidade de milhões e botaram a democracia em xeque*. Tradução de Roberta Clapp e Bruno Fiuza. Rio de Janeiro: Harper Collins, 2020.
- KALIL, I. Jovens ‘nerds’, ‘gamers’, hackers e ‘haters’ formam maior base de apoio a Bolsonaro. São Paulo, *Valor Econômico*, 2020. Disponível em <https://valor.globo.com/eu-e/noticia/2020/09/11/jovens-nerds-gamers-hackers-e-haters-formam-maior-base-de-apoio-a-bolsonaro.ghtml>. Acesso em: 20 set. 2020.
- MAQUIAVEL, N. *O príncipe*. Tradução de Lívio Xavier. São Paulo: Nova Cultural, 1987.
- SUMPTER, D. *Dominados pelos números*. Tradução de Anna Maria Sotero e Marcello Neto. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2019.
- VIOLÊNCIA e atrasos marcam início de eleição na Nigéria. *BBC Brasil*, 21 abr. 2007. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/reporterbbc/story/2007/04/070421_nigeriaeleicoes_pu. Acesso em: 20 set. 2020.

Recebido: 23/09/2020

Aprovado: 13/01/2021

Publicado: 31/01/2021

O Ato Docente na Era da sua Reprodutibilidade Técnica: Aula, Educação e Ensino Remoto

[The Teaching Act in the Age of Mechanical Reproduction: Classroom, Education and E-Learning]

Denilson Soares Cordeiro*

Resumo: O ensaio aborda o chamado ensino remoto como a versão atualizada e político-tecnológica do agravamento das decisões oficiais contra a educação pública e o direito à educação de qualidade. Nesse sentido, procuro apresentar uma discussão tomando como base relatos da minha própria experiência na docência universitária e na pesquisa que tem como campo a escola pública, para, em seguida, discutir os termos contextuais do problema no âmbito do “extrativismo de dados” das grandes empresas norte-americanas de tecnologia, que gerem exclusivamente toda produção, transmissão e armazenamento de dados no ensino remoto público, com base naquilo que Evgeny Morozov chama de “solucionismo tecnológico”.

Palavras-chave: Educação, Ensino remoto. Solucionismo tecnológico.

Abstract: The essay addresses E-learning as the updated and political-technological version of the worsening of official decisions against public education and the right to quality education. Presents a discussion based on reports from my experience both as a professor at the university and researcher in the public school as a field of investigation. The terms of the problem are discussed in the context of “data mining” from the biggest North American technology companies which manage all production, transmission and storage of data of the remote education from the Brazilian public federal education, based on Evgeny Morozov’s concept of “technological Solutionism”.

Keywords: Education. E-learning. “Technological solutionism”.

*Professor da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), Campus Diadema. Doutor em filosofia pela Universidade de São Paulo (USP). E-mail: denilson.cordeiro@unifesp.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0023-1605>.

“Um novo jeito de ensinar [O novo tablete] permite ensinar de qualquer lugar. Você pode sincronizar as telas da sala de aula, usar a S Pen para acompanhar as ideias e se organizar com o Notes para avaliar o progresso individual do aluno em tempo real e personalizar as atividades de acordo com o sucesso de cada um. Deixe o [novo tablete] trabalhar e *ensine os alunos a pensar fora dos livros.*”

[Anúncio publicitário]

“A significação histórica atual dos estudantes e da universidade, a forma de sua existência no presente merece, portanto, ser descrita como imagem de um momento mais elevado e metafísico da história. [...] Enquanto para isso faltam ainda várias condições, resta apenas libertar o futuro de sua forma presente desfigurada, através de um ato de conhecimento.”

[Walter Benjamin, “Vida de estudante”]

Lugar de escuta

Como professor universitário já há quase duas décadas, percebo que as perspectivas e as expectativas dos estudantes mudaram muito. E, atualmente, já faz um bom tempo, querem, em geral e prioritariamente, fazer parte da sociedade, do mercado, ter emprego, carteira registrada, poder de compra, carro próprio, constituir família, escola privada para os filhos, plano privado de saúde e pagar os boletos. Temo que, por isso mesmo, quando ouvem como a sociedade tem sido, compreendem que é uma recomendação de adaptação, muito mais do que de crítica. Quando leem um texto ou ouvem uma exposição na qual o autor escreve ou diz que a atual universidade atribui mais importância para a pesquisa do que para o ensino, ele pode entender que se trata, portanto, de assimilar a orientação como fator de êxito aca-

dêmico. Isso, porque, como explicou Paulo Arantes, no presente as energias utópicas estão praticamente esgotadas. O cuidado decisivo tem de considerar ao mesmo tempo o conteúdo daquilo que se fala, para quem e como se fala. Feita essa consideração sobre o lugar de escuta, tão importante quanto o lugar de fala, gostaria de passar ao desenvolvimento do texto.

Razões da recusa

Desde 2011, sou professor de Filosofia em um curso de formação de professores de ciências em uma universidade pública. Participo também de um grupo de pesquisa escolar desde 2018 e gostaria de analisar um pouco das minhas experiências nessas duas frentes de atividades como modo de oferecer um lastro menos abstrato como contri-

buição à discussão que o tema do “ensino remoto” exige. No sentido do que Alcir Pécora (2015) refere como recomendação de Aristóteles de que, “para maior efeito junto ao público, convém sempre que a desgraça seja presentificada com vestígios do corpo atingido por ela”.

Neste semestre [1/2020], são oferecidas 7 disciplinas a alunos e alunas ingressantes subdivididas entre docentes de ciências e matemática, por um lado, e docentes de humanidades, por outro. A carga horária semanal de um estudante do primeiro semestre é de, mais ou menos, 30h, ou seja, 6h/dia entre aulas e estudos. O curso tem 200 vagas por entrada, em média, com quatro chamadas. Ou seja, temos estudantes chegando no curso até abril, sendo que as aulas começam em fevereiro. Nas disciplinas de humanidades, tínhamos aulas de 1h30, para cada uma das quatro turmas, de 50 alunos cada, o que representava 6h de aula, em geral, oferecidas no mesmo dia, tarde e noite. Eram 18 encontros (18 semanas) durante o semestre letivo. Isso nas antigas condições ditas normais.

No dia 16 de março, todas as atividades presenciais universitárias foram suspensas por determinações oficiais. Em maio, o parecer n. 5 do Conselho Nacional de Educação (CNE), de 1º de junho, fez recomendações vagas a respeito de substituir as atividades presenciais pelas não presenciais, o que permitiu às universidades, em um

primeiro momento, procederem como achassem ser mais conveniente. No entanto, e para surpresa da ala da universidade mais preocupada com questões pedagógicas e sociais, as interpretações do documento oficial foram, gradativamente, cada vez mais rígidas conforme as deliberações passavam às instâncias locais da universidade.

Por exemplo, a possibilidade de exame e decisão de cada professor sobre oferecer ou não a disciplina que coordena foi anulada; por determinação interna, os conteúdos das disciplinas presenciais tiveram de ser mantidos, mesmo com todas as restrições nas condições de trabalho; os planos de ensino alterados para atender à modalidade remota foram preenchidos de modo a apenas “copiar e colar” os planos de ensino originalmente propostos para as aulas. Tratou-se de medida meramente protocolar, uma vez que nas discussões entre professores já se sabia que seria impossível oferecer as disciplinas como se nada estivesse acontecendo.

A universidade em questão, assim como outras país afora, já havia contratado o Google para serviços de comunicação, de armazenamento de dados e de planejamento de trabalho. O e-mail institucional, por exemplo, é oferecido e gerido completamente pelo Google. Com o isolamento, descobri que o serviço permite ainda o uso de salas virtuais, com a possibilidade de gravar os encontros e armazenar no Google drive, outras dessas chamadas “ferramentas”.

A cada estudante é oferecido o e-mail institucional e, com isso, passa a ter acesso às atividades vinculadas a essas plataformas virtuais de trabalho. Há ainda, como apoio, o Google Classroom e o Moodle, como complementos de controle de entrega de atividades, comunicação com os estudantes, arquivo de documentos e circulação de informações. Utilizamos também as chamadas redes sociais (Whatsapp, Facebook, Instagram e YouTube).

Tudo isso exige bons aparelhos (computadores, celulares e tablets), conexões estáveis de internet, espaços físicos particulares convenientes (sem tumulto, ruídos ou interrupções), bom senso de organização de informações e de estudos, preparação para os encontros e realização das tarefas. Ou seja, quase tudo o que estudantes de uma universidade popular instalada na periferia de uma grande metrópole não dispõem, seja pelas dramáticas condições sociais em que vivem, seja porque boa parte dos hábitos e costumes de estudos são desenvolvidos justamente com orientação, acompanhamento e exercícios durante a vida acadêmica.

Isso exige ainda docentes com destreza no manejo dessas “ferramentas” e com condições materiais de transformarem o que faziam nas aulas, nas orientações e nas diversas atividades presenciais em conteúdos transmitidos pela internet. O que tampouco acontece com a rapidez e a facilidade imaginadas. Evidentemente, descontento entu-

siastas e ufanistas das “tecnologias educacionais” e que já faziam toda sorte de experimentalismos com os conteúdos das disciplinas que coordenam.

Acresce que também não temos acesso a bibliotecas, e ainda que haja um crescente mercado de e-books, a abrangência é ainda muito restrita. Passamos a improvisar em todas as frentes, como modo de compatibilizar as determinações oficiais, as necessidades educacionais e as expectativas sociais.

Tive três encontros por meio de videoconferência com meus alunos e alunas. Dos 200, apareceram quase 150 no primeiro dia, 80 na segunda semana e 50 na terceira. Portanto, de saída, muitos foram sendo gradativamente excluídos, por questões variadas, para os quais ainda não há planos de busca ativa. Serão onze semanas de encontros no total, uma delas para fechamento dos conceitos de cumprido ou não-cumprido e, pelo andamento, o prognóstico é de que cada vez menos estudantes compareçam. Os encontros pelo Google Meet não são obrigatórios e devem ser gravados e disponibilizados aos estudantes. Mesmo que, eventualmente, não apareçam estudantes para o encontro, o professor deverá gravar o conteúdo da atividade e deixar à disposição de todos.

Há um campo de pesquisa estranho para mim que preconiza a “gameificação” da educação, nos vários níveis. E, em cada área do conhecimento acadêmico, há especialistas e entusiastas

dessa modalidade. Propalam a falsa imagem de que o recurso representa algo de avançado em termos de educação. Mas, pergunto, o que querem dizer com isso? Suponho, como o nome diz, transformar o ensino em gestão de videogames, supostamente com conteúdos educacionais. Isso combina bem com o que se tem chamado de uberização do trabalho docente, adaptando de todo modo as condições pessoais docentes para produzir e vender conteúdos aos gestores de plataformas a consumidores ávidos por produtos educacionais.

O movimento estudantil praticamente acabou, subsiste apenas parte do verniz democrático-institucional. Parte significativa da juventude assiste fascinada à proposta de “gameificação”; os sindicatos estão cambaleantes e perdidos entre uma função protocolar, a falta de recursos e persistentes campanhas de filiação; os docentes quase exclusivamente preocupados com os seus Lattes e a produtividade que permite progressões e promoções na carreira. A despolitização é ampla, geral e irrestrita.

Em um esforço de reconstituir algumas das principais experiências do complexo sistema de ensino-aprendizagem do qual participam crianças e jovens em idade escolar e universitária, quando regular e oficialmente matriculados nas escolas e universidades públicas, e podendo frequentá-las presencialmente, listo as seguintes possibilidades que se oferecem.

Proponho aqui a rememoração – porque todos nós passamos de um modo ou de outro por semelhantes situações escolares – do que talvez seja, em geral, parte das experiências de uma criança ou de um jovem do momento que sai de casa para ir à escola e durante o tempo que passa lá.

Lembremos que o impacto da ida à escola como rotina dos estudantes vai muito além da questão da transmissão de conhecimentos formais. Ao sair do âmbito familiar para experimentar outros lugares e papéis sociais na escola ou mesmo no trajeto, oportunidades de estímulo à aprendizagem se oferecem de modo variado. A locomoção até a escola, sobretudo quando a pé ou pelo transporte público, possibilita o exercício da orientação, oferecendo ao estudante uma noção ampliada do bairro ou da cidade, além de demandar uma atenção e um especial cuidado de si.

A experiência geográfica envolve as experiências física, psíquica, toponímica e, com o tempo, também a histórica, porque saber onde estamos, onde habitamos, e para onde é preciso ir comporta uma gama de distinções, de conhecimentos, de informações e de preparos que fazem parte tanto das necessidades que o cotidiano cobra, quanto do próprio desenvolvimento psicomotor da criança e do jovem. Quando a escola desencadeia essas demandas, a travessia passa a estar incluída no processo educativo.

A chegada à escola exige que crianças

e jovens se enquadrem em uma série de condições tanto materiais, quanto comportamentais, como estarem atentos ao uso e preservação dos materiais escolares, roupas, calçados, asseio, mas igual e concomitantemente aos horários, protocolos escolares e relações intersubjetivas que permitem desenvolver, para além dos motivos e exigências familiares, atenção, zelo, memória e concentração nos acontecimentos da vida escolar. Como medida suplementar decisiva, importa serem poupados, pelo tempo na escola, das necessidades pessoais e sociais imediatas. É fator sabidamente crucial que a criança e o jovem se habituem à suspensão das preocupações domésticas e sociais durante o tempo de estudos na escola.

O fato de poderem provar, em vários níveis, os efeitos da diversidade de relações, de amizades, de formações familiares, de posturas na convivência, de habilidades, de talentos, de costumes religiosos, de preferências alimentares, de gostos oferece oportunidades fecundas para a consciência da importância do respeito mútuo às liberdades de escolha, variedade de opções, observância dos limites, do cultivo da sensibilidade social e da solidariedade imprescindíveis para a vida comunitária civilizada e harmônica.

Dessa coabitação regrada na escola, a criança e o jovem iniciam-se no domínio e elaboração em progresso dos próprios sentimentos, das sensações e emoções como requisito indispensável do

desenvolvimento. É também na experiência escolar que sedimentam melhor a consciência da própria individualidade justamente por terem na variedade que a convivência escolar propicia importantes termos de comparação, onde encontram afinidades, simpatias, afeições, mas também provam estranhamento, conflito e surpresa. A presença na comunidade escolar permite uma experiência integral, na qual corpo e espírito estão engajados dinamicamente na resposta e participação ativas às situações vividas.

Por outra via, a modulação discursiva e comportamental que o professor e a professora adotam a partir das reações, da recepção e das disposições corporais dos estudantes é fundamental para garantir melhores resultados na proposta de atividades, ou seja, garantir atenção, interesse e envolvimento.

Em contraposição, o que chamam contraditoriamente de “ensino remoto” (porque não há, de fato, ensino sem presença), os seguintes fatores impedem de considerar essas propostas como “soluções” aos desafios que o isolamento social nos tem trazido.

A casa e a escola não podem se confundir para benefício do processo ensino-aprendizagem, porque o processo educativo demanda um tipo especial de concentração para o qual a criança e o jovem precisam, inicialmente, exercício e condicionamentos constantes, tempo, paciência e supressão das solicitações e motivos de distração. E

o ambiente familiar é dispersivo pela própria dinâmica e natureza. O processo de que a escola participa cobra uma dimensão especial, como planta de estufa, reservada à descoberta e ao possível despertar do interesse. Portanto, apesar de seguros, a criança e o jovem não devem estar na escola como estariam acostumados aos ambientes domésticos.

No aspecto do funcionamento dos aparelhos tecnológicos para o “ensino remoto”, sabemos que dependem de uma multiplicidade de fatores cuja operação complexa acaba se transformando no principal foco da atenção do jovem e da criança. Ou seja, instaura-se uma instância que disputa e vence as propostas educativas no requisito do envolvimento, da disposição e mesmo do interesse dos estudantes. A temporalidade de atividades virtuais obedece a um ritmo diferente daquele necessário às experiências presenciais educativas. Vide, por exemplo, o incômodo ampliado em relação aos momentos de silêncio, às esperas, à duração dos encontros virtuais e ao tempo de exposição e de compreensão acelerados. A relação não se estabelece primeiramente entre pessoas, mas sobressai inicialmente a de usuário e aparelho, para em seguida vir a do espectador com a imagem televisiva nas telas¹. Instaura-se, nesses

casos, expectativas e envolvimento diferentes do que quando não há operação de aparelhos, câmeras, filmagens e transmissões.

Com isso, a educação e o exercício de civilidade são rebaixados, quando não anulados, na transmissão a distância, e reduzem-se ao mínimo as possibilidades e mesmo necessidades de, por exemplo, aprender a lidar com o desconhecido em meio à coletividade, com os próprios sentimentos, dúvidas, hesitações e sensações pessoais. Por outro lado, o sedentarismo não oferece ao corpo as chances de participação no aprendizado que se combinam com a sensibilidade, a imaginação e a inteligência. Ocorre uma inflação dos apelos de ordem visual, particular e passivo, as regras de conduta são colonizadas pelas regras de funcionamento dos aparelhos, dos acessos e das redes, o tipo de concentração passa a ser preponderantemente flutuante e de curta duração forjado pelo costume da televisão e todas as materialidades que não forem imediatamente tecnológicas tendem a perder em legitimidade porque exigem outro tipo de disponibilidade, de temporalidade, de envolvimento e de domínio. Em síntese, a experiência tecnológica tende a ser solitária, privada, solipsista e exclusivista.

Com esse tipo de reviravolta nas con-

¹A respeito disso, sugiro o excelente artigo de Ismail Xavier, “Melodrama, ou a sedução da moral negociada”. Revista Novos Estudos Cebrap, n. 57, julho de 2000. Pelo melodrama tratado como conceito, o autor discute o efeito de “simplificações de quem não suporta ambiguidades nem a carga de ironia contida na experiência social, alguém que demanda proteção ou precisa de uma fantasia de inocência diante de qualquer mau resultado.” (pp. 81-2).

dições educacionais, o que professores e professoras podemos diante de uma tela, com acessos e participações intermitentes, às vezes, ocultas e através de uma transmissão de tipo televisivo, sem alcance e menos ainda abrangência? Quase nada, talvez troca de informações, propostas de atividades como passatempo, terapia ocupacional como distração das preocupações sociais e dos afazeres domésticos e de trabalhos imediatos.

Essas formulações em estado sintético ocultam sutilezas e aprofundamentos necessários de cada dimensão da experiência envolvida no processo educacional, mas podem permitir, penso, vislumbrar um campo de desenvolvimento de reflexões que possam explicitar mais e melhor os graves problemas escamoteados pelas determinações oficiais e práticas institucionais do “ensino remoto”.

O valor da educação presencial

Os professores e as professoras não “damos” aulas. Não como quem dá um objeto ou dá adeus a alguém. Para além de elaborarmos um discurso, com conhecimento de causa, em torno de um assunto estudado e organizado para enunciar diante de um público específico e interessado, nós, na melhor parte em que a aula se realiza, promovemos mais subtrações do que oferecimentos, mais tiramos do que damos.

Explico-me. Subtração do aleatório e da dispersão cotidianos, da participação no jogo de automatismos convenencionados; subtração ainda da desarticulação expressiva, reflexiva e da adesão impulsiva às exigências imediatas, dos desejos colonizados pelos apelos do mercado. O tempo e o espaço da aula são de natureza distinta de todos os outros. O tempo da aula, quando ocorre, é o tempo do convite à ponderação, ao exame lento e à gradual descoberta. O espaço da aula é o condicionante que modula as expectativas, apazigua as exasperações, concentra a atenção e estimula a inteligência.

O tipo de encontro que a aula propicia, quando se realiza bem, é de uma ordem antiga, aparentada da conversa amena, do encontro polido e regrado, algumas vezes, até do sermão. Não é raro que precisemos ser afastados do presente para compreender determinados traços do próprio presente pela perspectiva histórica da tradição. Como um presente em atividade no âmago do passado, a aula oferece no momento da sua realização uma passagem para o encontro mais importante que uma inteligência em formação poderia pretender: aquele com a experiência da tradição.

O ensino e a aprendizagem dependem essencialmente do encontro que a escola ou a universidade viabilizam, porque, para muito além dos conteúdos, ensinar e aprender só são possíveis graças à experiência da sociabilidade, posturas, afetos e gestos das pessoas en-

volvidas, regras de civilidade, teatralidade própria e resultante do convívio e da proximidade, do acolhimento, da institucionalidade e da solidariedade, dos percursos e das travessias, dos espaços de permanência e de confraternização, pela vivência da alteridade compartilhada, pelo decoro que a vida social, escolar e universitária faz decantar no espírito em formação, nas habilidades em desenvolvimento, na participação nos processos do conhecimento, na conscientização da responsabilidade social do futuro profissional, na luta pelo respeito e pelas garantias que os direitos humanos defendem.

Como percebemos, comparativamente, o chamado “ensino remoto” é uma contradição em termos, fórmula que revela contrariedades fundamentais, porque não há nem ensino e muito menos aprendizagem “a distância”, embora possa haver, quando muito, troca de informações. Essa é a falsificação que as fórmulas tecnocráticas pretendem fazer passar por “avanço” ou “progresso” ou “solução”. Poderíamos comparar o equívoco envolvido, por exemplo, com a hipotética tentativa interessada de convencer as pessoas de que conhecer um país poderia ser reduzido a ver uma série de imagens ou vídeos de lugares típicos desse país ou ouvir algumas histórias de quem diz ter viajado para lá. Ora, nada mais falso. Não aprendemos apenas com os olhos, mas muito mais pela participação ativa na complexidade de uma rede de experi-

ências em sentido amplo que se interagem e que só a presença física de cada um permite instaurar.

Se, por um lado, as medidas emergenciais na tentativa de abrandamento dos danos que o isolamento social acarreta alimentam a fúria “solucionista” (Morozov, 2020) do mercado tecnológico e voraz no “extrativismo de dados” e dos voluntarismos históricos de plantão (sempre ansiosos pelos comandos oficiais, pelas ordens dos superiores), por outro lado, contrariamente às justificativas alardeadas, acabam por aprofundar a exclusão, a discriminação e as injustiças sociais, aniquilar oportunidades de reflexão e de definições democraticamente ponderadas sobre o que seria de fato prioritário, solidário e educacional fazer diante dos desafios.

Sabemos, os estudantes fazem um grande investimento afetivo, social e intelectual quando vão à escola ou à universidade. O espaço público atravessa os estudantes e é atravessado pelos desejos, interesses e disposições deles. Quando o estudante entra na sala de aula, vê que pode ocupar legitimamente um lugar, participar do sistema universitário do conhecimento, ser individualizado pela atenção do professor e ser nomeado oficialmente pelos documentos acadêmicos, sente-se investido de direitos, de responsabilidades, de sentimentos, de sensações e de pensamentos que fazem toda a diferença como entusiasmo e participação no processo da formação.

Os estudantes são a mais importante representação do futuro que a universidade ou a escola podem ter. Isso quer dizer, que na constituição da dinâmica do espaço público o trabalho educacional se organiza em torno do zelo e da preparação necessários à juventude para o futuro da sociedade. Professores, estudamos e planejamos nossos assuntos e mesmo nossos corpos para esse encontro fundante de um delicado, complexo e, às vezes, frágil trabalho de apresentação da tradição aos jovens e, concomitantemente, de apresentação dos estudantes à tradição. As temporalidades, as materialidades e os espaços próprios e institucionais são catalisadores da consolidação desse trabalho. Daí que as acelerações automatizantes dos gadgets eletrônicos sejam perniciosos à diversidade, ritmo, assimilação, silêncios, olhares, concentração imprescindíveis ao ensino e à aprendizagem.

Se a formação pudesse ser substituída pela informação, os telejornais poderiam substituir os estudos, os textos jornalísticos poderiam substituir os livros, os inúmeros vídeos disponíveis na internet poderiam substituir aulas, as filmagens de laboratórios poderiam substituir os próprios laboratórios, os tutoriais poderiam substituir as orientações de professores e de técnicos, o buscador do Google poderia substituir o trabalho de pesquisa, os tradutores automáticos substituir o estudo de idiomas, enfim, as imagens poderiam substituir as viagens e, quem sabe, até os re-

lacionamentos entre pessoas passariam a ser questão de software.

Uma aula sempre acontece sobre um território concreta e geograficamente estabelecido, um tipo de *setting*, como se diz no teatro, no cinema e na psicanálise, ocupado pela presença de professores e estudantes, conhecimentos e interesses, domínios e afetos, enredos e regras. Formação significa, por isso, uma experiência fundamentalmente entre pessoas, seja na forma institucional que escolas e universidades propiciam, seja na forma social de relações pessoais, profissionais, sentimentais, culturais etc. Mas não virtuais, porque mesmo que as imagens pareçam mostrar o contrário, a relação se estabelece com um aparelho, portanto, um objeto, e, no fim das contas, com uma mercadoria.

A aula é a unidade básica do ato docente, e a sala de aula é o solo, entre o público e o privado, sobre o qual transitam o entendimento, o pensamento e a expressão das múltiplas ideias. A aula é feita, sobretudo, pela fala e pela escuta, mas devidamente emoldurada pela materialidade institucional, temperada com entusiasmo e alegria pelo estudo, pelo conhecimento, pelo ensino e pelo aprendido.

O âmbito no qual as aulas se tornam uma fecunda oportunidade exige dos envolvidos a observância de um código de conduta, sem o qual os caminhos não se oferecem, porque sequer parecem existir. Cada professor, no momento

em que prepara e apresenta suas aulas, o faz de um modo singular, porque tributário das condições do aqui e agora de cada encontro, e, quando colhe êxito, também de uma maneira autêntica, criativa e fecunda.

As denominadas Atividades Domílicias Especiais (ADEs) não são aulas, como o próprio nome, natureza e regulação confirmam. São próteses onde deveriam haver encontros presenciais. Por isso, não podemos esperar que cumpram o que somente a presença e a materialidade poderiam constituir. Não “voltaremos às aulas”, como alguns alardeiam, não vamos “retomar os cursos”, como outros pensam e dizem, vamos, quando muito, fazer algo inédito, para o qual não estamos nem preparados, nem equipados, nem prevenidos, sob a tutela de grandes empresas de tecnologia cujo escopo é exclusivamente vender dados.

E qual é a razão? Para cumprir exclusivamente com as determinações burocráticas oficiais dos calendários e as pressões do mercado. Nada mais. Não há argumentos pedagógicos que sustentem a decisão, estamos reféns de comandos exclusivamente tecnocráticos. Para os poderes constituídos, não convém desfazer a ilusão de que “voltaremos às aulas”, menos ainda de que a esperada “normalidade” esteja se restabelecendo. Alguns encontrarão a justificativa que procuram ansiosamente para sentirem que trabalham, que cumprem com as responsabilidades a que

cargos, funções e salários obrigam, outros simplesmente farão o que a maioria faz e, cientes e tranquilos com o fato de que sempre houve excluídos, dormirão o sono dos justos.

A desvinculação progressiva entre as promessas burocráticas fixadas nos planos de ensino e as práticas de realização será o primeiro choque de constatação das dificuldades no desenvolvimento das ADEs. Patentes como percepção nas eventuais avaliações, mas devidamente engavetadas na “transparência” institucional. A organização dos estudos estará mais do que nunca a cargo exclusivo dos estudantes. Vídeos são formas que modificam a apreensão dos conteúdos, porque o meio é antes de tudo a mensagem, quem estará à altura de abordá-los com o domínio crítico e técnico necessários para distinguir as peculiaridades? A multiplicação de preocupações de ordem técnica reduzirá a disponibilidade de professores e estudantes na atenção necessária com as variadas frentes informativas que as ADEs trazem e demandam. Mas desde que presentes virtualmente (!) e o novo sistema das ADEs esteja rodando a todo vapor, tudo estará bem e avançando no cumprimento das responsabilidades públicas e políticas que a atual universidade redefiniu para todos.

Isso não significa que não havia problemas nas aulas presenciais. E o ritmo sempre frenético que a pandemia agora suspendeu poderia ser a oportunidade de reavaliarmos e reestruturarmos pro-

cedimentos, necessidades e possibilidades. Contudo, os conselhos centrais abriram mão disso, em função dos compromissos da gestão. Por exemplo, a garantia das condições materiais e pedagógicas para todos estudantes prosseguirem adequadamente os estudos nunca acompanhou a bem-vinda expansão das universidades federais e a ampliação do acesso à educação que o Reuni produziu. Sem poder se alimentar convenientemente, deslocar-se até a universidade, encontrar instalações e espaços de acolhimento e de convivência, de estudos e de pesquisa, não se cumpre o direito à educação. E, quanto se trata a questão de modo meramente técnico, a responsabilidade é transferida para os estudantes e para as famílias.

A necessidade do isolamento social agravou antigos problemas gestados na própria dinâmica social, escolar e universitária. A suspensão das atividades e do ritmo emergencial acadêmico poderia ser oportunidade rara para repensarmos os desafios que a universidade contemporânea enfrenta e quais horizontes institucionais poderiam ser priorizados na responsabilidade social que tem. Mas, o histórico de negligências não deixa ilusões e esse processo de implantação das ADEs a qualquer preço reforça o descompasso profundo entre gestão universitária e demandas sociais.

Tudo isso deságua catastroficamente na sociedade. Falência projetada e esperada dos órgãos públicos de atenção

e de atendimento social, aumento da violência no varejo, extermínio e encarceramento em massa, degradação do espaço público, a dimensão pública passa a ser vista como lugar de risco, enfim, um efeito destrutivo em cascata. O que deixa aberta a oportunidade para a aparição parasitária do chamado “solucionismo tecnológico” privatista.

Grande parte do sistema de informações das universidades públicas passa pelo Google, o e-mail institucional, drives de armazenamento, softwares de transmissão, de gravação e de administração de atividades, arquivos dos cursos etc., além de relatórios de estatísticas e dados das realizações por meios tecnológicos que a instituição pratica. Desde o princípio dessa aproximação, todas as mensagens e manifestações da gestão da universidade foram de celebração e de entusiasmo, como se finalmente a universidade estivesse chegado ao ápice tecnológico do presente.

Como escreve Evgeny Morozov (2020), sobre a “gratuidade” dos serviços do Google:

Não seria ótimo que um dia, diante da afirmativa de que a missão do Google é ‘organizar as informações do mundo e torná-las acessíveis e úteis para todos’ [como dizem ser a missão da empresa], pudéssemos ler nas entrelinhas e compreender o seu verdadeiro significado, ou seja, ‘monetizar toda a

informação do mundo e torná-la universalmente inacessível e lucrativa? (MOROZOV, 2020)

Dados sobre alguns dos impactos da adoção do ensino remoto na universidade:

“O departamento de tecnologia cita as mais de 77 mil horas que os cerca de 1.700 usuários dedicaram às 2.379 reuniões computadas até o momento, em 240 salas virtuais, revelando aumento de 110% dessa demanda. Dentre os serviços mais utilizados, estão as refeições de grau e defesas de teses e dissertações virtuais; bem como a emissão de certificados digitais para graduação e extensão.” (Ata do Conselho Universitário, 10/06/20)

São números expressivos e que não poderiam escapar à atenção e ao interesse das empresas tecnológicas de extrativismo de dados.

A pró-reitoria de graduação propôs em 4 de junho de 2020 que a retomada do primeiro semestre de 2020 ocorresse de forma remota, com a revisão das grades curriculares dos cursos para reinício em 22 de junho. A expectativa e o discurso institucional foram no sentido de que as questões de permanência estudantil e de inclusão digital,

bem como de formação docente, já estariam resolvidas. Uma vez que, na visão da gestão a solução do problema aparece como meramente informacional, técnica, bastariam apenas 15 dias para “resolver” (sic) questões como a permanência estudantil, a inclusão digital e a capacitação docente.

Segundo Morozov,

“[...] acontece uma neutralização do vocabulário crítico e o debate não chega a se instalar porque é considerado “vazio e inócuo”, uma vez que definem os problemas em termos de questões, de saída, ‘digitais’ em vez de ‘políticas’ e ‘econômicas’, desde o princípio o debate é conduzido em termos favoráveis às empresas de tecnologia. [...] Espera-se que aceitemos que o Google seja a melhor e única forma possível de usar o correio eletrônico [e ferramentas de ensino remoto], e que o Facebook seja a melhor e única maneira possível de nos conectarmos uns com os outros, pelas redes sociais. [...] o que mais poderia explicar os problemas de saúde senão suas deficiências pessoais? Certamente não o poder das empresas alimentícias ou as distinções de classe ou, ainda, as inúmeras injustiças políticas e econômicas.” (MOROZOV, 2020)

A dimensão política é, portanto, rebaixada à utilização individual de aplicativos em aparelhos sofisticados que encarnam o ideal de eficiência, status e inovação. O estatuto de consumidor privilegiado dos usuários sobrepuja o do cidadão com direitos, e os aplicativos oferecem soluções antes que seja possível, por exemplo, o valor das manifestações em áreas e praças públicas. O resultado é a aniquilação progressiva da imaginação política, substituída pela hipnose ideológica das telas e pelo bem-estar (falso) das ofertas e atualizações do momento. Nenhum software, no entanto, por mais Inteligência Artificial (IA) que comporte, é capaz de considerar a pobreza, o racismo, a violência e as demais injustiças sociais como problemas originados pelo mesmo sistema que tornam esses mesmos ‘avanços’ tecnológicos possíveis.

Segundo Frederico Bertoni (2020), as etapas desse processo de aprofundamento do desmonte e da acelerada privatização na educação pública são:

Fase 1: A emergência: a universidade ativa em tempo recorde o ensino remoto como única alternativa para todos os casos;

Fase 2: A crise: No próximo ano letivo, se o vírus permitir, muitas escolas e universidades adotarão uma modalidade híbrida [*blended*] com a justificativa de compensar a inevitável

queda nas matrículas e de oferecer condições para quem não pode ou não tem meios para o ensino presencial.

Fase 3: O business: o sistema, beneficiado pela flexibilidade do mercado e implementado pela experiência forçada desses meses de isolamento, encontra condições propícias para transformar-se no “negócio perfeito”: infraestrutura, competência técnica, mentalidade preparada pelo uso, docentes “reprodutíveis” à vontade; investidores interessados e fornecedores de serviços de informática; estudantes que pagam a taxa, mas não demandam salas de aulas, estruturas e nem acarretam custos adicionais de gestão.

Em essência, o ato docente, podemos dizer inspirados em Benjamin (1993), sempre foi reprodutível, mas no sentido de ser emulado, e o projeto de reproduzi-lo faz parte das conquistas da educação. O que docentes fazem, no exercício do ofício, sempre pode ser imitado pelos estudantes e pelos discípulos, nos estudos, pesquisas e, depois, na prática intelectual e profissional. Em contraste, a atual reprodutibilidade técnica representa um processo novo. Agora, pela primeira vez, o chamado corpo físico de docentes, estudantes e discípulos, e concreto das instituições,

são liberados das experiências e responsabilidades propedêuticas formativas, que, como no cinema, passaram a estar restritas exclusivamente ao olho. Com a internet, os inúmeros aplicativos e a transformação dos celulares em computadores de bolso (máquina de escrever, fotográfica, câmera de filmagem, aparelho de reprodução de filmes, gravador de voz, televisão, rádio e telefone), a reprodução técnica alcançou um patamar de disseminação que pode transformar tudo em suas imagens, submetendo a modificações profundas, como conquistar e colonizar procedimentos e práticas antes exclusivamente educacionais para fins comerciais.

As perspectivas da educação em geral e da aula em particular, seja na escola, seja na universidade, durante a pandemia e no cenário pós-pandêmico dependem diretamente das nossas possibilidades de aprofundar o diagnóstico do presente, praticar urgentemente aquilo que Gramsci chamou de “responsabilidade histórica” e revalorizar o lugar da humanidade diante da tecnologia. Se o que digo aqui faz algum sentido, é forçoso reconhecer que “temos um grande passado pela frente”, como escreveu Millôr Fernandes. Não vejo nenhuma chance de modificação dessa nefasta dinâmica sem começar por repolitizar as discussões, indagando, por exemplo, em benefício de quem são tomadas as decisões oficiais, sobre os limites entre aderir e recusar as determinações que aprofundam essa lamentável realidade

e os resultados éticos a que podem levar nossas propostas de crítica ou de mera obediência às regras do jogo. Para essas elaborações e respostas devemos, necessariamente, recusar a ansiedade do tempo emergencial em voga.

Esperança residual

A contraposição necessária, no entanto, não passa pelo esforço, ademais inútil, de fazer apenas a crítica da ideologia e dos interesses em voga, tentando apontar incoerências e contradições em seus próprios termos. Com as energias utópicas leigas tão em baixa, a esperança residual sobrevive, se for possível dizer tanto, somente pela determinação intelectual de manter-se na resistência, um pouco por princípio, por responsabilidade, um tanto por orgulho, por costume, estudando, debatendo, intervindo, ainda que a derrota seja diariamente reeditada. Um trabalho de Sísifo. Crer no processo que a resistência instaura, manter-se engajado no que desencadeia, orientar-se pelos êxitos pontuais e eventuais, precaver-se contra as armadilhas dos esquematismos, examinar criticamente as conformações que chamam presente, pensar muitas vezes antes de ceder aos voluntarismos, manter-se fiel aos princípios nos quais as pessoas são sempre mais importantes do que as coisas e os procedimentos.

Como toda crise, esta de agora produz, dentre inúmeros agravamentos e

desorientações e, por isso mesmo, pede firmeza acerca de princípios, para nós, inegociáveis, balizas a partir das quais considerar a proporção dos desafios e a força necessária para enfrentamentos e propostas. Destaco o que me parece um dos alicerces desses princípios: Uma concepção de universidade que seja pública, gratuita, de qualidade, para todos e socialmente responsável.

Para nos precavermos contra o voluntarismo adesionista e solucionista que se transformou na segunda natureza do funcionalismo público na universidade, o alarmismo de apocalípticos pode oferecer alternativas fecundas para dimensionar melhor os problemas. Qualquer crítica do presente tem de ser ao mesmo tempo um diagnóstico desapaixonado, tanto quanto possível.

Por isso, importa ponderar muitas vezes antes de ajuizar e, mais ainda, antes de decidir o que propor e fazer, sobretudo em relação a dados e constrangimentos oficiais e a informações e emergências midiáticas. Pois, sabemos, importa muito mais, nas humanidades, como disse e escreveu Alcir Pécora (2015), “não resolver nada e, antes, criar novos problemas e, de preferência, que importunem para sempre”.

Manter-se bem informado é daquelas responsabilidades e necessidades que a crise aprofunda, o que quer dizer, conferir a legitimidade das fontes, desconfiar dos vocabulários, confrontar e examinar perspectivas, considerar comparativamente experiências em outros

países, e mesmo em outras circunstâncias políticas e históricas. E socializar e debater sem trégua.

Distinguir as tarefas e responsabilidades da vida pública e da vida pessoal (reformulação baseada na famosa distinção kantiana entre uso público e uso privado da razão) é crucial. Como a escola e a universidade invadem a casa, é preciso, mais do que nunca, uma contraofensiva de estabelecer limites, que valem, inclusive e talvez mais fecundamente, para as elaborações do pensamento.

Como decorrência, convém, no exercício da função pública do pensamento, examinar que tipo de sociedade está pressuposta e é preconizada na formulação de propostas. No sentido de anular o que Bertoni (2020) chama de “mobilização total”, imposta pelas atuais circunstâncias. O efeito sobre a função privada tende a ser liberador.

Sobre a responsabilidade histórica, importa intervir tanto nos colegiados universitários, quanto nos fóruns mais amplos de discussão sobre problemas educacionais comuns entre os chamados pares, e jamais negligenciar as posições políticas dos ímpares.

Importa lembrar que, como professores e professoras, trabalhamos visando, fundamentalmente, os estudantes. Portanto, acolher, orientar e acompanhar estão dentre as atribuições que dão sentido e norte às nossas outras funções profissionais. Por isso, importa decisivamente nosso esforço no sentido de

garantir a vigência de práticas propriamente intelectuais e universitárias, de reunião, ainda que virtual, com os estudantes para restabelecer vínculos institucionais e solidários, para reavivar o sentimento de participação na vida acadêmica e, quem sabe, com isso atenuar prejuízos e combater sofrimentos pessoais e sociais. Mais do que a ideia moderna de autonomia, importam contemporaneamente a solidariedade e a sensibilidade social.

Se não formos nós, haverá sempre alternativas comerciais, oportunistas e privatistas de plantão, pelas quais os estudantes (mas não só) são rapidamente convertidos em consumidores de produtos e serviços no mercado global de educação. Por isso, convém, se for possível, estar na linha de frente do acolhimento aos estudantes.

Precaver-se permanentemente contra a assimilação fisiológica (sempre também patológica) dos processos e das dinâmicas institucionais, e, simultaneamente, pela neutralização do canto de sereia dos projetos de disputa de poder oficial. Historicamente, a vitalidade e força dos movimentos político-sociais de protesto, contestação e recusa dependeu diretamente desse zelo essencial.

Para concluir, traduzo o trecho final do texto de Bertoni (2020):

Aqui estamos em plena utopia: resistir com absoluta intransigência a cada constrangimento ou especulação na defesa de uma ideia de universidade (e de escola) pública, aberta, generalista, bem comum e essencial, não só lugar de transmissão de conhecimento, mas instrumento imprescindível de igualdade [e justiça] social, na letra e no espírito. E se não tivermos êxito em enfrentar coletivamente, porque os interesses em campo são fortes demais e as posições muito heterogêneas, que cada um possa, ao menos, resistir por si, recusar-se a fazer ensino remoto [*teledidattica*] e possa dizer em voz alta: não em meu nome.

De algum modo, penso, as sementes de novas utopias poderiam encontrar algum solo fértil em nós e, confesso meio encabulado um otimismo beijando o delírio, brotar, ainda que discretamente, dessas providências, precauções e propostas, e, para mim, é o que parece nos restar como residual esperança no momento.

Referências

- BENJAMIN, W. “A obra de arte na era da sua reprodutibilidade técnica”. In: *Magia e técnica, arte e política*. Obras escolhidas 1. Trad. Sergio Paulo Rouanet. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1993.
- BERTONI, F. *Insegnare (et vivere) ai tempi del virus*. Bolonha: Ed. Semi/Nottetempo, 2020.
- MOROZOV, E. *Big Tech: a ascensão dos dados e a morte da política*. Trad. Claudio Marcondes, São Paulo: Ed. Ubu, 2018
- PÉCORA, A. “Letras e humanidades depois da crise”. *Revista da Anpoll*, n. 38, pp. 41-54, Florianópolis, jan./jun./2015.
- XAVIER, I. “Melodrama, ou a sedução da moral negociada”. *Revista Novos Estudos Cebrap*, n. 57, julho de 2000.

Recebido: 18/10/2020

Aprovado: 13/01/2021

Publicado: 31/01/2021

Rousseau e as Artes: Uma Leitura do Pigmaleão

[Rousseau and the Arts: A Reading from the Pygmalion]

Wilson Alves de Paiva*

Resumo: O presente texto apresenta uma tradução da peça *Pygmalion*, escrita pelo filósofo genebrino Jean-Jacques Rousseau (1712-1778). A tradução foi feita direta do original em francês, o qual está contido nos “Contes et Apologues” (Contos e Apólogos) das *Œuvres Complètes* (Obras Completas), publicada em cinco volumes, na França, pelas Edições Gallimard, da coleção *Bibliothèque de la Pléiade*, sob a direção de Bernard Gagnebin e Marcel Raymond. Após a tradução, o artigo procura discutir que enquanto Rousseau condenava as artes, dentre elas o teatro, como um dos elementos causadores da corrupção humana, escreveu diversas obras artísticas, entre elas poesias, romances, óperas e peças de teatro. Aliás, o autor pode ser considerado como um dos precursores do romantismo, tendo influenciado nomes como o do grande escritor alemão Goethe. Entretanto, a estética rousseauniana tem a perspectiva de se encontrar o remédio no próprio veneno, isto é, a utilização das artes como remédio para os males que elas causaram no coração humano.

Palavras-chave: Rousseau. Romantismo. Pigmaleão. Artes. Teatro.

Abstract: This text presents a translation of the theatre play *Pygmalion*, written by the Swiss philosopher Jean-Jacques Rousseau (1712-1778). The translation has been made directly from the original in French, which is part of the “Contes et Apologues” (Tales and Apologists) of the *Œuvres Complètes* (Complete Works), published in five volumes, in France, by the Gallimard Editions, of the *Bibliothèque de la collection Pléiade*, under the direction of Bernard Gagnebin and Marcel Raymond. Following the translation, a discussion is provided on the problem: while Rousseau condemned the arts, including theater, as one of the elements that have caused human corruption, he wrote several artistic works, including poetry, novels, operas and plays. In fact, the author can be considered as one of the precursors of romanticism, having influenced names like that of the great German writer Goethe. However, the Rousseauian aesthetic has the perspective of finding the remedy in the poison itself, that is, the use of the arts as a remedy for the ills they have caused in the human heart.

Keywords: Rousseau. Romanticism. Pygmalion. Arts. Theatre.

*Professor da Universidade Federal de Goiás (UFG). Doutor em filosofia da educação pela Universidade de São Paulo (USP). E-mail: scriswap@ufg.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5654-7193>.

Introdução

A produção acadêmica tem consagrado o nome de Jean-Jacques Rousseau (1712-1778) como um dos mais importantes precursores do romantismo. Entre sua produção encontram-se obras que ajudaram a configurar esse estilo literário, como o romance epistolar *Júlia ou a Nova Heloísa*, além de obras que não deixam de ter um sentido lírico, intimista e sentimental, como os *Devaneios do Caminhante Solitário*, as *Confissões* e inúmeras pequenas peças de poesia, música e teatro. Dentre esta última categoria se encontra a peça *Pygmalion* (Pigmaleão), a qual, embora pequena, possui uma riqueza estética que nos ajuda a entender o pensamento de Rousseau quanto à produção das artes e a compreendê-lo em seus posicionamentos filosóficos. Tendo em vista que não há nenhuma versão em português, pelo menos editada no Brasil, a tradução que se segue neste ensaio foi feita a partir do original francês, cujo texto original utilizado faz parte da sessão “Contes et Apologues” (Contos e Apólogos) das *Œuvres Complètes* (Obras Completas), publicada em cinco volumes, na França, pelas Edições Gallimard, da coleção Bibliothèque de la Pléiade, sob a direção de Bernard Gagnebin e Marcel Raymond (O.C., T. II, 1964, pp. 1224-1231).

Pigmaleão é uma figura literária que

aparece em diversas obras da produção literária europeia, com forte recorrência sobretudo a partir do século XVII, destacando-se a peça do dramaturgo irlandês John Bernard Shaw, *Pygmalion*, mas que não segue os critérios estéticos da obra rousseauiana. Originalmente aparecem dois personagens com esse nome,¹ ambos de origem oriental, na mitologia grega, mas o mais conhecido é encontrado nos versos de alguns poetas, como Virgílio, que relatam a história de um escultor, rei celibatário da ilha de Chipre, que acabou apaixonando-se pela estátua feminina que criara, a Galateia. Deu-lhe esse nome em homenagem à nereida Galateia, filha de Nereu e Dóris, cuja beleza encantara o ciclope Polifemo (LICHT, 2018), e serviu de referência estética ao celibatário Pigmaleão. Seu celibato era motivado pela recusa de esposar as mulheres libertinas e sem virtudes de sua ilha. Em resposta às suas súplicas, a deusa Afrodite deu vida à estátua com a qual Pigmaleão contraiu núpcias e teve uma filha, a quem deu o nome de Pafos. Segundo Kerényi (2015), essa história ajudou a difundir o culto à Afrodite, como a deusa do amor.

A peça de Rousseau foi colocada na seção “Contos e apólogos”. Ora, um “apólogo” é uma narrativa em prosa ou verso, com o objetivo argumentativo e produzida geralmente de forma dialogada para expressar uma reflexão mo-

¹Sg. Brandão (2014), em seu *Dicionário mítico-etimológico da mitologia grega*.

ral. A pequena obra rousseauniana que leva esse nome é, como o leitor pode verificar nesta tradução, um monólogo de um escultor chamado Pigmaleão. O texto é intercalado por pantomimas e interrompido apenas no final, quando sua escultura ganha vida e emite algumas palavras de auto reconhecimento. O subtítulo “Cena lírica”, colocado pelo autor, também pode ser traduzido por “Melodrama”, um estilo novo para o qual a peça contribuiu significativamente, apresentando de forma sucessiva o monólogo declamado e a música instrumental. Embora Rousseau tenha feito somente a letra e deixada a música para outro músico amador, chamado Horace Coignet (1735-1821), a obra foi composta provavelmente em seu exílio em Neuchâtel, em 1762, quando faziam quase dez anos que sua *Carta sobre a música francesa* havia sido publicada, pela qual recebera inúmeras críticas. Os ataques contra sua obra e sua

pessoa já tinham se intensificado depois das leituras públicas e da publicação do romance *A Nova Heloísa*, bem como com a produção do *Emílio* e do *Contrato Social*. Mesmo assim, após uma longa viagem de fuga, Rousseau chega a Lyon, em 1770, e sua peça é apresentada no pequeno teatro da prefeitura, com grande sucesso. Em janeiro de 1771 foi publicada no jornal *Mercure de France* e se difundiu por toda Europa, ganhando versões em outros idiomas. Diante da “guerra” travada contra ele, podemos questionar, por que dar aos inimigos mais munição? E só o espírito inquieto de Rousseau e sua incansável genialidade podem servir de resposta. Mas ainda há de se questionar que, resultando desse contexto, o Pigmaleão seria uma arma nas mãos de seu criador ou de seus inimigos? É um dos pontos que este pequeno artigo pretende discutir. Primeiro, vamos à tradução.

Tradução

PIGMALEÃO, Cena lírica.

No palco, o ateliê de um escultor. Dos lados, blocos de mármore e grupos de estátuas inacabadas. Ao fundo, outra estátua, escondida sob um manto de tecido leve e brilhante, decorado com franjas e guirlandas.

Pigmaleão, sentado e inclinado, devaneia com o ar de um homem preocupado e triste; Eis que, de repente, levanta-se, pega de uma mesa as ferramentas de sua arte e começa a dar golpes intervalados de formão em algumas de suas peças; depois, recua e as observa insatisfeito e desanimado.

PIGMALEÃO.

Não há nelas nada de alma ou de vida; não passam de pedra. Jamais farei alguma coisa de tudo isso.

Oh! Meu gênio, onde tu estás? Meu talento, para onde foste? Todo meu fervor se apagou, minha imaginação ficou congelada, o mármore sai frio de minhas mãos.

Pigmaleão, não intentes fazer mais deuses: tu não passas de um artista vulgar... Vis instrumentos que não sois mais os da minha glória, vamos, não desonre minhas mãos.

Ele lança fora suas ferramentas com desdém, em seguida caminha pensativo por um pouco de tempo, com os braços cruzados.

O que eu me tornei? que revolução estranha ocorreu em mim?...

Tiro, cidade opulenta e soberba, os monumentos de arte que te fazem brilhar não me encantam mais, perdi o gosto que eu tinha em admirá-los: o comércio de artistas e filósofos se tornou insípido para mim; a conversa de pintores e de poetas não me é atrativa; o louvor e a glória não elevam mais minha alma; os elogios daqueles que serão aclamados não me tocam mais; até mesmo a amizade perdeu para mim seu charme.

E vós, jovens objetos, obras-primas da natureza que minha arte ousou imitar, e em cujos passos os prazeres me atraíam sem cessar, vós, meus modelos encantadores, que me incendiastes ao mesmo tempo com o fogo do amor e do gênio, desde que vos superei, sois todos para mim indiferentes.

Ele se senta e contempla tudo ao seu redor.

Preso nesse ateliê por um encanto inconcebível, não consigo fazer nada e não posso me afastar. Vagueio de grupo em grupo, de figura em figura. Meu formão debilitado, errático, não reconhece mais seu guia: essas obras grosseiras, deixadas em seu tímido esboço, não sentem mais a mão que antes as animava...

Ele se levanta impetuosamente.

Não adianta mais! Não adianta mais! Perdi meu gênio... Tão jovem ainda, eu perdi meu talento.

Mas o que é então esse ardor interno que me devora? O que tenho em mim que parece me incendiar? O quê! Na languidez de um gênio apagado, sentem-se essas emoções, sentem-se esses impulsos de paixões impetuosas, essa ansiedade intransponível, essa agitação secreta que me atormenta cuja causa não consigo desvendar?

Receio que a admiração da minha própria obra não tenha causado a distração que acabei trazendo ao meu trabalho. Eu o escondi sob esse véu... minhas profanas mãos ousaram cobrir esse monumento de sua glória. Desde que não posso mais vê-lo, estou mais triste e menos atento do que antes.

Como me será cara, como me será preciosa essa obra imortal! Quando minha mente apagada não produzir mais nada de grandioso, belo e digno de mim, mostrarei minha Galateia e direi: eis minha criação! Ó minha Galateia! Quando eu tiver perdido tudo, tu me restarás e então serei consolado.

Ele se aproxima da tenda e depois recua, vai e vem e às vezes para suspirando para contemplá-la.

Mas por que escondê-la? O que ganho com isso? Reduzido à ociosidade, por que me privar do prazer de contemplar a mais bela das minhas obras?... Talvez ainda resta nela algum defeito que eu não tenha notado. Talvez pudesse ainda acrescentar algum ornamento ao seu esplendor; pois nenhuma graça que se imagine deve faltar em um objeto tão encantador... Talvez esse objeto

reanimará minha imaginação enfraquecida. É preciso revê-la, examiná-la novamente. Ei! O que estou dizendo? Ainda não a examinei: até agora o que fiz foi admirá-la.

Ele vai levantar o véu e o deixa cair como assustado.

Não sei que emoção eu sinto ao tocar esse véu; um pavor me toma; acho que toco o santuário de alguma divindade... Pigmaleão! Mas é uma pedra, criação tua. E o que importa?

Em nossos templos, servimos aos deuses que não são diferentes: feitos do mesmo material e pela mesma mão humana.

Tremendo, ele tira o véu e se inclina. Vê-se a estátua de Galateia posta sobre um pedestal muito pequeno, mas elevada por uma plataforma de mármore, formada por alguns degraus semicirculares.

Ó, Galateia! Recebei minha reverência. Sim, eu estava enganado: queria fazer de vós uma ninfa, mas vos fiz uma Deusa: A própria Vênus é menos bela que vós.

Vaidade, fraqueza humana! Não posso deixar de admirar meu trabalho! Eu me embebedo de amor-próprio; adoro a mim mesmo naquilo que fiz... Não, nada assim tão belo apareceu na natureza; superei a criação dos deuses...

Quê! tantas belezas saem de minhas mãos? Minhas mãos logo as tocaram? Minha boca então poderia... Pigmaleão! Vejo um defeito. Esse vestuário cobre demasiado o nu; é preciso talhá-lo mais; os encantos que ele esconde devem ser melhor revelados.

Ele pega o martelo e o formão, depois avançando devagar, hesitante, sobe os degraus da estátua que parece não ousar tocar. Finalmente, com o formão já levantado, ele se detém.

Que tremor! Que perturbação! Seguro o formão com uma mão insegura... não posso... não ousar... estragarei tudo.

Ele se encoraja e, finalmente, apresentando seu formão, dá um único golpe e, tomado de pavor, deixa-o cair, emitindo um alto grito.

Deuses! sinto a carne palpitante empurrando o formão!...

Ele desce de volta, tremendo e confuso.

Terror vão, cegueira tola!... Não, não tocarei em nada; os deuses me apavoraram. Sem dúvida já está a eles consagrada.

Ele a analisa de novo.

O que queres mudar? olha; que novos encantos queres lhe dar?... Ah! É a perfeição que é o seu defeito... Divina Galateia! fosseis menos perfeita, nada vos faltaria.

Ternamente.

Mas vos falta uma alma: vossa figura não pode ficar sem.

Com ainda mais ternura.

Quão bela deve ser a alma feita para dar vida a um corpo assim!

Ele se detém por um longo tempo, depois voltando a sentar-se, diz com uma voz lenta e alterada.

Que desejos ousos formar? Que anseios insensatos! O que é isso que eu sinto? Oh, céu! O véu da ilusão tomba e eu não ousos ver o que está no meu coração: teria muito a me indignar.

Longa pausa num estado de profunda consternação.

... Eis então a nobre paixão que me ilude! E é por causa desse objeto inanimado que não ousos sair daqui!... Um mármore! Uma pedra! Uma massa disforme e dura, talhada por este ferro!... Insensato, retorna a ti mesmo; pranteia, encara teu erro... contemple tua loucura... Mas não...

Impetuosamente.

Não, não fiquei louco; não estou delirando; não posso me culpar de nada. Não é por esse mármore sem vida que estou enamorado, mas de um ser vivente que a ele se assemelha; da imagem que ele projeta em meus olhos. Em qualquer lugar que esteja essa imagem adorável, qualquer corpo que a porte, e qualquer mão que a faça, ela terá todos os votos do meu coração. Sim, minha única loucura é a de discernir a beleza e meu único crime é de poder senti-la. Não há nada nisso que me possa envergonhar.

Menos vivaz, mas ainda com paixão.

Quantas labaredas parecem sair desse objeto para inflamar meus sentidos e retornar com minha alma à sua fonte! Infelizmente ele permanece imóvel e frio, enquanto meu coração arde por seus encantos. Quisera eu sair de meu corpo para ir aquecer o seu. Eu creio, nesse meu delírio, poder lançar-me fora de mim; creio poder lhe dar minha vida e animá-la com a minha alma. Ah! Que Pigmaleão morra para viver em Galateia!... Oh, céus! O que estou dizendo? Se eu fosse ela, não mais a veria, não seria mais aquele que a ama! Não, que minha Galateia viva e eu não seja ela. Ah! Que eu seja sempre um outro, para desejar sempre ser ela, para vê-la, para amá-la, para ser amado por ela...

Com entusiasmo.

Tormentos, vontades, desejos, raiva, impotência, amor terrível, amor fúnebre... oh! O inferno inteiro está no meu coração agitado... Deuses poderosos! Deuses benevolentes! Deuses do povo, que conheceis as paixões dos homens! Ah! Vós haveis operado tantos prodígios por causas menores! Vejais esse objeto, vejais meu coração; sejais justos e mereceis nossos altares!

Com entusiasmo mais trágico.

E tu, essência sublime, que te escondes dos sentidos e te projetas nos corações! alma do universo, princípio de toda a existência; tu que pelo amor concedes harmonia aos elementos, vida à matéria, sentimento aos corpos e a forma a todos os seres; fogo sagrado! Vênus celeste, por quem tudo se conserva e se reproduz sem cessar! Ah! Onde está teu equilíbrio? Onde está tua força expansiva? Onde está a lei da natureza neste sentimento que sinto? Onde está tua flama vivificante na inutilidade de meus vãos desejos? Todo teu calor está concentrado no meu coração e o frio da morte permanece nesse mármore; pereço pelo excesso de vida que lhe falta. Ai! Não espero nenhum prodígio; existe, mas deve cessar; pois a ordem está perturbada, a natureza está ultrajada; restaures o domínio deles à suas leis, restabeleças seu curso benfazejo e despejes igualmente tua divina influência. Sim, faltam dois seres à plenitude das coisas. Compartilhes entre eles esse ardor devorador que consome um sem aquecer o outro. És tu que formaste, por minha mão, esses encantos e traços que aguardam tão só o sentimento e a vida... Dá-lhe a metade da minha, dá-lhe toda, se for necessário, pois me bastará viver nela. Oh, tu que te satisfazes das homenagens dos mortais! Aquele que não sente nada não te adora. Amplia tua glória com tuas obras. Deusa da beleza, poupes a natureza dessa afronta, a de que um modelo tão perfeito seja a imagem do que não é.

Ele volta a si gradualmente com um movimento de segurança e alegria.

Recupero meus sentidos. Que calma súbita! Que coragem inesperada me reanima! Uma febre mortal abrasava meu sangue; mas um bálsamo de confiança e esperança agora flui em minhas veias; Acho que me sinto renascido.

É assim que o sentimento de nossa dependência serve às vezes para nosso consolo. Por mais infelizes que sejam os mortais, quando invocam os deuses, ficam mais tranquilos...

Mas essa confiança injusta engana aqueles que fazem desejos tolos... Infelizmente! No estado em que me encontro invocamos de tudo e ninguém nos escuta. A esperança que nos abusa é mais insensata que o desejo.

Envergonhado com tantos erros, não ousa mais contemplar a causa. Quando quero elevar meus olhos para esse objeto fatal, sinto uma nova perturbação, uma palpitação me sufoca, um medo secreto me impede...

Com amarga ironia.

... Ei! Olha, miserável! Sê corajoso, ousa mirar uma estátua.

*Ele a vê ganhar vida e se afasta, tomado de medo
com o coração apertado de dor.*

O que foi que vi? Pelos deuses! O que acho que eu vi? A cor da carne... um fogo nos olhos... ou mesmo um movimento... Não bastava esperar pelo milagre; para piorar o estado de miséria, ao final, eu a vi...

Em extrema prostração.

Infeliz! Então é isso... teu delírio atingiu seu clímax; tua razão te abandona assim como teu gênio!... Não te lamentes, ó Pigmaleão! Tua desrazão cobrirá teu opróbrio...

Com viva indignação.

É muita felicidade para um apaixonado por uma pedra em se tornar um homem de visões.

Ele se vira e vê a estátua se mover e descer por força própria os degraus sobre os quais ele subiu para colocá-la sobre o pedestal. Ele cai de joelhos e levanta as mãos e os olhos ao céu.

Deuses imortais! Vênus! Galateia! Oh, é a vantagem de um amor frenético!

Galateia se toca e diz.

Eu.

Pigmaleão, emocionado.

Eu!

Galateia se toca novamente.

Isto sou eu!

Pigmaleão.

Adorável ilusão que passa pelos meus ouvidos, ah! nunca abandones meus sentidos.

Galateia dá alguns passos e toca um mármore.

Isso não é mais eu.

Pigmaleão, numa agitação e numa emoção que quase não consegue controlar, segue todos os movimentos da estátua, ouvindo-a, observando-a com uma atenção tão ávida que quase não consegue respirar.

Gatateia se avança até ele e o observa.

Ele se levanta apressadamente, estende seus braços a ela, observando-a extasiado. Ela coloca uma mão sobre ele; ele estremece, pega essa mão, coloca-a sobre seu coração e depois a cobre com beijos ardentes.

Gatateia com um suspiro.

Ah! ainda sou eu.

Pigmaleão.

Sim, caro e encantado objeto: sim, a mais digna obra-prima de minhas mãos, do meu coração e dos deuses... Es tu, es tu só: Eu te dei todo o meu ser; não viverei mais a não ser por ti.

Discussão

Tanto a peça de Rousseau quanto o mito grego apresentam um artista que se apaixona por sua obra, dada sua perfeição e sua beleza. No caso do mítico rei de Chipre, sua súplica foi tão intensa que não pôde descansar enquanto

a deusa Afrodite não veio atender ao seu pedido e, assim, dar vida à estátua. Entre os gregos antigos o valor estético gozava de um estatuto próprio e fundamentava a vida social em toda sua maneira de viver. O amor dedicado a uma obra de arte teve até correspondentes na vida concreta de tal modo que Licht

(2018) chega a relatar alguns casos de “pigmaleonismo” reais que ocorreram no mundo helênico, devidamente documentados por alguns escritores, como um jovem de uma família abastada de Cnido, no golfo de Cós, o qual se apaixonou pela estátua de Afrodite feita por Praxiteles (395-330 a.C.), um dos maiores escultores da Grécia Antiga, que ficava no templo daquela cidade. Diz Licht (2108, p. 502) que o jovem “passava dias no templo e nunca se cansava de contemplar sem cessar a imagem divina”.

Ao chamar a experiência desse jovem grego de “estética”, estamos longe do sentido epistemológico dado por Baumgarten (1936) de reflexão sobre o belo. Tal perspectiva só ganha estatuto no século XVIII, embora Aristóteles já tivesse introduzido ambas as perspectivas, isto é, tanto a da reflexão sobre o belo quanto à da experiência sensitiva. Porém, desde o mundo antigo ao início do moderno é a perspectiva das sensações e da contemplação que sempre esteve em destaque. Tanto no jovem de Cnido, quanto no Pigmaleão dos mitos helênicos ou mesmo no Pigmaleão da obra de Rousseau o que há é uma demonstração de uma experiência sensitiva que resulta da contemplação do belo. Porém, uma sutil diferença entre os antigos e Rousseau deve ser destacada: Se o fanatismo órfico do jovem grego se fia, como nos demais mitos, na metempsicose sobre o mármore para, a partir dela, operar uma fusão do hu-

mano à *psiqué*, a entrega final que o Pigmaleão de Rousseau dedica à sua obra, mesmo que animada pela força dos deuses, tem a ver mais com a fusão do humano ao *eros*.

Diferente da clara intervenção divina que acontece nos mitos gregos, na peça de Rousseau a animação da pedra mais parece um delírio do escultor, sua imaginação que responde ao estado de desespero no qual se encontrava por ter perdido a inspiração. Assim, diante da impaciência, da angústia, da tristeza, da irritação e do medo, seu personagem pode ter apenas imaginado a reação de sua obra. Um estado psicológico que vai da mais profunda tristeza à euforia de poder contemplar seu esforço sendo recompensado pelo fato de que sua obra criou vida. Ademais, como cristão, Rousseau não lança mão dos mitos gregos a não ser como metáfora e recurso retórico. Portanto, longe de ser um deus, *eros* é, para Rousseau uma força que canaliza um retorno à unidade. É nesse sentido que o personagem escultor emprega suas palavras finais de seu monólogo: “Sim, caro e encantado objeto: sim, a mais digna obra-prima de minhas mãos, do meu coração e dos deuses... Es tu, es tu só: Eu te dei todo o meu ser; não viverei mais a não ser por ti”.

Entretanto, admitindo que, no final da peça, os deuses realmente tenham atendido o clamor de Pigmaleão, o artista não assume a estátua animada como resultado de uma metempsicose,

mas como uma obra-prima que, dada sua beleza, bem como a evocação do próprio escultor, recebeu uma intervenção divina, ganhando *anima* com uma parte de sua própria alma para se mover e se sentir viva. Junção da *Psiqué*, representada pela ação divina, com o *eros*, representado pela ação humana do escultor, num ato conjunto de amor: “do meu coração e dos deuses”. E, em vez de exaltar alguma divindade, Pigmalião afirma, dirigindo-se à própria estátua: “Es tu” e “Eu te dei todo meu ser”. Portanto, se no encerramento da peça o artista se entrega, dizendo: “não viverei mais a não ser por ti”, é porque a obra é, primeiramente, manifestação do trabalho humano sobre a natureza, isto é, o mármore, e pela qual o humano viverá. Não é, portanto, o triunfo do humano sobre a natureza, nem o contrário, mas o triunfo de ambos, fundidos numa unidade estética. Como diz Starobinski (1991, p. 81), “Galatéia viva não será mais uma obra, mas uma consciência. Pigmalião, feliz, abandona seus instrumentos; o amor de Galatéia lhe bastará; não esculpirá mais estátuas...”. E o interessante é que o primeiro ato de Galateia, depois que ganha vida, é reconhecer-se, tomar consciência de si mesma, mas também tendo consciência que é fruto do trabalho humano. Ao tocar-se, ela diz: “eu”, mas ao tocar Pigmalião, diz “ainda sou eu”: a suprema fusão do amor. A grande jogada aqui, como bem a capta Starobinski (1991, p. 82), é a seguinte: “O milagre está

na substituição de um objeto por uma consciência”.

A relação de Rousseau com as artes é emblemática e se desenvolve na contramão do pensamento iluminista. Já é bastante conhecido seu posicionamento a esse respeito e a obra que talvez tenha chamado mais atenção tenha sido o *Primeiro Discurso*, isto é, o *Discurso sobre as ciências e as artes*. Nela, Rousseau responde negativamente à questão proposta pela Academia de Dijon, se o restabelecimento das ciências e das artes teriam contribuído para melhorar os costumes. Seu discurso, premiado em 1750 e publicado no *Mercure de France* no ano seguinte, contrariava o ideário iluminista com sua supervalorização do conhecimento racional e seu papel no desenvolvimento moral. Então o que as artes proporcionam aos homens? Para que servem? A resposta de Rousseau é incisiva: Tão somente para criar “guirlandas de flores sobre as cadeias de ferro de que estão eles carregados, afogam-lhes o sentimento dessa liberdade original, para a qual pareciam ter nascido, fazem com que amem sua escravidão e formam assim o que se chama povos policiados” (ROUSSEAU, 1999b, p. 190).

Para ele, então, o refinamento da cultura se desenvolveu a partir do luxo, dos vícios e da ociosidade. Consequentemente, provocou o afastamento da simplicidade e das disposições naturais, nada acrescentando à verdadeira felicidade, acabou criando situações nas

quais o parecer sobrepôs-se ao ser, num conjunto de relações artificiais e enganosas que, como um “véu, espesso” (ROUSSEAU, 1999b, p. 198), cobrindo a verdadeira natureza humana. Utilizando ainda a mesma metáfora dos deuses, foi o que aconteceu à Galateia e, igualmente, a Glauco. Por sua vez, o deus marinho, como Rousseau relata no prefácio do *Segundo Discurso*, sofreu o efeito do tempo, das águas do mar e das intempéries, desfigurando-se de tal modo que ficou parecendo mais a um animal feroz do que a um deus. Do mesmo modo, a alma humana foi alterada no seio da sociedade pela ação corrosiva das paixões, mudando de aparência a ponto de tornar-se quase irreconhecível. Do mesmo modo era a estátua de Galateia, coberta com o véu.

A presença de um “quase” devolve a esperança. Isto é, se não ficou totalmente irreconhecível, bastou retirar-lhe o “véu” das algas e da crosta criada pelos sais e efeitos marinhos para que sua originalidade se revelasse. Retirado o véu de Galateia, revelada sua essência animada, dotada de consciência, o artista quer participar dessa consciência e, certamente não quer voltar às estátuas frias inanimadas que não receberam vida, não quer voltar às imagens simples e à pura representação. Trata-se agora de reprodução, tal como ocorre em sua teoria do jardim cuja virtude

está na reprodução da própria natureza, mesmo que em um espaço delimitado, de modo a não negar as disposições naturais e proporcionar um ambiente no qual o visitante sinta como parte dessa natureza em toda sua originalidade. Paradoxalmente, a virtude do jardineiro está na arte de apagar os traços de seu trabalho (PAIVA, 2009),² de modo que a exuberância de seu trabalho possa provocar um arrebatamento, uma sensação mágica e sobrenatural semelhante à que Pigmaleão teve com a pedra animada. Saint-Preux, na *Nova Heloísa*, ao visitar o jardim Eliseu, confessa sentir-se surpreso, impressionado, extasiado e, enfim, arrebatado por aquele lugar encantador (ROUSSEAU, 2006).

Em sua hipótese antropológica, tal como Rousseau a descreve no *Segundo Discurso*, o homem saiu do estado de natureza para nunca mais voltar e o processo foi acelerado pela capacidade inata de aperfeiçoamento que, lamentavelmente, foi alimentada pelos vícios e pelas paixões, encaminhando a humanidade a um estado geral de corrupção social. Portanto, à parte do problema ético sobre a forma como a propriedade privada foi estabelecida a disjunção se deu por um problema estético: “Aquele que cantava ou dançava melhor, o mais belo, o mais forte, o mais astuto ou o mais eloquente, passou a ser o mais considerado, e foi esse

²“Tudo é verdejante, fresco, vigoroso e a mão do jardineiro não aparece: nada desmente a ideia de uma Ilha deserta que me veio à mente ao entrar e não percebo nenhum passo humano” (ROUSSEAU, 2006, p. 416).

o primeiro passo tanto para a desigualdade quanto para o vício” (ROUSSEAU, 1999b, p. 92). E foi nesse sentido que as ciências e as artes aprofundaram o fosso moral e contribuíram para a decrepitude da espécie. Se a arte teve esse poder avassalador e Rousseau era consciente disso, por que, então, dedicou-se tanto à arte? Afinal, desde a sua juventude era um amante da literatura, da música e do teatro. Quando residiu na Itália, como secretário da Embaixada Francesa junto à República de Veneza, entre 1743 a 1744, apreendeu, assim que lá chegou, a *joie de vivre* da cidade e soube aproveitar como ninguém o refinamento cultural desse lugar. Depois, de volta à França, escreveu diversas composições teatrais e musicais, além de um romance que o colocou como um dos pais do romantismo literário, vindo a influenciar inclusive Goethe e os demais representantes do movimento proto-romântico alemão *Sturm und Drang* (Tempestade e ímpeto).

Quanto a isso há várias considerações. A primeira, é que, como diz como diz Cranston (1982), o Rousseau solitário, devaneador e amante da natureza, qualificativos pelos quais ficou tão conhecido, não é o mesmo Rousseau que desembarcou em Veneza, no Palácio da Embaixada. Afinal, esse período de êxtase pela arquitetura, pela ópera, pelas danças, pela pintura e por todo esse modo de vida refinado que foi encon-

trar em Veneza, foi anterior à sua “conversão” no caminho de Vincennes, em 1749, quando foi visitar o amigo Diderot, encarcerado, e teve sua epifania. Ao escrever seu *Primeiro Discurso*, já era um homem novo, alguém que, pela iluminação que tivera, passou a defender outro ponto de vista, aquele pelo qual ficou conhecido, ou seja, o do crítico das artes e denunciador de seus males.

Diante da questão, se o restabelecimento das ciências e das artes teria contribuído para aprimorar os costumes, proposta pela Academia de Dijon para seu concurso, a opção de Rousseau pela resposta negativa é, na escrita do *Discurso sobre as ciências e as artes*, o ponto de partida de uma relação complexa entre natureza e cultura que o autor vai desenvolver em outros escritos. De um lado, a proposição interpretativa de que tudo é certo ao sair das mãos da natureza, por outro a de que o homem tudo degenera e corrompe. De modo que as artes são impuras em suas origens, pois são geradas pelos vícios e paixões.³ São elementos substantivos, como o luxo, a ociosidade, a vaidade e o desejo de reconhecimento e exaltação sobre os demais, que dão sustentação às artes e até à ciência.

O problema da degenerescência não está na arte em si, mas na forma como historicamente ela se desenvolveu. No início, nos primórdios da humanidade, os povos simples souberam utilizar da

³“As ciências e as artes devem, portanto, seu nascimento a nossos vícios” (ROUSSEAU, 1999b, p. 203).

arte, como a dança, para o fortalecimento dos laços humanitários e sociais. Como ele diz, no *Ensaio sobre a origem das línguas*: “Reúnem-se em torno de uma fogueira comum, aí se fazem festins, aí se dança. Os agradáveis laços do hábito aí aproximam, insensivelmente o homem de seus semelhantes e, nessa fogueira rústica, queima o fogo sagrado que leva ao fundo dos corações o primeiro sentimento de humanidade” (ROUSSEAU, 1999a, p. 295). O que não durou muito, pois logo desenvolveu-se o *amor-próprio*. Naquele que queria se destacar, ser superior, ter privilégio e ter o domínio sobre os demais. Desse ponto em diante, o processo foi, lamentavelmente, para a decrepitude da espécie.

Assim, tendo a humanidade adentrado um processo social de corrupção, a arte deixou de representar os estados do coração e os sentimentos advindos da alma. Mas passou a mascarar a infelicidade e disfarçar as injustiças e a escravidão. Isto é, passou a estender “guirlandas de flores sobre as cadeias de ferro de que estão eles carregados” (ROUSSEAU, 1999b, p. 190).

Entretanto, seu posicionamento contrário não fez dele um inimigo das artes, mas alguém que soube utilizar-se delas para atacar seu efeito devastador. Como ele diz no *Emílio* (p. 134), “a descoberta da causa do mal indica o remédio” (ROUSSEAU, 1973, p. 134). Ou seja, como um princípio ativo de um remédio, as artes podem ser utilizadas para o

malefício ou a cura dos males. Tal perspectiva reafirma o princípio do veneno como remédio e deixa claro que o problema não está na substância, mas na prescrição. Nesse aspecto, o mal contém seu remédio na medida em que for utilizado para evitar um mal pior, como um antídoto, em benefício público. Se o veneno contém o seu antídoto, evidentemente que ele não pode ser condenado ou banido, mas bem utilizado para os fins de cura. Ou seja, as artes, a ciência e a própria razão na verdade desfiguram o homem, pois o distanciam da natureza e de suas disposições originais. mas, também pode redefinir o destino da humanidade e propiciar o reencontro do homem com seu valor absoluto ou, melhor dizendo, com sua autenticidade e consigo mesmo, desde que emulada por nobres propósitos. Como diz ele, “as mesmas causas que corromperam os povos servem algumas vezes para prevenir uma corrupção maior” (ROUSSEAU, 1999a, p. 300).

Rousseau reconhece a utilidade que as artes têm na implementação da vida cotidiana. Na *Última resposta ao Sr. Bordes*, uma das diversas refutações aos ataques recebidos pelo *Discursos sobre as ciências e as artes*, publicada no *Mercurio de France*, diz que:

As ciências são a obra-prima do gênio e da razão. O espírito de imitação produziu as belas-artes, e a experiência as aperfeiçoou. Devemos às artes mecâ-

nicas um grande número de invenções úteis que aumentaram os encantos e as comodidades da vida. Eis verdades com as quais de bom grado concordo. (Idem, p. 262)

Além de ter escrito algumas óperas, Rousseau foi autor da peça *Narciso, ou o amante de si mesmo*, na qual procura demonstrar que o efeito catártico é ilusório. Para ele, a capacidade de se pôr no lugar do outro deve ser real e não apenas imitativa. Se essa transposição é feita de forma apenas imaginária, no âmbito do teatro, acaba-se por fazer como Narciso, o qual usurpou o lugar do outro somente pelo prazer de viver a personagem. Mas no *Prefácio* da obra Rousseau coloca uma nota contra a desesperança que tais afirmações possam gerar, fazendo-nos lembrar que a aparência bem intencionada pode conter virtude. Principalmente a afirmação de que um povo uma vez corrompido nunca mais volta à virtude. Quanto a isso Rousseau faz um comentário que deixa clara a importância pedagógica das ciências e das artes e o papel que a educação tem na preparação das gerações futuras:

Mas, quando um povo já se corrompeu até um certo ponto, quer as ciências tenham, quer não, contribuído para tanto, será preciso bani-las ou se preservar delas para torná-lo me-

lhor ou impedi-lo de tornar-se ainda pior? Esta é outra questão, em relação à qual me declarei positivamente pela negativa. Pois, em primeiro lugar, uma vez que um povo corrupto nunca mais volta à virtude, não se trata de tornar bons aqueles que não o são, mas de conservar assim aqueles que têm a felicidade de sê-lo. Em segundo lugar, as mesmas causas que corromperam os povos servem algumas vezes para prevenir uma corrupção maior. (ROUSSEAU, 1999a, p. 300).

Emílio é um belo exemplo da arte literária do século XVIII como um remédio contra os males da civilização, principalmente o afastamento do homem para com a natureza. Em que sentido a obra é um remédio? Basicamente no sentido da aquisição cultural e na ampliação das possibilidades humanas de uma forma nova, distinta da realidade dada, que possibilite a plena realização do homem em sua verdadeira natureza. Vemos que do início ao fim do *Emílio*, a criança é preparada para desenvolver sua sensibilidade, suas disposições naturais e suas possibilidades criativas (para si e para os outros) para, ao fim, tornar-se o homem pleno, preparado para viver em qualquer sociedade sem se corromper.

Porém, o “bárbaro”⁴ não se fez inimigo das artes e do conhecimento em geral, como podemos verificar mais à frente quando comenta que: “as ciências são a obra-prima do gênio e da razão. O espírito de imitação produziu as belas-artes, e a experiência as aperfeiçoou. (...) Eis as verdades com as quais de bom grado concordo”. E, por fim, completa: “Já afirmei, em outro lugar, que não me propunha a abalar a sociedade atual, a queimar as bibliotecas e todos os livros, a destruir os colégios e as academias” (Idem, p. 281). Ainda que as ciências e as artes tenham causado mais mal do que bem, mesmo assim é um contrassenso pensar em eliminá-las. É preciso considerar todos os conhecimentos, habilidades e progresso do ponto de vista moral.

De onde podemos inferir que essas manifestações artísticas bem encaminhadas podem evitar a ociosidade e serem bem utilizadas com o propósito de infundir nas mentalidades a virtude necessária ao pleno desenvolvimento do homem em suas disposições civis, bem como em suas necessidades pessoais. Provavelmente influenciada por Platão, essa perspectiva se reveste de uma finalidade pedagógica com vistas a evitar a corrupção e a redirecionar o labor artístico no sentido de melhor conduzir o desenvolvimento das paixões e bem en-

caminhar as emoções.

Tendo em vista o homem civil na perspectiva rousseauniana dos *Discursos*, isto é, corrompido pelas ciências, pelas artes e pelo progresso das paixões, a ação reparadora deve ser tão radical que possa ser chamada de um “segundo nascimento” no qual o homem não renasce apenas para si, mas para os outros. Como diz no final do *Primeiro discurso* (p. 259 – grifo meu):

Deixemos, pois, as ciências e as artes adoçarem, de qualquer modo, a ferocidade dos homens que corromperam; procuremos *disfarçar prudentemente* e esforcemo-nos por mudar suas paixões. Oferecemos algum alimento a esses tigres, para que não devorem nossos filhos.

Rousseau encarna essa ideia com muita paixão e, ciente da utilidade das artes, encerra suas refutações dizendo:

Esperando, escreverei livros, comporei versos e música, caso tenha para isso talento, tempo, força e vontade, e continuarei a dizer, com toda a franqueza, todo o mal que penso das letras e daqueles que as cultivam,

⁴Rousseau usa a palavra “barbárie” para diversos sentidos. No *Primeiro discurso* o termo se refere ao período da Idade Média: “A Europa tinha tornado a cair na barbárie dos primeiros tempos”. Mas, ao colocar como epígrafe do mesmo discurso a frase de Ovídio: *Barbarus hic ego sum quia non intelligor illis* que significa: “Aqui estou, o bárbaro, porque ninguém me entende” (Ovídio, *Tristes*, v. Elegia 10, vl. 57, 1987), está sendo irônico e fazendo referência às críticas que recebeu de muitos de seus contemporâneos.

tendo certeza de não valer menos por isso. É verdade que um dia poderão dizer: ‘Esse inimigo tão declarado das ciências e das artes, todavia, fez e publicou peças de teatro’, e tal discurso constituirá, confesso, uma sátira muito amarga, não a mim, mas a meu século” (ROUSSEAU 1999b, p. 302).

Considerações finais

Portanto, como Rousseau diz nas *Confissões*, que os passeios de gôndola pelo rio, que ele realizava quando era jovem e secretário da Embaixada, em Veneza, bem como as caminhadas que realizava pelas ruas da cidade lhe davam muito prazer, mas bem mais atrativas e apaixonantes eram, segundo ele, as canções melodiosas que se ouviam por toda parte, na boca de todos. Então, embora essas cenas se reportam à época vivenciada antes de sua “conversão”, no caminho de Vincennes, já havia em sua alma, no âmago de seu pensamento uma estética do comum, do cotidiano, do simples, do corriqueiro, do popular. Nesse sentido, as festas camponesas são mais autênticas que as festas luxuosas ou o teatro citadino. Mas, se a cura de um mal pode ser encontrada no próprio veneno, isso nos leva compreender que todas as artes, inclusive o teatro, podem ser usadas de forma pedagógica.

Se o teatro não tem um efeito peda-

gógico, por que o preceptor de Emílio o levou a um local desses? Ora, o poder pedagógico do teatro foi o “nervo do debate” (MATTOS, 2009, p. 8) entre Voltaire, Diderot e Rousseau. E, enquanto os dois primeiros valorizaram a pedagogia catártica dos palcos, Rousseau só o via como vacina. Desde cedo ele pôde perceber os efeitos maléficos do teatro. Isso é claro quando ele adverte D’Alembert (O.C., T. V, p. 24), dizendo: “Quanto mais reflito sobre isso, mais descubro que tudo que se coloca em representação no teatro não se aproxima de nós, mas se distancia”.

No entanto, a representação teatral pode ser válida somente, segundo Naito (2014, p. 170) “se o que é representado no palco corresponde a uma realidade”. Desse modo, qual realidade podemos visualizar na cena lírica cuja tradução aqui apresento? Na peça *Pigmaleão*, Rousseau retira a dimensão erótica, a interferência de Vênus e a história da mulher depravada, do mito original, para ressaltar o poder criativo do artista, sua imaginação e sua paixão. Vedrini (1989, p. 113) nos diz que “se a *Nova Heloísa* foi um dos maiores sucessos de livraria do século, talvez seja porque Rousseau havia escrito o que vivenciou, ou melhor, viveu o que havia escrito”. Rousseau escreveu *Pigmaleão* durante um período de exaustiva depressão. Portanto, escreveu o que estava vivenciando e vivenciava o que escrevia. Nesse sentido, as palavras que encerram a peça: “Es tu, es tu só: Eu te

dei todo o meu ser; não viverei mais a não ser por ti”, pode nos remeter a um diálogo profundo entre Rousseau e sua própria obra, pois é por ela que ele vive até hoje entre nós.

Referências

- BRANDÃO, Junito de Souza. *Dicionário mítico-etimológico da mitologia grega*. Petrópolis-RJ: Vozes, 2014.
- KERÉNYI, Karl. *A mitologia dos gregos* (3 volumes). Trad. Octavio Mendes Cajado. Petrópolis-RJ: Vozes, 2015.
- LICHT, Hans. *Sexual life in ancient Greece*. USA: Read Books, 2018.
- MATTOS, Franklin. A querela do teatro no século XVIII: Voltaire, Diderot, Rousseau. São Paulo: *Rev. O que nos faz pensar*, no 25, agosto de 2009.
- NAITO, Yoshihiro. Le Pygmalion de Rousseau et son esthétique de l'opéra. *Ritsumeikan Studies in Language and Culture*, 25-2, 2014, p. 167-180. Disponível em: https://www.academia.edu/6300615/Le_Pygmalion_de_Rousseau_et_son_esthétique_de_l'opéra. Acessado em 15/02/2020.
- OVIDE. *Tristes*. Texte établi et traduit par Jacques Andre. Paris: Belles Lettres, 1987.
- PAIVA, Wilson Alves de. O jardim de Rousseau e a virtude do jardineiro. *Cadernos De Ética e Filosofia Política*, 1(14), 147-178. Recuperado de <http://www.revistas.usp.br/cefp/article/view/83324>.
- ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Œuvres Complètes*, 5v. Paris: Pleiade, 1959-1960.
- _____. *Do contrato social e Ensaio sobre a origem das línguas*. Tradução de Lourdes Santos Machado. Introduções e notas de Paul Arbousse-Bastide e Lourival Gomes Machado. S. Paulo: Nova Cultural, 1999a. (Coleção Os Pensadores; volume I)
- _____. *Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens / Discurso sobre as ciências e as artes*. Tradução de Lourdes Santos Machado. Introduções e notas de Paul Arbousse-Bastide e Lourival Gomes Machado. S. Paulo: Nova Cultural, 1999b. (Coleção Os Pensadores; volume II)
- STAROBINSKI, Jean. *A transparência e o obstáculo: seguido de sete ensaios sobre Rousseau*. Trad. Lúcia Maria Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.
- VEDRINI, Mireille. *Les jardins secrets de Jean-Jacques Rousseau*, préface de Bernard Gagnebin Chambery: Agraf, 1989.

Recebido: 04/06/2020

Aprovado: 01/01/2021

Publicado: 31/01/2021

Nietzsche: Da Técnica da Memória à Técnica do Esquecimento?

[Nietzsche: From the Technique of Memory to the Technique of Forgetting?]

Adilson Feiler*

Resumo: As diversas técnicas de memória têm privilegiado a constituição de um aparato institucional. O projeto nietzschiano de transvaloração dos valores se impôs contra estas disposições da memória, para tanto, opera num movimento inverso, pela promoção de técnicas que privilegiem a dissolução da memória em esquecimento. De modo a enfraquecer o aparato moral institucional e fortalecer o projeto de valores que privilegiem a vida e suas disposições anímicas. Contudo, vigora neste projeto nietzschiano uma aporia: a de permanecer na esfera da afirmação da técnica. Se, por um lado, Nietzsche questiona todos os mecanismos técnicos, a saber àqueles relativos aos estabelecimentos de ensino por outro, ele não ultrapassa esta esfera, afirma a técnica através dos mecanismos do esquecimento, ao questionar as técnicas de memória. Em que medida os escritos de Nietzsche inspiram uma reflexão profícua para pensar a técnica e sua aplicação à memória?
Palavras-chave: Nietzsche. Técnica. Memória. Esquecimento. Cultura.

Abstract: The various memory techniques have privileged the constitution of an institutional apparatus. The Nietzschean project of overvaluing values imposed itself against these dispositions of memory, therefore, it operates in an inverse movement, by promoting techniques that privilege the dissolution of memory in forgetfulness. In order to weaken the institutional moral apparatus and strengthen the project of values that privilege life and its soul dispositions. However, in this Nietzschean project there is an aporia: that of remaining in the sphere of the affirmation of the technique. If, on the one hand, Nietzsche questions all technical mechanisms, namely those related to educational establishments on the other, he does not go beyond this sphere, says the technique through the mechanisms of forgetfulness, when questioning the techniques of memory. To what extent do Nietzsche's writings inspire fruitful reflection to think about technique and its application to memory?

Keywords: Nietzsche. Technique. Memory. Forgetfulness. Culture

*Professor do Programa Pós-graduação em Filosofia da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos). Doutor em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). E-mail: afeiler@unisinos.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7352-927X>

Considerações iniciais

– “(...) a escola técnica e o ginásio, nos seus fins atuais, são em tudo tão semelhantes (...) nos falta completamente um certo tipo de estabelecimento de ensino: o estabelecimento da cultura”, (NIETZSCHE, KSA, Sobre o futuro de nossos estabelecimentos de ensino, I, Quarta Conferência, p. 717), “(...) talvez nada existe de mais terrível e inquietante na pré-história do homem do que a sua mnemotécnica. Grava-se algo a fogo, para que fique na memória: apenas o que não cessa de causar dor, fica na memória.” (NIETZSCHE, KSA, Genealogia da Moral, V, II Dissertação, § 03, 1999, p. 295). Mesmo que metodologicamente, a técnica é afirmada, o que põe em aparente contradição o projeto nietzschiano de superação da técnica, que permeia as diversas instâncias da cultura. No entanto, estamos considerando escritos de Nietzsche como uma relativa distância, aqueles primeiros são escritos póstumos de 1870-1873 e o segundo de 1887-8. A questão está em saber em que medida Nietzsche se opõe, mais precisamente, a técnica em detrimento aos mecanismos anímicos e instintivos. Para tanto, nossa investigação reside nos interstícios em que a técnica, de acordo com a compreensão nietzschiana, se estriba, de modo a esclarecer seus atributos e determinações, e, assim, avaliar em que medida esta se coaduna ou não ao projeto transvalorador de Nietzsche. Uma

forma de expressão da técnica e a escrita, a sua invenção tem sido um dos fatores que conduzem ao esquecimento, atuando como ameaça às técnicas de memória. Com a escrita não se exercita mais a memória, depositando-se assim toda a credibilidade em signos externos. A invenção da escrita, pelo deus Tot, faz com que nossa memória jamais seja a mesma. Além da escrita, também a grande quantidade de informações fragmentárias, têm contribuído para enfraquecer a memória. Pois já não se consegue mais atingir aquela linearidade de raciocínio em relações que venham a constituir um sistema. As informações, com isso, já não são mais assimiladas, pois ao não comporem mais uma cadeia de raciocínio se resumem a uma cadeia de informações dispersas, sem sentido. Ora, se a escrita tem atuado em fazer esquecer, então ela tem pactuado com o projeto nietzschiano de combate às técnicas de memória, responsáveis, em grande parte, pelo cultivo da má consciência, que se expressa em forma de ressentimento. Tais sintomas repercutem em fraqueza e impotência, os principais responsáveis pela decadência da cultura. No início do capítulo *Por que escrevo tão bons livros* de *Ecce Homo*, Nietzsche evoca a sua escrita como uma realidade que se encontra para além dele mesmo. A sua compreensão esta, inclusive, situada para além das técnicas que até então se encontram para se compreender alguma forma de escrita.

Por mais que Nietzsche se oponha às técnicas de memória, e possível também considera-lo como propulsor das mesmas. Esta ênfase na importância da existência da memória Nietzsche apresenta em um dos aspectos que mais ele e lembrado, a sua estilística. O estilo de escrita de Nietzsche faz dele defensor da importância de se reter na memória informações, fatos, ensinamentos. Paradoxalmente o filósofo alemão atua numa via de mão dupla no tocante às técnicas de memória: por um lado, ataca-as como técnicas que impossibilitam a descarga daquelas forças que necessitam ser extravasadas; por outro, as defende como subsídios importantes para que a memória retenha todo esse lastro de experiências que marcam as diferentes nuances do viver. A técnica poderia ser considerada como uma ferramenta para o desenvolvimento do gênio, daqueles espécimes seletos da cultura, aberta a totalidade para um aprofundamento maduro de si, em detrimento de uma técnica que promove o desenvolvimento da massa, devotada a especialidade superficial e apressada? Em que medida a filosofia de Nietzsche pode ser considerada um aporte ao desenvolvimento da técnica que perpassa diversas instâncias da cultura, como e o caso da memória, mesmo que na contramão da técnica que se depreende dos estabelecimentos de ensino?

Ao pensarmos, a partir das reflexões nietzschianas, uma técnica que favoreça a cultura, concebida enquanto um

futuro que demanda tempo para a sua maturação, somos levados, além disso, a concepção de que a cultura não pode se ater a produção de artefatos específicos que atendam às demandas desenfreadas da economia política. Outrosim, a cultura não pode pactuar da tendência massificadora que leva a ampliar ao máximo os seus círculos. Diante dos desafios que nos colocamos para pensar a relação entre técnica e cultura em seus diversos mecanismos, como são aqueles da memória e do esquecimento, faremos um percurso em três momentos. No primeiro momento aprofundamos as implicações da cultura, pelo cultivo demorado de si mesmo, frente às demandas apressadas de uma tendência movida pela técnica, ao qual intitulamos “Da pressa da técnica ao demorado cultivo da cultura em instantes de plenitude.” No passo seguinte, consideramos as possíveis relações entre as especialidades promovidas pela tecnologia e seu afã de atender às demandas utilitaristas de um mercado competitivo e a capacidade de amplitude que exige o estabelecimento da cultura; a este intitulamos “Os desafios de se pensar uma técnica que ultrapasse os limites de sua especificidade para a amplitude que demanda a cultura.” Finalmente, adentramos no maior de todos os desafios a que nos propomos neste trabalho: o de manter o compromisso com a técnica, como um dos meios de favorecimento da cultura, para além da tendência massificadora, ao qual intitu-

lamos “A técnica como ferramenta para o cultivo de si pela desconstrução das técnicas de memória massificadoras.

1. Da pressa da técnica ao demorado cultivo da cultura: a memória que se plenifica em instantes de plenitude

O caminho que a técnica vem percorrendo, desde as grandes revoluções humano tecno científicas, aos dias atuais constituem um caminho sem volta. Ou seja, não se é mais possível pensar num retorno aos tempos que se vivia anteriores ao domínio da técnica moderna. E um dos atributos da técnica é a rapidez vertiginosa com que esta se apresenta no cenário atual. Um dos valores que se atribui à técnica, e seus diferentes artefatos, diz respeito à rapidez com que estes podem cumprir a sua função. Diante disso, torna-se impossível a existência de artefatos que demandem tempo demasiado para a realização de suas funções. Contudo, a questão que se coloca diante desta situação é a qualidade com que estes artefatos técnicos cumprem a sua função. Será que a qualidade destes é a mesma daqueles que levavam mais tempo para cumpri-los? E quanto se fala em qualidade entra em questão o fator tempo, como realizar as tarefas com qualidade demandando um mínimo de tempo possível? Esta é uma das questões que Nietzsche se coloca em seu caderno de anotações de 1870-3, quando em suas conferências “Sobre

o futuro dos estabelecimentos de ensino” bastava a questão dos desafios da técnica aplicados ao cultivo de si, ou seja, como a rapidez da técnica pode ser aplicada ao demorado processo de auto cultivo, que se expressa, basicamente, pelo ócio filosófico. A reflexão filosófica, atenta e acurada, demanda tempo para o seu cultivo até o seu amadurecimento. Com isso, somos levados a refletir sobre a nossa própria produtividade científica. Em que medida os mecanismos técnicos que rendam os diversos artefatos de medição de produção alcançam aquele objetivo que aponta para a excelência?

A cultura que se promove pelos mecanismos da técnica é “(...) uma cultura rápida” (NIETZSCHE, KSA, I, Sobre o futuro de nossos estabelecimentos de ensino, Primeira Conferência, p. 668), preocupada em fazer render dinheiro, e dinheiro rápido. Myriam Xavier Fragoso a esse respeito traz a seguinte reflexão: “A cultura atual reunira a inteligência e a propriedade. O lucro assumira a categoria de valor moral. A cultura rápida antecipa o lucro” (FRAGOSO, 1974, p. 285). Ora, sabe-se que tudo aquilo que é nobre, genial, excelente, demanda tempo para ser gestado, é um tempo relativamente longo, o tempo necessário para madurar aqueles mais preciosos frutos que despertem os desejos de nosso paladar. Um ditado popular que é corrente entre nós é o de que “a pressa é inimiga da perfeição”, pois quando realizamos

nossas atividades na pressa a tendência é a de que os produtos resultantes sejam marcados por imperfeições e limites. A tendência automatizadora que se depreende dos mecanismos da técnica ao reduzir o tempo na realização dos seus vários produtos leva a que estes sejam marcados pelo vazio formalista. Como podemos pensar em vazio formalista aplicado a reflexão humana? O hermetismo que se depreende deste formalismo não dá conta das diferentes nuances que são próprias da humanidade. Portanto, consiste numa tarefa que só o cultivo demorado e atento seria capaz de adentrar os seus interstícios. O imediatismo se apoia numa técnica de memória¹ que torna a realidade como imagem fotográfica, de modo a em qualquer momento reconhecê-la e reproduzi-la em sua integridade mnemônica, sem, contudo, repensar esta realidade, compreendendo-a como realidade viva, dinâmica e orgânica. Pelo contrário, quando demandamos tempo para pensarmos uma realidade mnemônica, há o cuidado de reproduzi-la com discernimento, o que leva a não tomá-la em uma petricidade imutável, mas compreendendo-a como realidade orgânica, em movimento. No dizer de Cícero, a memória é o repositório de todas as coisas², num orador é a guardiã de te-

mas e palavras, e que por mais belas e esplêndidas que sejam, se não forem repensadas e ruminadas, acabam-se perdidas. Ou seja, retomar esta memória criticamente, de modo que se possa ponderar o que dela é possível retomar a fim de que seja benéfica para a vida. Petar Ramanadovic possui uma reflexão bastante elucidativa a respeito de como se pode aproveitar, de acordo com Nietzsche, a memória passada para a vida presente.

Como um antídoto para este predicamento ele sugere um discurso crítico sobre o passado que seria atento para as necessidades do presente e apto para distinguir entre o que no passado é vantajoso e o que é desvantajoso para a vida. Assim esquecimento ‘ativo’ é um relembrar seletivo, o reconhecimento de que nem todo o passado é forma de conhecimento, e nem toda a experiência é benéfica para o vida presente e futura. Esquecimento ativo é então parte de uma tentativa mais geral para racionalizar a relação para o passado e render consciência – de modo a superar – todos os eventos assombrosos

¹A “técnica de memória” ou “arte de memória” foi criada pelo poeta grego Simônides, baseada na técnica de apontar determinados lugares e constituir pinturas mentais de objetos pertencentes a estes lugares, associando assim os lugares aos objetos por estes ocupados. Esta técnica, se desenvolveu na Idade Média e na Renascença, com seus expoentes principais Tomás de Aquino e Giordano Bruno. Cf. YATES, 2013, p. 17-18.

²Cf. CÍCERO, Livro I, n. 18.

que retornam para perturbar a calma de um último momento (RAMADANOVIC, 2001, n. 01, p. 01).

Esta calma do último momento diz respeito àquela dimensão nietzschiana da plenitude vivida no instante presente na vida, é este o esquecimento ativo, aquele esquecimento que longe de inerte ou acéfalo, é um esquecimento que aponta para novas perspectivas. E Ramadovic segue dizendo que “(...) esquecer submete este discurso para o momento vivente, para a sua animalidade e atualidade. Além disso, com esquecimento ativo, Nietzsche está tentando não evitar o passado, mas abrir uma possibilidade para o futuro” (RAMADANOVIC, 2001, n. 07, p. 03). E futuro não se confunde com progresso, e sim com diferentes compreensões e perspectivas do que compreende a história – como abertura ao instante presente pleno, aquele instante concebido como eternamente novo. Portanto, a emergência deste novo, deste esquecimento ativo é possível “(...) quando nos tornamos capazes de rearticular e reexperimentar o momento originário de identidade de que pode haver um indivíduo saudável” (RAMADANOVIC, 2001, n. 10, p. 04). Um indivíduo não contaminado pelas tendências viciosas daqueles que fazem da técnica entretenimentos passageiros movidos pela moda, mas que utilizam da técnica para promover um esquecimento que

produz, eleva, sublima e regenera, mais precisamente, “(...) que pelo ‘esquecimento ativo’ algo é aceito e afirmado, mais que omitido, apagado ou negado” (RAMADANOVIC, 2001, n. 31, p. 10). Na concepção de esquecimento ativo se depreende um misto de memória e esquecimento, já que a memória é uma necessidade da qual ninguém pode abdicar, a questão está sobre o que se memoriza e em que intensidade, de modo que se realize uma dosagem equilibrada com o esquecimento, se perguntando sobre o que esquecer e qual a medida do mesmo. Desta dosagem equilibrada entre memória e esquecimento deriva a saúde do indivíduo, tal como acompanhamos nas palavras de Zeynep Talay Turner, em sua pesquisa sobre esquecimento ativo: “(...) a saúde do indivíduo depende de um balanço adequado entre memória e esquecimento” (TURNER, 2018, p. 49). Deste balanço entre memória e esquecimento demandam técnicas referentes aos dois lados da questão, que devidamente serão capazes de proporcionar efeitos no indivíduo pela afirmação de si através da ação – “(...) você não pode ser alguém mais, você é o que faz: suas ações são expressões de quem você é” (TURNER, 2018, p. 55). Além disso, estes efeitos da equalização entre memória e esquecimento, ultrapassando recônditos especializados, têm incidência sobre dimensões mais totalizantes – “Nietzsche não detalha como os modos de consciência histórica se desenrolam no nível do indivíduo,

embora ele às vezes se refira aos problemas enfrentados pelos indivíduos para ilustrar os problemas enfrentados pelas nações” (TURNER, 2018, p. 49).

Destas breves considerações, podemos avaliar as inúmeras vantagens que temos em termos de humanidade ao aplicarmos o devido tempo aos mecanismos da técnica, de modo que esta possa estar afinada à humanidade em sua realidade orgânica. Contudo, além do tempo, um outro aliado forte da técnica em seu aporte humanista é a sua dimensão de totalidade, para tanto, é preciso vencer um novo obstáculo: o da tendência especializante dos mecanismos da técnica.

2. Os desafios de se pensar uma técnica que ultrapasse os limites de sua especialidade para a amplidão que demanda a cultura

A especialidade é uma das marcas próprias de uma cultura dominada pela técnica. Longe de se atribuir um juízo moral à especialidade em si, o que se pretende é mostrar os limites de uma cultura dominada unicamente pelo especialista. É próprio do humano a marca da diversidade, que se expressa em seus vários domínios; neste sentido, pensar em apenas um aspecto desta imensa plêiade de caracteres e tendências seria empobrecer a própria realidade do humano, impedindo assim que esta se expresse em uma riqueza pró-

pria da diversidade. Já que a não especialidade é uma das características próprias do humano, neste sentido, a própria compreensão daquilo que o ser humano é, bem como daquilo que ele se torna envolve uma diversidade de perspectivas técnicas. Richard Schacht, a este respeito, sublinha o fato de que a reinterpretção de tudo aquilo que diz respeito a vida humana envolve uma gama diversa de materiais técnicos que Nietzsche entende como incremento da vida humana. “Ele está, ao mesmo tempo, desenvolvendo e empregando as várias perspectivas e técnicas que lhe parecem relevantes para a compreensão do que passamos a ser e do que temos em nós para nos tornarmos” (SCHACHT, 2012, p. 102). Para uma compreensão do que corresponde ao humano, faz-se necessário, pelos diversos mecanismos e perspectivas técnicas, dar-se conta de tudo o que se impõe como obstáculo, como é o caso da moral, para assim caminhar em direção a sua superação.

Preocupado com as dimensões que os efeitos da moral se fazem sentir sobre a cultura, Nietzsche percebe a necessidade do emprego de um método que dê conta das diferentes formas que a moral vai assumindo. Para tanto, a eficácia deste método deve residir em sua capacidade de profundidade psicológica; é no que, inclusive, Nietzsche se distingue, no dizer de um dos maiores pesquisadores de Nietzsche como Eugen Fink. Para este último, “(...) as realizações

psicológicas de Nietzsche são extraordinárias: ele abriu nossos olhos para as ambiguidades, os significados escondidos de alguma expressão espiritual e para outras ambiguidades incontáveis. Sua técnica e análise psicológica é altamente sofisticada” (FINK, 2003, p. 03). A sofisticação desta técnica psicológica de Nietzsche está em enxergar além dos pressupostos estabelecidos pela moral que os mantém escondidos em espaços altamente reservados, e, por isso, inacessíveis. Por essa razão, sua genealogia não pode consistir num procedimento que se estabeleça num recôndito específico da cultura, mas que tenha o alcance necessário para atingir os seus diferentes espaços e formas – “(...) necessitamos de uma crítica dos valores morais, o próprio valor desses valores deverá ser colocado em questão – para isto é necessário um conhecimento das condições e circunstâncias nas quais nasceram, sob as quais se desenvolveram e se modificaram.” (NIETZSCHE, KSA, Para a genealogia da moral, Prólogo, 6, p.?). O método de investigação moral utilizado por Nietzsche, possui um alcance muito maior do que aqueles de seus predecessores, como recorda Matthew Kelley: “Nietzsche afirma que os métodos tradicionais de investigar a história dos conceitos morais são equivocados e, na genealogia, ele argumenta que seu método genealógico aprimora o método de seus antecessores” (KELLEY, 2019, p. 08). O filósofo alemão busca atingir a raiz de onde brotam os concei-

tos morais, para tanto, se faz necessário traçar um caminho que abarque horizontes mais amplos, de onde se possa enxergar mais profundamente.

Nietzsche vê na especialização um caminho que distancia da verdadeira cultura, como acompanhamos a partir de suas próprias reflexões: “(...) um erudito, exclusivamente especializado se parece com um operário de fábrica que durante toda sua vida, não faz senão fabricar certo parafuso ou certo cabo para uma ferramenta ou máquinas determinadas (...) esta acanhada especialização de nossos eruditos e seu distanciamento cada vez maior da verdadeira cultura” (NIETZSCHE, KSA, Sobre o futuro de nossos estabelecimentos de ensino, Primeira Conferência, p. 670). Tal como numa fábrica em que cada funcionário deve dominar um âmbito específico no trabalho, também no âmbito acadêmico acaba se reproduzindo a mesma realidade através de um erudito especializado. Sua erudição se torna comprometida, já que o erudito é aquele que, por excelência, é capaz de ter o devido distanciamento crítico da realidade, para sobre esta, poder tecer uma reflexão. “O sábio especializado da universidade passara a uma condição análoga à do operário de fábrica. A imposição da cultura de Estado o confinara numa única disciplina. A repetição das mesmas tarefas o mantém afastado dos problemas gerais da cultura” (FRAGOSO, 1974, p. 286). Com este devido distanciamento, o erudito não

terá como foco nenhum ponto específico desta realidade, mas a realidade mesma compreendida em seu todo, e na sua natureza de totalidade será capaz de perceber as relações que perfaz o conjunto múltiplo de partes em sua disposição orgânica.

Na medida em que se foca a realidade em seu todo, tanto mais se terá condições de compreendê-la em maior profundidade. Assim, também, na medida em que as técnicas de memória deixam de se prenderem em seus aspectos específicos da realidade para fazer destes objetos mnemônicos uma forma de compreensão da realidade total, tanto mais a memória irá reter o que há de mais essencial e universal, não se perdendo em aspectos que favorecem mais a uma disposição moral que a uma dimensão que açambarque um largo lastro histórico. Constitui este último, portanto, um contra movimento àquele que tende a fixar-se em aspectos específicos, a fim de provocar medo e impacto àqueles que os experimentem, e assim, impedindo-os de abrir-se a dimensão de plenitude. Nietzsche constata em práticas medievais o quanto a dor exerce influência no sentido de desvirtuar a atenção de questões mais universais, para prender-se a particularidades, como Stephen Mulhall se posiciona a esse respeito. Para ele “(...) a contra-conquista da memória é estabelecida e mantida pela imposição da dor empregada como técnica mnemônica” (MULHALL, 2011, p. 257). A

dor impossibilita desviar o olhar sobre aquela particularidade lesada, atuando assim como uma espécie de narcótico que se alheia a respeito da realidade mais ampla. Essa técnica mnemônica do emprego da dor é, inclusive, um expediente já bastante antigo, existente mesmo antes mesmo de que fossem utilizadas para fins de punição. Maude-marie Clark, por essa razão, recorda que: “Nietzsche discute tais procedimentos anteriormente no mesmo ensaio (GM II: 3), e então estaria fazendo a alegação obviamente verdadeira de que as técnicas para infligir sofrimento existiam antes de seu emprego em punição” (CLARK, 1994, nota 14). Mais do que punir, tais técnicas existiam simplesmente para fazer com que se sofresse, e desse sofrimento se extraísse uma memória. Desse modo, como analisa Michael Cowan, Nietzsche concebe o conjunto de práticas ascéticas “(...) como técnicas de disciplina corporal suplementares designadas para compensar as incapacidades inerentes do sujeito para inibir os impulsos do corpo” (COWAN, 2005, p. 59). A disciplina corporal atua como narcótico inibitório, como técnica de memória inibitória dos impulsos. “No entanto, é difícil perceber por que Nietzsche equipararia essas técnicas de violência a ‘uma sequência estrita de procedimentos’ ou por que consideraria o procedimento o ‘elemento estável’ e o objetivo o aspecto ‘fluido’ da punição quando houver menos tantos procedimentos dife-

rentes para infligir sofrimento quanto propósitos de punição” (CLARK, 1994, nota 14). Dá a impressão que Nietzsche pretende fazer uma equiparação da técnica, como esse elemento estável, ao motivo de emprego da mesma a fim de propor a sua ampliação para atingir um horizonte mais amplo, para além da especificidade que não proporciona embate e não promove vida.

O específico não permite o confronto necessário para que a reflexão possa ser levada adiante. E, com isso, todo o esforço de cunho intelectual é comprometido, pois não tem como produzir conflitos e embates para que a própria reflexão ganhe vida. Assim, quanto maiores forem os fatores de embate ao interior da própria reflexão, tanto mais ricos serão os produtos desta reflexão. A técnica, que conduz à especialização e, conseqüentemente, afasta a realidade, perde o lastro vital e se engessa nas determinações de uma particularidade solipsista. O específico tende a se imiscuir da responsabilidade pelo universal, do qual o humano é fundamentalmente partícipe. Por essa razão, quando Nietzsche se refere a questão de técnicas de memória coletiva, não a associa a dimensão social, e sim à vida, ao tempo da vida, *temps vécu*, como acentua Jan Assmann (ASSMANN, 2003, p. 172), para além de um tempo projetado ou conhecido artificialmente, que excede ao formato próprio da vida orgânica. É nesta vida, organicamente compreendida, que os acontecimentos tendem a

atingir estágios de plenitude ultrapassando eventos isolados.

A febre e o sensacionalismo causados pelos acontecimentos momentâneos, tendem a permanecer momentâneos. Esta momentaneidade se reproduz, de acordo com a leitura que Nietzsche faz, na “(...) escola secundária: basicamente técnica: a serviço de uma profissão” (NIETZSCHE, KSA, Fragmentos Póstumos, VII, 1871, 9[63], p. 298). A escola secundária, que deveria ser aquela que instruisse nas humanidades passa a preparar para o mercado de trabalho, para a confecção de produtos técnicos, de modo que “Não é o ensino secundário, mas uma infinidade de escolas técnicas” (NIETZSCHE, KSA, Fragmentos Póstumos, VII, 1871, 14[20], p. 382), e assim como a técnica obedece a lei do descartável, tudo o que hoje existe, amanhã já se tornou obsoleto, reduzindo-se a sua inexistência. Da mesma forma, os produtos específicos da técnica, enquanto permanecerem específicos, tendem a deixar de existir; ou seja, reduzem-se a nada. Quanto mais universal forem as implicações da técnica, tanto mais chances terão para servirem de base para um fomento da cultura em todas as suas dimensões, principalmente humanas. Contudo, é preciso conservar o foco, ou seja, que os mecanismos da técnica não sejam produtos da moda, mas produtos que tenham um claro discernimento para qual direção se quer caminhar, caso contrário se desperdiçará energia

em instâncias que não rendem frutos, com uma conseqüente decadência da cultura. Desse modo, a técnica pode ser uma ferramenta importante na medida em que, para além de constituir um movimento massificador, esteja a serviço do cultivo de si.

3. A técnica como ferramenta para o cultivo de si pela desconstrução das técnicas de memória massificantes

O desenvolvimento da técnica para a promoção de uma cultura de massa é um outro desafio que se impõe. Como fazer com que a técnica não se renda à cultura de massificação, típica de um contexto marcado pela falta de discernimento, indispensável para a promoção da cultura. Os artefatos promovidos pela técnica, além de seguirem a lógica de uma cultura da pressa e do imediatismo, da especialidade em detrimento da totalidade, se rende ao culto de um modismo massificante: como é, por exemplo, o consumo de modernos aparelhos andróides. Mais do que ver nestes artefatos um meio de satisfação de necessidades utilitárias, o que dentro da concepção nietzschiana já constitui uma perda de rumo em direção à elevação da cultura, é ainda pior, uma busca de reprodução de modelos repetidos pela massa, por considerar isto como ingresso nos mais altos escalões da sociedade. Quanto mais assim se exercita, mais se distancia daquele que,

de acordo com Nietzsche, seria o caminho em direção aos mais altos cumes da cultura: o do cultivo de si mesmo. Ora, o que comumente se assiste é uma abdicação de si mesmo para cultivar os astros da moda massificamente fetichizados. Ora, uma “(...) cultura não será universalmente distribuída. Na hipótese contrária - a da cultura de massa - a barbárie seria completa” (FRAGOSO, 1974, p. 286). O esquecimento do indivíduo em prol da massa impede o nascimento do gênio, daquele que é capaz de reivindicar a cultura, de apostar no novo, de romper estruturas fossilizadas que se pretendem eternizar e assim impedir o florescimento da vida, que a todo o instante quer se renovar. Não é um instante que muda conforme o desejo da massa, mas um instante que se plenifica pelos mais altos pontos culminantes de potência que o gênio é capaz de atingir. Em que medida a tecnologia pode contribuir para o melhoramento do humano, como é o caso da biotecnologia, e, com isso, da cultura? Jelson Roberto de Oliveira, a este respeito recorda que

Todos os processos de melhoramento projetados pela via biotecnológica, além disso, evocam o grave risco da padronização, fazendo com que a guerra contra a animalidade seja, por isso, uma guerra contra o “*pathos* de distância” (GM I, 2), contra as forças que tornavam o homem

capaz de viver em solidão, ou seja, de distanciar-se dos valores vigentes. Tais valores, assim, não são outros senão aqueles derivados da ascensão do ideal da vida gregária nas suas mais variadas formas – como moral da “conformidade”, da “conciliação”, da “harmonia”, da “baixeza” e da “igualdade” (OLIVEIRA, 2016, p. 730).

Os artefatos tecnológicos podem servir de aporte para a promoção da cultura do gênio, e, conseqüentemente, da renovação cultural na medida e que superarem a febre da massa, o grande perigo que Nietzsche identifica na cultura de sua época e que se reproduz da mesma forma na cultura hodierna - “(...) Nietzsche parte de uma afirmação o da natureza própria do homem e, só a partir daí, como um gesto de fidelidade à terra, pode pensar a desejada superação que é, no limite, sempre uma autossuperação, na medida em que parte das forças próprias do indivíduo criador e não de um esforço da civilização, por exemplo, como é o caso da biotecnologia.” (OLIVEIRA, 2016, p. 730). Como superar esta grande ameaça de que “(...) a grande massa irá um dia pular o grau intermediário e se lançar sem rodeios à felicidade terrena. É isto o que se chama agora de questão social” (NIETZSCHE, I, Sobre o futuro de nossos estabelecimentos de ensino, Primeira Conferência, p. 668). Nietzsche

antevê um grande perigo, o de associar felicidade à grande massa e a questão social. Oswaldo Giacóia Junior, sobre esta associação entre felicidade e massa, recorda:

O resultado mais visível e preocupante desse processo de entronização das “idéias modernas”, Nietzsche o apreende como o inquietante movimento de consolidação de uma sociedade mercantil, de massas, cujo ideário ético-político se generalizaria na Europa a partir de uma identificação entre felicidade, segurança e bem-estar, assim como a partir da universalização de um certo tipo de experiência democrática, fundada na idéia de identidade entendida como igualdade uniforme e ausência de hierarquias legitimáveis. Essa identificação implicaria, propriamente, a consagração da doutrina do bem-estar social e do utilitarismo moderno como meta hegemônica de toda ética e política. (GIACÓIA, 1999).

Ora, fazer da massa, da questão social o caminho rumo a felicidade é estabelecer um obstáculo que cega a cultura para a sua superação. O que em grande medida foi realizado pelas diversas instituições, sejam estas civis ou religiosas, em nome da felicidade do povo, da

massa, mas em contrapartida espezinhando o indivíduo e o impedindo de que este um dia nasça da terra como gênio, como além-do-homem. Ao invés de além-do-homem a massa torna-o último homem, aquele que se rendeu ao cansaço e a fraqueza, a uma vontade coletiva de vontade de impotência. Trata-se de uma vontade que reproduz a objetivação tecnológica como vontade impotente.

É sobre essa base metafísica desse representar persecutório que se funda a compulsão à disponibilização tecnológica de todo ente. Esta, por sua vez, é a forma da vontade coletiva de poder que se torna figura do mundo com o último homem. Trata-se de uma compulsão que leva ao desgaste (*Ver-nutzung*) de todo ente e à infinita reposição desse consumo, tornado possível pela inesgotabilidade da técnica moderna. Esta é, pois, a figuração metafísica da vontade de poder no mundo moderno. E, contudo, do ápice de seu poder de objetivação e reprodução tecnológica, o último homem se revela como vontade de poder impotente. Impotente porque, completamente ofuscado pela cintilação das fachadas e superfícies de seu próprio poderio, ele não se compenetra de que toda

compulsão, como impulso coercitivo, não é mais, enquanto tal, nem controlável, nem disponível. Por conseguinte, a compulsão ao consumo e ao desgaste de todo ente é uma potência que se furta ao controle do último homem e, no limite, o subjuga e domina. Pior do que a cegueira é o ofuscamento. Este julga e crê poder ver, e ver da única maneira possível (nesse caso, ver a modo do delírio de onipotência tecnológica); mas é justamente esse delírio de onipotência que constitui a prisão e a condenação às fachadas e superfícies que, por fim, obliteram toda possibilidade de ver clara e sobriamente. (GIA-CÓIA, 1999).

Nesta linha de interpretação do desenvolvimento da vontade em vontade de potência como tecnologia, pela experiência que cada um é levado a fazer de si mesmo, Ullrich Michael Haase defende "(...) que as palavras de Nietzsche de experimentação e função podem ser compreendidas como um prologomena para o conceito de tecnologia (...) associando a dissolução do ser humano em uma realidade compreendida tecnologicamente" (HAASE, 1999, p. 337). Portanto, a tecnologia não perfaz o caminho de promoção de diferenças, novidades, renovação que são próprias da compreensão do humano, mas de per-

petuar os desejos das massas sob o slogan da garantia da felicidade. A unificação da compreensão do humano, em torno aos mecanismos promovidos pela tecnologia, se defronta com a defesa de Nietzsche de que a verdade é múltipla, uma multiplicidade que se expressa, não na unificação da vontade, mas na vontade que se coloca contra a vontade. Desse modo, no dizer de Frederick Copleston, em sua interpretação de Nietzsche, o que nós necessitamos unificar são as relações entre uma ou mais forças – “A pluralidade de forças, unida por um processo nutritivo comum, nós chamamos vida” (COPLSTON, 1963, p. 411). Em uma carta a Malvida von Meysenbug de 02 de janeiro de 1875, Nietzsche afirma “(...) que mesmo o homem não quer mudar nada – é claro a imperfeição da tecnologia” (NIETZSCHE, KGB, 1875, V, 414, p. 07). A tecnologia, paradoxalmente, acaba sendo mais um fator de comodismo, de modo a não se ousar coisas novas. Neste sentido, as técnicas de memória visam perpetuar a memória da massa, aquela memória consignada em imagens na qual todos estão obrigados a não esquecer, e a não esquecer em rebanho, de modo a estabelecer um controle para jamais ousar pensar distintamente. Em que todos passam a reproduzir fidedignamente os diversos eventos históricos no sentido daquilo que Nietzsche recorda em sua descrição sobre a história monumental, “(...) fidelidade absoluta: eternamente ela aproximará, generalizará e fi-

nalmente identificará coisas diferentes, eternamente ela reduzirá a diversidade dos motivos e das circunstâncias para apresentar uma imagem monumental” (NIETZSCHE, I, Sobre a utilidade da história para a vida, 2, p. ?). Esta imagem monumental da memória solapa todas as diferenças para reduzir tudo a uma realidade única, monolítica, portanto, são técnicas de memória miméticas, “(...) com isso: segmentos inteiros desta passado são esquecidos, desprezados e escoam num fluxo cinzento e uniforme, de onde somente alguns fatos isolados mascarados emergem como ilhas isoladas” (NIETZSCHE, I, Sobre a utilidade da história para a vida, 2, p. ?). Diante de técnicas de memória solapadoras das diferenças que, esquecidas no passado, fazem com que este resinta e consista numa força com direção invertida, ao invés de crescimento, degenerescência. Sobre esta última, Nietzsche se insurge contra, porque “(...) ela sempre subestima o que está em gestação (...) ela impede o indivíduo de optar resolutamente pelo novo, assim ela paralisa o homem de ação” (NIETZSCHE, I, Sobre a utilidade da história para a vida, 3, p. ?). Pela direção da força que cria, pelo contrário, são ativadas técnicas de memória que colhem no terreno do passado toda sorte de primícias, sempre novas e diversas.

Contudo, as técnicas de memória não promovem aquela memória genuína do indivíduo, aquela memória capaz de reinventar, como seria, por exemplo,

a arte, a escrita, a música. Pelo contrário, se memorizam artefatos da técnica, tudo aquilo que pode promover massificação, de onde emergem formas de controle institucional, como é o caso do Estado na instituição civil e a Igreja na instituição religiosa. Para escapar destes mecanismos só fazendo com que os artefatos tecnológicos estejam à serviço da emancipação do indivíduo, de modo que estes promovam, pelo alcance dos mais altos cumes de potência, uma cultura que se renova a cada instante e neste se plenifique pelos frutos que marcam o paladar e a memória dos que dele usufruem.

Considerações finais

Nosso percurso, pelas considerações nietzschianas em torno à técnica e sua aplicação à consciência, nos permitiu avaliar e atestar a extemporaneidade do filósofo. Como podemos perceber pela grande influencia da técnica no contexto hodierno, uma influência que se apresenta mesclada pela sua aberta recepção e resistência. No decorrer dos capítulos recolhemos da própria letra de Nietzsche três aspectos que põem em evidência a medida em que o filósofo alemão concebe como conveniente o papel da técnica nos diferentes âmbitos da vida humana.

Em primeiro lugar, é uma técnica que não se rende aos mecanismos imediatistas, responsáveis pela pressa com que

têm veiculado os seus mais variados artefatos. Com isso, Nietzsche percebe as consequências que se fazem sentir sobre a reflexão filosófica, já que toda a boa e madura reflexão demanda tempo para a sua frutificação. Assim, além da pressa, veiculada à técnica, também a especialidade consiste num dos grandes desafios a serem superados, o que refletimos na sequência de nosso trabalho. A especialidade, que acompanha a técnica, consiste em obstáculo para uma visão mais universal, da qual demanda a reflexão humana. A pressa e a especialização trazem igualmente uma terceira característica, própria da técnica, a massificação, o que refletimos na terceira e última parte de nossa pesquisa. A massificação é uma tendência levada pelo gosto da moda, própria daqueles que se aventuram a ser consumidores da técnica. Contudo, a sua superficialidade não permite uma continuidade e aprofundamento quanto a reflexão humana filosófica. Tanto a pressa como a especialidade e a massificação, trazem influências para as técnicas da memória, tornando-a obstáculo para a superação da moral, veiculada àquelas imagens que engessam em forma de má consciência. A pressa é uma técnica ligada à memória que se prende a dimensão hermética da imagem e não a aprofunda, de modo a compreendê-la como realidade viva. A especialidade faz com que a memória se prenda a detalhes e assim perca de vista a dimensão mais universal, própria da reflexão filosófica.

A massificação faz da técnica de memória um modismo superficial e irrefletido, com perda do cultivo de si, em detrimento de uma submissão à instituição seja ela civil ou religiosa.

Logo, a técnica em si não é vista como um obstáculo ao desenvolvimento cultural, mas a forma pela qual esta é veiculada. Assim, como atestamos a sua

influência na cultura atual, constatamos que ela constitui um caminho sem volta, ou seja, não se pode voltar atrás frente aos avanços da técnica. No entanto, a questão está em como veiculamos a técnica à promoção da cultura, que passa pelo cultivo de si em detrimento da superação da pressa, da especialização e da massificação.

Referências

- ASSMANN, Jan. Cultural Memory: Script, Recollection, and Political Identity in Early Civilizations. In: *Historiography East West*, University of Heidelberg: Leiden, 2003, pp. 154-177.
- CÍCERO, *De Oratore*.
- CLARK, Maudemarie. Nietzsche's imoralism and the concept of morality. In: *Nietzsche, Genealogy, Morality. Essays On Nietzsche's genealogy of morals*. Edited by Richard Schacht. University of California Press: Berkeley, 1994, pp. 14-34.
- COPLESTON, Federick. *A history of philosophy. Vol VII. Modern Philosophy: From the Post-Kantian Idealists to Marx, Kierkegaard, and Nietzsche*. Image Books Doubleday: New York, 1963.
- COWAN, Michael. Nichts ist so sehr zeitgemass als Willensschwache. Nietzsche and the Psychology of the Will. In: *NIETZSCHE-STUDIEN Internationales Jahrbuch fur die Nietzsche-Forschung*, Band 34, Walter de Gruyter, Berlin, 2005, pp. 48-74.
- FINK, Eugen. *Nietzsche's philosophy*. Translated by Goetz Richter. Athlone Contemporary European Thinkers. Continuum: London, 2003.
- FRAGOSO, Myriam Xavier. Nietzsche e a Educação. In: *Transformação*, Marília, n. 01, 1974, pp. 277-293.
- GIACÓIA, Oswaldo Jr. O último homem e a técnica moderna. In: *Natureza Humana*, v. 01, n. 01, São Paulo, jun. 1999.
- HAASE, Ullrich Michael. Nietzsche's critique of technology: a defence of phenomenology against modern machinery. In: *Nietzsche, epistemology and philosophy of science*. Nietzsche and science II, Edited by Babette Babich and Robert S. Cohen, Boston Studies in the Philosophy of Science, vol 204, Springer science + Business Media, BV, Boston, 1999.
- KELLEY, Matthew. The Body of Ideas: Nietzsche, Embodiment, and the Genealogical Method. In: *Georgia State University ScholarWorks @ Georgia State University*. Georgia, Philosophy Theses, Department of Philosophy, 2019.
- MULHALL, Stephen. The promising animal. In: *Nietzsche's on the genealogy of morality. A critical guide*. Edited by Simon May. Cambridge University Press: Cambridge, 2011, pp. 234-264.
- NIETZSCHE, F. W. *Kritische Studienausgabe*. Herausgegeben von Giorgio Colli und Mazzino Montinari. Verlag de Gruyter: Berlin, 1999. 15 Bd.
- _____. *Nachgelassene fragmente*. Herausgegeben von Giorgio Colli und Mazzino Montinari. Walter de Gruyter: Berlin, 1999. 15 Bd.
- _____. *Briefwechsel: Kritische Gesamtausgabe Briefwechsel KGB*. Herausgegeben von Giorgio Colli und Mazzino Montinari. Walter de Gruyter: Berlin, 1981. Bd III1 und 1975. Bd I2.
- _____. *Além do bem e do mal. Prelúdio a uma filosofia do futuro*. Trad. Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- _____. *Genealogia da Moral. Uma polêmica*. Trad. Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- _____. *Escritos sobre Educação*. Trad. Noéli Correia de Melo Sobrinho. São Paulo: Edições Loyola, 2003.
- _____. *Escritos sobre história*. Trad. Noéli Correia de Melo Sobrinho. São Paulo: Edições Loyola, 2005.
- OLIVEIRA, Jelson Roberto de. Nietzsche e o transhumanismo: e, torna da questão da autossuperação do homem. In: *Kriterion*, Belo Horizonte, n. 135, Dez./2016, p. 719-739.
- RAMADOVIC, Petar. *From Haunting to Trauma: Nietzsche's Active Forgetting and Blanchot's Writing of the Disaster*. University of New Hampshire, 2001.
- SCHACHAT, Richardt. Nietzsche: Human, All Too Human. In: *Introductions to Nietzsche*. Ed. by Robert Pippin. Cambridge: Cambridge University Press, 2012. pp. 91-111.

TURNER, Zeynep Talay. Nietzsche on memory and active forgetting. In: *The European legacy. Toward new paradigms*, International Society for the study of European Ideas, 2019, VOL. 24, NO. 1, 46-58.

YATES, F. A. *A arte da memória*. Campinas: Editora da Unicamp, 2013.

Recebido: 29/04/2020

Aprovado: 08/10/2020

Publicado: 31/01/2021

Cristianismo e a Renúncia de si no Último Foucault

[Christianity and the Self-Renunciation in the Late Foucault]

Rafael Siqueira Monteiro*

Resumo: O presente artigo analisou como o cristianismo produziu uma subjetividade por meio da qual o sujeito renunciou a si mesmo. Defendemos a hipótese de que esse modo de subjetivação cristã somente foi possível graças a duas características presentes na relação sujeito e verdade no cristianismo primitivo: a obrigatoriedade de confessar uma verdade de si e a imperfeição que caracteriza a natureza humana na antropologia cristã. Em outras palavras, a confissão da verdade de si tornou-se uma espécie de cura para os pecados oriundos da natureza imperfeita dos homens. Nesse duplo movimento que se iniciava por uma hermenêutica de si e findava na verbalização da verdade encontrada em seu próprio interior, o sujeito se enredou em uma malha de poder constituída por verdades confessadas que o levaram a renunciar a si mesmo.

Palavras-chave: Cristianismo. Renúncia de si. Verdade. Sujeito. Confissão.

Abstract: This article analyzed how Christianity produced a subjectivity through which the subject renounced himself. We defend the hypothesis that this mode of Christian subjectivation was only made possible due to two characteristics present in the relationship between subject and truth in early Christianity: the obligatoriness to confess a truth about oneself and the imperfection that characterizes human nature in Christian anthropology. In other words, the self-truth confession has become a kind of cure for sins arising from the imperfect nature of men. In this double movement which began with a hermeneutics of the self and ended with the verbalization of the truth found within one's own self, the subject became entangled in a mesh of power constituted by confessed truths that led him to renounce himself.

Keywords: Christianity. Self-renunciation. Truth. Subject. Confession.

*Professor da Secretaria de Educação do Estado do Pará (SEDUC/PA). Mestre em filosofia pela Universidade Federal do Pará (UFPA). E-mail: epistemephilo@gmail.com. ORCID:

Introdução

O interesse de Michel Foucault pelo cristianismo se tornou mais evidente no período que nos habituamos chamar de último Foucault, no qual ele se voltou especificamente para a obrigatoriedade da verdade de si imposta pelo cristianismo. Segundo o filósofo francês, essa obrigatoriedade da verdade de si foi desenvolvida pelo cristianismo em dois eixos principais: práticas penitenciais, nos três primeiros séculos, e instituição monástica, nos séculos IV e V. Respectivamente, a verdade confessada através da dramaticidade do corpo e a verdade verbalizada em um formato de confissão a um diretor espiritual ou confessor.

Essa novidade que o cristianismo primitivo aportou para o ocidente culminou, segundo Foucault, na formação de uma subjetividade cristã para o mundo ocidental. Subjetividade que constituiu um sujeito obediente e capaz de renunciar a si mesmo em nome de uma verdade que ele crê ter encontrado, mas que exigiu quer o reconhecimento de sua natureza pecaminosa, quer a confissão de seus pecados.

Nessa perspectiva, o presente artigo analisou como o cristianismo produziu uma subjetividade por meio da qual o

sujeito renunciou a si mesmo. Defendemos a hipótese de que esse modo de subjetivação cristã somente foi possível graças a duas características presentes na relação sujeito e verdade no cristianismo primitivo: a obrigatoriedade de confessar uma verdade de si e a imperfeição que caracteriza a natureza humana na antropologia cristã.

Nessa perspectiva, esse artigo terá quatro tópicos: o primeiro diz respeito à obrigação da verdade de si no cristianismo primitivo, o segundo e o terceiro, respectivamente, irão se debruçar sobre as duas principais formas de confessar a verdade de si nesse recorte histórico: *exomologèse* e *exagóreusis*; e no quarto tópico, voltaremos para as consequências dessa maneira singular do sujeito se relacionar com a verdade no cristianismo.

A obrigação da verdade de si no cristianismo primitivo

O interesse de Michel Foucault pela religião cristã foi crescendo ao longo de sua trajetória intelectual. Foucault abordou por diferentes ângulos¹, desde as práticas de tratamento para doenças venéreas que incluíam a confissão

¹Referências sugestivas ao ocidente oposto a um Oriente nietzschiano desde o prefácio à *Folie et déraison* (Loucura e desrazão) em 1961, diálogo com Georges Bataille, Maurice Blanchot ou Pierre Klossowski ao longo dos anos 1960, dossiês históricos da confissão (1975) e da pastoral cristã (1978) abertos pelos cursos no Collège de France e, sobretudo, o esboço várias vezes retomado do empreendimento, entre 1978 e 1984, de um grande livro sobre *Confissões da carne*: Foucault não cessou de se interessar pelo cristianismo (CHEVALIER, 2012, p. 45).

²Começa-se, naturalmente, com uma sangria, logo seguida por uma purgação; destina-se uma semana aos banhos, à razão de duas horas por dia, aproximadamente; purga-se outra vez e para encerrar esta primeira fase do tratamento impõe-se uma boa e completa

como parte do tratamento, tratadas em sua *História da Loucura*², até a obrigatoriedade da verdade de si, presente em seus escritos da década de 1980. É justamente nessas abordagens realizadas em múltiplas perspectivas que a confissão aparece como central em suas pesquisas sobre o cristianismo, incidindo profundamente sobre a relação sujeito e verdade no ocidente. Nesse sentido, Senellart (2012, p. 73) afirma que:

Se os ângulos de abordagem variam, a análise foucaultiana, ao contrário, segue um fio condutor muito constante, através da problemática geral da confissão, ou seja, da relação específica, na cultura cristã, que liga o sujeito a sua própria verdade, em vista de assegurar sua salvação.

O excerto acima nos mostra que quando tratamos do conceito “confissão” no cristianismo, a partir da ótica do último Foucault, concomitantemente tratamos da questão da verdade e da questão do sujeito. Porque o que se confessa na confissão cristã é uma verdade de si e quem confessa é um sujeito marcado ontologicamente

pelo pecado, mas que deseja ardentemente a salvação.

Isso nos faz pensar que a abordagem do cristianismo realizada por Foucault esteja no interior de um projeto maior da história do sujeito ocidental³ empreendida por ele, sobretudo na década de 1980. Pois, como o próprio Foucault afirmou, algumas vezes, “busquei antes produzir uma história dos diferentes modos de subjetivação do ser humano em nossa cultura [...]. Assim, não é o poder, mas o sujeito, que constitui o tema geral de minha pesquisa ” (FOUCAULT, 1994, p. 223, tradução nossa).

Assim, o cristianismo foi abordado por Foucault no intuito de descobrir o porquê do homem ocidental ser aquilo que ele é. Nesse processo histórico da construção do sujeito ocidental, o cristianismo foi um elemento fundamental no sentido de que, por meio de técnicas de si, ele infligiu a seus adeptos a obrigatoriedade da verdade de si, isto é, a obrigação de confessar quer através do corpo, quer através da voz. Tal obrigatoriedade culminou na constituição de um sujeito que renunciou a si mesmo, projetando-se, conseqüentemente, no interior de uma malha de poder cujos fios são constituídos de verdades confessadas.

Logo, o interesse de Foucault pelo

confissão. Podem começar então as fricções com mercúrio, toda a eficácia de que dispõem; prolongam-se por um mês, em cujo término duas purgações e uma sangria devem expulsar os últimos humores morbíficos. Concedem-se quinze dias de convalescença. Depois, após ter acertado as contas definitivamente com Deus, o paciente é declarado curado e mandado embora (FOUCAULT, 2019, p.86).

³Sobre a tese de que o interesse de Foucault pelo cristianismo esteja inserido na genealogia do sujeito ocidental, ver ALVES (2016), MANICKI (2012), SENELLAR (2012).

cristianismo deve-se, possivelmente, à intuição do filósofo de que muitas respostas acerca do que nós somos encontravam-se no cristianismo primitivo. Pois foi nos primeiros séculos do cristianismo que a subjetividade do homem ocidental começou a ser delineada e, para Foucault, a subjetividade do homem ocidental é cristã.

Para a história da subjetividade no ocidente, a história do cristianismo é fundamental. No cristianismo, há um registro da verdade em que dois processos estão envolvidos: a iniciação na verdade e o exercício probatório da verdade. Foucault está ciente da natureza sem precedentes de seu trabalho quando embarca na história de “me diz quem tu és”. Não se trata de apenas percorrer o caminho do sujeito para a verdade, mas como ele é obrigado a dizer quem ele é, dentro de uma trama de poderes, porque, se não, ele nunca percorrerá esse caminho: “o ser que é verdadeiro não se manifestará em ti” – sintetiza assim, Foucault, a vontade de verdade cristã em *Do governo dos vivos*

(1979-1980) – mais do que se tu manifestares a verdade do que és (SAUQUILLO, 2017, p. 386, tradução nossa)⁴.

Conforme Sauquillo, na citação acima, o cristianismo na história da subjetividade ocidental, além de ser um tema imprescindível para Foucault, também é um tema de extrema originalidade. A subjetividade cristã aparece como uma forma visceral do sujeito se relacionar com a verdade, se entendermos que a verdade que emana desse sujeito em forma de confissão é oriunda do que há de mais profundo em seu ser cristão, seu vínculo com Deus. Um Deus que só se manifestará em sua verdade se, por sua vez, o cristão manifestar a verdade do que ele mesmo é.

Foucault parece ter pesquisado profundamente o universo cultural cristão e provavelmente o conhecia muito bem, pois em seus escritos percebemos o mundo moral e teológico da religião cristã com seus ritos penitenciais e também as práticas monásticas. No curso de 1981, intitulado *Malfazer, dizer verdadeiro*, essa familiaridade com o cristianismo é bastante evidente. Ele abordou o cristianismo nesse curso como um modo de veridicção, isto é, um modo de dizer verdadeiro que atravessa-

⁴Para la historia de la subjetividad en Occidente, es fundamental la historia del cristianismo. En el cristianismo se da un registro de la verdad donde se enganchan dos procesos: la iniciación en la verdad y el ejercicio probatorio de la verdad. Foucault es consciente del carácter inédito de su trabajo cuando emprende la historia del “dime quién eres”. No se trata sólo de recorrer el camino del sujeto hacia la verdad, sino de cómo éste queda obligado a decir quién es, dentro de una trama de poderes, pues, si no, nunca recorrerá este camino: “el ser que es verdadero no se manifestará en ti – sintetiza así, Foucault, la voluntad de verdad cristiana en *Du gouvernement des vivants* (1979-1980) – más que si tú manifiestas la verdad que eres” (SAUQUILLO, 2017, p. 386).

sou a história e marcou profundamente a cultura ocidental.

O aspecto teológico da antropologia cristã nos parece importante para a compreensão da leitura que Foucault faz do cristianismo primitivo no curso *Malfazer, dizer verdadeiro*. Pois, nesse curso, ele procurou compreender o modo de verificação cristão a partir da prática da penitência nos três primeiros séculos e do exame de consciência e da direção espiritual nos IV e V séculos. Todas essas práticas são, para o cristianismo, instrumentos de salvação da alma e meios para que a natureza decaída do homem se erga diante de Deus.

Essas práticas cristãs foram estudadas por Foucault em seus escritos da década de 1980, sobretudo em *Malfazer, dizer verdadeiro*, mas também em *Do governo dos vivos*, em *Subjetividade e verdade* e no seu livro recém-publicado *As confissões da carne*. Nesse período, ele se debruçou em leituras variadas do cristianismo, como: escritos dos padres da Igreja, textos de cunho catequético, a história do monaquismo cristão, suas regras, suas práticas e seus modos de vida⁵.

No curso *Malfazer, dizer verdadeiro*, na aula de 29 de abril de 1981, Foucault analisou uma especificidade própria do cristianismo: a obrigação da verdade de

si. Isto é, o cristão é obrigado a realizar por toda sua existência uma hermenêutica de si a fim de buscar no próprio interior sua verdade mais profunda. Nesse sentido, Foucault compreendeu essa obrigatoriedade da verdade de si como a característica mais fundamental do cristianismo, como podemos verificar a seguir:

Uma das características mais fundamentais do cristianismo é ter vinculado o indivíduo à obrigação de buscar em si mesmo a verdade do que ele é. O cristianismo vinculou o indivíduo à obrigação de busca, no fundo de si mesmo e a despeito de tudo o que poderia ocultar essa verdade, certo segredo, certo segredo cujo esclarecimento, cuja manifestação deve ter importância decisiva em sua caminhada para a salvação da alma (FOUCAULT, 2018b, p. 80).

À obrigação do dizer verdadeiro sobre si mesmo, Foucault chamou de verificação. Esse conceito seria o resultado de um conjunto de técnicas que o cristianismo, se não descobriu, ao menos desenvolveu, como o exame de consciência, a direção espiritual e a penitência.

⁵A vida dos primeiros mosteiros era orientada por uma regra de vida. Um conjunto de normas que orientava as ações dos monges em diferentes situações do cotidiano: o trabalho, a oração, a alimentação, a caridade, a convivência entre os monges. Como exemplo concreto podemos citar no século V a regra de Santo Agostinho e no século VI a famosa regra de São Bento que guia até os dias atuais a vida dos monges beneditinos.

A primeira técnica - exame de consciência - passava-se geralmente pouco antes do monge dormir. Tratava-se de uma retrospectiva do dia, dos seus atos e de seus pensamentos. Essa técnica também era utilizada antes das direções espirituais e da confissão.

A segunda - direção espiritual - era a marca indelével da vitalícia condição de imperfeição e fraqueza diante do mal, que caracterizava os homens em geral e o monge em particular. Eles nunca poderiam estar prontos para caminharem sozinhos como sujeitos livres e soberanos. Por isso, submetiam-se às orientações de um diretor espiritual, ao qual confessavam seus desejos, suas más ações e os pensamentos que iam de encontro à vida cristã.

E a terceira técnica - penitência - também caracterizada pela eterna condição de pecador, exigia do monge uma obediência incondicional cuja confissão era um importante meio para não se deixar enganar pelas inclinações do mal que lhe circundavam e estavam ontologicamente presentes em sua natureza humana. O olhar do diretor espiritual ou do confessor era a certeza de que o monge não se distanciaria do reto caminho. Pois todo comportamento não condizente com a vida de monge seria observado com mais nitidez por esse olhar externo.

Ao se interessar pelo cristianismo primitivo, ou mais precisamente pela obrigatoriedade da verdade de si, desenvolvida por meio de uma série de

técnicas de si ou procedimentos cristãos, Foucault destacou que o cristianismo primitivo desenvolveu duas formas diferentes de produzir uma verdade de si mesmo nos cinco primeiros séculos: *exomologèse* e *exagóreusis*. A *exomologèse* pode ser definida como o conjunto de práticas e exercícios obrigatórios a todo e qualquer penitente que deseja se redimir de algum pecado através de uma confissão dramática do corpo. E a *exagóreusis*, por sua vez, é a confissão verbal da verdade de si no intuito de remissão de uma falta, mas, sobretudo, meio para uma vida de santidade desenvolvida no interior da vida monástica.

A confissão como *exomologèse* no cristianismo primitivo dos séculos I a III

Na aula do dia 29 de abril do ano de 1981 do curso *Malfazer, dizer verdadeiro*, Foucault abordou a questão da veridicção cristã. Para tal, ele se lançou em uma análise da penitência cristã dos primeiros séculos e que, portanto, pouco se assemelhava com a penitência que conhecemos hoje, a qual se delineou no século XII. Tratava-se de uma série de ritos e práticas cristãs que visavam oferecer uma segunda possibilidade de salvação da alma para aqueles que caíram em pecado após o batismo.

O problema da penitência no cristianismo primitivo era:

quem é batizado não deve pecar mais; quem pecar deverá ser excluído da comunidade eclesial; apesar disso, haverá algum recurso para que o indivíduo seja reintegrado, já que seu pecado deveria tê-lo excluído, já que ele mesmo se excluiu da comunidade pela existência do pecado? Em outras palavras, a penitência é o problema do segundo batismo. Será possível ser batizado pela segunda vez? Ou existe a possibilidade de ser reintegrado por alguma coisa que não seja um segundo batismo? Esse é, digamos, o quadro geral no qual o problema se apresenta no segundo século (FOUCAULT, 2018b, p. 90).

Foi nesse contexto que Foucault tratou da *exomológesis*, porém ele não se deteve apenas a uma única definição desse conceito. Entre as várias definições ofertadas por ele escolhemos aquela que designaria a *exomológesis* como o conjunto dos passos que compunham as práticas penitenciais ou como o próprio Foucault descreveu em seu curso *Malfazer, dizer verdadeiro*, “a palavra *exomológesis* quer dizer ser penitente e levar vida de penitente, de que a vida de penitente é chamada de reconhecimento, confiteor, confissão” (FOUCAULT, 2018b p.95).

Entre os vários sentidos do conceito *exomológesis* atribuídos por Foucault nessa aula, sublinhamos a confissão e o reconhecimento, pois a nosso ver, eles descrevem com mais precisão o papel da prática penitencial nos três primeiros séculos do cristianismo. A *exomológesis* era uma forma de dizer a verdade sobre si mesmo, uma espécie de confissão dramática, mas não centrada na palavra, na confissão verbal, mas no corpo. No corpo que suplica, que chora, que sofre, que deseja veementemente o perdão.

Nessa perspectiva, Foucault, em uma conferência proferida na universidade de Grenoble, em maio de 1982, afirma que:

Obrigação de manifestar a verdade sobre si, é isso que faz parte do ritual da penitência: é a *exomológesis*, uma espécie de dramatização de si mesmo como pecador que se faz através de vestimentas, jejuns, provações, exclusão da comunidade, atitude suplicante na porta da igreja, etc.; dramatização de si, expressão dramática de si como pecador, pelo qual alguém se reconhece como pecador, mas sem passar – sem passar necessariamente, em todo caso, sem passar primeiramente e fundamentalmente – pela linguagem.

⁶Obligación de manifestar la verdad sobre sí, eso es lo que forma parte del ritual de la penitencia: es la *exomológesis*, una especie

É a *exomológesis*⁶ (FOUCAULT, 2017, p. 121, tradução nossa).

Em uma outra perspectiva, associando a *exomologèse* ao martírio em *As confissões da carne*, Foucault afirmou que por meio da *exomologèse* o penitente deveria testemunhar tal qual o mártir. Pois esse soube testemunhar sua fé e mostrar a verdade de si através de um corpo humilhado, torturado, morto. Não haveria confissão pública através do corpo mais eloquente do que o martírio.

Se a *exomologèse* é tão importante para a penitência, se ela faz parte da penitência nos ritos públicos e aparatosos, é que o penitente deve testemunhar como o mártir: Expressar seu arrependimento, mostrar a força que sua fé lhe dá e tornar manifesto que esse corpo que ele humilha não passa de poeira e morte, e que a verdadeira vida é em outro lugar⁷ (FOUCAULT, 2018a, p. 104, tradução nossa).

Evidentemente, nem todos precisavam passar pelo martírio de fato, mas a

dimensão do autosacrifício contido no martírio devia estar presente nas práticas penitenciais. Nesse sentido, para conseguir o perdão, o cristão se submetia às práticas públicas de reconhecimento de sua condição de pecador, tal como ficar na frente da Igreja sem poder entrar, esperando o tão sonhado dia da reconciliação.

Percebe-se através dessa imagem dramática do homem pecador, que busca o perdão de Deus e da comunidade dos fiéis, o caráter de mortificação das práticas penitenciais. Isto é, trata-se de um autosacrifício, uma sorte de martírio cotidiano que tem como objetivo tornar público sua condição de pecador. “O penitente tem menos a “dizer verdadeiro” sobre o que ele fez do que “fazer verdadeiro”, manifestando o que ele é”⁸ (FOUCAULT, 2018a, p. 98).

Nesse sentido, na aula de 29 de abril de 1981 do curso Malfazer, dizer verdadeiro, Foucault expressa que:

Veridicção e mortificação estão intimamente ligadas nessa prática da penitência. Se a prática da penitência implica essa *exomológesis*, é porque, por meio dessa penitência, é preciso pri-

de dramatización de sí mismo como pecador que se hace a través de la vestimenta, los ayunos, las pruebas, la exclusión de la comunidad, la actitud de suplicante a la puerta de la iglesia, etc.; dramatización de sí, expresión dramática de sí como pecador, por la cual uno se reconoce a sí mismo como pecador, pero sin pasar – sin pasar necesariamente, en todo caso, sin pasar primeramente y fundamentalmente – por el lenguaje. Es la *exomológesis* (FOUCAULT, 2017, p. 121).

⁷Si l'exomologèse est si importante dans la pénitence, si elle fait corps avec celle-ci dans des rites publics et ostentatoires, c'est que le penitent doit témoigner comme le martyr: exprimer son repentir, montrer la force que lui donne sa foi et rendre manifeste que ce corps qu'il humilie n'est que poussière et mort, et que la vraie vie est ailleurs (FOUCAULT, 2018a, p. 104).

⁸“(…) le penitente a moins à “dire vrai” sur ce qu'il a fait qu'à “faire vrai” en manifestant ce qu'il est” (FOUCAULT, 2018a, p. 98).

meio morrer para este mundo e depois provar, provar publicamente perante esse mesmo mundo, que se está pronto para sacrificá-lo, que se está pronto para sacrificar-se neste mundo, a fim de chegar àquele outro mundo. Ou seja, tem-se aí uma veridicção sobre si mesmo, um ato ritual por meio do qual se mostra a verdade de si mesmo, mas em relação com quê, em função de quê, em ligação com quê? Com a mortificação, ou seja, com o autosacrifício. Só produz a verdade sobre si mesmo quem é capaz de sacrificar-se. O sacrifício pela verdade sobre si mesmo, ou a verdade sobre si mesmo para o autosacrifício é o que está no cerne do rito da exomolôgesis penitencial (FOUCAULT, 2018b, p.97).

O excerto acima revela o martírio como o modelo que inspira as práticas penitenciais cristãs. O martírio enquanto autosacrifício, renúncia de si e confissão eloquente do corpo. Para se entender o porquê desse vínculo tão estreito entre martírio e veridicção é necessário levar em conta o contexto histórico dessas práticas penitenciais do século I ao III. Os primeiros cris-

tãos eram perseguidos e muitas vezes, para se salvar, mentiam dizendo que não eram cristãos ou simplesmente a condição para não morrerem era negar seu mestre Jesus.

Essas dificuldades enfrentadas pelos cristãos geraram um grave problema nas primeiras comunidades. O que fazer com esses que negaram o nome de Jesus? As práticas penitenciais respondiam a esse problema. A solução encontrada foi a penitência enquanto exigência de uma verdade de si e como punição para o crime cometido. A verdade exigida do penitente e a punição a ele imposta eram a exigência mínima para ele voltar à Igreja dos mártires, daqueles que não titubearam diante da fé, pois “a obrigação do penitente de se manifestar, na verdade de sua condição de pecador e na autenticidade de sua penitência, baseia-se muito mais profundamente em sua relação com o martírio”⁹ (FOUCAULT, 2018a, p.103, tradução nossa).

Como se vê, nesses três primeiros séculos a confissão como verbalização não aparece de forma significativa, embora Foucault a mencione em alguns momentos dos ritos batismais e penitenciais da Igreja primitiva no decorrer de seus cursos de 1980. Todavia, o corpo do pecador confessa a verdade de si através de uma liturgia do sofrimento e da dramaticidade do corpo hu-

⁹l'obligation pour le penitent de se manifester, dans la vérité de son état de pécheur et dans l'authenticité de sa pénitence, se fonde beaucoup plus profondément sur leur apport au martyre (FOUCAULT, 2018a, p.103).

milhado, eis a grande marca desses três primeiros séculos.

A confissão como *exagóreusis* no cristianismo primitivo do IV ao V século

Na aula de 6 de maio de 1981 do curso *Malfazer, dizer verdadeiro*, sobretudo a partir dos textos de Cassiano e do *Apophthegmata Patrum*, Foucault analisou como a obrigatoriedade da verdade de si se desenvolveu nas instituições monásticas nos séculos IV e V em continuidade com as práticas penitenciais, mas trazendo uma novidade fundamental na relação que o sujeito mantém com a verdade no cristianismo primitivo. Não bastava somente produzir uma verdade de si e confessá-la em gestos corporais dramáticos, como ocorria nos três primeiros séculos, mas, sim, verbalizá-la a um outro encarregado de ouvir e orientar.

O monasticismo – justamente por causa da situação na qual estava e da institucionalização do ascetismo individual – considerará que essa purificação por mortificação e autoconhecimento só poderá ser realizada por meio de certa relação. Não simplesmente relação de si consigo – não simplesmente uma relação de conhecimento consigo ou uma relação de ascetismo e mortificação por meio

de uma relação consigo mesmo –, mas também uma relação com o outro, uma relação com o mestre (FOUCAULT, 2018b, p. 109).

Essa necessidade do outro que escuta e orienta e a exigência da verbalização da verdade de si foram as duas principais características da *exagóreusis*. Nesse sentido, Foucault, na aula de 13 de maio de 1981, definiu o conceito *exagóreusis* como a “confissão permanente sobre si mesmo” (FOUCAULT, 2018b, p. 141). A vida do monge se tornou a confissão permanente de seus pensamentos e desejos a um outro indivíduo que, revestido de autoridade, recebeu o poder de governá-lo, não tanto pelo conteúdo dessa verdade, mas pelo ato em si de confessar.

Não era o conteúdo da verdade que interessava, mas o ato em si de confessar-se que trazia consigo um modo existência, que reconhecia a presença de uma autoridade a quem se devia, obrigatoriamente, produzir uma verdade de si mesmo como gesto de extrema obediência e submissão. Nesse sentido, Chevallier (2011, p. 135) dirá que:

O que une, na confissão religiosa, não é, portanto, o enunciado, mas unicamente a enunciação, não é a verdade dentro do seu conteúdo, mas unicamente o ato de produzir a ver-

dade diante do outro. Alguém pode mesmo se perguntar si o ato de verdade finalmente não desaparece em benefício de um simples ato enunciativo que é antes de tudo reconhecimento de uma autoridade, obediente e submissa¹⁰.

Nasce um tipo de poder próprio ao cristianismo nesse momento, um poder pela verdade. O fundamento desse poder se encontrava na obediência total do indivíduo que confessava. Para Foucault, o modo de veridicção cristã visava fundamentalmente uma existência capaz de renunciar a si mesmo, o que gerava uma obediência absoluta a um outro. Como o cristianismo conseguiu tal feito? Na aula de 6 de maio de 1981, Foucault afirma que “esse estado de obediência [...] implica, evidentemente, duas coisas: primeiro, auto-exame; segundo, o ato de dizer efetivamente, um ato verbal” (FOUCAULT, 2018b, p. 122).

Nessa mesma perspectiva, em *As confissões da carne* ele afirmou que:

Na forma geral de obediência e renúncia à vontade própria, o

principal instrumento é a prática permanente de “exame-confissão”, que no cristianismo oriental se chama *exagóreusis*: “cada um dos subordinados deve, por um lado, evitar esconder em seu coração qualquer movimento de sua alma; além disso, cuidado com o abandono de qualquer palavra sem controle e com a descoberta dos segredos do coração para os irmãos que receberam a missão de tratar os doentes com simpatia e compreensão¹¹” (FOUCAULT, 2018a, p. 133).

Como podemos observar, a construção da subjetividade cristã, fundamentada na obediência e na renúncia de si, desenvolveu-se a partir de duas técnicas de si – exame e confissão – em vista de um objetivo comum, qual seja a constituição de um sujeito obediente e capaz de renunciar a si mesmo. Em outras palavras, a vida monástica exigiu do monge o exame completo de sua vida e a confissão a um outro como um gesto de obediência e de renúncia de suas próprias vontades.

Podemos observar esse processo de

¹⁰Ce qui lie, dans l’aveux religieux, n’est donc pas l’énoncé mais la seule énonciation ; non pas la vérité dans son contenu, mais le seul acte de produire la vérité devant autrui. On peut même se demander si l’acte de vérité ne s’efface pas finalement au profit d’un simple acte énonciatif qui est d’abord reconnaissance d’une autorité, obéissance et soumission (CHEVALLIER, 2011, p. 135).

¹¹Dans la forme générale de l’obéissance et de la renonciation à la volonté propre, la direction a pour instrument majeur la pratique permanente de “l’examen-aveux”, ce que, dans le christianisme oriental, on appelle l’*exagoreusis*: “Chacun des subordonnés doit d’une part éviter de tenir caché dans son for intérieur aucun mouvement de son âme; d’autre part se garder de lâcher une parole quelconque sans contrôle et découvrir les secrets du cœur à ceux des frères qui ont reçu la mission de soigner les malades avec sympathie et compréhension” (FOUCAULT, 2018a, p. 133).

formação da subjetividade cristã no ocidente nas análises de Foucault sobre a relação mestre e discípulo na antiguidade e que o cristianismo, de alguma forma, integrou em seu universo religioso¹². Essa relação mestre e discípulo foi assumida pelo cristianismo na confissão, na direção espiritual, na relação superior e subordinado, assim como no contexto da vida monástica do monge mais experiente em relação ao noviço. Porém, Foucault deixa claro que diferentemente do que acontecia na filosofia antiga, na medida em que o indivíduo se aprofundava nesse caminho religioso, ele era enredado por uma dependência vitalícia em relação a outrem.

A queda de quem está bem avançado no caminho da santidade, essa queda é sempre possível desde que ele não admita, que deixe de admitir a possibilidade ou a obrigação de ser orientado, a partir do momento em que passa a ser ou quer ser mestre de si mesmo. Portanto, não há testemunho de orientação instituída para todos até o fim da vida, mas encontramos claramente o princípio de que a orientação não pode ser provisória, de que há, em todo caso, uma necessidade fundamental,

contínua e permanente de orientação para toda alma (FOUCAULT, 2018b, p. 116).

É justamente nessa perspectiva de dependência perpétua que se encontra uma grande diferença entre as práticas de orientação da filosofia antiga e práticas de orientação cristã. Pois, para os antigos, “tratava-se de ser guiado até tornar-se *sóphos*, até torna-se sábio. Portanto, esta é a primeira característica: havia um objetivo, um objetivo preciso; por conseguinte, era uma orientação temporária” (FOUCAULT, 2018b, p. 113).

Nessa mesma perspectiva de ruptura na relação entre mestre e discípulo na filosofia antiga e na instituição monástica, podemos mencionar o papel do mestre em ambos os casos. Do lado da filosofia, a fama de inteligência e sabedoria que os mestres da filosofia deveriam gozar eram critérios imprescindíveis. Esses mestres só poderiam guiar alguém se fossem capazes de fazê-lo, capazes de transmitir valores, ensinamentos que guiassem suas condutas na vida social e privada, fazendo-os mestres de si mesmos e, portanto, capazes de conduzir livremente suas vidas.

Por fim, o último ponto, que resume todos os outros: é que,

¹²Na aula de 6 de maio de 1981, Foucault deixa claro que a relação cristianismo e filosofia se dá na superfície, mas que difere em sua essência. Isto é, embora o cristianismo herde algumas práticas da filosofia antiga e as integre em seu universo religioso, ele as modifica inteiramente em seu significado originário.

finalmente – aprendido esse código, interiorizada essa regra de comportamento graças à competência daquele que guiava, porque ele sabia –, o indivíduo que não sabia, o indivíduo que era guiado, tornava-se finalmente capaz de prescindir de mestre; e podia prescindir de mestre porque se tornava mestre. A operação de guiar consistia essencialmente numa espécie de substituição de mestria: aceitava-se a mestria do outro para poder garantir a própria mestria sobre si mesmo e por si mesmo (FOUCAULT, 2018b, p. 113).

Do lado das práticas monásticas, estas se encontravam no outro extremo, o monge não precisava ser dotado de grandes virtudes, inteligência ou sabedoria, mas somente revestido de uma autoridade para guiar bem ou mal o seu orientando. Pois, “o que faz progredir na vida, na vida da santidade, o que, por conseguinte, possibilita percorrer o caminho que deve levar à vida e à verdade é o fato puro de obedecer, seja qual for a ordem e seja qual for o mestre” (FOUCAULT, 2018b, p. 117).

Para Foucault, essa relação perpétua de escuta e obediência se dá através do cultivo de três virtudes cristãs: humildade, obediência e submissão. Humildade, porque devemos obedecer a todos; obediência, porque nunca devemos

resistir a uma ordem dada; submissão, porque tudo o que fazemos deve ter a permissão de um superior. Todavia, para se chegar ao ápice da humildade, da obediência e da submissão é preciso falar, verbalizar, confessar os mais íntimos segredos.

O que está por detrás dessa perpétua relação de obediência desenvolvida pelo cristianismo? Por que a exigência de verbalizar a verdade de si mesmo? Mais uma vez a teologia e a antropologia cristã têm um papel importante nessa prática de veridicção específica ao cristianismo. Diz respeito ao fato de que o monge, o homem, está sempre em perigo de cair em tentação e a qualquer momento se perder em seu caminho de santidade. Logo, essa dependência da confissão a outrem, da verbalização dos desejos mais secretos do pensamento a um superior, explica-se pela natureza humana ontologicamente marcada pelo mal e sempre sujeita à queda.

Nesse sentido, Foucault (2018b, p.116) afirma que:

O que está em jogo em tudo isso é a ideia de um estado de perfeição. Não há estado de perfeição para o monge cristão, a despeito do que possam ter tido certos filósofos ou certas escolas de filosofia antiga. Não há estado de perfeição, digam o que disserem certos gnósticos ou dualistas. É isso o que se afirma e exemplifica no princípio da ori-

entabilidade, digamos, ou no princípio de que deve sempre haver uma relação possível de orientação ao longo de toda a existência de um indivíduo.

Podemos perceber, então, que para Foucault não há perfeição humana na antropologia cristã, o homem é sempre frágil diante de si mesmo e do mal. Sua inclinação ao mal pode se manifestar mesmo onde ele pensa que sua ação o eleva a Deus. Por isso, havia necessidade de alguém para guiá-lo por toda sua existência, pois, sozinho, ele facilmente seria enganado por seu orgulho ou vaidade, e até mesmo pelo próprio demônio que quer sempre vê-lo sucumbir em sua estrutura interna de desejo.

Essa orientação permanente do monge se efetuava na prática monástica através da confissão dos pecados, dos pensamentos e dos desejos mais íntimos. Nada poderia ser escondido, a vida do monge deveria ser transparente como um vidro que deixa o sol da verdade traspassá-lo, purificando-o de dentro para fora e dando-lhe força para prosseguir em seu caminho de santidade.

Essa relação entre mestre e discípulo por meio da confissão, da exposição da verdade de si, entre monge e diretor de consciência, foi fundamental na vida monástica. Todavia, essa relação não ficou enclausurada nos mosteiros dos séculos IV e V, ao contrário, ganhou o mundo ocidental, constituiu um tipo

de sujeito submisso, confessante, envolvido por uma teia de poder, cujos fios que o compõe são verdades construídas e encarnadas em sua existência.

Desse modo, a confissão cristã se integrou ao Estado e em suas instituições médicas e jurídicas. Obrigou-nos a confessar nossos hábitos alimentares, nossos costumes cotidianos, nossa vida sexual, nossos medos e desejos, nossas doenças, nossos crimes. O diretor de consciência ou o confessor deu espaço para o psiquiatra, o psicanalista, o psicólogo, o juiz e o delegado. Somos, portanto, herdeiros dos mosteiros do cristianismo primitivo no que concerne à exigência de confessarmos uma verdade de nós mesmos.

As práticas de veridicção sobre si mesmo, ou como, no monasticismo, o dizer verdadeiro sobre si mesmo se tornou um elemento absolutamente fundamental, essencial dessa vida e acabou sendo, com uma forma absolutamente nova, injetado, enxertado, implantado na cultura ocidental. A partir daí, essa prática da confissão, essa tecnologia complexa de veridicção sobre si mesmo, terá um sucesso considerável (FOUCAULT, 2018b, p. 110).

Portanto, quer na penitência do século I ao III, quer na verbalização de desejos, pensamentos e pecados na insti-

tuição monástica nos séculos IV e V, há uma exigência da verdade de si. Uma verdade que nasce do processo de culpabilização por uma infração cometida e que constitui esse homem pecador em um sujeito confessante e dependente. Consequentemente, o sujeito que se constitui nesse processo de subjetivação cristã é empurrado cada vez mais para uma relação de poder.

A subjetividade cristã do homem ocidental

As técnicas de si ou os procedimentos cristãos desenvolvidos ao longo dos cinco primeiros séculos da era cristã permitiram ao cristianismo governar seu rebanho. Por meio da *exomologèse* e da *exagóreusis*, o cristianismo desenvolveu uma espécie de método de governo que, como *mater et magistra*¹³ ensinou ao ocidente a como governar os homens por meio da verdade. Temos a impressão de que, em Foucault, a obrigação de dizer a verdade de si mesmo, desenvolvida pelo cristianismo, produziu uma relação de poder.

Nesse sentido, Sauquillo afirma que o cristianismo primitivo ofereceu as bases do poder moderno para o mundo ocidental:

O cristianismo para Foucault, compreende as formas arcaicas do poder moderno. Ao envolver o corpo na alma ou na personalidade, o cristianismo garante que sua identidade seja estabelecida e corrigida continuamente. O poder disciplinar no século XIX é uma secularização do triângulo cristão composta da obediência absoluta, exame permanente e confissão exaustiva dos desejos¹⁴ (SAUQUILLO, 2017, p. 359, tradução nossa).

Esse triângulo mencionado por Sauquillo possivelmente não é equilátero, pois a confissão ganha um maior destaque no sentido de que ela se apresenta como meio e fim das outras duas técnicas de si. A confissão seria o resultado natural do exame permanente da consciência na vida monástica e o meio necessário para se chegar à obediência absoluta, uma vez que a rememoração dos erros cometidos durante a jornada precisavam ser verbalizados em um diálogo com o superior; e todo esse processo da verbalização da verdade de si objetivava em última instância a constituição de um monge obediente e capaz

¹³Latim: “mãe e mestra”.

¹⁴El cristianismo para Foucault, comprende las formas arcaicas del poder moderno. Al encerrar el cuerpo en alma o en la personalidad, el cristianismo se asegura establecer su identidad y corregirlo continuamente. El poder disciplinario del siglo XIX es una secularización del triángulo cristiano compuesto de obediencia absoluta, examen permanente de uno mismo y confesión exhaustiva de los deseos (SAUQUILLO, 2017, p. 359).

de renunciar toda e qualquer autonomia.

O conjunto dessas técnicas de si, sobretudo, a confissão, tornaram possível a aparição de uma subjetividade cristã para o homem ocidental. Subjetividade que possibilitou a constituição de um sujeito, cuja identidade foi marcada pela sujeira do pecado e pela obediência absoluta. Alguém que deveria ser sempre orientado, haja vista que estava inclinado à queda e ontologicamente marcado pela imperfeição.

Ao produzir uma identidade de um sujeito imperfeito e sempre suscetível às forças do mal graças a sua condição ontológica de ser pecador, criou-se concomitantemente a necessidade de salvação¹⁵. Isto é, Deus está sempre disposto a estender a mão àqueles que caíram no pecado. É justamente nessa tensão entre imperfeição e necessidade de salvação no seio do cristianismo¹⁶ que possivelmente o poder pela verdade se produziu.

A penitência cristã, a direção de consciência perpétua, a confissão dos desejos, enfim, todas as técnicas de si que colocaram em cena uma relação de poder vertical, só foi possível, a nosso ver, quando o indivíduo se aceitou como um ser imperfeito, suscetível às investidas do mal e exposto a cair

na animalidade dos instintos. Somente assim o cristianismo conseguiu que o sujeito livremente produzisse uma verdade de si, fosse governado por essa verdade e, mais do que tudo, disposto a renunciar a si mesmo¹⁷.

A construção da subjetividade cristã foi evidentemente um processo que começou no século I, mas é na instituição monástica que encontramos um capítulo fundamental da genealogia do sujeito ocidental. A história da constituição do sujeito que renunciou a si mesmo começou nos primeiros passos da vida de monge. A estrutura hierárquica da Igreja e sua forma de regime monárquico contribuiu para imprimir nos candidatos à vida monástica a obediência completa e a exclusão de toda e qualquer vontade própria. O superior ou o abade ditavam as regras a serem seguidas, buscando incutir nos noviços a ideia de que é renunciando a si mesmo que eles encontrariam a vida plena em Deus.

Nesse sentido, na aula de 13 de maio de 1981 do curso *Malfazer, dizer verdadeiro*, Foucault afirma que:

Trata-se de fato, nessa *exagoreusis*, de autodestruir-se, de renunciar a si mesmo, renúncia que de algum modo acaba

¹⁵Nesse viés, Foucault, na aula de 26 de março de 1980 do curso *Do governo dos vivos*, afirma: Como vocês estão vendo, é sempre esse problema da perfeição e da necessidade ou, em todo caso, do objetivo que a Igreja cristã se deu contra um certo número de suas tendências internas ou contra um certo número de suas proximidades, esse esforço que ela fez para distinguir a economia da salvação da exigência de perfeição (FOUCAULT, 2018c, 265).

¹⁶Para um maior esclarecimento da relação imperfeição e salvação no cristianismo, ver Chevallier (2012).

¹⁷“Aquele que acha a sua vida, a perderá, mas quem perde sua vida por causa de mim, a achará” (Mt, 10, 39).

tendo dois papéis ou estando em duas posições simultâneas [...]. Por um lado, se quero mesmo me conhecer, se quero exercer esse controle tão necessário sobre mim, preciso renunciar a qualquer vontade autônoma, qualquer vontade que seja minha; preciso submeter-me ao outro e dar como penhor de minha submissão ao outro o fato de que lhe digo tudo o que penso. E, graças a isso, ao cabo desse trabalho permanente e como efeito dele, inteiramente submisso à vontade do outro, tendo purificado meu coração de todos esses pensamentos móveis que o perturbam, vou poder abrir-me para Deus e não ter outra vontade que não seja a vontade de Deus (FOUCAULT, 2018b, p. 143).

Nessa mesma perspectiva, Foucault afirmou no curso *Do governo dos vivos*, na aula de 26 de março de 1980, que:

O primeiro imperativo era ensinar os noviços a vencer sua vontade, e os ensinavam a ven-

cer sua vontade impondo-lhe um regime de obediência completo, exaustivo e permanente. Tratava-se, para eles, de obedecer sem cessar as ordens que podiam lhes dar, e aconselhava-se aos que lhes davam ordens para fazer de sorte que estas fossem o mais possível contrárias às suas inclinações. Graças a isso, os noviços deviam chegar àquela renúncia de si que tem o nome de humildade (FOUCAULT, 2018c, 261).

Para chegar a esse estado de humildade ou renúncia de si mesmo o monge precisava de um olhar externo que enxergasse com mais clareza sua vida e seu comportamento. Um diretor de consciência, um confessor, um superior que lhe guiasse e alertasse acerca de suas vaidades e orgulhos. E, como foi mencionado anteriormente, essa missão de escutar e conduzir tinha como principal instrumento duas técnicas de si: o exame de consciência e a confissão.

Foucault observou que a matéria prima do dueto exame-confissão é o pensamento. Pensamentos eróticos, de glória e poder deveriam ser presos pelo

¹⁸Na aula de 26 de março de 1980, Foucault explicou o porquê do cuidado em examinar o pensamento em sua atualidade conforme podemos observar a seguir: O exame deve centrar-se na atualidade do pensamento e não, retrospectivamente, no que foi feito. Trata-se de aprender o pensamento no momento em que começa a pensar, de apreender na raiz, quando estamos pensando no que pensamos. No sentido estrito, o exame é um exame de passagem, um exame de passagem na atualidade e que tem por função o quê? Exercer uma triagem, exercer [o que, precisamente, era chamado de] *discriminatio*. Não se trata portanto de medir *a posteriori* os atos para saber se são bons ou ruins, mas de aprender os pensamentos no exato momento em que se apresentaram, depois procurar o mais depressa possível, imediatamente, separar os que podemos acolher em nossa consciência e os que teremos de repelir, expulsar da nossa consciência (FOUCAULT, 2018c, p. 272).

exame de consciência no ato mesmo do pensamento¹⁸. Deixá-los crescer em seu interior poderia se tornar um ato demasiado perigoso, pois aquele que menospreza as pequenas coisas, pouco a pouco, fomentaria sua própria destruição¹⁹. Para evitar esse processo paulatino de decadência provocado pela negligência das pequenas coisas, o mosteiro passou a exigir do monge não somente o exame de seus pensamentos e posteriormente sua confissão, mas exigiu também a apreensão do pensamento no ato mesmo de seu surgimento.

Após essas reflexões, constatamos que é através de um exame constante de si mesmo, na atualidade de seu pensamento, que o monge descobriria suas fragilidades. E, uma vez identificadas suas fraquezas, era necessário partilhar sua descoberta a um diretor de consciência, confessor ou superior, ou seja, a alguém incumbido de lhe orientar. Todo esse processo de exame da sua própria vida e da obrigação de verbalizá-lo em forma de confissão a um outro, culminaria em uma obediência total do monge e em um estado de humildade que não seria outra coisa senão a renúncia de si mesmo.

Nessa perspectiva, podemos constatar que Foucault, ao analisar a obrigatoriedade da verdade de si no cristianismo primitivo, identificou a forma-

ção de um modo de subjetivação, que constituiu um sujeito que renunciou a si mesmo. Um sujeito cuja obediência eliminou qualquer satisfação pessoal; a vontade própria não mais existe e o único horizonte é a vontade de Deus na vontade do superior.

Renunciar a si mesmo é abrir mão de sua liberdade, gerando, assim, uma relação de dominação, pois o “sujeito renuncia a si mesmo e obedece indefinidamente ao outro” (GROS, 2004, p.17, tradução nossa)²⁰. Uma relação de poder na qual quem confessa a verdade de si deve obedecer sem limites. Esse gesto de extrema radicalidade de obediência só encontrou sentido quando o cristão encontrou a verdade por excelência, Deus. Essa verdade só poderia ser alcançada através de um longo processo no qual a verdade de si mesmo, em forma de confissão, tornou-se uma exigência fundamental e incontornável.

Conclusão

Foucault não procurava compreender o cristianismo na perspectiva da fé, seu olhar era de um ateu, um hermeneuta ateu do cristianismo. Mas há algo de comum entre Foucault e os teólogos, ambos querem pensar o tempo presente servindo-se do passado. Foucault se voltou para os primeiros séculos do

¹⁹O que menospreza o pouco aos poucos cairá na miséria (Eclo, 19,1).

²⁰Sujet donc de la mort à soi-même et de l'obéissance indéfinie à l'Autre (GROS, 2004, p.7).

cristianismo para procurar a genealogia do sujeito ocidental. Pois, para ele a subjetividade do homem ocidental é cristã.

Nessa busca, Foucault constatou a importância da confissão na subjetivação cristã. O ato de confessar-se, mais do que a confissão em si, engendrou um poder próprio ao cristianismo, um controle dos indivíduos por meio da verdade que esses produziam de si mesmos. Um poder que impeliu o sujeito cristão a renunciar a si mesmo. Através da confissão do corpo que se arrepende e da voz que admite os seus pecados o cristianismo governou por meio da verdade.

O cristianismo, então, aparece como a tábua de salvação para esse sujeito inclinado ao mal. Deixa-se governar pela verdade de si; verdade que o identifica essencialmente como pecador e incapaz de ser mestre de si. Por isso, deixa-se conduzir por outrem durante toda sua existência, nunca está pronto para tomar suas próprias decisões, o mal está sempre lhe rodeando e pronto a lhe fa-

zer sucumbir em meio aos seus infinitos desejos.

Teríamos, portanto, diante de nós, uma crítica ao cristianismo que talvez esteja na esteira dos grandes críticos da religião em geral e do cristianismo em particular? Possivelmente não, embora concordamos que seja possível retirar do pensamento de Foucault uma crítica ao cristianismo, no sentido de que o cristianismo criou um modo de governar pela verdade. Todavia, estamos bem distantes de pensadores como Marx, Nietzsche e Freud para os quais a religião foi respectivamente ópio, sentimento e doença.

Portanto, ao se debruçar sobre o cristianismo primitivo, Foucault buscou compreender a subjetividade do homem ocidental. Essa subjetivação cristã que marcou profundamente o homem ocidental possuía dois pilares: a exomologese e a exagoreusis. Foi sobre esses dois fundamentos que o cristianismo interpelou o sujeito a renunciar a si mesmo.

Referências

- ALVES, A.S. Marco. "Cristianismo e racionalidade política moderna em Michel Foucault". *Revista do Departamento de Filosofias e Métodos Universidade Federal de São João del Rei*, São João del Rei, 2016/2, n.17, pp. 76-88. Disponível em https://ufsj.edu.br/revistaestudosfilosoficos/revista_no_17.php: acessado em [14/06/2019].
- CHEVALLIER, Philippe. *Michel Foucault et le christianisme*. ENS ÉDITIONS: Lyon, 2011.
- _____. O cristianismo como confissão em Michel Foucault. Tradução de Pedro de Souza e Maria José Werner Salles. In: CANDIOTTO, C.; SOUZA, P. (Orgs). *Foucault e o cristianismo*. Autêntica: Belo Horizonte, 2012.
- FOUCAULT, Michel. *Dits et écrits*, IV, Paris: Gallimard, 1994.
- _____. *La parrêsia*. Tradução de Jorge Álvarez Yágüez. Madrid: Biblioteca Nueva, 2017.
- _____. *Les aveux de la chair*. Paris: Gallimard, 2018a.
- _____. *Malfazer, dizer verdadeiro*. Tradução de Ivone C. Benedetti. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2018b.
- _____. *Do governo dos vivos*. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2018c.
- _____. *História da loucura*. Tradução de José Teixeira Coelho Neto. São Paulo: Perspectiva, 2019.

- GROS, Frédéric. « Michel Foucault, une philosophie de la vérité ». In : FOUCAULT, Michel. *Philosophie : anthologie. Anthologie établie et présentée par Frédéric Gros et Arnold I. Davidson*. Paris: Gallimard, 2004.
- MANICKI, Anthony. Técnicas de si e subjetivação no cristianismo primitivo: uma leitura do curso Do governo dos vivos. Tradução de Pedro de Souza. In: CANDIOTTO, C.; SOUZA, P. (Orgs). *Foucault e o cristianismo*. Autêntica: Belo Horizonte, 2012.
- SAUQUILLO, Julián. *Michel Foucault: Poder, saber y Subjetivación*. Madrid: Alianza Editorial, 2017.
- SENEILLART, Michel. Verdade e subjetividade: uma outra história do cristianismo. Tradução de Cesar Candiotta e Pedro de Souza. In: CANDIOTTO, C.; SOUZA, P. (Orgs). *Foucault e o cristianismo*. Autêntica: Belo Horizonte, 2012.

Recebido: 25/05/2020

Aprovado: 14/12/2020

Publicado: 31/01/2021

RESENHA

KOOPMAN, Colin. *How We Became Our Data: A Genealogy of the Informational Person.* Chicago: University of Chicago Press, 2019.

Graziano Mazzocchini^{*}; Rodolpho Venturini^{**}

Sobre o Nascimento da Infopolítica

Em *How We Became Our Data: a genealogy of the informational person* (2019), Colin Koopman, professor de filosofia da Universidade do Oregon, EUA, apresenta uma tese ousada acerca do modo como a informação e a política se entrelaçaram ao longo do século XX e seus impactos nas formas contemporâneas de subjetividade. O século XX teria conhecido a emergência de um “infopoder”, um poder da informação, dos *data*, que não pode ser reduzido a outras formas específicas de poder tais como o poder disciplinar e o biopoder, analisados por Michel Foucault ao longo da década de 1970. A forma de poder que corre no interior das tecnologias da informação possui mecanismos próprios e consequências políticas irre-

duzíveis àquelas produzidas pelo controle dos corpos e das populações.

Koopman realiza, em seu livro, dois grandes movimentos. Em primeiro lugar, dedica-se a definir e demonstrar empiricamente a especificidade do “infopoder”, do seu modo de operação e de suas técnicas, e diferenciá-lo do poder disciplinar e do biopoder, formas clássicas que influenciam boa parte das investigações sobre a relação entre política e informação na atualidade. Em segundo lugar, fornece uma releitura da história tradicional da ciência e tecnologia da informação, sustentando a necessidade de recuar a investigação para o início do século XX, privilegiando o momento de formulação dessas tecnologias, e não o de sua disseminação, que

^{*}Mestre em filosofia pela Università di Bologna. Atualmente realiza doutorado em filosofia na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). E-mail: grazianomazzocchini@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3484-3669>.

^{**}Mestre em filosofia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Atualmente realiza doutorado em filosofia na mesma instituição. E-mail: rventuriniap@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7364-2483>.

teria ocorrido só na década de 1970.

Até a publicação de *How We Became Our Data*, as pesquisas de Koopman partiam de um cruzamento entre filosofia política e história da filosofia, abordando sobretudo a tradição pragmatista norte-americana e o pensamento de Michel Foucault. Tais pesquisas deram origem a dois livros: *Pragmatism as Transition* (2009), uma interpretação original da tradição pragmatista, de Peirce a Brandom, a partir do conceito de “transição”, entendido como o “conjunto de estruturas e formas históricas” que permitem uma transformação temporal (FREGA, 2009), e *Genealogy as Critique* (2013), que, por sua vez, pode ser compreendido como um esforço de “reconstruir” o pensamento político e histórico de Foucault, por um lado, aproximando-o da tradição pragmatista e, por outro, em contraste com o pensamento de Jürgen Habermas. A retomada dessas publicações anteriores é interessante pois permite explicitar os compromissos teóricos que viriam a ser desenvolvidos como método aplicado em *How We Became Our Data*. Trata-se nos livros anteriores, e o autor é mais ou menos explícito quanto a isso, de desenvolver uma metodologia inspirada pelos trabalhos de Foucault, mas temperada pela abordagem pragmatista. *Genealogy as Critique* pode, então, ser lido como um grande discurso de método elaborado através da “reconstrução racional” dos pressupostos fundamentais da abordagem foucaultiana

do poder, cuja finalidade é exatamente a de ser colocada em prática em pesquisas específicas. O resultado é uma abordagem que o autor classifica como um “pragmatismo genealógico” (KOOPMAN, 2011), posto em prática justamente em *How We Became Our Data*.

How We Became Our Data se organiza em duas partes, cada uma delas seguindo os movimentos anteriormente mencionados. Na primeira delas, numa linha mais propriamente histórica, Koopman aborda o desenvolvimento das tecnologias “infopolíticas” em um momento que vai do início da Primeira Guerra Mundial até o limiar da Segunda Guerra, entre 1913 e 1937. O entrecruzamento entre essas tecnologias foi fundamental para o posterior desenvolvimento da teoria da informação e da prática da informatização da vida humana que viria a se intensificar e ganhar contornos mais definidos, e mais evidentemente perigosos, no final dos anos 1960. A primeira dessas tecnologias aparece em 1913, com o desenvolvimento de mecanismo e técnicas que permitiram o surgimento de uma “informática da identidade documentária”. A segunda dessas tecnologias infopolíticas emerge em 1923 com o desenvolvimento de uma “informática dos traços psicológicos”. A terceira e última tecnologia investigada por essa genealogia pragmática da subjetividade informatizada surge no ano de 1923 com o desenvolvimento de uma “informática do crédito racializado” (KOOP-

MAN, 2019).

Na segunda parte do livro, Koopman se dedica à tarefa conceitual de definir em termos mais gerais a mecânica de operação do “infopoder”. Boa parte do esforço teórico e conceitual de Koopman é dirigido para a tentativa de especificar e diferenciar o que ele chama de “infopoder” daquelas formas de poder anteriormente analisadas por Foucault: o poder disciplinar e o biopoder. Segundo Koopman, os autores que buscaram se inspirar no pensamento de Foucault para pensar a relação entre política e informação na sociedade contemporânea acabaram por ler as técnicas de informatização a partir da lógica disciplinar ou biopolítica, como meros instrumentos para a perpetuação das formas disciplinares e biopolíticas de subjetividade e, com isso, deixaram escapar aquilo que a informação ou a informatização possui de politicamente singular. Ou seja, ao se preocupar com a biopolítica e com a disciplina, deixam de lado a infopolítica.

A fim de levar a cabo seu esforço de contraste, Koopman chega a apresentar uma teoria geral do poder. O poder, segundo ele, “pode ser analisado (ao menos) a partir de quatro categorias constituintes: *técnica, operação, sujeito e racionalidade*” (KOOPMAN, 2019,

p.160)¹. A técnica seria o modo como o poder opera. A operação, aquilo que ele faz, aquilo que ele produz (KOOPMAN, 2019, p.160). “Toda técnica de poder exerce operações específicas de poder (...), e toda operação de poder é exercida por técnicas de poder” (KOOPMAN, 2019, p.161). Os sujeitos são o “material” das operações, sendo que “o papel dessas operações na formação de quem nós somos e o que devemos fazer não pode ser subestimado” (KOOPMAN, 2019, p.161). Além disso, é preciso ter em mente, segundo ele, que as “operações técnicas e os sujeitos que elas visam são coproduzidas e frequentemente entram em uma relação recíproca amplificativa de *feedback*” (KOOPMAN, 2019, p.161), levando a um ajuste que, por sua vez, é mediado por um “modo de racionalidade” que coordena esses ajustes (KOOPMAN, 2019, p.161)².

A partir dessa concepção geral de poder, Koopman irá reivindicar a especificidade do infopoder em relação às outras formas de poder analisadas por Michel Foucault. Com isso, ele não pretende demonstrar a necessidade de abandonar a análise de formas de poder como a soberania, o poder disciplinar e o biopoder, mas, nas suas palavras “enriquecer o repertório conceitual da teo-

¹Todas as traduções são de responsabilidade dos autores desta resenha.

²O infopoder também está conectado a um “modo de racionalidade” chamado por ele de “data episteme”, segundo o qual o imperativo de acumulação de cada vez mais informação é um fim em si mesmo. “Precisamos de mais informação porque estamos inundados por informação” e mesmo que a conhecimento e informação não sejam a mesma coisa, os “dados são aquilo que melhor produzem conhecimento” (KOOPMAN, 2019, p.160).

ria política crítica” (KOOPMAN, 2019, p.161). Assim, segundo ele:

meu argumento é o de que compreender a política que opera em cada caso específico requer que a nossa atenção analítica seja estendida para além dos limites do poder soberano, do poder disciplina e do biopoder. Minha reivindicação não é a de que o infopoder toma o lugar ou nega esses outros modos de poder – apenas de que ele opera além dos seus limites (KOOPMAN, 2019, p.163).

Trata-se, para Koopman, de sustentar a irreduzibilidade do infopoder, mesmo aceitando que “táticas de informação podem ser localizadas no interior das formas anteriores de exercício do poder” (KOOPMAN, 2019, p.163)³. Em um certo momento, essas táticas já inscritas no interior das outras formas de poder podem adquirir importância po-

lítica por si próprias. Aquilo que viria a se tornar o infopoder já estava inscrito e estratificado nas camadas das outras modalidades de poder (KOOPMAN, 2019, p.163). Uma vez que elas se tornaram independentes, sua “teorização se torna uma tarefa urgente para a teoria crítica contemporânea” (KOOPMAN, 2019, p.163).

Para Koopman, na contemporaneidade, o infopoder é aquilo que produz a informação, e não contrário. A informação, nesse contexto, nunca é neutra na medida em que é sempre já constituída segundo os parâmetros do infopoder. De acordo com o esquema de Koopman, o infopoder está baseado em técnicas de *Formatação* (*formatting*) e operações de *Fastening*⁴. *Formatação* e *Fastening* se referem às técnicas específicas do infopoder e ao “modo como o poder opera por meio dessas técnicas com operações de encapsulamento e aceleração” das quais as “pessoas informacionais” são os sujeitos e os alvos (KOOPMAN, 2019, p.159). A *Formatação* é o processo pelo qual a subjeti-

³Cabe chamar atenção para o fato de que já em *Vigiar e Punir*, um aspecto absolutamente relevante da normalização e poder disciplinar é o de fazer a “individualidade entrar num campo documentário” (FOUCAULT, 1987, p.157). Segundo Foucault, o “exame que coloca os indivíduos num campo de vigilância situa-os igualmente numa rede de anotações escritas; compromete-os em toda uma quantidade de documentos que os captam e os fixam. Os procedimentos de exame são acompanhados imediatamente de um sistema de registro intenso e de acumulação documentária. Um ‘poder de escrita’ é constituído como uma peça essencial nas engrenagens da disciplina. Em muitos pontos, modela-se pelos métodos tradicionais da documentação administrativa. Mas com técnicas particulares e inovações importantes” (FOUCAULT, 1987, p.157). Constituem-se, então, o que Foucault chama de “códigos de individualidade disciplinar que permitem transcrever, homogeneizando-os, os traços individuais estabelecidos pelo exame: código físico de qualificação, código médico dos sintomas, código escolar ou militar dos comportamentos e dos desempenhos. Esses códigos eram ainda muito rudimentares, em sua forma qualitativa e quantitativa, mas marcam o momento de uma primeira ‘formalização’ do individual dentro de relações de poder” (FOUCAULT, 1987, p.158). Ainda, “entre as condições fundamentais de uma boa ‘disciplina’ (...) é preciso incluir os processos de escrita que permitem integrar, mas sem que se percam, os dados individuais em sistemas cumulativos; fazer de maneira que a partir de qualquer registro geral se possa encontrar um indivíduo e que inversamente cada dado do exame individual possa repercutir nos cálculos de conjunto” (FOUCAULT, 1987, p.158)

⁴O termo em inglês “*fastening*” é de difícil tradução, sobretudo em razão do duplo sentido explorado pelo autor, evocando ao mesmo tempo as ideias de “captura” e “aceleração”. Por essa razão, optou-se por manter o termo em inglês.

vidade informacional é moldada conforme categorias pré-estabelecidas. O *Fastening* é entendido por Koopman em um sentido duplo: por um lado, é aquilo que encapsula, enquadra e canaliza; por outro, induz uma aceleração. Trata-se de um processo de fixação da subjetividade em uma forma dada previamente e que permite que essa subjetividade seja rapidamente mobilizada. Segundo o esquema de Koopman, “o infopoder, enquanto modalidade distinta de poder, lança mão de técnicas de formatação para realizar a sua obra de produção e refinamento de pessoas informacionais, as quais estão sujeitas às operações de *fastening*” (KOOPMAN, 2019, p.12).

Koopman associa o funcionamento do infopoder ao esquema canônico da teoria dos sistemas de informação: *input-processamento-output* (IPO). O exemplo fornecido por Koopman para ilustrar tal exercício é o das redes sociais: no momento em que interagimos com uma das plataformas, informando nossos dados (e.g. Facebook ou Academia.edu), estas nos fixam (“*pin us down*”) a um conjunto de formatos, categorias e módulos preestabelecidos que, na mesma medida em que nos encapsulam e aceleram, nos produzem enquanto perfis de mídia social (KOOPMAN, 2019, p.12-13). O resultado é que passamos a nos conceber a partir desses perfis que, por sua vez, são previamente definidos segundo esquemas fixos previamente formula-

dos. Dado o funcionamento do infopoder, longe de se justaporem extrinsecamente às nossas “incorporações” (*embodiments*) e “mentalizações” (*mindednesses*), os nossos dados nos constituíram naquilo que somos e podemos ser, e nós nos revelaríamos enquanto *cyborgs* cuja existência se prolongaria nestes mesmos dados (KOOPMAN, 2019, p.8).

A argumentação de Koopman apresenta-se desde o início acompanhada por uma recusa metodológica preliminar de pôr-se em um nível ontológico fundamental. Trata-se, mais modestamente, de um esboço de uma genealogia de um tipo específico de sujeito histórico, aquém do qual não há – ou ao menos não deveríamos supor que haja – nenhuma substância antropológica (metafísica) que lhe subjaz. Em outros termos, para Koopman, não há nenhum si autêntico para além da nossa constituição pelos dados – pela nossa “dadificação”, pois este mesmo si constitui-se a partir de uma pragmática. Nós, hoje, somos “pessoas informacionais”.

A possibilidade de decomposição das técnicas de formatação, de sua recomposição, ou mesmo de uma verdadeira resistência a elas, apenas poderia ocorrer caso haja uma compreensão histórica da maneira pela qual somos produzidos e nos produzimos enquanto “pessoas informacionais” – ou seja: genealogicamente. Isso significa, para Koopman, não simplesmente seguir a esteira das categorias analíticas formu-

ladas previamente por Foucault, como fazem outros autores, mas a necessidade de pensar a originalidade dessa forma de poder que residiria no interior da própria informação e não pode ser subsumida pelas técnicas disciplinares, cujo foco reside no controle do corpo, ou pelas técnicas biopolíticas, cujo foco reside no controle da população. Koopman frisa que não fomos sempre constituídos pelas nossas informações. As nossas informações passariam a ter primazia na constituição da personalidade num momento bem definido: os primeiros vinte anos do século XX, isto é, em um momento em que a população já havia sido produzida enquanto objeto de um saber estatístico e as individualidades já formadas pelas técnicas disciplinares e de confissão do fim do século XIX (KOOPMAN, 2019, p.6).

Ao situar o nascimento da infopolítica no início do século XX, Koopman visa atacar um consenso relativamente bem estabelecido num espectro bastante amplo que vai da teoria dos novos meios de comunicação à história da comunicação, da ciência e da tecnologia. Segundo esse consenso, o traço informacional da nossa subjetividade seria produto de um acontecimento tecnológico muito recente, fruto dos últimos vinte ou trinta anos – isto é, remontaria, no máximo, à década de 1970. Além disso, as origens daquilo que para Donna Haraway é a “informática da dominação” remontariam no máximo ao

imediatamente pós-guerra (1948), com o surgimento da então chamada “teoria da informação” (KOOPMAN, 2019, p.16-19). Diante desse consenso, a pergunta que Koopman se coloca é a seguinte: por que justamente em 1948 autores de campos diversos tornaram-se tão preocupados com os problemas de uma teoria da informação? A genealogia – e em certa medida a arqueologia, embora o autor não use o termo – da teoria da informação precisaria retroceder ainda mais historicamente para dar conta do modo com a informação veio a se tornar uma preocupação urgente a ponto de ser o objeto de uma multiplicidade de teorias.

Ainda que Koopman reivindique a historicidade desse poder da informação, parece ser pertinente, no entanto, colocar a questão sobre quão bem-sucedido ele é ao estabelecer essa tese. Essa dúvida surge sobretudo do fato de não ser fornecido um conceito claro de informação ao longo do texto. Koopman nunca chega a tratar do estatuto da informação enquanto tal ou distinguir o conceito de informação de outros como, por exemplo, o de “saber” ou de “linguagem”. Essa ausência parece fazer com que seu conceito de infopoder seja definido a partir de um esquema excessivamente genérico.

Segundo nossa hipótese interpretativa, a pretensão de especificidade do infopoder não se sustentaria uma vez que a definição fornecida por Koopman não proporciona elementos suficientes

para distinguir, a rigor, aquilo que ele entende por informação. Em especial parece difícil distinguir a informação tal como pressuposta pelo infopoder, daquela caracterização mais geral do entrelaçamento entre saber e poder que Foucault chama de dispositivo. Em outras palavras, em seu esforço de especificar o infopoder e fornecer uma caracterização concreta, Koopman acaba recorrendo a um esquema genérico que faz com que sua definição seja demasiadamente abstrata. O esquema de captura e mobilização da subjetividade aparece como um esquema muito geral preenchível a princípio por qualquer tecnologia de poder. Se isso for verdade, a pretensão de levar a cabo a descrição genealógica de uma verdadeira “personalidade informacional” (KOOPMAN, 2019, p.36) não conseguiria, no fim das contas, extrapolar a tautologia segundo a qual toda personalidade ou subjetividade é pré-formada ou, melhor dizendo, (in)formada, conforme determinados modos de saber, ou ainda, de que a subjetividade é mediada pelo universo simbólico e linguístico no interior do qual se produz⁵.

Nessa linha, seria possível dizer que a

própria noção de informação, tal como ela é concebida enquanto interna ao infopoder, no limite, não se distinguiria do próprio conceito de linguagem, exatamente na medida em que esta última constitui um dispositivo segundo a sugestão de Giorgio Agambem. Ou seja, a informação, assim como a linguagem, seria um dispositivo. Ao definir o dispositivo, Agambem, pensa essa noção com Foucault, mas, ao mesmo tempo, força explicitamente os seus limites, transpondo-o para o seu “avesso ontológico” (AGAMBEM, 2006, p.20-21)⁶. Para o filósofo italiano, é possível chamar de dispositivo “literalmente qualquer coisa tenha de alguma forma a capacidade de capturar, orientar, determinar, interceptar, moldar, controlar e assegurar os gestos, as condutas, as opiniões e os discursos dos seres vivos” (AGAMBEM, 2006, p.21-22). O dispositivo, segundo a definição de Agambem, é basicamente uma máquina de produção de subjetivações (AGAMBEM, 2006, p.29) e, nesse sentido, a linguagem poderia ser considerada como “talvez o mais antigo entre os dispositivos, no qual milhares e milhares de anos atrás um primata (...)

⁵Uma vez que o dispositivo é justamente aquilo torna visível organiza papeis e hierarquias de pessoas e funções (Bazzicalupo 2010, p.34-35).

⁶Cf. o seguinte trecho retirado do capítulo 4 do livro de Koopman, no qual a própria técnica de formatação vem explicitamente assimilada à estrutura do dispositivo foucaultiano, porém em termos tão gerais que podem lembrar também a definição agambeniana da mesma noção: “A formatação em cada um de seus estágios de *inputting*, processamento e *outputting* exemplifica um poder que conduz a nossa conduta. Ele prepara as pessoas para usos incontáveis, e também inesperadamente para muitos abusos. Este trabalho de formatação não é em si necessariamente opressivo, dominador ou de outra forma violento. Os formatos, antes de coagir, dispõem, se quisermos adotar uma formulação cogente retirada da discussão de Davide Panagia em torno das aplicações midiáticas do conceito foucaultiano de *dispositif* (um conceito, este, que resiste à tradução, mas que ressoa no meu uso de *assembly*). Funcionando enquanto um dispositivo, a formatação pode tanto limitar a nossa liberdade (*freedom*) quanto dar abertura às nossas liberdades (*liberties*)” (KOOPMAN, 2019, p.159).

teve a inconsciência de se deixar capturar” (AGAMBEM, 2006, p.22).

A princípio, Koopman poderia contra-argumentar dizendo simplesmente que de fato sua concepção do infopoder possui uma inspiração explicitamente foucaultiana e, desse modo, tratar a informação como um dispositivo não seria um problema. No entanto, admitir essa identidade entre “informação” e o conceito mais geral de linguagem enquanto dispositivo parece pôr em xeque a própria tese histórica de Koopman segundo a qual a informação só teria passado a dirigir os processos de subjetivação no início do século XX. Uma vez que Koopman não fornece os meios para, a rigor, discernir informação e linguagem, resultam abaladas, ou até minadas, as duas teses “fortes” de sua investigação: a conceitual, pois o intuito de, na esteira dos

inquéritos histórico-filosóficos de Foucault, fazer emergir uma configuração singular de técnicas de poder periga deslizar rumo a uma ontologia fundamental que a princípio ele pretende dispensar (KOOPMAN, 2019, p.8) e, de forma correlata, a histórica, pois a cronologia definida para dar conta do nascimento da infopolítica poderia resultar até mesmo arbitrária à luz desse déficit de fundamentação da conceitual. Quando a “informação” não constituiu subjetividades e em que momento nós começamos a nos conceber de fato como sujeitos informacionais? Caso o próprio conceito de informação não seja historicizado, a resposta parece ser apenas uma: sempre. A proposta de Koopman, assim, não seria mais satisfatória do que aquela fornecida pelo consenso que ele pretendeu atacar. Ao contrário, seria tão arbitrária quanto ela.

Referências

- AGAMBEN, Giorgio. *Che cos'è un dispositivo?* Roma: Nottetempo, 2006.
- BAZZICALUPO, Laura. *Biopolitica. Una mappa concettuale*, Roma: Carocci, 2010.
- _____. *Dispositivi e soggettivazioni*, Milano: Mimesis, 2013.
- FREGA, Roberto. “Colin KOOPMAN, Pragmatism as transition. Historicity and Hope in James, Dewey, and Rorty”, *European Journal of Pragmatism and American Philosophy [Online]*, I-1/2 | 2009.
- FOUCAULT, Michel. *Dits et Écrits II 1976-1988*, Paris: Gallimard, 2001.
- _____. *Vigiar e Punir: o nascimento da prisão*. Tradução de Raquel Ramallete. Petrópolis, Vozes, 1987.
- KOOPMAN, Colin. *Pragmatism as transition. Historicity and Hope in James, Dewey, and Rorty*, Columbia University Press, New York, 2009.
- _____. “Genealogical pragmatism: how history matters for Foucault and Dewey”. *Journal of the Philosophy of the History*, 5 (2011), pp.533-561, Leiden - Brill NV, 2011.
- _____. *Genealogy as Critique: Foucault and the Problems of Modernity*, Indiana University Press, 2013.
- _____. *How We Became Our Data: A Genealogy of the Informational Person*. Chicago: University of Chicago Press, 2019.

Recebido: 30/09/2020

Aprovado: 23/01/2021

Publicado: 31/01/2021

O Sangue Corre na Tunísiaⁱ

Simone Weil

Tradução

Philippe Claude Thierry Lacourⁱⁱ; Jade Oliveira Chaiaⁱⁱⁱ; Michelly Alves Teixeira^{iv}

“Sangue nas manchetes” dos jornais operários. O sangue corre na Tunísia. Quem sabe? Talvez tenhamos que nos lembrar que a França é um pequeno canto de um grande império e que, nesse império, milhões e milhões de trabalhadores sofrem.

Há oito meses que a Frente Popular está no poder, mas ainda não tivemos tempo de pensar nela. Quando os metalúrgicos de *Billancourt* estão com dificuldades, Léon Blum recebe uma delegação; ele se preocupa em ir à Exposição Mundial falar com os construtores civis; quando lhe parece que os funcionários resmungam, ele faz um belo discurso por rádio especialmente para eles. Mas, todos nós, tínhamos esqueci-

dos os milhões de proletários das colônias.

Primeiro, eles estão longe. Todos sabem que o sofrimento diminui devido à distância. Um homem que sofre com as pancadas, exausto pela fome, trêmulo perante seus chefes, na Indochina, isso representa um sofrimento e uma injustiça muito menores que um metalúrgico da região parisiense que não obtém seus 15% de aumento, ou um funcionário público vítima de decretos-lei. Deve haver uma lei da física que se relaciona com o inverso do quadrado da distância. A distância tem o mesmo efeito sobre a indignação e a simpatia que sobre a gravidade.

ⁱTexto originalmente publicado *Vigilance*, nº 48-49, 10 de fevereiro de 1937.

ⁱⁱProfessor do Departamento de Filosofia da Universidade de Brasília (UnB). Doutor em Filosofia pela Universidade de Provence Aix Marseille I. E-mail: unb@philippelacour.net. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3226-584X>.

ⁱⁱⁱMestranda pela Universidade Católica Dom Bosco (UCDB) e graduanda em Filosofia pela UnB. E-mail: jade.joc@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7615-5610>.

^{iv}Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Filosofia da UnB. Graduada (Bacharelado e Licenciatura) em Filosofia pela UnB. E-mail: michellyteixeira@hotmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0842-8824>.

Ademais, essas pessoas – amarelos, negros, *bicots*¹ – estão acostumadas a sofrer. É um fato conhecido. Desde o período em que passaram fome e foram submetidos à arbitrariedade total, isso já não lhes afeta mais. A maior prova disso é que não se queixam. Não dizem nada. Calam-se. No fundo, eles têm uma natureza servil. São feitos para a servidão. Caso contrário, resistiriam.

Há alguns que resistem, mas estes são “arruaceiros”, “agitadores”, provavelmente pagos por Franco e Hitler. As únicas medidas que podem ser usadas contra eles são medidas repressivas, como a dissolução da *Étoile Nord-Africaine*.

Além disso, não há nada de espetacular no drama dessas pessoas. Pelo menos até o último incidente. Fuzilamentos, massacres, eis que fala à imaginação; isso impressiona, faz barulho. Mas as lágrimas derramadas em silêncio, o desespero mudo, as revoltas reprimidas, a resignação, a exaustão, a morte lenta – quem pensaria em se preocupar com coisas desse tipo? Os pequenos, mortos por bombas aéreas em Madrid, provocam uma onda de indignação e pena. Mas, em todos os meninos de dez ou doze anos, famintos e esgotados, que morreram de exaustão nas minas indochinesas, nós nunca pensamos. Eles morreram sem que seu sangue corresse. Mortes assim não contam. Não são mortes reais.

No fundo, nós – e, quando digo “nós”, refiro-me a todos que aderiram a uma organização da Frente Popular – nós somos exatamente iguais aos burgueses. Um patrão é capaz de condenar seus operários a mais atroz miséria e se sensibilizar com um mendigo que encontra no caminho; e nós, que nos unimos em nome de uma luta contra a miséria e a opressão, somos indiferentes ao destino inumano a que são submetidos, longe daqui, os milhões de homens que dependem do governo do nosso país. Aos olhos dos burgueses, o sofrimento físico e moral dos operários não existe enquanto eles se calam, e os patrões os forçam a se calar. Nós também, franceses “de esquerda”, continuamos a fazer pesar sobre os nativos da colônia a mesma coerção impiedosa e, como o medo os deixa mudos, temos a vaga impressão de que as coisas não vão tão mal por lá, que não estão sofrendo tanto, que estão acostumados às privações e à servidão.

A burguesia se interessa por um crime, um suicídio, um acidente em uma ferrovia, mas nunca pensa naqueles cuja vida é lentamente esmagada, triturada pelo jogo quotidiano da máquina social. E nós também, ávidos por notícias sensacionalistas, não paramos para pensar nos milhões de seres humanos que esperavam de nós, que, do fundo de um abismo de escravidão e de infelicidade, voltavam seus olhos para

¹[N.T.] Gíria francesa utilizada para referir-se aos nativos da África do norte.

nós e que, há oito meses, sem escândalo, em silêncio, passam progressivamente da esperança ao desespero.

Neste momento, há sangue derramado. A tragédia colonial acabou por tomar a forma de *fait divers*, acessível apenas à nossa sensibilidade e à nossa inteligência rudimentar. A partir de agora, já não podemos mais nos vangloriar de que a famosa “experiência” se realiza sem derramamento de sangue. De sangue se manchou.

É fácil falar de responsabilidades, de sabotagem. Sem investigação, sabemos quem são e onde estão os responsáveis. Se cada um de nós se olhar no espelho, veremos um dos responsáveis. O governo atual não governa em nome da Frente Popular? Seus membros são dificilmente questionados; sobrecarregados de trabalho, atormentados como estão, é forçado que as suas atividades dependam, em grande parte, das preocupações que impusermos a eles. Se, por exemplo, Léon Blum tivesse a impres-

são de que estamos mais preocupados com a escravatura colonial do que com o tratamento dos funcionários, ele teria certamente dedicado às colônias o tempo que passou preparando um belo discurso aos funcionários públicos.

Seja como for, temos de confessar que, até aqui, a obra colonial do governo se resume quase que à dissolução da *Étoile Nord-Africaine*. Diremos que as reformas coloniais não estavam previstas no programa da Frente Popular. A dissolução sem fundamento da *Étoile Nord-Africaine* não estava prevista. Os mortos da Tunísia muito menos, aliás. São mortes fora da programação.

Quando penso em uma possível guerra, uma ideia um pouco reconfortante se mistura, confesso, com o pavor e o horror que tal perspectiva me causa. É que uma guerra europeia poderia servir de sinal para uma grande revanche dos povos coloniais para punir nossa imprudência, nossa indiferença e nossa crueldade.

Recebido: 10/11/2020

Aprovado: 14/12/2020

Publicado: 31/01/2021

Normas para Publicação

Todas as submissões devem ser efetuadas exclusivamente através do site da *Revista de Filosofia Moderna e Contemporânea* (RFMC), no menu "SOBRE" / "SUBMISSÕES ONLINE".

A RFMC publica apenas trabalhos filosóficos inéditos, que estejam de acordo com as suas normas, na forma de artigos, resenhas ou traduções, de autoria de doutores e/ou mestres em filosofia (ou áreas afins).

A RFMC publica textos redigidos em português, espanhol, francês, italiano, inglês ou alemão. Se for necessário, o editor recomendará a revisão linguística dos textos.

Todos os textos serão submetidos à avaliação cega por pares.

A publicação de originais implicará, automaticamente, a cessão dos direitos autorais à RFMC.

O autor deve informar os seguintes dados pessoais: titulação acadêmica máxima; vínculo profissional e/ou acadêmico atual; endereço de e-mail; e número do ORCID.

Normas específicas para Artigos

1. O artigo deve ter no mínimo 5.000 e no máximo 15.000 palavras.
2. O texto do artigo deverá observar a seguinte sequência: título, título em inglês (ou português, caso o texto não tenha sido redigido em português), nome do autor ou autores, dados pessoais, resumo (no mínimo 50 e no máximo 150 palavras), palavras-chave (no mínimo 3 e no máximo 5), *abstract* (resumo em inglês), *keywords* (palavras-chave em inglês), texto, e bibliografia.

Normas específicas para Traduções

1. As traduções devem ter no máximo 20.000 palavras.
2. O texto da tradução deverá observar a seguinte sequência: título do texto traduzido, nome do autor do original, nome do tradutor, dados pessoais do tradutor, apresentação da tradução (no mínimo 500 e no máximo 5.000 palavras), e texto traduzido.
3. Serão aceitas apenas traduções, para a língua portuguesa, acompanhadas dos originais, de textos de reconhecida relevância filosófica.
4. Podem ser publicados, na íntegra ou em partes, traduções de textos que já estejam no domínio público ou que ainda possuam direitos autorais, desde que seja apresentada, por escrito, AUTORIZAÇÃO do detentor dos DIREITOS AUTORAIS. A obtenção da autorização é de exclusiva responsabilidade do tradutor, e deverá ser enviada juntamente com a tradução.

Normas específicas para Resenhas

1. As resenhas devem ter entre 1.500 e 5.000 palavras.
2. O texto da resenha deverá observar a seguinte sequência: referência completa sobre o texto resenhado, nome do autor da resenha, dados pessoais do resenhista, e texto.
3. Serão aceitas apenas resenhas de livros, cuja publicação tenha ocorrido há no máximo dois anos (caso o texto seja nacional) ou três anos (caso o texto seja estrangeiro).

Normas para Apresentação dos Originais

1. Todos os textos devem ser encaminhados em arquivo do MS Word, em formato "DOC" ou "DOCX", e editados com fonte "Times New Roman", tamanho 12, espaçamento "1.5".

-
2. Os textos devem empregar *itálico* ao invés de sublinhado (exceto em endereços URL), especialmente para destacar palavras estrangeiras ao idioma do texto.
 3. As *notas explicativas* devem aparecer ao pé da página e ser ordenadas numericamente. A chamada das notas de rodapé deve ser colocada no corpo do texto, antes do sinal de pontuação.
 4. As *citações e referências* devem obedecer à norma NBR 10520 da ABNT:
 - a) As *citações diretas* com até 3 linhas devem estar no corpo do texto "entre aspas", e as com mais de 3 linhas devem se destacar do corpo do texto, "sem aspas";
 - b) As *referências de citações diretas* devem ser colocadas no corpo do texto no formato autor-data (SOBRENOME DO AUTOR, Ano, p.);
 - c) As *citações indiretas* devem estar no corpo do texto, independentemente do tamanho, "sem aspas", e as suas referências devem ser colocadas no corpo do texto no formato autor-data.
 5. As *referências bibliográficas* devem obedecer à norma NBR 6023 da ABNT, aparecer no final do artigo e ser ordenadas alfabeticamente em ordem ascendente:
 - a) *Livro (monografia no todo)*: SOBRENOME DO AUTOR, demais nomes abreviados, com ponto. *Título da obra em itálico: subtítulo*. Nome do tradutor (se houver). Edição. Local da edição: Editora, ano da publicação;
 - b) *Artigo ou capítulo de livro (coletânea)*: SOBRENOME DO AUTOR, demais nomes abreviados, com ponto. "Título do artigo ou capítulo entre aspas", com ponto. Nome do tradutor (se houver). In: SOBRENOME DO ORGANIZADOR OU EDITOR, Nome (abreviado). (Org. ou Ed.) *Título da obra em itálico: subtítulo*. Edição. Local da edição: Editora, ano da publicação, páginas que o artigo ocupa na obra;

- c) *Artigos em periódicos*: SOBRENOME DO AUTOR, demais nomes abreviados, com ponto. "Título do artigo entre aspas". Nome do tradutor (se houver). *Título do periódico em itálico*, local de publicação (quando houver), ano do periódico (quando houver), volume e número do periódico, páginas que o artigo ocupa no periódico, data ou período da publicação;
- d) *Artigo ou resenha em periódicos eletrônicos (documentos eletrônicos)*: SOBRENOME DO AUTOR, demais nomes abreviados, com ponto. "Título do artigo entre aspas". Nome do tradutor (se houver). *Título do periódico em itálico*, volume e número do periódico, data da publicação, páginas que o artigo ocupa no periódico (se houver). Disponível em [endereço eletrônico]: acessado em [Data de acesso];
- e) *Teses, dissertações e outros trabalhos acadêmicos*: SOBRENOME DO AUTOR, demais nomes abreviados, com ponto. Título em itálico: subtítulo. Local. Número total de páginas. Grau acadêmico e área de estudos (Dissertação de mestrado ou Tese de doutorado em [...]). Instituição em que foi apresentada, Ano.
6. Havendo mais de uma referência por autor, estas devem seguir ordem crescente de publicação (primeiro a mais antiga e, em seguida, as mais recentes). No caso de mais de uma obra por ano, estas devem ser diferenciadas por letras.